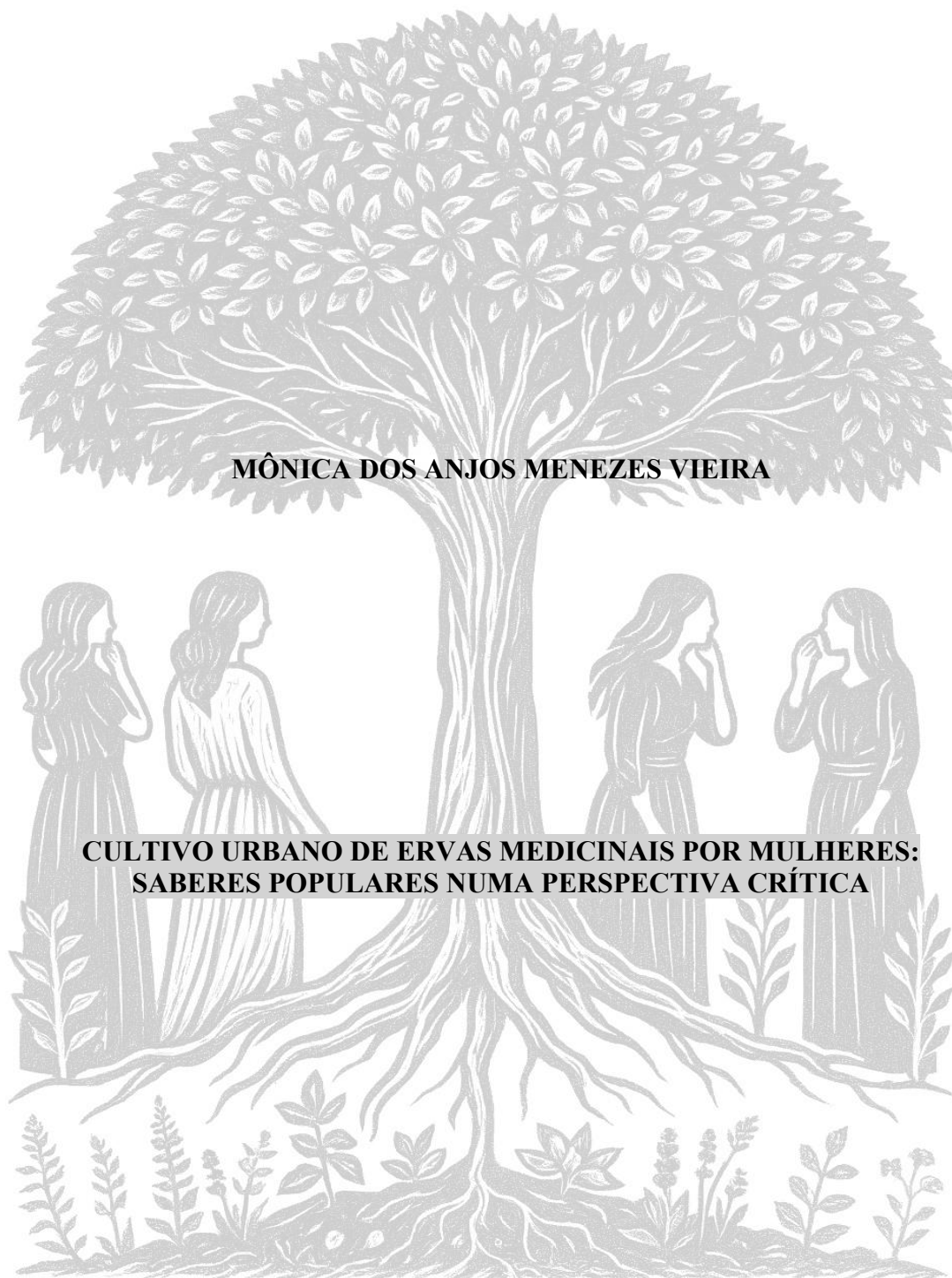




**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE  
NACIONAL PARA ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS  
(PROFCIAMB)  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**



**MÔNICA DOS ANJOS MENEZES VIEIRA**

**CULTIVO URBANO DE ERVAS MEDICINAIS POR MULHERES:  
SABERES POPULARES NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2025**

MÔNICA DOS ANJOS MENEZES VIEIRA

**CULTIVO URBANO DE ERVAS MEDICINAIS POR MULHERES:  
SABERES POPULARES NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino de Ciências Ambientais da Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosana de Oliveira dos Santos Batista.

Linha de Pesquisa: Recursos Naturais e Tecnologia.

SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

V658c      Vieira, Mônica dos Anjos Menezes.  
Cultivo urbano de ervas medicinais por mulheres: saberes populares numa perspectiva crítica / Mônica dos Anjos Menezes Vieira; orientadora Rosana de Oliveira dos Santos Batista. – São Cristóvão, SE, 2025.  
213 f.; il.

Dissertação (mestrado em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Agricultura urbana. 2. Plantas medicinais – Cultivo. 3. Mulheres e o meio ambiente. 4. Ecofeminismo. 5. Sustentabilidade. Batista, Rosana de Oliveira dos Santos, orient. II. Título.

CDU 633.88

MÔNICA DOS ANJOS MENEZES VIEIRA

**CULTIVO URBANO DE ERVAS MEDICINAIS POR MULHERES:  
SABERES POPULARES NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA**

Aprovada em: 29 de Agosto de 2025.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFS) à seguinte Banca Examinadora.

**Banca Examinadora**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosana de Oliveira dos Santos Batist (PROFCIAMB/UFS)  
Presidente-Orientadora)

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Shiziele de Oliveira Shimada (PROFCIAMB/UFS)  
Examinadora Interna

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Joelma Carvalho Vilar (PROFCIAMB/UFS)  
Examinadora Interna

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Núbia Dias dos Santos (DGE/PRODEMA/UFS)  
Examinadora Externa



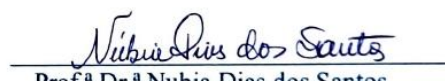
PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO PROF. JOSÉ ALOÍSIOS DE CAMPOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM REDE NACIONAL PARA ENSINO DAS  
CIÊNCIAS AMBIENTAIS (PROFCIAMB)

Ata da Sessão de Defesa da Dissertação de  
MÔNICA DOS ANJOS MENEZES VIEIRA

Ao vigésimo nono dia do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, com início às 15:00 horas, realizou-se na sala 201 - DID VII, a sessão pública de defesa de dissertação da aluna Mônica dos Anjos Menezes Vieira, sob o título: "CULTIVO URBANO DE ERVAS MEDICINAIS POR MULHERES: SABERES POPULARES NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA", presidida pela Orientadora da aluna, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosana de Oliveira Santos Batista, que por sua vez passou a palavra à candidata para proceder a apresentação do seu trabalho. Logo após, a primeira examinadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nubia Dias dos Santos, arguiu a candidata que teve igual período para a sua defesa. O mesmo aconteceu com a segunda examinadora, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joelma Carvalho Vilar, e a terceira examinadora, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Shiziele de Oliveira Shimada. Em seguida, a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosana de Oliveira Santos Batista, orientadora da aluna, teceu comentários sobre o trabalho apresentado. Encerrados os trabalhos, a banca examinadora reuniu-se no recinto para deliberar. A mesma decidiu **APROVAR** o trabalho de dissertação, considerando que o mesmo atende aos requisitos da Instrução Normativa nº 01/2018 do PROFCIAMB/UFS. Nada mais havendo a tratar, eu, Rosana de Oliveira Santos Batista, lavrei a presente ata, que depois de lida e **aprovada**, será assinada por mim, pela banca examinadora e pela discente.

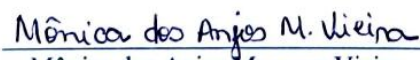
Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", 29 de agosto de 2025.

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosana de Oliveira Santos Batista  
- Presidente/Orientadora -

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Nubia Dias dos Santos  
- Examinadora Externa -

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joelma Carvalho Vilar  
- 1<sup>a</sup> Examinadora Interna -

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Shiziele de Oliveira Shimada  
- 2<sup>a</sup> Examinadora Interna -

  
Mônica dos Anjos Menezes Vieira  
-Discente-

A todas minhas ancestrais que resistiram bravamente ao silenciamento estrutural e trabalharam duro para que hoje eu pudesse ser ouvida. A minha “terna companheira”, que não desistiu até que eu conseguisse expressar meu verdadeiro eu!

## AGRADECIMENTOS

Durante um bom tempo imaginei que escreveria meus agradecimentos com antecedência para não correr o risco de esquecer ninguém. Mas a escrita nunca é um processo linear e nesse ir e vir registrando encontros e memórias a gente se pega tão envolvido apreciando o cenário que até esquece de registrar para além da memória.

Eu programei escrever meus agradecimentos num momento íntimo, onde teria toda uma preparação, como se eu tramasse um encontro planejado com a inspiração, mas quem escreve sabe muito bem que inspiração é uma das coisas mais imprevisíveis na nossa rotina. Então aqui estou eu, escrevendo meus agradecimentos no lugar que me acolheu nos últimos dois anos e meio como nenhum outro.

Lembro-me exatamente do primeiro dia em que estive aqui, foi para defender meu projeto de pesquisa na seleção do mestrado, aquele dia eu nem imaginava que hoje eu estaria nessa mesma sala, entregando a minha dissertação pronta. Então foi aqui que senti de agradecer, aqui onde as vozes ecoam livres, onde temos “*um teto todo nosso*”.

Hoje me sinto extremamente grata em poder fazer parte desse lugar de afetos e memórias, e mais ainda a pessoa que tornou isso possível, minha orientadora a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosana Batista. Registro aqui uma gratidão imensa por toda partilha nesses últimos anos, pela empatia e compreensão, por enxergar em mim coisas que eu não conseguia, por nunca permitir que eu deixasse a peteca cair e me fazer entender que desistir não era opção. Obrigada por ver em mim a professora que eu duvidava ser, cada oficina em cada extensão foi crucial nesse meu movimento de ressignificação. Obrigada pela honra de acreditar em mim e me fazer acreditar também, por destravar meus sonhos e me mostrar que sou perfeitamente capaz de alcançá-los. Obrigada por me mostrar a potência do feminismo para além das palavras, e me ajudar a olhar pra mim com mais respeito, carinho e admiração. Por me orientar para além da pesquisa, para a vida. Obrigada pelos ensinamentos, todos, e não foram poucos! Em todos os momentos que estivemos juntas, você me ensinou sobre algo, mesmo sem perceber.

Agradeço de coração a presença e influência da professora Shiziele Shimada em minha vida acadêmica, foi através do trabalho engajado da professora que eu enquanto estudante do Centro de Educação a Distância (CESAD/UFS) tive acesso como bolsista aos programas de iniciação à docência (PIBID) e residência pedagógica (RP) da Capes. Obrigada por me apresentar ao programa de mestrado e a minha brilhante orientadora. Agradeço também pelas aulas preciosas, especialmente as de metodologia dadas com tanto zelo e dedicação, obrigada pela acolhida desde que nos conhecemos, eu nunca vou esquecer esse contexto.

Faço um agradecimento especial a professora Dr.<sup>a</sup> Núbia Dias dos Santos, a professora Dr.<sup>a</sup> Joelma Carvalho Vilar e a professora Dr.<sup>a</sup> Shiziele de Oliveira Shimada, mulheres preciosas que aceitaram o convite para compor minha banca de defesa, cujas orientações contribuíram ricamente para o engrandecimento da dissertação e aguçaram ainda mais o meu amor pela pesquisa acadêmica. Obrigada pelas valorosas e respeitosas colaborações e mais ainda, por me enxergar!

Não poderia falar sobre gratidão sem mencionar, a minha família. Deixo aqui um agradecimento repleto de amor para meu esposo Júnior, obrigada meu amor por ser porto seguro nesse processo, por todas as palavras de incentivo e fortalecimento, por nunca me deixar duvidar da minha capacidade, por me amparar nas crises e renovar minha confiança. Por cooperar para que eu pudesse me dedicar exclusivamente a pesquisa, você e a FAPITEC/SE, foram fundamentais pra isso (rsrs). Obrigada pelos momentos de descontração e leveza, por ouvir minhas reclamações (que não foram poucas) e sempre trazer um contraponto, pelos nossos “debates” que me ajudaram muito a internalizar os conteúdos tanto das aulas quando da pesquisa. Obrigada por ser meu lar. Um obrigada cheio de amor também aos meus filhos, Lucas e Ana Luísa, por compreenderem a ausência que foi inevitável, e por serem sempre incentivadores, querendo saber da minha pesquisa e elogiando meu trabalho. Obrigada meus amores, amo vocês!

Agradeço aos meus colegas de turma, foi um imenso prazer conhecê-los e partilhar de momentos preciosos, obrigada pelos debates em sala de aula, pelas conversas animadoras, outras nem tanto (rsrs), por compartilhar os medos e incertezas desde o início do processo, mas também as alegrias e realizações, muito obrigada a cada um dos membros do G-13.

A pesquisa acadêmica por vezes é, e acredito que precise ser em alguns momentos, um tanto solitária. É um mergulho profundo em águas desconhecidas e que nem sempre é revigorante, muitas vezes a frustração e o desânimo aparecem e é nesses momentos que a gente percebe a importância de ter ao lado pessoas em quem podemos confiar e desabafar. Obrigada as minhas amigas Janaína, Poliana e Morgana, por serem esse lugar de respiro e reparo de forças, sem vocês esse percurso seria bem mais difícil. Obrigada por compreenderem os momentos em que não pude ser presença, e por todo apoio incondicional, especialmente nesse período final.

Obrigada aos colegas de laboratório, do Grupo de Pesquisa e Ensino em Ciências Ambientais (GPECIAMB) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Filosofia e Educação (NEPGFE) pelo convívio alegre e pelas trocas respeitadas. A querida Lidiana,

parceira de rocha, sempre disposta e apoiadora, sou grata de coração por caminhar lado a lado nesses dois anos, pra você um obrigada tão forte e potente quanto o seu abraço.

Agradeço a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE), que oportunizou as condições materiais para a realização da pesquisa.

Concluo agradecendo ao Pai Celestial, criador de todas as coisas, pelo dom da vida e pela graça de me permitir vivenciar tudo que descrevi brevemente nesta seção. E jamais concluiria sem ressaltar a minha formação primeira, meu pilar, minha mãe Dona dos Anjos e meu pai, Seo Deodato (*in memoriam*), responsáveis por eu estar aqui realizando mais este sonho. Muito obrigada por me estimularem desde cedo o amor pela leitura e o espírito crítico e questionador. Obrigada por me ensinarem a amar histórias e me inspirarem a escrever a minha. Essa conquista é de vocês também. Amo vocês!

*“Entretanto, quando são os olhos de uma mulher que olham para a história, esta não se parece nada com a oficial. Quando são os olhos de uma mulher que estudam a antropologia, as culturas mudam de sentido e de cor. Quando são os olhos de uma mulher que refazem as contas, a economia deixa de ser uma ciência exata e se assemelha a uma política de interesses. Quando são os olhos de uma mulher que rezam, a fé não se converte em véus ou mordanças. Quando as mulheres são as protagonistas, o mundo, o que cremos conhecer, é outro.”*

(Garcia, 2011, p. 110)

## RESUMO

Nas cidades contemporâneas marcadas por desigualdades estruturais, práticas populares de cuidado, como o cultivo de ervas medicinais, seguem sendo invisibilizadas e desvalorizadas pelos discursos hegemônicos sobre desenvolvimento urbano. Essas práticas, muitas vezes protagonizadas por mulheres, constituem formas de resistência, transmissão de saberes ancestrais e construção de redes comunitárias de apoio e pertencimento. Neste contexto, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar como o cultivo urbano de ervas medicinais, realizado por mulheres, pode ser compreendido como prática de resistência, cuidado e construção de cidades mais justas e sustentáveis. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada no método materialista histórico-dialético e em uma perspectiva ecofeminista interseccional, a dissertação foi estruturada em formato multipaper e reúne cinco artigos científicos. O eixo teórico-metodológico contempla autoras e autores que discutem epistemologias feministas, ecologia política, sustentabilidade urbana e saberes tradicionais, articulando conceitos como cuidado, território, oralidade e práxis. A análise bibliográfica foi complementada por uma etapa empírica inicial, na qual foram realizadas entrevistas com mulheres de uma ocupação urbana da cidade de Aracaju/SE, cujos relatos resultaram em um dos artigos da dissertação. Os resultados apontam que o cultivo de ervas medicinais por mulheres urbanas expressa não apenas estratégias de sobrevivência, mas também formas de conhecimento ancestral, organização comunitária e crítica ao modelo hegemônico de desenvolvimento urbano. Como produto técnico-educacional, foi elaborado um livro de cordéis sobre ervas medicinais e práticas de cuidado, voltado à educação ambiental crítica no ensino fundamental II e médio. A produção, inspirada na oralidade popular e nas linguagens artísticas da cultura nordestina, visa valorizar os saberes tradicionais, promover o letramento ambiental e estimular o protagonismo estudantil a partir de uma perspectiva decolonial e emancipadora. Conclui-se que o fortalecimento dessas experiências demanda o reconhecimento de suas contribuições para a sustentabilidade das cidades, bem como a valorização das vozes e saberes populares nos espaços acadêmicos e institucionais.

**Palavras-chave:** Saberes tradicionais. Agricultura urbana. Mulheres. Sustentabilidade. Ecofeminismo.

## ABSTRACT

In contemporary cities marked by structural inequalities, popular care practices such as the cultivation of medicinal herbs remain invisible and devalued by hegemonic discourses on urban development. These practices, often led by women, represent forms of resistance, the transmission of ancestral knowledge, and the construction of community-based support and belonging networks. Within this context, the research investigates how the urban cultivation of medicinal herbs by women can be understood as a practice of resistance, care, and the construction of more just and sustainable cities. Based on a qualitative approach, grounded in the historical-dialectical materialist method and an intersectional ecofeminist perspective, the dissertation is structured as a multipaper format and includes five scientific articles. The theoretical-methodological framework incorporates feminist epistemologies, political ecology, urban sustainability, and traditional knowledge, articulating concepts such as care, territory, orality, and praxis. A bibliographic analysis was complemented by an initial empirical stage, in which interviews were conducted with women from an urban occupation. Their narratives resulted in one of the articles presented in the dissertation. The findings reveal that the cultivation of medicinal herbs by urban women reflects not only strategies of survival but also ancestral knowledge, community organization, and a critique of the hegemonic model of urban development. As an educational and technical product, a booklet composed of cordel poems about medicinal herbs and care practices was developed, aimed at promoting critical environmental education in elementary schools. This production, inspired by popular orality and the artistic languages of Northeastern Brazilian culture, seeks to value traditional knowledge, foster environmental literacy, and stimulate student protagonism from a decolonial and emancipatory perspective. The study concludes that strengthening such experiences requires recognizing their contributions to urban sustainability and valuing popular voices and knowledge in academic and institutional spaces.

**Keywords:** Traditional knowledge. Urban agriculture. Women. Sustainability. Ecofeminism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Benefícios da dissertação em formato multipaper.....	66
<b>Figura 2</b> - Trajetória da fome no Brasil.....	80
<b>Figura 3</b> - Desafios na implementação das farmácias vivas no Brasil.....	109
<b>Figura 4</b> - Disposição final adequada x inadequada de RSU no Brasil 2022(t/ano e %).....	130
<b>Figura 5</b> - Revolução dos Baldinhos: agentes comunitários em ação.....	131
<b>Figura 6</b> - Intervenção pedagógica realizada com as crianças da Comunidade Loteamento Senhor do Bonfim.....	133
<b>Figura 7</b> - Percurso metodológico para a construção do artigo.....	147
<b>Figura 8</b> - Localização da Ocupação Beatriz Nascimento em Aracaju/SE.....	149
<b>Figura 9</b> - Envolvimento das entrevistadas no cultivo das ervas medicinais.....	150
<b>Figura 10</b> - Crianças durante atividade de expressão gráfica na oficina “Nutrir para Florescer” .....	169
<b>Figura 11</b> - Crianças durante atividade de expressão gráfica na oficina “Nutrir para Florescer” .....	170
<b>Figura 12</b> - Oficina de compostagem com garrafas pets.....	171

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Indicadores estatísticos femininos: Ser mulher no Brasil .....	42
<b>Quadro 2</b> - Categorias analíticas da pesquisa.....	63
<b>Quadro 3</b> - Etapas metodológicas da pesquisa .....	64
<b>Quadro 4</b> - Experiências de agricultura urbana protagonizadas por mulheres (2020–2024)..	84
<b>Quadro 5</b> - Hortaliças Não Convencionais.....	89
<b>Quadro 6</b> - Ervas cultivadas pelas participantes da pesquisa .....	153
<b>Quadro 7</b> - Benefícios do cultivo coletivo de ervas medicinais.....	156
<b>Quadro 8</b> - Sequência metodológica da intervenção pedagógica “Nutrir para Florescer”....	167
<b>Quadro 9</b> - Etapas da construção do produto técnico-educacional .....	183
<b>Quadro 10</b> - Estrutura metodológica dos cordéis .....	185
<b>Quadro 11</b> - Estrutura metodológica das oficinas .....	187

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Materiais utilizados na oficina de Compostagem.....	167
---	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BENA	Beatriz Nascimento
CCMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
GPECIAMB	Grupo de Pesquisa e Ensino em Ciências Ambientais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
MHD	Materialismo Histórico-Dialético
MPSE	Ministério Público de Sergipe
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PANCs	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PRADs	Planos para Recuperação de Áreas Degradadas
PROFCIAMB	Programa de Pós-graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEPLOG	Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão de Aracaju/SE
SUS	Sistema Único de Saúde
UFS	Universidade Federal de Sergipe
WHO	World Health Organization (Organização Mundial da Saúde)

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO: A PESQUISA E EU</b> .....	17
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23
<b>RAÍZES</b> .....	24
<i>A crise urbana e os saberes tradicionais das mulheres</i> .....	24
<b>OBJETIVOS</b> .....	26
<b>Objetivo Geral</b> .....	26
<b>Objetivos Específicos</b> .....	26
<b>ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO</b> .....	28
<b>CAPÍTULO I: MULHERES, CIDADE E CULTIVO EM PERSPECTIVA CRÍTICA</b> ...32	
<b>SOLO</b> .....	33
<i>A relação entre gênero e natureza: um breve panorama histórico-crítico</i> .....	33
<i>Ecofeminismo e práticas de cuidado como resistência</i> .....	35
<i>Mulheres, cidade e cultivo em perspectiva crítica</i> .....	36
<i>A produção social da natureza e a cidade como território de disputa</i> .....	37
<i>Feminismo, cuidado e território-corpo</i> .....	40
<i>Saberes populares e práticas de resistência no cultivo urbano</i> .....	46
<i>O cultivo de ervas medicinais como práxis ecofeminista e emancipadora</i> .....	52
<b>CAPÍTULO II: A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA NA DIALÉTICA DA EXPERIÊNCIA FEMININA NO URBANO</b> .....	59
<b>TRONCO</b> .....	60
<i>Delineamento metodológico da pesquisa</i> .....	60
Método de abordagem .....	60
<i>Instrumento teórico-analítico</i> .....	63
<i>Procedimentos e técnicas</i> .....	64
<b>CAPÍTULO III: CAMINHOS POSSÍVEIS PARA CIDADES SUSTENTÁVEIS E PRÁTICAS DE RESISTÊNCIA - RESULTADOS</b> -.....	71
<b>FRUTOS</b> .....	72
<b>EIXO 01: AGRICULTURA URBANA E CIDADES SUSTENTÁVEIS</b> .....	73
<b>ARTIGO 1 - PANCS COMO ESTRATÉGIAS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA: UM OLHAR SOBRE AUTONOMIA FEMININA</b> .....	74
<b>ARTIGO 2 - SABERES POPULARES, TERRITÓRIO E CUIDADO: O CULTIVO DE ERVAS E A CONSTRUÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS</b> .....	96

<b>ARTIGO 3 - COMPOSTAGEM: CICLO FUNDAMENTAL PARA UMA GESTÃO AMBIENTAL EFICAZ EM CONFLUÊNCIA COM A NATUREZA .....</b>	<b>124</b>
<b>EIXO 02 - COMUNIDADES URBANAS E RESISTÊNCIA.....</b>	<b>138</b>
<b>ARTIGO 4 - MULHERES, SABERES E RESISTÊNCIA NO CULTIVO URBANO DE ERVAS MEDICINAIS.....</b>	<b>139</b>
<b>ARTIGO 5 - NUTRIR PARA FLORESCER: EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA COM CRIANÇAS DA COMUNIDADE BARROSIHO EM ARACAJU/SE.....</b>	<b>161</b>
<b>CAPÍTULO IV: PRODUTO EDUCACIONAL - A LITERATURA DE CORDEL NA VALORIZAÇÃO DE SABERES TRADICIONAIS EM CONTEXTOS URBANOS.....</b>	<b>177</b>
<b>GALHOS.....</b>	<b>178</b>
<b>PRODUTO EDUCACIONAL - Livro de Cordéis: <i>Entre o saber e o plantar, a cidade florescerá</i>.....</b>	<b>179</b>
<b>SEMENTES: PARA NÃO TERMINAR.....</b>	<b>190</b>
<b>SEMENTES .....</b>	<b>191</b>
<b>PARA NÃO TERMINAR.....</b>	<b>191</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>195</b>

## APRESENTAÇÃO: A PESQUISA E EU

Na construção desta dissertação revisitei várias vezes o passado, não apenas para realizar a análise dialética materialista que embasa o texto. Precisei voltar para encontrar a minha menina de 14 anos, fazendo sua primeira prova de vestibular seriado, com o coração cheio de esperanças e com o sonho de cursar licenciatura em História na Universidade Federal de Sergipe (UFS).

E nesse exato momento, enquanto escrevo esses parágrafos ouvindo Coldplay, minha banda favorita no universo inteiro, fazendo um daqueles retornos a Mônica da adolescência (*a música tem esse poder sobre mim*), consegui compreender o quanto a minha vida é uma completa sinfonia dialética. Agora, finalmente consegui compreender minha insistência em entender e aprender o método. Não tenho a audácia de dizer que já o domino, seria muita petulância para quem ainda engatinha na pesquisa. Mas o pouco de compreensão que sorvi sobre o materialismo histórico-dialético me ajudou a compreender o caminho em que trilhei a minha própria vida.

Exercitar a dialética materialista subjetivamente me levou de volta a origem. Menina do interior, filha de pai agricultor. Desde criança meu pai plantava roça, e algumas das poucas boas memórias que carrego dele vêm das idas à roça. De preencher aquelas covinhas que ele fazia com a enxada, com exatamente três carocinhos de milho ou feijão. Lembro das risadas do meu pai quando eu me abaixava para pegar qualquer outro grãozinho que caísse a mais que as três que ele havia dito que deviam ser.

Lembro do percurso que fazíamos até a roça, eram aventuras animadoras, andar pelo mato, atravessar riachos sempre querendo parar para um banho (*que quase nunca acontecia*), as frutas que colhíamos no caminho, dos pés de algodão florando, das buchas de tomar banho penduradas no pé, das dormideiras se fechando quando tocadas diante do meu fascinado olhar pueril. E não posso esquecer da pequena capsula amarela de sementes vermelhas (*não consegui encontrar o nome verdadeiro na internet*) que meu pai apelidou de “galo de briga”, nós simulávamos uma “briga” onde cada um dava uma pancada na do outro e quem estourasse primeiro perdia.

Mas, a lembrança que mais que acalenta é a da colheita, conseguir encher os sacos de feijão, ajudar meu pai a colocá-los para secar na calçada, debulhar as vagens e ver vários pacotes de feijão que seriam compartilhados com os vizinhos, o mesmo acontecia com amendoim, macaxeira, bananas de vários tipos. Meu pai sempre teve no coração o amor por cultivar a terra,

ele acreditava que um dia a terra seria um paraíso, onde todos teriam suas porções de terra e poderiam plantar o que quisessem tendo fartura de alimentos que seriam partilhados de forma igualitária. Enquanto ele não via isso acontecer seguia plantando em qualquer lugar que lhe fosse possível. Quando não conseguia arrendar um pedaço de terra de algum grande proprietário, ele plantava em menor escala no próprio quintal.

Cresci em Japaratuba/Se uma cidade pequena e pacata, destarte o ambiente urbano predominava e dentro daquele urbano ainda que pequeno, eu podia também explorar uma pequeníssima fazendinha. Nosso quintal era enorme e meu pai se dividia entre criar frangos de postura e seus cultivos, tínhamos no quintal boas árvores frutíferas, jaca mole, banana, mamão e graviola nunca nos faltou. Nem para nós nem para nossos vizinhos. Meu pai plantava de tudo que podia, feijão, fava, macaxeira, cana, jiló, pitanga, até morango e uva ele plantou, e teve êxito (*esses dois últimos eu comi algumas vezes escondido enquanto ainda estava verdes*). Meu pai era agricultor, ele não exercia a agricultura como profissão, ele cultivava a terra por amor e para complementar o sustento da família.

Meu pai nunca vendeu o que plantava, apesar de se dividir numa jornada tripla para conciliar o trabalho voluntário de ministro religioso, o profissional de técnico em eletrônica (*que não dava grandes lucros pois, a época na cidade, eram poucos os donos de aparelhos eletrônicos*) e o de agricultor para complementar o sustento da família, ele sentia prazer em dividir seus excedentes com vizinhos, amigos e necessitados, não acumulava por medo de não ter o do depois, e nem plantava só pra ele, partilhava e seguia plantando.

Minhas palavras não têm qualquer intenção de romantizar a relação homem-natureza, muito menos de superestimar a imagem do meu pai. Ele foi só mais um dos milhares que trabalhavam preparando a terra, para que os grandes proprietários de terra pudessem explorá-la e extrair dela o maior lucro possível. Mas, essa reflexão sobre a relação do meu pai com a natureza me mostrou curiosamente que, de forma inconsciente, as crenças e ideais do meu pai conversavam muito com o socialismo utópico. Não que ele tivesse um posicionamento direto em relação à política e ao Estado, todavia, almejava uma sociedade idealista, sem divisão de classes, ou modos de produção privada, muito menos competição por lucro, e acima de tudo, um cenário de não exploração da natureza.

Ele vivia a natureza, e a tratava com respeito e consideração, digo até que a relação dele com a natureza era uma de suas formas de demonstrar amor. Sim, mas essa é uma visão pessoal e romantizada que guardo para mim. Entretanto essa reflexão sobre a base da minha criação fez com que o tema da minha pesquisa fizesse sentido para mim. Meu pai agricultor plantou

também em meu coração a admiração e o desejo de praticar pequenos cultivos domésticos, mesmo que numa escala absurdamente menor.

Hoje, moro em Aracaju, capital do estado de Sergipe, e não tenho mais acesso a áreas rurais para me dedicar a plantação. Mas, o universo me presenteou com um parceiro muito legal, ao lado de quem consegui conquistar dentro de um grande centro urbano, cercado de concreto, preciosos 7m de jardim estendido em nossa varanda. Nesse pequeno espaço, eu consigo minimamente me reconectar com minha ancestralidade, pelo aterramento e pelo cultivo de hortaliças para o uso diário, algumas ervas medicinais e aromáticas e ornamentais. Na minha varanda, em minha minúscula selva urbana ainda em construção, consigo me reconectar com minha origem.

A agricultura urbana me fez voltar os olhos para minhas raízes, a de certa forma, fazer as pazes com o meu passado, e acima de qualquer coisa, me possibilitou olhar para o meu pai com um carinho que eu não sabia mais que existia. No início dessa narrativa eu disse que meu sonho acadêmico era ser professora de história, esse foi o resultado do meu primeiro teste vocacional feito no primeiro ano do ensino médio, sim, eu queria ser professora, porque minha mãe repetia constantemente que emprego bom para o pobre era ser professor.

Minha mãe pertence a geração de transição entre a primeira e segunda metade do século XX, ela cresceu sob a influência de uma sociedade onde o magistério ocupava uma posição de prestígio e reconhecimento social. Ser professor(a) era ser reconhecido como um agente do progresso, a profissão tinha autoridade e prestígio, era um trabalho visto como uma missão na formação da intelectualidade e da moral da juventude. O salário embora modesto, garantia uma vida relativamente digna, de acordo com o tamanho da família, principalmente em cidades pequenas.

Sabemos que, com o passar das décadas a profissão foi caindo na precariedade. A massificação da educação exigiu um número cada vez maior de profissionais sem que houvesse o devido investimento estatal em garantir aos mesmos, melhores condições de trabalho. A profissão antes respeitada começou a ser estigmatizada pela sobrecarga e pela desvalorização e o(a) profissional do magistério passou a ser visto como um mero executor de políticas educacionais impostas de cima pra baixo.

Cenário que só piorou com a disseminação da ideia de que a educação deveria seguir a lógica de mercado e com sua privatização, ocasionando o esgotamento dos(as) profissionais da área que passaram a sofrer com a precarização dos contratos de trabalho, e conseqüentemente com a exploração construída a partir da necessidade de acumular múltiplas jornadas.

Embora a situação do magistério na nossa realidade seja socialmente decadente, ainda existe uma centelha no meu coração que brilha pela educação. Eu acredito na educação, eu não consigo conceber um futuro sem educação, os melhores resultados alcançados pela sociedade são fundamentados por ela. Sigo vendo nos(as) profissionais do magistério uma categoria que não se rende (*em partes*). As contradições do sistema educacional geraram resistência, organização e uma luta que segue através dos movimentos sindicais protestando e reivindicando direitos, valorização e justiça social. Eu prefiro acreditar na força de uma categoria que se dedica a procurar alternativas de superação diante da impiedosa lógica capitalista.

Sim, eu sigo encantada pela História, ela é fundamental para que não esqueçamos e não repitamos os mesmos erros. Mas, a geografia, além de ajudar a entender a nossa história nos ensina a dar exercício a nossa existência, e foi nela que encontrei respostas para as minhas inquietações. Foi à luz do conhecimento geográfico que me deu clareza e fundamentou a criticidade no meu percurso curioso de procurar explicações para a realidade. A geografia me impulsionou a questionar-me enquanto ser humano e enquanto professora. A geografia me apresentou mulheres incríveis, que me despertaram para a pesquisa no campo das ciências ambientais, e me apresentaram àquele que um dia já estive nos meus pesadelos, o método científico.

Embora tenha cursado geografia na modalidade à distância pela UFS, consegui acesso ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e ao Programa de Residência Pedagógica, ambos na posição de bolsista. Participar desses dois programas foi fundamental não apenas para minha qualificação docente, mas para a qualidade da minha vida acadêmica. O contato com a escrita científica e a apresentação de trabalhos em eventos me deixavam cada vez mais certa que queria continuar seguindo por esse caminho.

Pouco antes da minha colação de grau, em maio de 2022, recebi o convite da Professora Rosana Batista para fazer o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB). Fiquei numa felicidade que não cabia em mim, por mais que eu não botasse tanta fé que conseguiria, a professora Rosana acreditava que era possível sim, então arregacei as mangas, e fui do zero escrever um projeto de pesquisa para tentar a seleção naquele mesmo ano.

Hoje eu olho para o meu pré-projeto e acho graça da ingenuidade com a qual o escrevi. A cada fase do processo que eu conseguia seguir, ia ficando cada vez mais animada e torcendo muito para dar certo, até chegar o dia da defesa do projeto e uma das professoras da banca me questionar sobre o método científico que utilizaria. Ali eu tive certeza de que não ia acontecer,

me senti péssima por não conseguir defender com clareza a minha escolha pelo método (*essa é uma longa história*). Mas deu! E eu não consegui acreditar até o dia da matrícula.

No evento de boas-vindas, tive vontade de desistir quando vi os egressos apresentando suas pesquisas, utilizando palavras e termos que eu nunca tinha ouvido. Naquele instante, me senti incapaz como nunca e fui tomada por uma baita crise de ansiedade. Com certeza se não tivesse recebido o acolhimento e as palavras fortalecedoras que recebi não teria voltado no dia seguinte. Olhei para o lado e vi que não era a única que praticamente não tinha ideia do que estava fazendo ali. Apesar do medo, nos sentimos abraçados na aula inaugural e seguimos, dali surgiu o G-13 – nome que batizamos nossa turma.

Cada aula era uma experiência incrível, as leituras, os debates, era tudo muito bom, as trocas com as professoras(es) eram muito enriquecedoras. Fui agraciada por estar em uma turma com pessoas de variadas formações, diferentes vivências e concepções de mundo, mas todos sempre muito respeitosos e com a mesma vontade de aprender.

Não posso negar que em alguns momentos duvidei se seria capaz de compreender os conteúdos, tendo em vista que eram inéditos pra mim, mas a persistência e paciência do corpo docente servia de encorajamento. Agradeço por ter ouvido quem confiou em mim desde o início e não ter desistido. Apesar das dificuldades nesses dois anos de mestrado eu aprendi tantas coisas, tantas vendas caíram dos meus olhos, fui aprendendo a observar melhor, a ler e me aprofundar nas teorias, perdi as contas de quantas vezes me desconstruí, reconstruí, ressignifiquei.

As Ciências Ambientais nos apresentam um leque incrível de contradições que passam facilmente batidas pelo nosso dia a dia. Já falei muito que a geografia nos ajuda a moldar a nossa visão de mundo e está em tudo, mas a vivência das Ciências Ambientais refina e amplia muito o campo de visão e elevam o patamar da criticidade sobre o modelo econômico que vivemos.

Compreender o Materialismo Histórico-Dialético enquanto método não foi apenas uma realização acadêmica, para que eu conseguisse estruturar e defender minha pesquisa. Foi também uma realização pessoal, um verdadeiro chá revelação no sentido de compreender e perceber meu lugar na sociedade. Lembro de nas aulas a professora Rosana dizer que o método somos nós, a nossa forma de enxergar o mundo, e mergulhando pra entendê-lo eu consegui me entender e posicionar no mundo, enquanto cidadã. No fundo ele sempre esteve ali, nós só não havíamos sido apresentados ainda.

O contato com o grupo de pesquisa e nossas conversas no laboratório firmaram cada vez mais a minha escolha pelo método, é nele que pretendo seguir, ainda que em constante desconstrução e reconstrução, continuar aprendendo sobre o método científico me deixa muito feliz no sentido mais amplo da palavra.

Sei bem sobre os desafios da vida acadêmica, especialmente num cenário onde essa escolha seja abertamente hostilizada e subestimada por alguns. Mas como disse anteriormente, eu acredito na educação, acredito no potencial da pesquisa acadêmica de propor melhorias significativas para a sociedade tanto em macro quanto em micro escalas, e sinto uma satisfação e alegria imensuráveis em poder deixar a minha singela contribuição para este campo.

A experiência do mestrado foi um grande presente, não apenas pelas pessoas que conheci e com quem aprendi tanto, pela partilha respeitosa e enriquecedora, mas, mais ainda pelos desafios. Estar no mestrado fez com que revivesse memórias adormecidas, e olhasse com reverência para minha ancestralidade num caminho de reconexão. Hoje consigo me enxergar com carinho, confiança e honrar minha jornada com amor, leveza e respeito.

Um dia desses uma amiga postou um vídeo com os seguintes dizeres: *“Você já parou para pensar que sua versão de cinco anos atrás, iria te achar incrível por tudo que você é hoje? Enquanto você se cobra, ela estaria te aplaudindo!”*. Já me cobrei tanto por tudo que ainda não fiz, e esqueci que hoje vivo silenciosamente os sonhos de uma versão minha que só queria chegar até aqui. A minha versão de hoje é exatamente a que eu tanto desejei anos atrás. Reconheço o quanto cresci, aprendi, amadureci. Cada desafio enfrentado mesmo com medo, deixou um traço de força e coragem. Já realizei vários sonhos e tenho tantos outros a realizar.

Hoje eu fui além de revisitar a versão de cinco anos atrás como dizia a postagem, voltei um pouco mais, para encontrar a Mônica de 2010, ouvindo a doce voz de Corinne Bailey Rae, explodindo de orgulho da que somos hoje.

É isso, garota, conseguimos!



INTRODUÇÃO

## RAÍZES

As raízes de uma árvore são responsáveis pelo seu sustento e por fixá-la na terra e encarregada de sua nutrição. Mergulhadas no solo, são também memória e conexão com aquilo que nos antecede. Nesta dissertação, a seção intitulada “Raízes” evoca não apenas os fundamentos teóricos e políticos que sustentam a pesquisa, mas também a trajetória situada de quem a escreveu, marcada por vivências, escutas e compromissos construídos ao longo do tempo.

A escolha por investigar o cultivo de ervas medicinais em territórios urbanos a partir da perspectiva feminina não é fruto de uma inquietação apenas acadêmica, mas de um encontro entre saberes que atravessam a vida, o corpo e o território. Esta pesquisa nasce da experiência, do diálogo com o chão onde se pisa, com as vozes que compartilham o cuidado como prática cotidiana, e com a cidade como lugar de conflitos e de resistências.

Esta seção reúne, portanto, as bases que alimentam a pesquisa: a apresentação da autora, a introdução ao tema, os dilemas que a impulsionam, os objetivos que a orientam e a estrutura que a organiza. É neste solo escuro e fértil das raízes, onde se entrelaçam afetos, perguntas e compromissos, que germina a árvore do conhecimento aqui cultivada. Desejo que a leitura desta dissertação seja prazerosa, agradável e que proporcione reflexões frutíferas e contribua para ampliar os diálogos sobre cuidado, resistência e sustentabilidade nos territórios urbanos.

### *A crise urbana e os saberes tradicionais das mulheres*

Nas últimas décadas, o avanço da urbanização acelerada no Brasil tem intensificado as desigualdades sociais e ambientais nas cidades, afetando de maneira desproporcional a vida das mulheres, sobretudo aquelas que habitam os territórios periféricos. A análise da literatura revela também, um crescimento significativo nas pesquisas voltadas ao cultivo de plantas medicinais, aromáticas e alimentícias em contextos urbanos, relacionando tais práticas à promoção da saúde, soberania alimentar, sustentabilidade e preservação de saberes ancestrais, especialmente no período que precedeu a pandemia de covid-19. Essas ações, especialmente quando protagonizadas por mulheres em territórios periféricos, têm sido interpretadas como formas de resistência frente à precarização das condições de vida (Bertoli, 2018; Kohlhepp; Moura, 2021).

Nesse contexto, emerge a questão central desta pesquisa: *Diante das desigualdades sociais e ambientais que atravessam os contextos urbanos, de que maneira a participação de mulheres no cultivo de ervas medicinais e aromáticas pode ser compreendida como uma prática de resistência, cuidado e promoção de sustentabilidade, ancorada em saberes populares e no fortalecimento de redes comunitárias?*

Esta questão central emergiu de uma vivência concreta junto a mulheres que, em meio à vulnerabilidade urbana, cultivam ervas medicinais em pequenos quintais e espaços coletivos. A convivência e o diálogo com as moradoras da Ocupação Beatriz Nascimento, em Aracaju/SE, despertaram a percepção de que o cultivo dessas plantas transcende o uso terapêutico, configurando-se como prática de resistência, vínculo comunitário e afirmação de saberes tradicionais. Foi desse encontro entre a experiência empírica e o olhar teórico que nasceu a inquietação que orienta esta investigação.

A pesquisa se insere no contexto do século XXI, em um cenário urbano marcado por profundas desigualdades socioespaciais, crises ambientais e disputas pelo direito à cidade. Neste cenário as mulheres, em especial mulheres negras e periféricas, enfrentam historicamente desafios significativos em relação ao acesso à saúde, autonomia econômica e fortalecimento de suas redes de apoio. De modo que, práticas tradicionais como o cultivo e uso de ervas medicinais emergem como formas de cuidado de si, do outro e do território, ao mesmo tempo em que reafirmam saberes tradicionais, vínculos comunitários e protagonismo político.

O recorte temporal escolhido abrange especialmente as duas primeiras décadas deste século, período em que se intensificam os debates sobre justiça ambiental, segurança alimentar e o papel das mulheres na promoção de formas alternativas de sustentabilidade urbana. Do ponto de vista espacial, a investigação toma como referência experiências urbanas brasileiras, sem se limitar a um território específico, mas considerando dinâmicas que se expressam de maneira recorrente em diversos centros urbanos.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar, situada no cruzamento entre os campos da geografia urbana, dos estudos de gênero e dos saberes ambientais. Articula referenciais críticos que reconhecem o cultivo de ervas como prática social enraizada em tradições populares e estratégias de resistência, compreendendo a cidade como espaço de disputa simbólica e material e os saberes femininos como tecnologias de cuidado e sustentação da vida.

## OBJETIVOS

### Objetivo Geral

Investigar como a participação feminina na agricultura urbana, através do cultivo de ervas aromáticas e medicinais, pode ser interpretado como prática de resistência, cuidado e sustentabilidade em contextos urbanos marcados por desigualdades sociais.

### Objetivos Específicos

- Identificar os fatores sociais, culturais e subjetivos que moldam o cultivo urbano de ervas medicinais e aromáticas por mulheres, compreendendo como essa prática se articula como forma de resistência frente às desigualdades sociais e ambientais nas cidades.
- Examinar a relação do cultivo urbano de ervas medicinais com a construção de cidades sustentáveis, por meio da valorização de saberes populares e do fortalecimento comunitário;
- Avaliar como o uso de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) contribui para fortalecer práticas sustentáveis na agricultura urbana, colaborando para o desenvolvimento de cidades sustentáveis e a autonomia feminina;
- Desenvolver um produto técnico-educacional que sistematize os saberes e experiências relacionados ao cultivo urbano de ervas medicinais por mulheres, com o intuito de fomentar reflexões críticas sobre cuidado, sustentabilidade e resistência no contexto urbano.

A pesquisa ganha relevância ao lançar luz sobre um campo ainda pouco explorado pelos estudos urbanos e de gênero: o cultivo de ervas medicinais e aromáticas por mulheres nas cidades brasileiras. Embora existam pesquisas consolidadas sobre agricultura urbana e justiça ambiental, é escassa a produção que articule especificamente essas práticas ao protagonismo feminino como estratégia de resistência, cuidado e sustentabilidade. Ao mapear os saberes e experiências dessas cultivadoras, a pesquisa contribui para preencher essa lacuna, revelando

como, em meio ao concreto e ao cimento, brotam formas singulares de cuidado coletivo e de insurgência contra os espaços excludentes das metrópoles.

Além do aporte acadêmico, ao iluminar as relações entre território, saber e resistência, a pesquisa contribui para a ampliação das discussões sobre sustentabilidade urbana, para a valorização dos conhecimentos tradicionais e para o reconhecimento das mulheres como agentes centrais na construção de alternativas sociais e ambientais mais justas. Nesse sentido, seus resultados, além de preencher lacunas teóricas, poderão inspirar políticas públicas e práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social e a transformação das cidades em espaços verdadeiramente sustentáveis.

Quanto a relevância acadêmica, social e ambiental, a pesquisa justifica-se ao estar alinhada aos objetivos do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB), que visa promover estudos interdisciplinares e aplicados sobre questões ambientais, com foco na sustentabilidade e na transformação social. Ao passo que integra os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, em especial o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), e demonstra como práticas locais contribuem para metas globais, e fortalecem a conexão entre ensino, pesquisa e extensão na área das ciências ambientais.

No âmbito científico, a pesquisa contribui diretamente no sentido de fortalecer os estudos sobre interseção entre gênero, sustentabilidade e agricultura urbana, temas que ganharam certa visibilidade, mas ainda demandam aprofundamento tendo em vista sua complexidade.

No que concerne ao impacto social, a pesquisa impacta diretamente ao valorizar saberes ancestrais e práticas comunitárias que fortalecem a resiliência de grupos em situação de vulnerabilidade. Ao dar visibilidade a essas experiências, a dissertação reconhece o papel dessas mulheres como agentes de transformação, e sensibiliza para a necessidade de políticas públicas que incentivem a agricultura urbana e o uso sustentável de recursos naturais.

O foco deste estudo foram as mulheres, pelo fato de geralmente tomarem para si as responsabilidades relativas às práticas de cuidado e cura do processo saúde-enfermidade no contexto familiar e social. A escolha da temática sobre o uso de ervas medicinais no contexto da agricultura urbana é especialmente relevante em um momento em que questões sobre sustentabilidade, acesso a alimentos saudáveis e bem-estar comunitário ganham destaque. A agricultura urbana, além de fornecer recursos alimentares e medicinais, cria espaços de

convivência e troca de saberes, fortalecendo os laços comunitários e promovendo a autonomia das mulheres envolvidas (Batitucci et al., 2019).

## **ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

Com o propósito de responder à questão de pesquisa e alcançar os objetivos delineados nesta dissertação, adotou-se uma abordagem de natureza qualitativa e caráter exploratório, centrada na análise teórica e na reflexão crítica sobre o fenômeno investigado. Trata-se de uma pesquisa básica, cujo objetivo principal é aprofundar a compreensão sobre as práticas de cultivo de ervas medicinais e aromáticas por mulheres em contextos urbanos, interpretando-as à luz das contradições estruturais presentes nas cidades contemporâneas (Gil, 2017).

A investigação orienta-se metodologicamente pelos fundamentos do materialismo histórico-dialético, método que “[...] compreende a realidade viva, dinâmica, com conflitos e movimento” (Bressan; Brzezinski, 2022, p. 3). Para Mesquita e Gonçalves (2024, p. 166), “[...] esse método fornece uma estrutura teórica para analisar as relações sociais, as dinâmicas históricas e as transformações políticas e econômicas”. Desta forma essa abordagem permite apreender as relações entre as práticas cotidianas de cuidado e resistência protagonizadas por mulheres e as determinações históricas, sociais e econômicas que atravessam essas experiências.

Como técnicas de investigação, foram utilizadas a revisão bibliográfica sistematizada e a análise documental de fontes acadêmicas, políticas e institucionais relacionadas ao tema. Tais procedimentos viabilizam uma leitura crítica das estruturas e processos que moldam as práticas populares de cuidado no espaço urbano, possibilitando o diálogo entre diferentes campos do saber e contribuindo para o fortalecimento de uma epistemologia situada e comprometida com a transformação social (Lima; Miotto, 2007).

O percurso da pesquisa envolveu duas experiências empíricas complementares. A primeira foi realizada na comunidade Barrosinho situada no Loteamento Senhor do Bonfim, no bairro Farolândia, zona sul da capital Aracaju/SE. Trata-se de uma região habitada em sua maioria por famílias de baixa renda e apresenta um histórico de precariedade em infraestrutura urbana e acesso a políticas públicas. A comunidade tem raízes em grupos tradicionais de pesca artesanal, atividade que, durante anos, foi a principal fonte de sustento das famílias. No entanto, com o avanço da urbanização e o processo de verticalização do bairro, intensificado a partir de

2003, grande parte do território pesqueiro foi suprimida. Esse cenário levou ao abandono da atividade tradicional e à inserção dos moradores em formas de trabalho urbano precarizado, como empregos no comércio, na construção civil, em fábricas e no trabalho doméstico (França; Rezende, 2014).

A comunidade recebe ajuda financeira de apoiadores que idealizaram o projeto nomeado “Prevenção do Amanhã” no intuito de que oferecer apoio pedagógico para as crianças da comunidade no contraturno escolar. Além de contribuir na formação dos pequenos cidadãos o projeto serve ainda como apoio para as famílias que carecem de rede apoio com os filhos enquanto os pais trabalham, evitando que eles fiquem desacompanhados em casa ou na rua.

A experiência aconteceu como parte de uma proposta pedagógica voltada à Educação Ambiental crítica durante o período das disciplinas do mestrado. Nesse contexto foi realizada uma oficina pedagógica na comunidade onde trabalhou-se o tema do cuidado e da sustentabilidade a partir do cultivo e da compostagem, prática que resultou no artigo “Nutrir para florescer: Educação ambiental crítica com crianças da comunidade Barrosinho em Aracaju/SE” onde os detalhes sobre a vivência, o público envolvido e as atividades desenvolvidas encontram-se descritos na seção Frutos, dedicada à apresentação dos resultados da pesquisa.

A segunda experiência empírica ocorreu na Ocupação Beatriz Nascimento, situada na zona norte de Aracaju/SE, nas proximidades do bairro Porto Dantas. O território surgiu em 2019, a partir da mobilização de famílias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto de Sergipe (MTST/SE), que lutam pelo direito à moradia e pela regularização fundiária da área. A comunidade é composta majoritariamente por mulheres negras e chefes de família, que enfrentam cotidianamente a ausência de infraestrutura básica, a insegurança alimentar e a escassez de políticas públicas voltadas à promoção da dignidade e da saúde ambiental.

As moradias foram erguidas de forma autogestionada, por meio de mutirões organizados pelos próprios moradores, utilizando materiais reciclados e reaproveitados em um terreno alagadiço e desprovido de saneamento. Apesar das condições adversas, a Ocupação Beatriz Nascimento consolidou-se como um espaço de resistência e solidariedade, no qual as mulheres desempenham papel central na construção de vínculos comunitários, na mediação de conflitos e na manutenção de práticas de cuidado como o cultivo de ervas medicinais e aromáticas em pequenos quintais e canteiros coletivos.

A inserção nesse território ocorreu de forma orgânica e coerente com as inquietações que orientaram esta pesquisa, permitindo compreender como o ato de cultivar pode se configurar como gesto político e emancipador, enraizado em saberes populares e experiências de resistência feminina. Essa vivência constituiu o núcleo empírico central da investigação, resultando no artigo “Mulheres, saberes e resistência no cultivo urbano de ervas medicinais”, cujos detalhes e análises também encontram-se descritos na seção Frutos, dedicada à apresentação dos resultados da pesquisa.

Assim, o percurso entre as duas experiências, a oficina pedagógica na Comunidade Barrosinho e o trabalho de campo na Ocupação Beatriz Nascimento, representa uma trajetória de amadurecimento metodológico e teórico, em que o diálogo entre ensino, pesquisa e extensão permitiu articular práticas educativas, saberes tradicionais e dimensões políticas do cuidado no contexto urbano.

Considerando os objetivos desta pesquisa e sua proposta de contribuição para o campo da Educação Ambiental crítica e da sustentabilidade urbana, optou-se por estruturá-la no formato multipaper, também conhecido como dissertação em forma de artigos. Esse modelo, além de contemplar os critérios acadêmicos exigidos pelos programas de pós-graduação, favorece a publicação e a socialização do conhecimento científico em canais qualificados, contribuindo para a visibilidade da produção e para o avanço da área de estudo, corroborando Vieira (2020, p. 10) quando afirma que trabalhos acadêmicos “[...] estruturados em formato de artigo podem acelerar a circulação da produção, elevando, em potencial, o número de leitores e sua eficácia no ensino, já que apresenta os resultados de maneira mais concisa”.

Inspirada na simbologia da árvore como metáfora da construção do conhecimento, a estrutura do trabalho é dividida em seis partes: Raízes, Solo, Tronco, Frutos, Galhos e Sementes.

A seção “Raízes” apresentou a introdução, os fundamentos que justificam a pesquisa, os objetivos e a organização da dissertação. Em “Solo”, são apresentados os aportes teóricos que sustentam a investigação, em diálogo com autores e autoras que discutem as relações entre gênero, território, cuidado e saberes populares. O “Tronco” corresponde à metodologia da pesquisa, detalhando os caminhos teórico-metodológicos e os procedimentos adotados na construção dos artigos.

A seção “Frutos” contempla os resultados da pesquisa, apresentados por meio de cinco artigos organizados em dois eixos temáticos, definidos a partir das convergências conceituais e

empíricas entre os estudos. O primeiro eixo, intitulado “Agricultura urbana e cidades sustentáveis”, reúne os três primeiros artigos, voltados à análise de práticas como o cultivo de PANCs, o uso de ervas medicinais e a compostagem em contextos urbanos, com foco na sustentabilidade e na valorização dos saberes tradicionais. O segundo eixo, “Comunidades urbanas e resistência”, agrupa os dois últimos artigos, de caráter empírico, que analisam experiências de cuidado, resistência e educação ambiental protagonizadas por mulheres e crianças em territórios vulnerabilizados.

Essa divisão tem como propósito evidenciar a complexidade dos fenômenos investigados e facilitar a leitura crítica dos resultados, respeitando a singularidade de cada abordagem sem perder de vista a unidade do projeto de pesquisa. Em “Galhos”, é apresentado o produto técnico-educacional, um livro de cordéis voltado à valorização dos saberes femininos e populares relacionados ao cultivo de ervas medicinais no contexto urbano. Por fim, “Sementes” abriga as considerações finais, onde são sintetizadas as principais contribuições do trabalho e apontadas possibilidades de continuidade da pesquisa em futuras sementeiras acadêmicas e educativas.



**CAPÍTULO I:  
MULHERES, CIDADE E  
CULTIVO EM  
PERSPECTIVA CRÍTICA**

*“As mulheres foram as primeiras agricultoras, curandeiras, parteiras e sacerdotisas. Foram as guardiãs dos segredos da terra. Resgatar esses saberes é resgatar o próprio futuro.”*

(Vandana Shiva)

## SOLO

O solo é o corpo da terra. Lugar de memória e germinação, onde repousam sementes antigas e se preparam futuros possíveis. É matéria viva, território de conflitos e possibilidades, onde tudo o que brota carrega a marca do que foi depositado. Nesta dissertação, o solo representa o referencial teórico: é aqui que se adensam os fundamentos críticos que nutrem e sustentam o olhar lançado sobre o cultivo de ervas medicinais por mulheres em contextos urbanos.

Ao adentrar essa camada do trabalho, mergulhamos em reflexões que articulam a produção social da natureza, a construção das cidades como territórios de disputa, os feminismos como crítica e projeto, e os saberes populares como formas de resistência. A escolha por cultivar essas ideias no mesmo solo não é casual: elas compartilham uma crítica ao modelo hegemônico de cidade e de ciência, ao mesmo tempo em que propõem caminhos enraizados em práticas de cuidado, justiça ambiental e emancipação.

É neste terreno fértil, ainda que marcado por fissuras e desigualdades, que se desenham os contornos teóricos da pesquisa. Cada tópico deste capítulo corresponde a uma camada desse solo, onde conceitos, autoras e autores dialogam entre si para sustentar as análises desenvolvidas nos capítulos seguintes.

### *A relação entre gênero e natureza: um breve panorama histórico-crítico*

O vínculo entre humanos com o meio ambiente varia de acordo com as necessidades e estruturas sociais de cada grupo. Em sua obra, *A Vingança de Platão*, William Ophuls faz um breve panorama da relação homem-natureza<sup>1</sup>, pré-civilização. Ele afirma que nossos antepassados levavam uma vida atribulada e com “[...] hábitos e costumes sórdidos e ocasionalmente selvagens” que “[...] antes de aprenderem a viver em equilíbrio exterminaram a fauna e devastaram a flora” (Ophuls, 2011, p. 19).

A relação entre seres humanos e a natureza sempre foi marcada por interações complexas e dinâmicas, essas interações também foram moldadas por questões de gênero, que

---

<sup>1</sup> A expressão “homem-natureza”, embora amplamente utilizada em obras clássicas, carrega uma formulação androcêntrica que historicamente invisibilizou a presença e a atuação das mulheres nas dinâmicas socioambientais. Neste trabalho, reconhece-se esse viés e opta-se por uma leitura crítica do termo, compreendendo-o como uma generalização que deve ser problematizada à luz das contribuições femininas e dos saberes tradicionalmente excluídos da narrativa dominante.

determinaram diferentes formas de engajamento com o mundo natural, onde homens e mulheres desempenharam papéis diferentes ao longo da história (Albuquerque, 2007).

Nas sociedades ancestrais, a divisão do trabalho entre homens e mulheres muitas vezes refletia uma conexão diferenciada com a natureza. Os homens geralmente estavam associados à caça e à exploração de recursos em escalas maiores, enquanto as mulheres, responsáveis pela coleta de alimentos e plantas medicinais. As atividades desempenhadas pelos homens lhes eram atribuídas como humanas ou racionais, planejadas, já àquelas desempenhadas pelas mulheres, vistas como determinadas por algo intrínseco em sua natureza (Mies, 2016).

A visão estereotipada dos trabalhos masculinos e femininos foram construídas socialmente, e atravessadas pela crença na inferioridade da mulher como sujeito social. Ainda hoje, muitas dessas representações persistem e influenciam a forma como saberes tradicionais são valorizados ou deslegitimados. De acordo com Jacobi, Empinotti e Toledo (2015, p. 1), “[...] é importante reconhecer que a forma como as mulheres interagem com o meio ambiente é fruto das relações sociais que preestabelecem responsabilidades específicas para as mulheres em função de relações de gênero”.

Essa divisão inicial, no entanto, também carregava consigo uma diferenciação de poder. As atividades masculinas, geralmente associadas ao domínio da natureza e ao controle de recursos, começaram a ser vistas como mais valiosas nas sociedades patriarcais que surgiram ao longo do tempo. Com o desenvolvimento da agricultura, essas diferenças se intensificaram. Os homens passaram a dominar as atividades de cultivo em grande escala e a domesticação de animais, enquanto as mulheres continuaram a ser as principais guardiãs do conhecimento sobre ervas e plantas, além de gerenciar hortas domésticas (Aro; Ferrante, 2013).

Esta divisão reforçou a associação das mulheres com a natureza, mas também resultou em uma desvalorização desse trabalho em relação às atividades mais visíveis e economicamente valorizadas desempenhadas pelos homens. O trabalho das mulheres, embora vital para a sobrevivência das comunidades, foi gradualmente relegado a um status secundário, muitas vezes invisibilizado ou subvalorizado (Schnorrenberger, 2021).

A disparidade entre homens e mulheres em suas interações com a natureza já existia durante o processo de acumulação primitiva que antecedeu o sistema capitalista de produção, e continuou sendo amplificada após este. O processo de industrialização e urbanização trouxe novas dinâmicas, as quais, consideravam cada vez mais a natureza como um recurso a ser explorado em nome do progresso econômico (Silva; Valva, 2015). A força bruta e a extração

de recursos, frequentemente associadas ao trabalho masculino, foram glorificadas, enquanto as práticas de cuidado, historicamente desempenhadas pelas mulheres, foram marginalizadas.

O resultado obtido ao longo do tempo foi desastroso pois culminou em práticas que desconsideraram os princípios de sustentabilidade<sup>2</sup>. Enquanto isso, no que diz respeito a interação feminina com a natureza, especialmente em contextos rurais e indígenas, continuou a exercer um papel essencial na conservação da biodiversidade e na manutenção de práticas sustentáveis, muitas vezes em resistência às forças de exploração e degradação ambiental.

### ***Ecofeminismo e práticas de cuidado como resistência***

Os movimentos feministas e ecológicos são uma fonte de resgate e valorização das práticas tradicionais femininas, que enfatizam a harmonia com a natureza e a preservação dos recursos. Destacam que, enquanto o modelo dominante de exploração da natureza contribuiu para a crise ambiental atual, as práticas femininas de cuidado e de convivência sustentável com o meio ambiente podem oferecer soluções para a restauração dos ecossistemas e para a construção de um futuro mais equilibrado (Chevalley; Guimarães, 2024).

Foi através da criação desses movimentos que o papel da mulher na sociedade começou a ser contestado e reivindicado. Mais precisamente a partir dos anos 1970, a vertente ecofeminista<sup>3</sup> “[...] surge como um pensamento crítico sobre a interconexão entre a dominação da natureza pelos seres humanos e a dominação feminina aos homens” (Roso; Espíndola, 2019 p. 60). Esse movimento converge para questionar as dinâmicas de exploração da natureza e opressão de gênero enfatizado como estão interligadas e derivam de um mesmo sistema de dominação patriarcal, que valoriza o controle, o poder e a exploração em detrimento do cuidado, da preservação e da harmonia.

Entender as diferentes relações de homens e mulheres com a natureza ao longo da história é fundamental para discutir as questões de gênero em um contexto mais amplo. Para

---

<sup>2</sup> Sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável é uma ideia derivada do conceito de ecodesenvolvimento, proposto durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia, em 1972. Segundo a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas, sustentável é o desenvolvimento que supre as necessidades humanas na atualidade sem esgotar os recursos para o futuro.

<sup>3</sup> A terminologia “Ecofeminismo” surgiu inicialmente na França, em 1974, por meio da obra da socióloga Françoise D’Eaubonne, intitulada *Le Feminisme ou la Morte*, abordando acerca das primeiras manifestações do movimento de mulheres em defesa da ecologia. O termo sintetiza duas preocupações: a ecológica e a feminista e pressupõe que existe uma conexão entre a dominação da natureza e a dominação da mulher (Schnorrenberger; Angelin, 2021).

Bernardo (2021), reconhecer as contribuições das mulheres para a sustentabilidade e a proteção ambiental não só valoriza esses papéis historicamente marginalizados, mas também aponta para a necessidade de uma nova forma de interação com o meio ambiente uma interação que seja equitativa, respeitosa e sustentável. Este ponto de partida permite abrir um diálogo sobre como as construções de gênero influenciam nossa relação com o mundo natural e como podemos reimaginar essas relações para promover um futuro mais justo e sustentável para todos.

Não se busca aqui defender a necessidade de separação de gêneros, no que tange aos cuidados para com o meio ambiente, longe disso. Sabe-se que a crise ambiental apesar de não atingir homens e mulheres na mesma proporção, necessita dos esforços de ambos para caminhar em busca de resistência e superação (Angelin, 2014). O que se pretende aqui, é fazer um paralelo entre as relações de cuidado atribuídas às mulheres, com práticas de conservação ambiental desenvolvidas em comunidades urbanas coordenadas por estas.

Apesar do sentido de cuidado ao qual são imbuídas intrinsecamente pelo sistema patriarcal, no qual se fundamentou e permanece influenciando as condutas que regem as relações sociais, o ato de cuidar não é e nem deveria ser atribuído apenas às mulheres. Criou-se uma ideia distorcida de que o ser mulher, está vinculado a ser cuidadora, e é verdade que a maioria das pessoas à frente das relações de cuidado pertencem ao gênero feminino, mas não significa que estas já nasceram dotadas do “dom” de cuidar (Puleo, 2017).

A discussão de gênero no contexto ambiental revela como as desigualdades históricas influenciaram as diferentes formas de interação com a natureza. Ao destacar a sabedoria e as práticas das mulheres, especialmente aquelas envolvidas com o uso de ervas medicinais e a agricultura urbana, podemos repensar os modelos de desenvolvimento e criar formas de relacionamento com o planeta, baseadas na cooperação e no cuidado, em vez da exploração e do domínio.

### ***Mulheres, cidade e cultivo em perspectiva crítica***

A compreensão da participação feminina no cultivo urbano de ervas medicinais e aromáticas requer uma abordagem teórica que ultrapasse os enquadramentos tradicionais e permita a análise crítica das estruturas que moldam a cidade e a vida das mulheres. Fundamentada no método dialético, esta pesquisa parte do entendimento de que as práticas

sociais são constituídas por múltiplas determinações históricas, culturais e econômicas, exigindo um olhar atento às contradições que atravessam a experiência urbana das mulheres.

Neste sentido, o capítulo articula diferentes campos do saber como a geografia crítica, os estudos feministas, o ecofeminismo interseccional e as epistemologias do cuidado para construir uma leitura que reconheça o valor político dos saberes tradicionais e das práticas de resistência cotidianas. A cidade, enquanto espaço produzido e disputado, e o corpo da mulher, enquanto território simbólico e material, são compreendidos como dimensões interligadas da luta por sobrevivência, autonomia e dignidade.

A intenção deste aprofundamento teórico vai além de descrever contextos de vulnerabilidade, aqui busca-se iluminar as estratégias de sobrevivência, os processos de subjetivação e as formas de cultivo como ação política e insurgente. Os tópicos a seguir desenvolvem, de maneira interdependente, as principais dimensões analíticas que sustentam essa leitura crítica: a produção social da natureza nas cidades, a construção histórica do lugar das mulheres nos espaços urbanos, os saberes de cuidado como práticas de resistência e o cultivo de ervas medicinais como práxis ecofeminista.

### ***A produção social da natureza e a cidade como território de disputa***

A cidade, enquanto palco de múltiplas relações sociais, é também o lugar onde as contradições entre capital e vida se expressam de forma acentuada. Ao longo do processo histórico, a urbanização constituiu-se como uma das expressões mais visíveis da racionalidade capitalista, organizando o espaço urbano de forma funcional à reprodução ampliada do capital, em detrimento das necessidades reais da maioria da população. Nesse contexto, a natureza antes concebida como exterior à cidade passa a ser incorporada à lógica mercantil, tornando-se elemento de valorização imobiliária e recurso estético vinculado ao consumo (Harvey, 2014; Lefebvre, 2001).

No capitalismo contemporâneo, a natureza urbana é produzida e apropriada de maneira seletiva. Acselrad (2004) denuncia que a construção social do espaço está intrinsecamente ligada à produção de desigualdades ambientais, uma vez que certas paisagens naturais são valorizadas e protegidas em benefício de grupos privilegiados, enquanto outras são descartadas ou invisibilizadas. A ideia de natureza natural é substituída por uma natureza tecnificada,

fetichizada, simulada usada para segregar, excluir e justificar intervenções que intensificam a espoliação territorial. Como afirma o autor,

[...] os mecanismos de produção da desigualdade ambiental se assemelham muito aos mecanismos de produção da desigualdade social. [...] A pobreza não é um fenômeno inscrito na natureza das coisas, mas sim um produto de processos sociais precisos de despossessão (da terra, dos instrumentos de trabalho, de capital cultural), disciplinamento (dos corpos e mentalidades) e exploração (da força de trabalho) para a produção de bens e riquezas que são apropriados por outrem (Acselrad, 2004, p. 76).

Essa leitura evidencia que as desigualdades ambientais nas cidades não são efeitos colaterais, mas parte constitutiva da lógica capitalista de produção do espaço.

Henrique (2009) mostra como, nas grandes cidades brasileiras, a natureza é frequentemente apropriada como recurso simbólico para valorizar condomínios fechados, destinados a consumidores de maior poder aquisitivo, reforçando distinções de classe e promovendo o isolamento social. Segundo o autor “[...] a volta do verde à cidade é uma forma de apropriação da natureza como propriedade privada [...] A natureza na cidade torna-se uma mercadoria para poucos consumidores, escolhida em função do aumento do valor de troca dos empreendedores imobiliários” (Henrique, 2009, p. 135).

Essa apropriação seletiva encontra ressonância em Milton Santos (1996), que denuncia o uso estratégico do espaço como instrumento de dominação, destacando que “[...] o espaço urbano reúne áreas com os mais diversos conteúdos técnicos e socioeconômicos” que convivem formando “diversidade socioespacial, encaixada em ecologias sociotécnicas recriadas ao longo da história urbana” (Santos, 1996, p. 209). Essa “natureza fabricada” cumpre papel central na reprodução das desigualdades urbanas. Muitas vezes, o discurso ambiental é instrumentalizado para justificar cercamentos, privatizações e políticas de gentrificação<sup>4</sup>. Henrique (2009, p. 22) observa que

[...] estas áreas verdes são cercadas e protegidas com muros, cercas e câmeras de vigilância, tendo seu acesso controlado e restrito, se configurando em mais um dos casos de produção social da natureza, mas com a apropriação privada e exclusiva de um determinado grupo ou segmento de renda.

---

<sup>4</sup> O conceito de gentrificação foi criado pela socióloga britânica Ruth Glass, e de forma simples, refere-se ao processo de elitização de bairros populares ou desvalorizados, tornando-os atrativos para populações de classe média e alta. Como efeito, essas áreas se tornam social, econômica e ambientalmente valorizadas ocasionando o desalojamento dos antigos residentes por falta de condições de pagar o aumento dos custos de vida na região (Mendes, 2015).

A crítica de Santos complementa esse diagnóstico, ao afirmar que “[...] os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores”, enquanto os espaços inorgânicos onde a população pobre se estabelece são “abertos, criativos”, porém historicamente marginalizados (Santos, 1996, p. 221).

Henrique (2009) vai além, afirmando que a natureza construída artificialmente é frequentemente desvinculada das características ecológicas e históricas locais. Ele denuncia que “[...] a cidade e a natureza se encontram ‘falsificadas’ e ‘descoladas’ das características naturais dos lugares” e que “[...] a natureza padronizada se encontra hoje compromissada com uma felicidade capitalista”. Esse mascaramento se transforma em estratégia de exclusão, operando como uma “mentira funcional” (Henrique, 2009, p. 21).

Por sua vez, Santos (1996, p. 169) nos ajuda a compreender a lógica que sustenta esse processo ao advertir que

[...] os capitais dormentes qualificam os espaços nacionais à imagem dos seus interesses próprios”, e que as zonas “opacas”, habitadas por grupos subalternizados, permanecem invisibilizadas, ainda que sejam lugares de resistência e apropriação aproximativa dos recursos urbanos.

A distribuição desigual das áreas verdes, portanto, segue a lógica da especulação e da renda, “na maioria dos bairros da periferia social e de ocupação popular, altamente adensados, são inexistentes áreas públicas verdes e de lazer”, em contraste com sua abundância nos bairros nobres (Henrique, 2009, p. 120). Esse processo revela que “o uso seletivo do território orienta e legitima a reprodução das desigualdades sociais sob a aparência da neutralidade técnica do planejamento urbano” conforme afirma Santos (Santos, 1996, p. 209).

Nesse sentido, para Harvey (2014) a urbanização, não pode ser entendida como um processo neutro ou técnico, pois trata-se de uma forma de espoliação urbana, em que a terra e os recursos naturais são subordinados à lógica do valor de troca. Nesse campo de forças, Lefebvre (2001) afirma que o espaço urbano é produto social resultado de relações materiais e simbólicas historicamente construídas. O autor compreende o espaço como arena de conflitos entre estratégias de dominação e táticas de apropriação, revelando que o urbano não é apenas planejado de cima para baixo, mas constantemente ressignificado por práticas cotidianas e insurgentes.

Essas práticas não aparecem à parte do sistema, mas como síntese das contradições históricas nele engendradas, são negações criadoras que apontam para formas outras de

sociabilidade e apropriação do espaço. É nesse contexto que se insere a reflexão sobre o corpo feminino como espaço geopolítico, o cuidado como prática revolucionária e a territorialidade como experiência situada. Esses elementos serão abordados a seguir, a partir de um olhar interseccional que articula feminismo, cuidado e território-corpo.

### ***Feminismo, cuidado e território-corpo***

*“O movimento de liberação das mulheres – o feminismo – é um texto que se desenvolve, não uma tese. É uma linha melódica, não uma marcha militar. É uma inspiração, a inspiração de um sopro. O feminismo se respira mais do que se enuncia. De tanto dar o último suspiro, ele renasce.”*

(Françoise Collin)

Durante a maior parte da história humana foi delegado às mulheres um papel secundário, restrito às funções de reprodução e cuidados domésticos. A partir da Revolução Industrial e da ascensão do capitalismo, as mulheres passaram a integrar a força de trabalho remunerada, especialmente em setores como a manufatura, mas ainda enfrentavam uma profunda desigualdade em relação aos homens (Sousa, 2024).

No Brasil, a industrialização, iniciada no final do século XIX, atraiu um expressivo contingente feminino, sobretudo imigrantes, que trabalharam predominantemente na indústria têxtil e manufatureira, ocupando cargos marcados pela exploração, baixos salários e ausência de perspectivas de ascensão profissional (Del Priore; Bassanezi, 2007; Rago, 2007; Costa, 2016). Essa inserção, apesar de significativa, esteve imersa em uma divisão sexual do trabalho tradicional e em uma estrutura social que restringia a participação das mulheres em setores considerados masculinos, como afirma Rago (2007, p. 580), “[...] elas estavam ausentes de setores como metalurgia, calçados e mobiliário, ocupados pelos homens”.

A histórica subordinação das mulheres no interior das estruturas patriarcais e capitalistas se materializou na forma como a divisão sexual do trabalho foi socialmente construída e naturalizada. Como explicam Hirata et al. (1995) e Carvalho (2014), atribuiu-se às mulheres, com base em justificativas essencialistas ligadas ao cuidado e ao instinto materno, uma suposta vocação para o trabalho reprodutivo e doméstico, aprofundando sua exclusão dos espaços públicos.

Kergoat (2003) explica que essa divisão opera por meio de dois princípios centrais: o da separação, que determina quais tarefas são próprias de homens ou de mulheres, e o da hierarquização que confere maior prestígio e valor social às atividades desempenhadas pelos

homens. No centro da expansão do capitalismo, as mulheres foram incorporadas à força de trabalho em ocupações que reproduziam suas funções no âmbito doméstico, geralmente em condições precárias e desvalorizadas. Como alerta Saffioti (1973), essa inserção, longe de representar uma emancipação, reforçou os mecanismos de dominação, já que o sistema capitalista, ao mesmo tempo em que demandava sua força de trabalho, as mantinha como reféns da desigualdade estrutural.

Dessa forma, o papel da mulher na sociedade contemporânea é fruto de um longo processo histórico de lutas, transformações e reconfigurações sociais, políticas e econômicas. Considerando que

[...] a sociedade é um complexo de relações sociais, nas quais as dominações de uma classe sobre a outra estão submetidas a manifestações de opressão, é necessário identificar que essas opressões recaem mais fortemente sobre as mulheres e a população negra, ou seja, o sistema capitalista possui a opressão de gênero e raça como um de seus pilares de sustentação (Pacheco; Dias, 2023, p. 264).

Dessa maneira, a desigualdade de gênero, o racismo e a opressão de classe são elementos estruturais que moldam profundamente a sociedade brasileira, configurando um cenário de exclusão e subordinação, especialmente do gênero feminino. Com isso, a luta feminista emerge como uma resistência contundente ao sistema capitalista e ao patriarcado que perpetuam essas injustiças (Pacheco; Dias, 2023).

Bandeira e Melo (2010, p. 8) corroboram que “[...] o movimento feminista nasceu das lutas coletivas das mulheres contra o sexismo, contra as condições de aversão e inferiorização do feminino, transformadas em práticas rotineiras de subordinação”. A partir desse movimento iniciou-se um questionamento sobre as bases econômicas e sociais que sustentam as desigualdades de classe e gênero. As feministas atuaram de diferentes formas para garantir direitos básicos e proteger a vida de muitas mulheres, enfrentando diversas pautas sociais, tais como

Direito a existir com dignidade, direito de propriedade, direito à educação e ao trabalho, direito de votar e ser eleita, direito a participar de espaços de poder e decisão, direito a seu próprio corpo, direito a viver livre de violências, direito de viver em igualdade de condições com os homens (Bandeira; Melo, 2010, p. 9).

Contudo, o movimento feminista não se limita a reivindicar direitos específicos das mulheres, mas desafia a própria estrutura do poder dominante que subordina e marginaliza

diferentes grupos ao denunciar as injustiças do patriarcado e propor mudanças sociais, assumindo múltiplas formas e perspectivas que o tornam plural (Gregori, 2017).

Essa multiplicidade de perspectivas feministas está diretamente relacionada ao percurso histórico do movimento, que se desenvolveu em diferentes contextos sociais e políticos. No Brasil, como em outras partes do mundo ocidental, os feminismos foram organizados em ondas sucessivas:

[...] a ‘primeira onda’ se refere ao Movimento Sufragista; a ‘segunda onda’, que começa na década de 1970 entre nós e na década de 1960 nos Estados Unidos, se caracteriza pela crítica radical, teórica e prática, ao modelo de mulher e de família vigente. A ‘terceira onda’, identificada nos anos 1990, evidencia ‘novas’ mulheres: as negras, as lésbicas, as mulheres do terceiro mundo, as transgêneros, entre outras (Rabay; Carvalho, 2011, p. 86).

Essas diferentes ondas do feminismo ampliaram o escopo das lutas políticas e tornaram visíveis experiências antes invisibilizadas, ao passo que também impuseram a necessidade de novas categorias analíticas e práticas de enfrentamento das opressões. Como afirma Costa (2006, p. 53), “[...] ao trazer essas novas questões para o âmbito público, o feminismo traz também a necessidade de criar novas condutas, novas práticas, conceitos e novas dinâmicas”. Nesse sentido, é fundamental compreender como essas transformações se expressam na realidade brasileira atual, especialmente no que se refere às condições de vida das mulheres.

Para debater sobre o tema, Pinto (2014) questiona sobre o papel da mulher no século XXI e, como resposta, apresenta no (Quadro 3) alguns indicadores fundamentais para compreender o lugar que a mulher assume na contemporaneidade. Os dados reúnem informações sobre mercado de trabalho, educação, maternidade, pobreza e violência, revelando a persistência de desigualdades estruturais.

**Quadro 1** - Indicadores estatísticos femininos: Ser mulher no Brasil

<b>Indicadores</b>	<b>Descrição</b>
População	De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as mulheres são ligeiramente mais numerosas que os homens, representando 52,5% da população total do Brasil, conforme estimativas de 2024. A expectativa de vida das mulheres brasileiras segue sendo superior à dos homens, atingindo, em média, 82 anos. Esse número reflete uma longevidade maior, mas, ao mesmo tempo, a taxa de envelhecimento da população feminina tem acelerado, principalmente devido à redução do número de mulheres nas faixas etárias mais jovens (até os 24 anos).
Família e Maternidade	As mulheres do século XXI tendem a casar mais tarde e ter menos filhos.

Escolaridade e Formação; Tecnologia	As mulheres têm presença majoritária em diplomas de educação superior, houve um aumento nos números de mulheres doutoradas. Há menos mulheres jovens em situação de abandono precoce dos estudos.
Mercado de Trabalho	Conforme dados obtidos pelo (IBGE), as mulheres continuam a enfrentar desigualdades no mercado de trabalho, embora sua participação tenha aumentado ao longo dos anos. As taxas de desemprego entre as mulheres ainda são mais elevadas do que entre os homens, a taxa de desemprego feminino está estimada em cerca de 11,5%, enquanto a masculina gira em torno de 9,0%. No entanto, as mulheres representam 21,8% do total de trabalhadores empregados em funções de liderança e cargos de caráter intelectual e científico, o que demonstra avanços no acesso a posições de maior visibilidade e poder dentro do mercado de trabalho. Por outro lado, ainda persiste uma concentração significativa de mulheres em setores de trabalho menos qualificados. Aproximadamente 21,9% das mulheres atuam em funções de serviços pessoais, proteção, segurança e vendas, enquanto 18,4% se ocupam em trabalhos não qualificados, o que reflete a persistência de segregação ocupacional e a perpetuação de profissões com menor valorização e remuneração.
Compatibilização da Vida Pessoal e Profissional	As mulheres continuam a ser os principais agentes na prestação de cuidados, designadamente, no que diz respeito a menores e a pessoas dependentes. Assim, o esforço de conciliação entre a vida familiar e a participação no mercado de trabalho é mais uma preocupação sobretudo feminina, sendo elas quem mais utilizam instrumentos como redução do horário de trabalho, interrupção de carreira e a licença parental. Destaca-se que, um total de 648,4 mil mulheres, com idades entre 15 e 64 anos (18,1% do total de mulheres deste âmbito etário), prestava regularmente cuidados a crianças com menos de 15 anos (para além dos seus próprios filhos ou dos filhos do cônjuge) e a pessoas doentes, incapacitadas ou idosas. Isto significa que 64,4% dos prestadores de cuidados eram mulheres.
Mulheres que vivem sozinhas; Pobreza	De acordo com os dados, a tendência de mulheres vivendo sozinhas continua a se acentuar no Brasil, especialmente entre a população idosa. As mulheres representam 61,2% da população que vive sozinha, e essa proporção aumenta significativamente para 78,3% entre as pessoas com 65 anos ou mais. Essa tendência é um reflexo do aumento da longevidade feminina, com as mulheres vivendo mais tempo do que os homens. A presença de mulheres idosas vivendo sozinhas é, portanto, um fenômeno crescente, que coloca em evidência a necessidade de políticas públicas voltadas para o bem-estar dessa parcela da população.
Crimes contra Mulheres	As mulheres continuam sendo vítimas de crimes em números elevados. De acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informações Criminais, as mulheres representam aproximadamente 56,7% das vítimas de crimes contra pessoas, como homicídios, lesões corporais e agressões físicas, refletindo uma leve diminuição em relação a 2010, quando esse índice era de 58,6%. Embora essa queda possa ser vista como um pequeno avanço, a tendência de crescimento no número de mulheres vítimas de violência permanece presente, especialmente no contexto de violência doméstica e crimes de gênero. A persistente alta taxa de vitimização de mulheres destaca as desigualdades de gênero e a vulnerabilidade delas em relação à violência no Brasil.

Fonte: Pinto (2014). Organização: Vieira e Batista (2025).

Os dados observados no Quadro 1 apontam para uma mudança gradual no paradigma sobre o papel das mulheres na sociedade contemporânea. Cada vez mais, mulheres ocupam espaços antes dominados por homens, assumindo funções de liderança, cargos intelectuais e se destacando em diversas áreas profissionais. No entanto, essa transformação coexiste com a persistência de papéis tradicionais, especialmente em relação à divisão de tarefas domésticas e ao trabalho não remunerado, sendo este um fator que limita o alcance da plena igualdade de gênero (Pinto, 2014).

Apesar dos avanços, as mulheres ainda enfrentam grandes desafios, como a violência física, simbólica e institucional. A luta feminista no Brasil, portanto, se dirige não apenas à conquista de direitos civis, mas à transformação profunda de estruturas de poder que exploram, desumanizam e silenciam corpos femininos em sua diversidade. Nesse sentido, opta-se aqui por uma leitura que não centraliza o feminismo europeu clássico nem a transição feudal-capitalista, como ocorre em Federici (2019)<sup>5</sup>, mas incorpora a crítica interseccional das feministas negras, decoloniais e latino-americanas.

O conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw, é aqui mobilizado como ferramenta analítica indispensável para compreender as múltiplas formas de opressão que se entrecruzam na vida das mulheres urbanas. Crenshaw (1989) argumenta que a experiência interseccional é maior do que a simples soma de racismo e sexismo, pois envolve uma articulação complexa e simultânea desses eixos, que produz formas únicas de subordinação, especialmente para mulheres negras.

Análises que tratam raça e gênero quando feitas de forma isolada, portanto, falham em capturar a totalidade da experiência vivida por esses grupos. A autora denuncia que as doutrinas antidiscriminatórias convencionais foram moldadas “[...] pelas experiências de mulheres brancas e homens negros” e que, nesse cenário, mulheres negras “[...] são protegidas apenas na medida em que suas experiências coincidem com as de um dos dois grupos” (Crenshaw, 1989, p. 6). Essa lógica contribui para o apagamento das histórias e reivindicações das mulheres negras, limitando sua proteção jurídica e reconhecimento político.

Assim, quando aplicada à análise urbana, a interseccionalidade permite evidenciar como gênero, raça, classe, territorialidade e geração não apenas se sobrepõem, mas estruturam os

---

<sup>5</sup> Apesar da relevância da obra de Silvia Federici para o debate sobre trabalho reprodutivo e capitalismo, algumas críticas têm sido feitas ao seu foco excessivo na transição feudal-capitalista europeia, com pouca articulação com as experiências do Sul Global e com os atravessamentos contemporâneos de raça, território e ecologia. Neste trabalho, opta-se por um olhar mais interseccional e situado, que incorpore autoras e análises voltadas à realidade urbana latino-americana.

modos de existência, exclusão e resistência nas cidades. É uma lente crítica que exige das teorias feministas e dos movimentos sociais uma escuta mais atenta às vozes plurais que compõem a experiência feminina, sob pena de reproduzirem invisibilizações em nome da luta por igualdade (Crenshaw, 1989).

Partindo das bases estabelecidas por Crenshaw, Patricia Hill Collins aprofunda e expande o escopo da interseccionalidade ao propor uma leitura mais ampla e sistemática das múltiplas formas de opressão. A autora revela como categorias como classe, sexualidade, etnia e nacionalidade se constroem mutuamente nos sistemas de dominação, produzindo realidades interdependentes que demandam análises situadas. Além disso, Collins e Bilge (2021) propõem uma articulação entre teoria e prática política comprometida com a justiça social, colocando no centro as experiências de grupos historicamente silenciados, como mulheres negras, populações periféricas e sujeitos LGBTQIAPN+.

Essa perspectiva exige um enraizamento nas realidades concretas das comunidades e uma escuta comprometida com os saberes populares, recusando apropriações superficiais que esvaziam o potencial transformador do conceito. Ao inserir a interseccionalidade em debates contemporâneos como justiça reprodutiva, mudanças climáticas e o avanço do autoritarismo, Collins e Bilge (2021) evidenciam sua potência como paradigma crítico global.

No contexto da presente pesquisa, sua abordagem contribui para compreender como práticas de cuidado constituem formas de resistência territorializadas vivenciadas por mulheres urbanas. As autoras citadas acima propõem ainda o conceito de *situated standpoint*, ou “ponto de vista situado”, como caminho epistemológico que valoriza os saberes experienciados pelas mulheres em contextos de opressão e subalternidade, o que ressoa na proposta de “escrevivência” de Conceição Evaristo (2020), que define como uma prática literária que une o ato de viver e se expressar: “escrever – viver – se ver”, mas que para além do registro literário, é também uma ferramenta de resistência política e social que rompe com a narrativa hegemônica e canônica, tradicionalmente construída pelas classes dominantes (Evaristo, 2020, p. 269).

Essa valorização dos saberes situados e da escrevivência como forma de ruptura epistêmica permite compreender como as experiências corporificadas e as narrativas insurgentes de mulheres negras e periféricas não apenas denunciam, mas também produzem conhecimentos e práticas de resistência. É nesse entrelaçamento entre saber, viver e narrar que

essas mulheres se tornam protagonistas na produção de novas formas de habitar a cidade, ressignificando o espaço urbano por meio do cuidado, da ancestralidade e da partilha.

Esse protagonismo se manifesta, também, na forma como seus corpos e territórios se entrelaçam na luta cotidiana. É nesse ponto que a noção de território-corpo emerge como categoria analítica potente para compreender a espacialização das desigualdades e a construção subjetiva da resistência. Sarmento e Bankhardt (2020) apontam que o corpo das mulheres é um espaço geopolítico, constantemente atravessado por disputas de sentido, políticas públicas excludentes e práticas sociais de controle. No entanto, é também nesse corpo que se forjam estratégias de emancipação e territorialização insurgente.

Por isso, pensar o corpo feminino em diálogo com o território urbano é pensar em um espaço de enraizamento simbólico e material. O cuidado com o corpo, com o outro e com o entorno torna-se uma ação política que desafia a lógica da produtividade, da mercantilização e da exclusão (Klein; Kuhnen; Olekszechen, 2017). É nessa conjuntura que se torna central a valorização dos saberes femininos associados à cura, ao cultivo, à coletividade e à sustentabilidade, não como resquícios do passado, mas como horizonte ético de um outro modo de vida possível.

Essas dimensões serão aprofundadas no próximo subtópico, que discute os saberes populares e as práticas de resistência por meio do cultivo urbano de ervas medicinais, como expressão de cuidado, ancestralidade e luta por justiça socioambiental.

### ***Saberes populares e práticas de resistência no cultivo urbano***

*“Nós nascemos nos ventres das mães mulheres para aparecermos na terra. E nascemos no ventre da terra para aparecermos na ancestralidade!”*

(Mestre Nego Bispo)

A prática do cultivo urbano de ervas medicinais por mulheres especialmente em territórios periféricos constitui um campo fértil de produção de saberes que escapam às formas hegemônicas de validação do conhecimento (Silva, 2019; Soares, 2023; Silva, 2021).

Onçay e Fagundes (2020, p. 33) chamam atenção para a “[...] necessidade de ampliar a perspectiva do conhecimento social, até porque não é possível e nem desejável um saber distante das necessidades populares”. Essa perspectiva conversa diretamente com o ideal do legado freireano de reconhecimento da legitimidade do saber popular quando o autor afirma:

O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo “leitura do mundo” que precede sempre a “leitura da palavra” (Freire, 1982, p. 81).

Os saberes populares aos quais se refere Freire são “[...] um conjunto de aprendizados produzidos ao longo da história, que são formulados na própria dinâmica da vida, permitindo a subsistência da humanidade” (Onçay; Fagundes, 2020, p. 32), de modo que precisam ser legitimados e preservados, “[...] até porque muitos estão em risco de extinção”, conforme afirma Chassot (2008, p. 10).

O conhecimento popular gerado e transmitido no cotidiano, opera como forma de resistência tanto material quanto simbólica, e desafia os processos históricos de exclusão que tentaram e ainda tentam desqualificá-lo como superstição, credice ou informalidade (Lima, 2021). Essa desqualificação está ligada ao paradigma positivista que, ao priorizar a razão instrumental e o método científico formal, desvalorizou os conhecimentos empíricos e orais, associando práticas como a fitoterapia a formas “não racionais” de saber, restritas às margens da sociedade (Silva et al., 2014).

Essa forma de conhecimento, invisibilizada pelas lógicas eurocentradas, inscreve-se no que Santos (2009)<sup>6</sup> chama de epistemologias do Sul: saberes insurgentes que se afirmam como práticas de resistência e reivindicam uma justiça cognitiva. O cultivo de ervas medicinais, nesse contexto, não é uma prática isolada, mas sim um elo de continuidade de saberes ancestrais que resistem ao tempo por meio da transmissão intergeracional<sup>7</sup> (Lemes; Ferraz; Yavorski, 2022).

São conhecimentos construídos há milênios, a partir de experiências práticas coletivas, que não foram sistematizados pela escrita formal, mas se consolidam por meio de observação, repetição e experimentação no uso cotidiano das plantas medicinais e são transmitidos por mães, avós, vizinhas, benzedeadas, parteiras, curandeiras, etc. por meio da linguagem oral e dos gestos (Azevedo, 2023).

---

<sup>6</sup> A referência a Santos (2009) reconhece sua contribuição para a formulação das epistemologias do Sul e da justiça cognitiva. No entanto, diante das denúncias públicas de assédio que envolvem o autor desde 2023, esta pesquisa opta por aprofundar tais conceitos com base nas vozes de autoras e autores que compõem esse campo crítico – como Catherine Walsh, Silvia Rivera Cusicanqui e Lélia Gonzalez, mobilizando-os de forma autônoma e comprometida com uma ética de produção do saber situada.

<sup>7</sup> Lisboa; Féres-Carneiro e Jabionski (2007, p. 52) descrevem o conceito de transmissão intergeracional como a travessia de uma geração à seguinte de legados, rituais e tradições, a qual pode ser consciente ou inconsciente.

A prática de cultivar de ervas medicinais por mulheres em territórios urbanos populares articula-se a práticas de aprendizagem enraizadas na experiência e na oralidade, que desafiam os modelos formais de ensino. Walsh (2009) argumenta que essas formas de saber correspondem a uma *pedagogia insurgente*, centrada em vivências localizadas e historicamente marcadas por opressão, sobretudo de povos indígenas. Trata-se de um pensamento crítico que rompe com a universalidade das epistemes modernas e reconhece a legitimidade de sujeitos e espaços historicamente marginalizados. Nessa perspectiva, a interculturalidade assume caráter político-epistêmico, ao permitir o diálogo entre diferentes racionalidades sem hierarquizá-las, abrindo caminho para outras epistemologias e alternativas descolonizadoras.

Complementando esse pensamento, Cusicanqui (2015) tece uma crítica ao multiculturalismo liberal e à apropriação acrítica dos saberes tradicionais pelas academias do Norte, apontando que essas práticas frequentemente despolitizam as lutas dos povos originários. Ao utilizar o *telar* como metáfora, a autora evidencia como práticas como o cultivo de ervas produzem uma trama de resistência que entrelaça memória, cuidado e território, sem romper com suas raízes históricas. Esses saberes, longe de resquícios do passado, constituem formas ativas e legítimas de produção de conhecimento no contexto urbano.

Nesse mesmo horizonte de saberes não hegemônicos, é possível compreender a transmissão intergeracional dos conhecimentos sobre ervas medicinais à luz do conceito formulado por Martins (2003, p. 77), a saber, a oralitura “[...] uma grafia, uma linguagem, seja ela desenhada na letra performática da palavra ou nos vôlejos do corpo”. Para a autora, “[...] nem todas as sociedades confinam seus saberes apenas em livros, arquivos, museus e bibliotecas, mas resguardam, nutrem e veiculam seus repertórios em outros ambientes de memória, suas práticas performáticas” (Martins, 2003, p. 78).

A compreensão da oralitura como prática pedagógica ancestral remonta às antigas aldeias africanas, onde o processo de aprendizagem ocorria pela observação, pela repetição e pela palavra falada,

[...] nas aldeias africanas, toda aprendizagem se dá pela oralidade; o conhecimento é passado pelos mais velhos aos mais novos. Até hoje os *candomblés* são baseados na cultura oral; a literatura oral (histórias, adivinhações, jogos, mitos, cantigas) é o centro da ação educativa (Botelho; Nascimento, 2011, p. 80).

Nesses contextos, o gesto, o canto e a interação oral condensavam saberes, valores e experiências coletivas.

Essa forma de ensino e aprendizagem permitiu que os povos negros no Brasil preservassem seus modos de vida e sistemas de conhecimento mesmo sob o regime escravocrata. Não por acaso, a repressão à interação oral durante o período escravocrata visava silenciar esse potencial de resistência e transmissão cultural e educativa (Monteiro, 2015). Reconhecer a oralidade como tecnologia ancestral do saber é fundamental para compreender sua presença contemporânea nas práticas de cuidado e cultivo urbano, especialmente entre “[...] mulheres que são grandes detentoras do conhecimento sobre plantas medicinais, possuindo importante função no processo de transmissão e resistência cotidiana” (Freitas, 2014, p. 238)

Essa dinâmica de ensino e aprendizagem não formal mobiliza uma pedagogia do vivido que se sustenta na repetição, no exemplo e na partilha. Como aponta Gonzalez (2020, p. 42), a “mãe preta”, enquanto sujeito suposto saber, atuou na africanização do português falado no Brasil, conhecida como “pretuguês”, e na própria africanização da cultura brasileira. Nesse processo, a linguagem e os saberes foram transmitidos não por meios escritos, mas por vivências cotidianas, manifestando uma forma de educação baseada na experiência e na oralidade. A transmissão destes conhecimentos culturais e práticos configura uma verdadeira matriz pedagógica que, consciente ou inconscientemente, molda a identidade cultural do povo brasileiro, sustentando-se na repetição e na interação constante entre gerações (Gonzales, 2020).

A oralitura não é apenas técnica de narração; ela é também uma ferramenta de resistência, pois sustenta algo que o mundo moderno-colonial tentou apagar. No caso das mulheres que cultivam ervas medicinais nas cidades, a oralitura aparece na nomenclatura utilizada para as plantas, nas receitas compartilhadas, nos modos de uso que variam de acordo com a necessidade, a estação, o corpo, o território.

Essa transmissão, no entanto, ocorre em um cenário marcado pelo apagamento de saberes tradicionais passados de geração a geração. Conforme aprofunda Kilomba (2019, p. 54), o eurocentrismo exerce um papel determinante na escolha de

[...] que questões merecem ser colocadas (temas), como analisar e explicar um fenômeno (paradigmas) e como conduzir pesquisas para produzir conhecimento (métodos), e nesse sentido define não apenas o que é conhecimento verdadeiro, mas também em quem acreditar e em quem confiar.

Dessa forma, conhecimentos que emergem de outras matrizes culturais tais como africanas, indígenas e populares são encaminhados para um lugar de marginalização e invisibilização dificultando seu reconhecimento acadêmico. Essa exclusão é o reflexo das

relações de poder que estruturam historicamente o campo científico, que ao privilegiar determinados paradigmas em detrimento de outros contribui para a manutenção das desigualdades cognitivas e a negação de experiências que não se enquadram nos moldes hegemônicos, o que corrobora com o conceito de epistemicídio<sup>8</sup> (Santos, 2019).

De acordo com Cordeiro (2022, p. 18),

[...] podemos compreender o epistemicídio enquanto negação dos saberes, principalmente saberes populares – que são produzidos fora da universidade e dos critérios estabelecidos e aceitos como científicos e universais, mas que na prática dizem respeito ao predomínio branco e ocidental no poder. Ao dizer que tal saber não tem metodologia científica ou é demasiadamente subjetivo, reproduz-se o racismo epistêmico e uma visão colonial do conhecimento; este é o sentido de epistemicídio nos termos de negação da produção epistemológica de negros e indígenas e que inclusive, e tão importante quanto, produz impacto não apenas intelectual de acesso a esses saberes como também na subjetividade dos grupos sociais invisibilizados.

A colonização não só causou violência física aos corpos de homens e mulheres negras e indígenas, mas também afetou a identidade dessas pessoas.

[...] o epistemicídio se constituiu em uma das ferramentas mais duradouras e eficazes de dominação étnico-racial, de modo que pela negação do conhecimento do outro é que se efetiva a legitimidade das formas de conhecimentos, do conhecimento produzido pelos grupos dominados e, conseqüentemente, de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento (Martins; Moita, 2018, p. 9).

Ao negar suas referências culturais, seus saberes e sua conexão com a ancestralidade, o processo colonial tirou dessas pessoas a capacidade de se reconhecerem como sujeitos sociais. Isso foi feito para que pudessem ser tratadas como seres inferiores e subjugados (Kilomba, 2019). Diante deste cenário, surge a necessidade de construir conhecimentos enraizados na valorização dos “[...] conhecimentos ancestrais relacionados à saúde e ao bem viver coletivo/comunitário enquanto tecnologia desenvolvida por nossos antepassados” (Cordeiro,

---

<sup>8</sup> Termo cunhado por Santos (2019), mas que encontra nos estudos de Sueli Carneiro (2005) formulações baseadas na realidade brasileira. É um conceito que se assenta numa crítica da sociedade alicerçada numa concepção de ciência que nega como portadores de conhecimento as populações negras, indígenas e quilombolas, e que conseqüentemente promove um apagamento das tradições e da cultura desses povos (Chaves, 2022, p. 33). No contexto desta dissertação, o epistemicídio é mobilizado para compreender os processos históricos e socioculturais que marginalizaram os saberes populares e ancestrais relacionados ao cultivo e uso de ervas medicinais por mulheres em territórios urbanos. A deslegitimação desses conhecimentos, muitas vezes classificados como superstição, credence ou informalidade, revela uma política de apagamento que se entrelaça com as dinâmicas de raça, gênero e classe, e que ainda persiste na contemporaneidade, mesmo diante das estratégias de resistência que sustentam a continuidade desses saberes.

2022, p. 17). Saberes esses que reconstróem territórios de pertencimento e de resistência cotidiana, principalmente entre mulheres negras, indígenas e periféricas.

Nesse sentido, compreender o cultivo de ervas medicinais como prática de resistência também implica reconhecer o corpo dessas mulheres como o primeiro território em disputa. De acordo com Haesbaert (2020, p. 76), “[...] a leitura latino-americana de território faz parte da esfera do vivido, das práticas, do valor simbólico e não apenas do valor de uso”. Nesta perspectiva o autor explica que o corpo feminino, especialmente o das mulheres indígenas, negras, benzedeadas e periféricas pode ser compreendido para além da dimensão física, como um espaço de identidade, memória e conexão com a terra. Trata-se de um território existencial onde são inscritas experiências de pertencimento, resistência e ancestralidade.

O conceito de corpo-território é amplamente discutido nos feminismos decoloniais, e permite entender que o cuidado com as plantas não se separa do cuidado com o corpo e com o território onde elas habitam. As práticas de cultivo, cura e partilha se constituem como formas de reexistência que articulam dimensões políticas, culturais e espirituais, produzindo uma territorialidade que resgata vínculos com a ancestralidade e desafia o apagamento histórico imposto por modelos coloniais e patriarcais de cidade (Haesbaert, 2020).

Essa dimensão simbólica e prática do território se conecta diretamente à forma como o espaço urbano é ressignificado a partir do cultivo de ervas medicinais. Nessa lógica, fica evidente a importância não é apenas o acesso à terra, mas a afirmação de outros modos de relação com ela, modos que priorizam o cuidado, a sobrevivência, em oposição à lógica da mercantilização dos espaços urbanos.

A valorização do cultivo de ervas medicinais nos territórios urbanos também se inscreve na crítica à lógica do valor de troca que estrutura o capitalismo. A partir da distinção proposta por Marx (2011), é possível compreender que as plantas cultivadas por essas mulheres não são vistas prioritariamente como mercadorias, mas como expressões de um valor de uso, ou seja, como bens cuja importância está na sua utilidade concreta para a vida: alimentar, curar, cuidar. Essa relação não mercantilizada com a terra e com as plantas subverte o modelo dominante de urbanização, que valoriza o espaço apenas enquanto ativo econômico.

Para Shiva (2002), o pensamento ocidental reduziu a terra e a natureza a recursos exploráveis, apagando a complexa rede de interdependência que sustenta a vida. Assim,

[...] quando o Ocidente colonizou a Ásia, colonizou suas florestas. Trouxe consigo as ideias da natureza e da cultura enquanto derivações do modelo da fábrica industrial.

---

A floresta deixou de ser vista como uma entidade que tem valor próprio, com toda a sua diversidade. Seu valor foi reduzido ao valor da madeira industrial comercialmente explorável (Shiva, 2002, p. 31).

A autora explica que a lógica colonial impôs uma visão utilitarista da natureza, apagando os saberes tradicionais que reconhecem nela um espaço de vida, cura e relação subordinando-a à racionalidade econômica do lucro. Em contrapartida, o cultivo urbano de ervas medicinais por mulheres tem resgatado sentidos de pertencimento e cuidado, subvertendo essa lógica utilitarista. Ao afirmar a natureza como território de existência e não apenas de produção, essas práticas se consolidam como formas de resistência e reconstrução de vínculos com a terra.

Desse modo, os saberes ligados ao cultivo de ervas medicinais, transmitidos por meio da oralidade, da experiência e da vivência cotidiana, revelam-se como formas legítimas de conhecimento que resistem à marginalização imposta pelo epistemicídio. Ao reafirmarem a centralidade do corpo-território e das práticas de cuidado no espaço urbano, essas mulheres guardiãs de saberes ancestrais não apenas preservam memórias e vínculos, como também enfrentam as lógicas hegemônicas de cidade, ciência e desenvolvimento (Cordeiro, 2022).

Essas práticas não se limitam à preservação de tradições, mas, constituem-se como ações concretas de resistência e autonomia. É nesse contexto que se inscreve a discussão do próximo tópico, em que o cultivo de ervas será compreendido como uma práxis ecofeminista e emancipadora, articulando cuidado, território e transformação social.

### ***O cultivo de ervas medicinais como práxis ecofeminista e emancipadora***

*“A solidariedade feminina é revolucionária. Quando mulheres dançam juntas, cantam juntas, ou lutam juntas, elas destroem o que precisa morrer e criam o que precisa viver.”*

(Clarissa Pinkola Estès)

A tradição filosófica marxista, ilumina a praxis como uma ação capaz de transformar a realidade através da consciência crítica. Para Marx (2011, p. 100),

[...] atribuir ao pensamento humano uma verdade objetiva não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática. É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente escolástica.

Assim sendo, para o autor a verdade de uma ideia não pode ser comprovada apenas por discussões filosóficas abstratas, ela precisa de prática, sem uma ação concreta (material) uma ideia não pode ser validada. Marx (2011, p. 101) vai além quando afirma que “[...] os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo”; sendo assim, a práxis precisa culminar em alguma forma de transformação social para sair do campo do idealismo.

Outro teórico que expande o conceito de práxis para além da simples ação é György Lukács quando afirma que “[...] o ser social é a única esfera da realidade na qual a práxis cumpre o papel conditio sine qua non na conservação e no movimento das objetividades, em sua reprodução e em seu desenvolvimento” (2015, p. 21). Para o supracitado autor, o conhecimento profundo da realidade social e das relações concretas possibilitam a transformação consciente e dialética do mundo social, conseqüentemente a práxis, “[...] manifesta o caráter transformador e criador das atividades humanas” (Araujo, 2020, p. 16).

Complementando essa perspectiva, Mies (2022, p. 124) conceitua a práxis como a junção entre “[...] ação + reflexão, que se torna visível apenas no processo histórico e implica interação ou cooperação social”. Com isso, a autora destaca que não se trata de um ato isolado, mas de uma prática coletiva, que ganha sentido na relação entre sujeitos históricos e seus contextos de vida.

Ao aplicar esse conceito ao contexto do cultivo urbano de ervas medicinais realizado por mulheres, especialmente em territórios periféricos, conseguimos compreender esse cultivo não apenas como uma prática cultural ou estratégia de sobrevivência, mas como ação dotada de sentido político, saber ancestral e potencial transformador. É a partir dessa leitura que esta pesquisa se propõe compreender o cultivo de ervas medicinais como práxis ecofeminista<sup>9</sup>.

Ao entrar na seara do Ecofeminismo durante o processo de revisão bibliográfica para a construção dessa pesquisa, considerando o período compreendido entre 2014 e 2025, verificamos um aumento expressivo na produção de material científico (artigos, dissertações e teses) nos últimos cinco anos do período supracitado (entre 2020 e 2025), de experiências empíricas realizadas em comunidades tradicionais, com povos originários e mulheres quilombolas, todos reforçando a mesma necessidade de valorização do papel que essas

---

<sup>9</sup> Historicamente, o termo ecofeminismo surgiu em 1974 utilizado pela escritora francesa Françoise d'Eaubonne em seu livro *Le Feminism ou la Mort*, isto é, *Feminismo ou Morte*; nessa ocasião o termo foi caracterizado como “a capacidade das mulheres, como impulsoras de uma revolução ecológica, de ocasionar e desenvolver uma nova estrutura relacional de gênero entre os sexos, bem como entre a humanidade e o meio ambiente” (Alencar; Pedro, 2024, s/p).

mulheres exercem na preservação e transmissão de conhecimentos tradicionais por meio intergeracional, bem como a importância dessa preservação para a construção de novas epistemologias que conduzam a caminhos futuros de uma vida sustentável.

Chaves (2022, p. 32) aponta que

[...] essas discussões estão estreitamente relacionadas com a práxis e a materialidade inerentes das relações cotidianas entre as pessoas, em especial as mulheres e o meio que habitam, principalmente em relação aos povos do Sul global e, portanto, também estão atreladas a um movimento anticolonial de protagonismo feminino.

A autora considera as críticas feministas “ao conhecimento reducionista cartesiano, base da epistemologia científica moderna” e à forma que este age de forma a encarar como conhecimento científico apenas aquele advindo da tecnologia mecanicista que opera em nome do progresso, logo “[...] tudo aquilo que não envolve conhecimento de alta tecnologia não seria classificado como conhecimento, pois não opera de acordo com a lógica do progresso econômico”. Para Costa (2019), esse pensamento reforça uma concepção ideológica excludente que invalida e marginaliza saberes não tecnológicos.

[...] saberes que emergem da materialidade e das vivências corporificadas de determinados grupos sociais, como exemplo, os conhecimentos acumulados por gerações acerca do plantio e do manejo da floresta realizado pelas populações indígenas e populações tradicionais, que muito têm a contribuir para o desmantelamento da ciência reducionista e a construção de novas epistemologias. É justamente contra essa noção de conhecimento hegemônica que se insere a agricultura de bases agroecológicas e a prática cotidiana das mulheres agricultoras (Chaves, 2022, p. 33).

Sob essa ótica, é interessante considerar a concepção de práxis em Freire (1978) que a compreende como o exercício de liberdade no qual, sujeitos historicamente excluídos dos processos de produção do conhecimento, elaboram suas subjetividades, assumem a autoria de suas próprias experiências e passam a conduzir ativamente a construção de seus destinos históricos.

Puleo (2019) critica o modo dominante de produzir conhecimento baseada na separação entre o sujeito e objeto e que reforça a ideia de um sujeito universal neutro, imparcial e desvinculado da realidade. Em conformidade com esse pensamento, Rago (2019, p. 374) destaca que a forma hegemônica de produzir conhecimento não pode ser neutra, pois se ampara na visão de mundo do “modelo de homem branco heterossexual civilizado do Primeiro Mundo”, que historicamente ocupou o lugar de quem define o que é ou não conhecimento válido. É

nessas críticas que se ampara a necessidade de construção de uma epistemologia ecofeminista crítica.

Harding (2019) propõe uma mudança importante, ela defende que o conhecimento feminista precisa dar espaço para as incertezas, contradições e ausências que a ciência tradicional costuma ignorar. A autora entende que é justamente nos saberes desprezados como os saberes populares e tradicionais que podemos encontrar alternativas potentes para pensar outro modo de conhecer o mundo. Isso se estende, inclusive, à forma como as cidades são pensadas: quem é ouvido na hora de planejar o espaço urbano? Quem é deixado de fora? Que tipos de saberes e modos de vida são considerados válidos e quais são descartados?

Harvey (2014) elucida essas questões quando esclarece que o modelo de produção do espaço urbano está ligado à busca por lucro e com isso gera exclusões. Pessoas, territórios e saberes são deixados à margem, porque quem detém o poder econômico, político e científico também decide o que merece atenção, estudo e investimento.

Nessa conjuntura, a partir da definição de Beltrán (2019, p. 113),

[...] o ecofeminismo é uma teoria crítica, uma filosofia e uma interpretação do mundo para a sua transformação. Coloca em uma só perspectiva duas correntes, da teoria e da prática política, emergentes da modernidade da ecologia e do feminismo, e procura explicar e transformar o sistema de dominação e violência atual com foco na crítica do patriarcado e da superexploração da natureza, entendidas como parte de um mesmo fenômeno.

Entendemos então que a opressão das mulheres e a exploração da natureza não são problemas separados, mas expressões de um mesmo sistema de dominação, marcado pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelo colonialismo.

Sobre isso, Angelin (2014, p. 1584) ressalta que

[...] não se pode olvidar que a dominação das mulheres está baseada nos mesmos fundamentos e impulsos que levaram à exploração da natureza e a subjugação de povos. Tanto o meio ambiente como as mulheres são vistos pelo capitalismo patriarcal como coisa útil, que devem ser submetidas às supostas necessidades humanas, seja como objeto de consumo, como meio de produção ou como exploração.

Ainda nesse sentido, Duarte (2015, p. 57) reforça que “[...] a ligação entre a mulher e a natureza e as razões pelas quais ambas são consideradas inferiores é tema central na busca por justiça e igualdade”; assim sendo, os princípios que regem o ecofeminismo se baseiam no reconhecimento do vínculo entre a opressão da natureza e das mulheres.

Schaurich, Tremea e Mattei (2024) justificam esse posicionamento ao destacar que é frequente observar, principalmente em comunidades do interior que mesmo quando as mulheres desempenham um papel ativo na promoção de práticas sustentáveis no ambiente familiar, elas acabam sendo invisibilizadas, permanecendo em segundo plano em relação aos maridos ou filhos homens. Essa desvalorização não é casual, ela reflete a persistência de uma estrutura social marcada pelo patriarcado, onde o poder e a tomada de decisões ainda são majoritariamente concentrados nas mãos dos homens, dificultando o reconhecimento e a participação plena das mulheres nos espaços de diálogo e construção coletiva.

É importante ressaltar que nesta pesquisa, o ecofeminismo é mobilizado em sua vertente crítica, e não essencialista. É sabido que determinados segmentos do ecofeminismo se aproximaram de interpretações que enaltecem as características femininas, as tarefas de cuidado reprodutivas, assim como a identificação da mística da mulher-mãe com a natureza (Shiva; Mies, 1993, p. 28-31), essa vertente reforça estereótipos que legitimam a opressão das mulheres.

Neste trabalho compactuamos com a crítica de Puleo (2011), que recusa a ideia de uma identidade feminina fixa e biologicamente determinada, e argumenta que embora o ecofeminismo essencialista, ainda que tenha valorizado saberes tradicionalmente marginalizados, corre o risco de fixar as mulheres a papéis naturalizados, o que, paradoxalmente, pode reforçar estruturas patriarcais de dominação. Em contrapartida, com as demandas ambientais e demográficas que atingem diretamente as mulheres, se faz necessário um ecofeminismo político que se preocupe com questões políticas e sociais como identidade de gênero, direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e as reconheça como agentes históricos e políticos, capazes de disputar os rumos da sustentabilidade e da justiça ambiental (Cardoso; Salvaro, 2023).

Mas na prática, como a epistemologia ecofeminista se manifesta no fazer cotidiano? Para Chaves (2022, p. 34), são várias as formas encontradas para pautar uma epistemologia ecofeminista enraizada na prática cotidiana como construtora de saberes e de possibilidades transformadoras. Miranda e Lima (2022, p. 14) exemplificam

[...] com os casos das quilombolas e indígenas e outras mulheres de povos/comunidades tradicionais que, aos seus modos, também, se opõem às tentativas de aniquilamento socioeconômico-cultural do capitalismo e, portanto, podem ser compreendidas como lutas-resistência, constituídas como aproximações com a luta ecofeminista.

A isso podemos incluir:

[...] a luta das mulheres indianas no Movimento Chipko pela proteção das suas florestas; a resistência das camponesas bolivianas contra o processo de privatização das águas que ficou conhecida como a guerra da água no país; a mobilização das mulheres em Altamira contra a construção da barragem de Belo Monte; e a experiência das mulheres quenianas em torno do Movimento Cinturão Verde, são alguns exemplos de como, a partir dos seus diferentes contextos, as mulheres, especialmente em áreas periféricas e rurais, comunidades tradicionais e povos originários do Sul Global, constroem laços de solidariedade e mobilização social que se mostram centrais na luta pela justiça socioambiental, ao apontarem a relação entre a mercantilização da natureza e da vida e as desigualdades de gênero. As ações coletivas levadas a cabo no Brasil através dos movimentos de mulheres camponesas e da agroecologia apontam para propostas éticas, epistemológicas e políticas atravessadas por debates ecofeministas, agroecológicos e descoloniais na construção de feminismos camponeses, quilombolas, indígenas, comunitários, periféricos e populares (Costa, 2019, p. 157).

Sem esquecer as experiências das raizeiras, parteiras e benzedadeiras, que ligam a cura das plantas ao transcendental, e de tantas outras organizações das mulheres agricultoras e urbanas, que buscam a partir da produção, comercialização e consumo realizar o resgate e a valorização dos saberes tradicionais do uso das plantas medicinais, e que vertiginosamente tem sido foco de pesquisas científicas tantas que se fosse mencionar todas, esse estudo não se encerraria.

É na materialidade das práticas dessas mulheres que emerge a potência das ecofeministas para mudar o mundo (Silva et al., 2014). Como destaca Mies (2022), toda práxis emancipadora implica cooperação social e ação historicamente situada. O cultivo coletivo de ervas, especialmente entre mulheres de comunidades marginalizadas, traduz essa dimensão cooperativa e histórica, pois se sustenta em redes de apoio mútuo e práticas partilhadas que se insurgem contra as lógicas do isolamento, da competitividade e da alienação.

O percurso teórico desenvolvido neste capítulo evidencia que o cultivo urbano de ervas medicinais por mulheres periféricas não pode ser compreendido à margem dos conflitos estruturais que atravessam a cidade, o corpo e o saber. Ao analisar a produção social da natureza e as desigualdades ambientais, reconhecemos que o espaço urbano é forjado por lógicas de espoliação que excludentes. Nesse contexto, os corpos femininos, racializados e territorializados são frequentemente alvos de múltiplas formas de subordinação, mas também se revelam como potentes territórios de resistência.

A partir da articulação entre feminismo, cuidado e território-corpo, compreende-se que a ação dessas mulheres ultrapassa a esfera da reprodução da vida e se inscreve como forma de insurgência contra o apagamento histórico e epistêmico de suas existências. Os saberes

populares mobilizados no cultivo e enraizados na experiência, na oralidade e na ancestralidade desafiam a lógica dominante da ciência e reivindicam justiça socioambiental.

Por fim, ao compreender o cultivo como práxis ecofeminista, afirmamos que essas práticas não apenas denunciam as múltiplas opressões que estruturam a vida nas cidades, mas propõem alternativas concretas de habitar, cuidar e transformar o mundo. Assim, o referencial aqui construído oferece os alicerces para a análise dos resultados, apresentados no capítulo seguinte, a partir das experiências, estratégias e saberes cultivados por essas mulheres em seus territórios de vida e luta.



**CAPÍTULO II:  
A CONSTRUÇÃO  
METODOLÓGICA NA  
DIALÉTICA DA EXPERIÊNCIA  
FEMININA NO URBANO**

## TRONCO

O tronco é o eixo que conecta as raízes ao mundo. Sustenta, distribui a seiva, estrutura o crescimento. Na arquitetura desta dissertação, o tronco representa a metodologia, não como mero instrumento técnico, mas como escolha ética, política e epistemológica que traduz o compromisso com o modo de conhecer o mundo.

Guiada pelo método materialista histórico-dialético, esta pesquisa se organiza a partir de uma abordagem qualitativa que reconhece a realidade como processo em constante transformação. A investigação das práticas de cultivo de ervas medicinais em territórios urbanos, protagonizadas por mulheres, requer uma escuta sensível e um olhar implicado. Trata-se de compreender a experiência vivida como expressão de contradições sociais, culturais e ambientais, e de construir conhecimento a partir das vozes silenciadas e dos gestos cotidianos de resistência.

Ao longo deste capítulo, serão apresentados os delineamentos da pesquisa, os caminhos de análise teórica e os procedimentos metodológicos adotados na produção dos cinco artigos científicos que compõem os resultados. Cada artigo surge como uma ramificação dessa estrutura metodológica, alimentada pela coerência interna do projeto e pela organicidade de seu processo investigativo.

### *Delineamento metodológico da pesquisa*

#### Método de abordagem

Foi adotado como método de abordagem o Materialismo Histórico-Dialético (MHD), não a partir de uma leitura ortodoxa ou economicista, mas em sua potência crítica e atualizada para analisar os fenômenos sociais em sua totalidade, contradição e movimento. Collins (2015, p. 13) reconhece que algumas vertentes do marxismo clássico relegaram a segundo plano as opressões de gênero, raça e colonialidade, priorizando exclusivamente a luta de classes. No entanto, leituras contemporâneas do método dialético têm superado essa limitação por meio do diálogo com abordagens interseccionais e críticas decoloniais, reconhecendo que as contradições do capitalismo se desdobram de forma múltipla sobre corpos racializados, feminizados e subalternizados (Ângelo, 2022).

A escolha por este método justifica-se por sua capacidade de apreender a realidade social de forma relacional e historicizada, permitindo compreender como as práticas de cultivo de ervas medicinais por mulheres urbanas se articulam a processos de resistência frente às desigualdades estruturais de gênero, raça e território (Lisboa, 2024). O método é, portanto, incorporado criticamente e articulado a epistemologias feministas, ecofeministas e saberes populares, favorecendo uma análise situada e comprometida com a transformação social.

Os fenômenos não são estáticos nem isolados, mas expressões de contradições históricas em constante transformação. Para Gil (2008, p. 14), o método dialético “[...] fornece as bases para uma interpretação [...] da realidade”, logo os fatos sociais não podem ser compreendidos de forma isolada, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais (Lisboa, 2024). As práticas de cuidado e cultivo mobilizadas por essas mulheres não são interpretadas como ações individuais ou idealizadas, mas como componentes de uma totalidade social marcada por exploração econômica, patriarcado, racismo ambiental e desigualdades territoriais.

A fundamentação metodológica também se apoia em Lukács (2003), para quem a realidade social só pode ser compreendida como totalidade concreta, exigindo uma leitura que considere o objeto como parte de uma rede de determinações históricas e estruturais, expressas nas práticas cotidianas. O autor afirma que o método dialético deve ir além de esquemas fixos e adaptar-se a materiais “[...] originária e qualitativamente novos”, como as experiências singulares das mulheres nas cidades (Lukács, 2003, p. 453).

A análise, assim, busca compreender o movimento entre o particular e o estrutural, rejeitando separações rígidas entre ser e consciência, compreendidas aqui como uma unidade em processo histórico: “[...] processo dialético, como o processo da história” (Lukács, 2003, p. 288). As ações dessas mulheres são, portanto, reconhecidas como expressões concretas de um saber coletivo produzido em meio a contradições, exclusões e resistências. Como destaca o autor, “[...] o que hoje é correto, amanhã pode não ser” (Lukács, 2003, p. 293), reforçando a historicidade e a mutabilidade da realidade social.

Nessa perspectiva, o conhecimento dialético busca não apenas descrever os fenômenos, mas desvelar suas determinações profundas, revelando a essência por trás das aparências. Dialoga-se aqui com Kosik (2002, p. 65), para quem “[...] a praxis como criação da realidade humana é ao mesmo tempo o processo no qual se revelaram, em sua essência, o universo e a realidade”.

Assim, o cultivo de ervas medicinais não é visto como prática isolada, mas como expressão de uma racionalidade alternativa, enraizada em sentidos históricos, políticos e subjetivos. Kosik (2002, p. 78) complementa que a tarefa do pensamento crítico é justamente investigar “[...] a relação entre gênese e validade, entre situação dada e realidade, entre a história e a realidade humana”, o que implica tratar essas práticas como formas de resistência às desigualdades estruturais que marcam a vida urbana.

Ferreira (2010, p. 124) reforça essa compreensão ao afirmar que

[...] os métodos do materialismo histórico-dialético indicam com clareza quais são os caminhos e como há de se reconhecê-los se se quer levar a realidade objetiva ao conceito [...] e aprofundar a essência de um determinado território de acordo com a verdade.

Isso confirma que o MHD permite compreender os sujeitos em sua condição concreta e contraditória, inseridos em práticas sociais determinadas historicamente e estruturalmente. Ao enfatizar a necessidade de captar o movimento real do objeto e suas múltiplas determinações, os autores mobilizados nesta pesquisa reforçam a importância de uma abordagem crítica e totalizante, capaz de revelar as tensões, mediações e disputas que estruturam a realidade vivida. Tal perspectiva é imprescindível para compreender o cultivo de ervas como prática socialmente situada, atravessada por lutas, exclusões e permanentes ressignificações.

Ao lançar mão da abordagem dialética, compreende-se que as ações dessas mulheres muitas vezes invisibilizadas pelas políticas públicas e pela lógica capitalista de produção da cidade revelam dimensões de resistência que surgem cotidianamente nos gestos, nas redes de solidariedade e nos saberes populares ancestrais. O método permite, assim, tornar visíveis contradições como: precariedade urbana versus estratégias de cuidado; marginalização versus saberes tradicionais; consumo farmacêutico versus autonomia fitoterápica.

Por fim, o movimento de análise dialético reconhece também a historicidade desses saberes e práticas, entendendo-os como construções culturais e sociais resultantes de processos de dominação e de luta. Ao articular o cuidado com a terra, o corpo e a coletividade, essas mulheres se posicionam de forma contra hegemônica diante das estruturas que precarizam a vida. Esse entendimento também dialoga com Gohn (2006) ao afirmar que os sujeitos sociais, sob a ótica do MHD, são compreendidos como agentes históricos em permanente disputa e reconstrução da realidade.

### *Instrumento teórico-analítico*

A análise dos dados desta pesquisa foi orientada por um delineamento teórico-analítico que articula categorias fundamentais para a compreensão da realidade investigada. Essas categorias foram escolhidas a partir da coerência com os referenciais adotados especialmente o método dialético e o ecofeminismo interseccional que exigem uma leitura crítica, situada e totalizante dos fenômenos sociais.

Nesse contexto, o cultivo de ervas medicinais por mulheres urbanas é interpretado não apenas como prática de cuidado ou estratégia de subsistência, mas como expressão de uma práxis coletiva que incorpora dimensões de resistência, memória, pertencimento e construção de autonomia. Para captar essa complexidade, foram mobilizadas categorias que possibilitam a leitura das múltiplas determinações que atravessam o cotidiano dessas mulheres, considerando os marcadores de classe, gênero, raça e território.

O Quadro 2 apresenta as categorias analíticas que fundamentaram a interpretação dos dados, acompanhadas de suas autoras-chave e dos conceitos centrais que orientaram seu uso.

**Quadro 2 - Categorias analíticas da pesquisa**

<b>Categoria Analítica</b>	<b>Autores-chave</b>	<b>Conceito central</b>
Cuidado	Joan Tronto; bell hooks; Conceição Evaristo	Ação ética e política voltada à sustentação da vida em sua integralidade; compreendido como prática relacional, afetiva e coletiva que resiste à lógica da indiferença.
Resistência	Silvia Federici; Angela Davis; Lélia Gonzalez	Atos cotidianos e coletivos que desafiam estruturas opressoras; práticas de insurgência que afirmam modos de vida alternativos e reconfiguram o vivido.
Território-Corpo	Milton Santos; Rogério Haesbaert	Espaço vivido como extensão do corpo, atravessado por relações de poder; lugar de disputa simbólica e material por pertencimento, identidade e dignidade.
Ancestralidade	Conceição Evaristo; Leda Martins	Saberes transmitidos intergeracionalmente por meio da oralidade, memória e corporeidade; matriz de resistência e identidade

		coletiva enraizada nas práticas populares.
Autonomia Feminina	bell hooks; Djamila Ribeiro; Maria Lugones	Capacidade de agir e decidir a partir de si, mesmo em contextos de dominação; articulação entre consciência crítica, ação coletiva e emancipação subjetiva.
Sustentabilidade Contra-Hegemônica	Alicia Puleo; Maria Mies	Prática ecológica baseada em vínculos com a terra, reciprocidade e regeneração; oposição à lógica capitalista de exploração e valorização dos saberes e recursos locais.

Organização: Vieira e Batista (2025).

As categorias aqui sistematizadas orientaram a interpretação dos dados, permitindo que as práticas cotidianas observadas fossem compreendidas em sua profundidade histórica, simbólica e política. Elas ofereceram contribuições para evidenciar as formas pelas quais as mulheres constroem alternativas à precarização da vida nas cidades, reivindicando outras formas de existir, cuidar, resistir e regenerar os vínculos com o território e com a coletividade. Assim, o recurso a esse instrumental teórico-analítico reforça o compromisso da pesquisa com a produção de conhecimento crítico e socialmente comprometido.

### *Procedimentos e técnicas*

A seguir, apresenta-se um quadro síntese com as etapas metodológicas que compõem o percurso investigativo desta pesquisa (Quadro 3). Essas etapas foram organizadas com o objetivo de garantir coerência entre os procedimentos adotados e o delineamento qualitativo, teórico-analítico e crítico da investigação. A estrutura visa sistematizar os movimentos reflexivos e operacionais que orientaram a produção de conhecimento ao longo do processo de pesquisa, ancorado no método materialista histórico-dialético e na abordagem ecofeminista interseccional.

**Quadro 3 - Etapas metodológicas da pesquisa**

<b>Etapa</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fontes e Instrumentos</b>
1. Levantamento teórico	Identificação e estudo de obras que abordam ecofeminismo,	Livros, artigos científicos, dissertações e teses disponíveis em bases como

	epistemologias do cuidado, saberes tradicionais e resistências urbanas femininas.	SciELO, CAPES, Google Acadêmico e Web of Science.
2. Definição das categorias analíticas	Seleção de conceitos-chave que guiaram a análise teórica dos materiais: cuidado, resistência, ancestralidade, território, autonomia.	Obras de autoras como bell hooks, Silvia Federici, Vandana Shiva, Conceição Evaristo, Angela Davis, Kimberlé Crenshaw, Lélia Gonzalez, entre outras.
3. Análise documental	Análise crítica de políticas públicas, legislações, cartilhas populares e documentos institucionais voltados à saúde, meio ambiente e gênero.	PNPIC, PLANAPO, Agenda 2030 (ODS 2 e 3), documentos do SUS, cartilhas de movimentos sociais (MST, MTST, e coletivos urbanos).
4. Sistematização crítica dos achados	Interpretação dos documentos e da bibliografia a partir do método materialista histórico-dialético e da análise ecofeminista interseccional.	Fichamentos analíticos, mapas conceituais e quadros de síntese.
5. Redação do texto	Construção da dissertação articulando os achados com as questões de pesquisa e aos objetivos específicos.	Referenciais teóricos e registros de análise produzidos ao longo da investigação.

Organização: Vieira e Batista (2025).

A organização metodológica conforme apresentada no (Quadro 3) permitiu estabelecer uma base sólida para a análise crítica dos materiais selecionados, articulando teoria, categorias analíticas e políticas públicas em diálogo com os objetivos da pesquisa. A seguir, detalha-se a construção metodológica dos artigos que compõem a coletânea dos resultados da dissertação.

Aprofundar-se em um contexto de discussões de gênero relacionadas a questões ambientais num formato interdisciplinar foi uma tarefa instigante e desafiadora, tendo em vista que “[...] o discurso da conservação tem sido abordado de uma perspectiva puramente biológica, sem considerar a relação que os homens e as mulheres e suas distintas formas de organização estabelecem com o seu entorno” e desconsiderando que “[...] os modelos de desenvolvimento existentes afetam de maneira diferente o cotidiano de homens e mulheres” (Castro; Abramovay, 2005, p. 36-37).

Esta dissertação foi organizada no formato multipaper, também conhecido como dissertação em forma de artigos, por apresentar vantagens estratégicas tanto para a produção científica quanto para a formação acadêmica da pesquisadora. Trata-se de uma escolha metodológica respaldada por autores como Mutti e Klüber (2018), que destacam a visibilidade,

a produtividade e a interação com pares como benefícios centrais deste modelo, conforme ilustrado na (Figura 1).

**Figura 1 - Benefícios da dissertação em formato multipaper**



Fonte: Mutti e Klüber (2018). Organização: Vieira e Batista (2025).

Como apresentado na figura, o modelo multipaper acelera a disseminação do conhecimento, favorece a avaliação científica contínua, amplia o impacto da pesquisa por meio de publicações em veículos indexados e fortalece a formação crítica do pesquisador, que passa a lidar com múltiplos gêneros acadêmicos e com recortes analíticos diversos. Também se observa um estreitamento entre os eixos ensino, pesquisa e extensão, uma vez que os artigos podem dialogar com a comunidade durante o próprio processo de redação. Diante disso, a estrutura em artigos mostrou-se a mais adequada para responder à complexidade do objeto investigado e ao caráter crítico da pesquisa.

A opção pelo formato multipaper, está diretamente vinculada às escolhas epistemológicas e metodológicas que orientam esta pesquisa, refletindo seus fundamentos teóricos e a forma como o conhecimento é aqui produzido e analisado. A partir de uma abordagem qualitativa, de natureza básica e com delineamento teórico-analítico, a investigação volta-se à interpretação crítica de práticas sociais complexas a partir de referenciais

interdisciplinares. O objeto de estudo são as formas pelas quais mulheres em contextos urbanos se articulam com o cultivo de ervas medicinais e aromáticas como práticas de cuidado, resistência e sustentabilidade, ancoradas em saberes populares e redes comunitárias.

De acordo com Minayo (2004, p. 133), a pesquisa qualitativa “[...] trabalha com a percepção do vivido, com os significados, motivações, atitudes e valores”, possibilitando a apreensão da realidade de forma contextualizada e dinâmica. Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de compreender em profundidade o cultivo de ervas medicinais no contexto urbano, bem como as relações de cuidado, resistência e construção de autonomia que permeiam tais práticas. Assim, a pesquisa não se limita a quantificar dados, mas privilegia a análise das narrativas, vivências e práticas, buscando captar a complexidade dos fenômenos sociais investigados.

No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva e explicativa. Ela é descritiva, conforme Prodanov e Freitas (2013, p. 52), pois “[...] visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Nesse sentido, a investigação se dedicou a investigar, registrar e analisar as práticas de cultivo de ervas medicinais, bem como as redes de cuidado e solidariedade que emergem dessas experiências.

Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva é recomendada quando se pretende compreender as características de um fenômeno ou grupo social sem interferir em suas condições naturais. Já o caráter explicativo está associado à sua orientação analítica e reflexiva, com o objetivo de compreender as lutas femininas e os sentidos de resistência associados ao cultivo.

Para Gil (2008, p. 28), a pesquisa explicativa “[...] é aquela que tem como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”. Nesta perspectiva, a pesquisa assume uma dimensão explicativa ao buscar entender as razões pelas quais as mulheres se envolvem com o cultivo de ervas medicinais e como essa prática se relaciona com a construção de suas autonomies e formas de resistência, “[...] além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, por meio da interpretação possibilitada pelo método” (Severino, 2014, p. 107).

***Artigo 1: PANCs como estratégia de transformação urbana: um olhar sobre autonomia feminina***

O primeiro artigo da dissertação responde ao primeiro objetivo específico da pesquisa, ao identificar os saberes tradicionais e as práticas de cuidado exercidas historicamente por mulheres em territórios urbanos vulnerabilizados, analisando como esses elementos fortalecem o bem-estar físico e emocional, o sentimento de pertencimento e a coesão social.

Ainda que a pesquisa não se configure como empírica no sentido clássico, este artigo apresenta dados oriundos de uma etapa anterior da investigação, realizada sob parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa (parecer consubstanciado nº 7.447.372/2025), na qual foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com mulheres de uma ocupação urbana localizada em Aracaju/SE.

Essa etapa inicial, entendida como ação de extensão vinculada ao processo de construção teórica, foi incorporada como forma de ilustrar e tensionar os conceitos abordados, sem configurar-se como corpus central da dissertação. Os relatos coletados funcionam, portanto, como subsídios complementares à análise teórica, permitindo vislumbrar sentidos concretos dos saberes e práticas analisados.

A abordagem adotada é a qualitativa e a análise dos dados seguiu princípios dialéticos, buscando apreender as contradições presentes nas narrativas e conectá-las com as mediações históricas e estruturais que as condicionam. A leitura crítica dos discursos foi articulada a categorias como cuidado, resistência, ancestralidade e autonomia, em diálogo com autoras como bell hooks (2018), Silvia Federici (2017), Vandana Shiva (2006) e Lélia Gonzalez (2020), bem como com documentos e legislações relacionadas à saúde coletiva e à agricultura urbana.

O resultado é uma interpretação que entrelaça teoria e experiência, sem romper com a natureza teórico-analítica da dissertação, mas enriquecendo-a com fragmentos de realidade vivida que corroboram e tensionam as reflexões centrais.

***Artigo 2: Saberes populares, território e cuidado: o cultivo de ervas e a construção de cidades sustentáveis***

Este artigo configura-se como uma pesquisa teórico-bibliográfica de caráter qualitativo, ancorada na análise crítica de fontes secundárias. Foram examinados trabalhos acadêmicos

produzidos entre 2020 e 2025, com foco em experiências brasileiras de cultivo de ervas medicinais em contexto urbano.

A seleção dos materiais baseou-se em critérios de relevância temática e diversidade geográfica, visando contemplar diferentes formas de organização comunitária e práticas de cuidado. A análise foi orientada pelos fundamentos do Materialismo Histórico-Dialético e do ecofeminismo crítico, buscando compreender como os saberes populares protagonizados por mulheres urbanas contribuem para a construção de cidades mais justas, sustentáveis e sensíveis às realidades locais.

***Artigo 3: Compostagem: ciclo fundamental para uma gestão ambiental eficaz em confluência com a natureza***

Este artigo adota uma abordagem qualitativa e se fundamenta em uma revisão narrativa da literatura. A investigação analisou produções científicas e documentos institucionais publicados nos últimos cinco anos sobre práticas de compostagem, com foco em sua aplicação no contexto urbano. A escolha metodológica visou identificar os benefícios ambientais, sociais e pedagógicos associados à compostagem doméstica e comunitária. A análise foi orientada por categorias como gestão de resíduos, educação ambiental crítica e sustentabilidade urbana, permitindo evidenciar a compostagem como uma estratégia prática e educativa capaz de articular saberes tradicionais e tecnologias sociais no enfrentamento da crise socioambiental.

***Artigo 4: Mulheres, saberes e resistência no cultivo urbano de ervas medicinais***

De caráter teórico-empírico, este artigo foi elaborado a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres residentes da Ocupação Beatriz Nascimento, localizada na cidade de Aracaju/SE. A coleta de dados foi autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (parecer consubstanciado nº 7.447.372), respeitando os preceitos éticos exigidos para pesquisas com seres humanos.

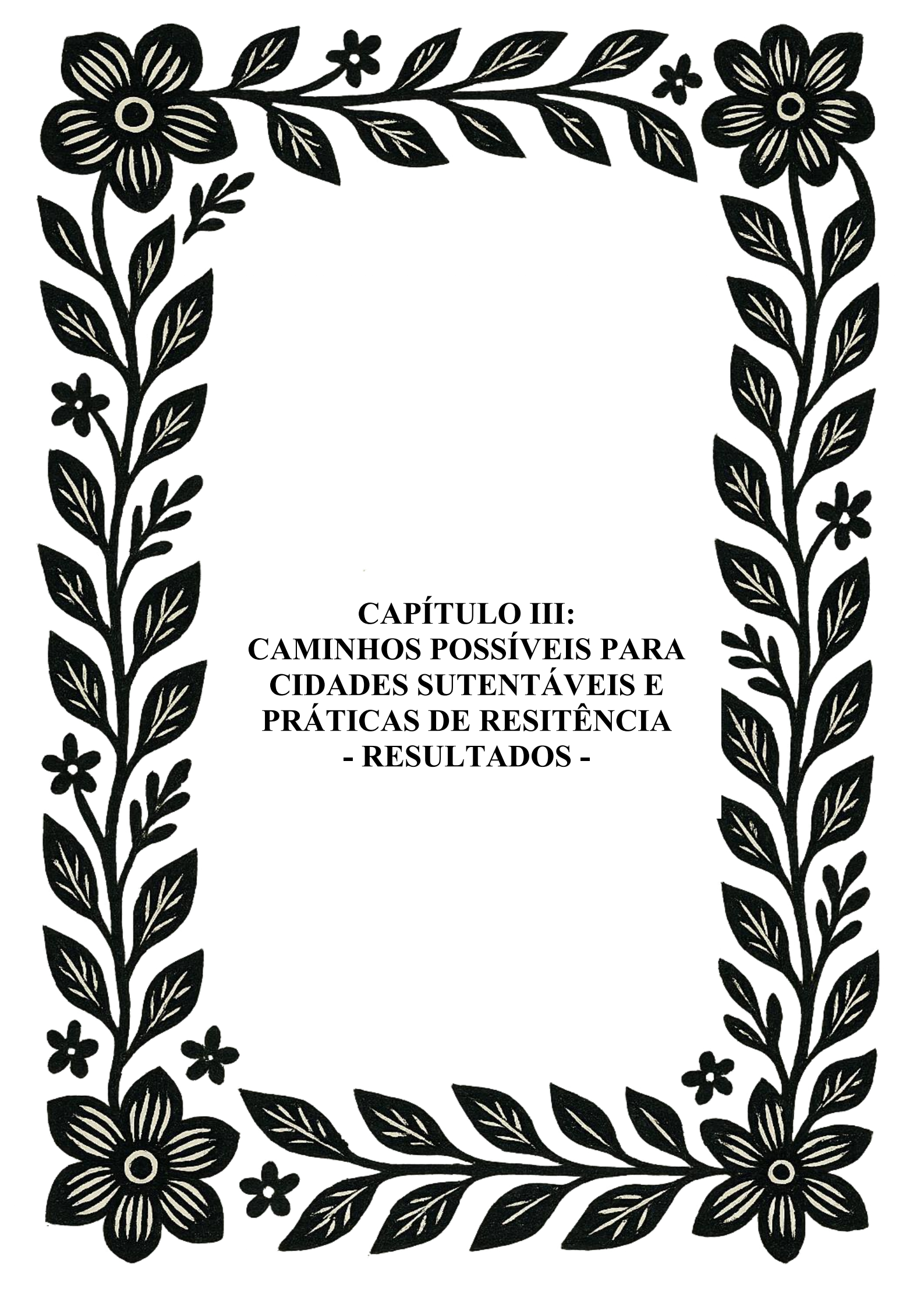
As entrevistas buscaram compreender os sentidos atribuídos pelas participantes às práticas de cultivo de ervas medicinais e aromáticas no contexto urbano. A análise das falas foi orientada por referenciais teóricos ecofeministas e pelo método dialético, com ênfase na

experiência vivida, nos vínculos comunitários e nas estratégias de resistência frente às desigualdades estruturais.

***Artigo 5: Nutrir para florescer: educação ambiental crítica com crianças da comunidade Barrosinho em Aracaju/SE***

Este artigo tem como base uma intervenção pedagógica realizada com crianças da comunidade pesqueira urbana Barrosinho, em Aracaju/SE, desenvolvida no âmbito do PROFCIAMB/UFS. Trata-se de uma experiência de caráter qualitativo e dialógico, inspirada nos princípios da educação ambiental crítica e da pedagogia freireana.

As atividades foram estruturadas em oficinas temáticas com uso de mapas mentais, observação de resíduos orgânicos e construção de composteiras a partir de garrafas PET. Os dados foram registrados por meio de diário de campo, observações e produções das crianças, e analisados à luz do referencial teórico da pesquisa. A proposta buscou fomentar o protagonismo infantil e promover reflexões sobre o cuidado com o ambiente, a partir de práticas acessíveis e enraizadas no cotidiano comunitário.

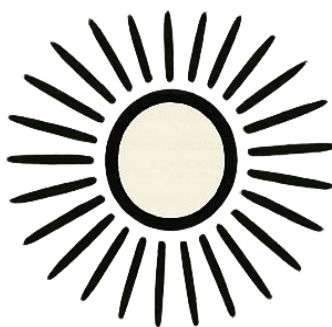


**CAPÍTULO III:  
CAMINHOS POSSÍVEIS PARA  
CIDADES SUSTENTÁVEIS E  
PRÁTICAS DE RESITÊNCIA  
- RESULTADOS -**

## **FRUTOS**

O fruto é o que se oferece ao mundo após o tempo da maturação. Eles nascem da interação entre raízes, solo e tronco. Nesta dissertação, os frutos representam os resultados da pesquisa: cinco artigos científicos que, cada um à sua maneira, expressam os múltiplos desdobramentos teóricos, empíricos e pedagógicos do processo investigativo.

A organização desta seção em dois eixos temáticos não é apenas uma escolha didática, mas também simbólica e estratégica. O primeiro eixo, “Agricultura Urbana e Cidades Sustentáveis”, reúne artigos que discutem a sustentabilidade urbana a partir do cultivo de PANCs, do uso de ervas medicinais e da prática da compostagem. O segundo eixo, “Comunidades Urbanas e Resistência”, apresenta experiências de protagonismo feminino e infantojuvenil em contextos marcados por vulnerabilidades, onde o cuidado com a terra, com o corpo e com o território se revela como prática política.



**EIXO 01: AGRICULTURA URBANA E CIDADES SUSTENTÁVEIS**



## ARTIGO 1 - PANCS COMO ESTRATÉGIAS DE TRANSFORMAÇÃO URBANA: UM OLHAR SOBRE AUTONOMIA FEMININA

### ARTICLE 1 - UFPs (PANCS) AS STRATEGIES FOR URBAN TRANSFORMATION: A PERSPECTIVE ON WOMEN'S AUTONOMY

Mônica dos Anjos Menezes Vieira<sup>10</sup>


 <https://orcid.org/0009-0002-4728-4867>

 <http://lattes.cnpq.br/3958854788407884>

Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil

E-mail: [monicaanjoss@gmail.com](mailto:monicaanjoss@gmail.com)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosana de Oliveira Santos Batista<sup>11</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-4669-2837>

 <http://lattes.cnpq.br/1059691272448145>

Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil

E-mail: [rostosgeo@academico.ufs.br](mailto:rostosgeo@academico.ufs.br)

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar como o cultivo urbano de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), especialmente quando protagonizado por mulheres, pode contribuir para o fortalecimento de práticas sustentáveis nas cidades e para a promoção da autonomia feminina. A pesquisa adota abordagem qualitativa e se baseia em uma revisão narrativa da literatura, com análise de produções acadêmicas publicadas entre 2020 e 2025, identificadas nas bases Google Acadêmico, Scielo e Periódicos CAPES. Dentre desse corpo teórico, destacam-se seis dissertações com experiências empíricas localizadas em diferentes regiões do Brasil, permitindo uma análise comparativa entre práticas de agricultura urbana articuladas a saberes ancestrais, justiça ambiental e organização comunitária. Os resultados indicam que o cultivo de PANCs em territórios urbanos periféricos atua como estratégia de resistência frente à exclusão socioespacial, promovendo segurança alimentar, valorização da biodiversidade e geração de renda. A centralidade do protagonismo feminino nas iniciativas analisadas reforça a importância da articulação entre cuidado, território e sustentabilidade. Conclui-se que a agricultura urbana, quando enraizada nos saberes populares e conduzida por mulheres, emerge como prática potente de transformação social e ambiental nas cidades brasileiras.

**Palavras-chave:** Agricultura urbana; Autonomia feminina; Plantas alimentícias não convencionais (PANCs); Saberes populares.

**Abstract:** This article aims to analyze how the urban cultivation of *Plantas Alimentícias Não Convencionais* (PANCs), or Unconventional Food Plants (UFPs), especially when led by women, can contribute to strengthening sustainable practices in cities and promoting female autonomy. The research adopts a qualitative approach and is based on a narrative literature review, analyzing academic works published between 2020 and 2025, identified in databases

---

<sup>10</sup> Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestranda em Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFS). Bolsista da Fundação de Apoio em Pesquisa e Inovação (FAPITEC/SE).

<sup>11</sup> Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestre em Desenvolvimento em Meio Ambiente (PRODEMA/UFS), Doutora em Geografia (PPGEO/UFS).

such as Google Scholar, SciELO, and CAPES Journals. Among the selected literature, six dissertations stand out for presenting empirical experiences located in different regions of Brazil, allowing for a comparative analysis of urban agriculture practices intertwined with ancestral knowledge, environmental justice, and community organization. The results indicate that the cultivation of PANCs/UFPs in peripheral urban territories functions as a strategy of resistance to socio-spatial exclusion, promoting food security, biodiversity valorization, and income generation. The centrality of female protagonism in the initiatives analyzed reinforces the importance of articulating care, territory, and sustainability. It is concluded that urban agriculture, when rooted in popular knowledge and led by women, emerges as a powerful practice of social and environmental transformation in Brazilian cities.

**Keywords:** Urban Agriculture; Women's autonomy; Unconventional food plants (UFPs / PANCs); Popular knowledge.

## 1 Iniciando o diálogo

Entre 2020 e 2022, o Brasil voltou ao Mapa da Fome da ONU, com mais de 33 milhões de pessoas enfrentando algum grau de insegurança alimentar e cerca de 14 milhões em situação de fome severa (Rede PENSSAN, 2022). Esse quadro dramático, amplificado pelos efeitos da pandemia da Covid-19 e pelo desmonte de políticas públicas promovido pelo desgoverno à frente do país na época, colocou em evidência não só a fragilidade dos sistemas alimentares convencionais, mas, a urgência de práticas territoriais alternativas.

De acordo com IBGE (2024), dados da PNAD Contínua revelam que 24,4 milhões de pessoas da condição de fome graças aos esforços de ações estatais voltadas à retomada da segurança alimentar. Ainda assim, o cenário ainda é desafiador, especialmente para mulheres chefes de família, populações periféricas e grupos historicamente marginalizados.

É nesse contexto que práticas agroalimentares alternativas, como o cultivo urbano de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs), ganham destaque como estratégias de enfrentamento às desigualdades e de fortalecimento da autonomia feminina. Essas práticas dialogam diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, sobretudo o ODS 2 (fome zero e agricultura sustentável) e o ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), evidenciando que a transformação urbana necessita do reconhecimento político e a valorização de saberes e práticas alimentares populares historicamente invisibilizadas.

As PANCs<sup>12</sup> são espécies vegetais com alto valor nutricional e histórico de uso tradicional, mas pouco examinadas na agricultura comercial, “[...] elas abrangem desde plantas

---

<sup>12</sup> O conceito de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) tem sido alvo de críticas por pesquisadoras da Cultura Alimentar e por ativistas negros, indígenas e contracoloniais, como Bruna Crioula e Tainá Marajoara, que questionam sua legitimidade a partir da provocação: “Não convencionais para quem?”. Muitas dessas plantas fazem parte dos saberes tradicionais de grupos historicamente marginalizados e foram amplamente utilizadas em contextos de escassez. A categoria “convencional”, nesse sentido, reflete uma perspectiva eurocentrada da

nativas e pouco usuais até exóticas e silvestres com uso alimentício direto e indireto como verduras, hortaliças, frutas, castanhas, óleos, féculas cereais e até mesmo condimentos e corantes naturais” (Piá, 2021, s/p). Essas plantas têm ganhado espaço e notoriedade devido aos seus potenciais ecológico e nutricional (Quintino; Andrade; Pacheco, 2024, p. 35).

No contexto da agricultura urbana, práticas como o cultivo dessas hortaliças não tradicionais vêm se consolidando como alternativas à lógica de produção que domina os circuitos agroalimentares. O reconhecimento da centralidade de mulheres engajadas na agricultura, praticando sistemas orgânicos e agroecológicos, sobretudo em territórios urbanos vulnerabilizados, reforça a articulação entre sustentabilidade, justiça social e autonomia feminina (Grando, 2023; Schmitz, 2023).

Produções acadêmicas recentes apontam que o cultivo de plantas de uso alimentar alternativo em hortas urbanas não se limita à produção de alimentos, mas atua como estratégia de resistência, geração de renda e fortalecimento de vínculos comunitários (Santana, 2022; Freitas, 2023; Gonçalves, 2024). No entanto, boa parte da literatura ainda se concentra em abordagens agronômicas ou nutricionais, sem aprofundar as dimensões políticas, subjetivas e pedagógicas que atravessam essas práticas. Além disso, verifica-se uma lacuna quanto à análise crítica dos entraves estruturais como a ausência de políticas públicas permanentes, a precarização do trabalho e a invisibilização dos saberes populares que impactam diretamente a sustentabilidade dessas experiências.

Diante desse cenário, torna-se necessário compreender de forma mais ampla e integrada como o cultivo de PANCs contribui para fortalecer práticas sustentáveis na agricultura urbana, ao mesmo tempo que fomenta processos de emancipação e autonomia entre as mulheres que protagonizam essas experiências. Ao considerar a complexidade das relações entre gênero, território e práticas alimentares, este artigo busca suprir a lacuna de estudos interdisciplinares que analisem o papel das mulheres na construção de cidades mais justas e sustentáveis.

A partir de uma revisão crítica de literatura e levantamento de experiências brasileiras este artigo tem como objetivo analisar de que forma o uso de PANCs na agricultura urbana pode contribuir para fortalecer práticas sustentáveis na agricultura urbana, colaborando para o

---

alimentação. Embora o termo PANC tenha sido cunhado em 2008 no campo acadêmico, sua popularização desconsidera, por vezes, as práticas ancestrais que lhe antecedem. Como sintetiza Bruna, trata-se de uma forma de reexistência por meio da resistência cotidiana (Dias, 2024).

desenvolvimento de cidades sustentáveis e a autonomia feminina<sup>13</sup>. Ao articular debates teóricos e dados empíricos, pretende-se contribuir com a produção de conhecimento comprometido com a justiça socioambiental e a ressignificação dos espaços urbanos como territórios de cuidado e resistência.

## **2 A agricultura urbana: conceito, história e sentido transformador**

A agricultura urbana (AU) se configura como possibilidade concreta de enfrentar os impactos socioambientais da urbanização predatória, ao mesmo tempo em que resgata práticas ancestrais de relação com a terra no interior das cidades (Barbosa, 2021). Ainda que seu debate contemporâneo esteja em ascensão, a presença da agricultura nos assentamentos humanos remonta à antiguidade (Marat-Mendes; Lopes; Borges, 2021, p. 2).

Como aponta Degenhart (2016, p. 135), “[...] desde o início das cidades já existia a produção de alimentos, e a agricultura já era praticada nas cidades de culturas como a Mesopotâmia e Egípcia”. O antigo Egito, por exemplo, é considerado berço de diversas práticas agrícolas do Ocidente, por meio da incorporação de técnicas e culturas (Corrêa et al., 2020, p. 3).

Historicamente, as cidades se desenvolviam em áreas de terrenos férteis, e seu crescimento estava atrelado à capacidade de suprir as necessidades alimentares da população. Para Lopane (2021, p. 33), “[...] a visão de consenso mais ampla e enraizada entenderia as cidades como um produto do desenvolvimento da agricultura”. A cidade, portanto, não se opõe à agricultura, mas, dela deriva. Essa perspectiva permite pensar que os conceitos de urbano e agricultura são indissociáveis (Degenhart, 2016).

No entanto, com a Revolução Industrial e a consolidação do modo de produção capitalista, consolidou-se também a separação entre campo e cidade. O espaço urbano passou a ser associado ao “desenvolvimento” e à modernidade, enquanto o campo foi estigmatizado como espaço atrasado. O planejamento das cidades ignorou as necessidades concretas da vida cotidiana, como o acesso à alimentação e à terra em nome de uma lógica produtivista e mercantil (Sarno, 2004).

Nesse cenário, a agricultura foi empurrada para fora dos centros urbanos, e os espaços de plantio passaram a desaparecer da paisagem das cidades. Como argumenta Barbosa (2021

---

<sup>13</sup> Este artigo integra uma pesquisa de mestrado em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFS) e tem como propósito responder a um de seus objetivos específicos.

p. 52), o conceito de desenvolvimento “[...] é um termo polissêmico atravessado por diferentes ideologias e interesses explícitos e implícitos, que está em voga na atualidade e que em diferentes momentos da história da humanidade serviu para legitimar a exploração e delimitar as fronteiras da exclusão socioambiental”.

De acordo com Santos et al. (2012), o início da noção de desenvolvimento aconteceu dentro do contexto das ciências naturais, mais precisamente, na biologia e com o passar do tempo passou a ser utilizado pelas ciências sociais para explicar a expansão econômica mercantilista por civilizações que se consideram “desenvolvidas” e subjugavam sociedades tidas como “atrasadas”, legitimando a exploração da natureza e de diferentes povos. Essa noção fortemente alicerçada no acúmulo de capital e no consumo desconsidera as múltiplas realidades sociais e ambientais dos países periféricos, reforçando a concentração de riqueza e a exclusão socioespacial.

Do ponto de vista dialético, a urbanização não é um processo natural, mas sim expressão das contradições estruturais do capitalismo. Como destaca Nery (2022), a cidade capitalista se organiza como território de reprodução da desigualdade, adaptando-se permanentemente às exigências do mercado. Andrade e Canzi (2015, p. 110) complementam ao evidenciar que

[...] a capacidade da sociedade do capital de transformar-se e adaptar-se permanentemente, a fim de perpetuar seu domínio. Em tempos de globalização, o capitalismo renova-se e amplia-se, a abertura da economia nos países da periferia dos centros mundiais configura-se numa nova colonização do espaço. No bojo desse processo, o espaço social global é capturado, manipulado e reorganizado pela lógica do mercado, sendo, posteriormente, oferecido à sociedade na condição de mercadoria.

Constata-se assim que a expansão urbana é, em muitos casos, uma nova forma de colonização do espaço, que transforma o território em mercadoria, manipulada de acordo com os interesses do capital.

Nesse cenário, a agricultura urbana emerge não apenas como prática de plantio, mas como estratégia de resistência. A reintrodução da agricultura nas cidades opera como contraponto à lógica da cidade-mercadoria, ressignificando espaços ociosos e subvertendo o uso normativo do território. Segundo Corrêa et al. (2020), o ressurgimento das hortas urbanas está frequentemente ligado a momentos de crise social, econômica e alimentar, e isso se verifica tanto historicamente quanto na contemporaneidade.

Um exemplo emblemático é o caso de Cuba, durante o chamado Período Especial, quando, diante da ruptura comercial com os países do bloco soviético e da intensificação do embargo dos EUA, a população começou a cultivar alimentos em qualquer espaço urbano

disponível de varandas a terrenos baldios. Posteriormente, o Estado incorporou essas iniciativas e criou políticas de apoio à agricultura urbana como forma de garantir a segurança alimentar e reafirmar a soberania do projeto socialista (Gold, 2014; Márquez, 2012).

Atualmente, em especial nos países do sul global, a agricultura urbana se evidencia em áreas urbanas marginalizadas, onde comunidades enfrentam insegurança alimentar, falta de acesso a alimentos frescos e exclusão dos sistemas produtivos convencionais. Essas práticas muitas vezes desafiam o status quo, proporcionando uma forma de controle local sobre a produção de alimentos, especialmente em contextos que grandes corporações dominam a cadeia alimentar. No entanto, esse movimento também está sujeito a contradições: hortas comunitárias podem ser cooptadas por discursos institucionais ou mercadológicos, sendo utilizadas como nichos verdes em processos de gentrificação (Castellarini, 2022; Folhes et al., 2021).

Frequentemente apresentada como solução sustentável para os desafios contemporâneos das cidades, a AU dialoga diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), em especial o ODS 11, que visa tornar as cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis (Nações Unidas Brasil, 2025). Todavia, como argumenta Leff (2004, p. 9), a sustentabilidade significa “[...] uma falha fundamental na história da humanidade” e seu discurso precisa ser problematizado, ele só será transformador se estiver vinculado à crítica das estruturas produtivas e à reorganização das prioridades econômicas, colocando a vida no centro, e não o lucro (Leff, 2004, p. 15).

Andrade (2022) sustenta que a sustentabilidade não deve se limitar a intervenções pontuais ou compensatórias, mas precisa promover a mudança da práxis. Marx e Engels (1978, p. 128) reforçam que não basta sensibilizar ou interpretar o mundo, isso os filósofos já fizeram de diferentes maneiras, o que importa é transformá-lo. É preciso transformar as formas de viver, produzir e habitar o urbano. Isso implica em políticas públicas robustas, que garantam o acesso à terra, à água e à assistência técnica, e que valorizem os saberes populares e ancestrais como base para a construção de territórios justos e solidários (Barbosa, 2021, p. 55).

## **2.1 Fome, segurança alimentar e agricultura urbana no Brasil**

Ao negligenciar a produção de alimentos nas cidades, o planejamento urbano não se preparou para atender a uma demanda essencial à reprodução da vida humana na terra, e as consequências foram desastrosas (Mesquita, 2021). Dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nation* atestam que, naquele ano, aproximadamente 870 milhões de pessoas sofriam de fome crônica, mesmo com o aumento global da produção de alimentos. O

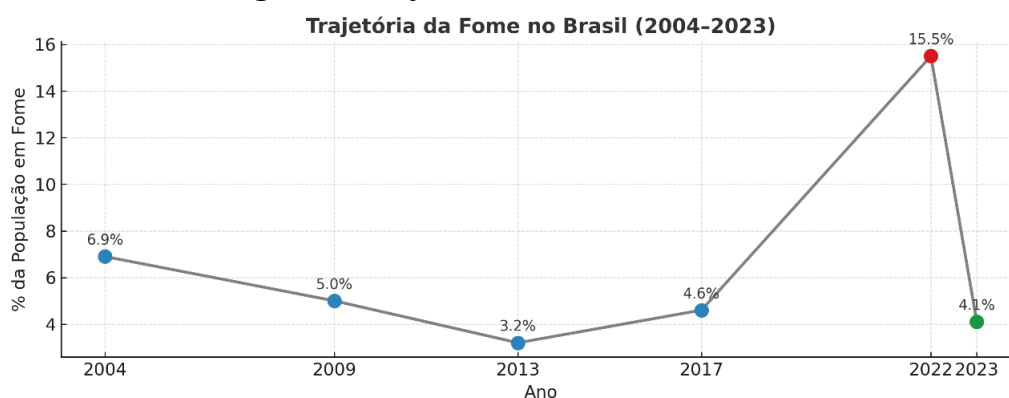
público mais afetado por essa mazela reside na zona urbana e precisa dispor de dinheiro para comprar alimentos, estando, assim, em posição de maior vulnerabilidade quanto à variação de seus preços (FAO, 2013).

No contexto brasileiro, essa vulnerabilidade se expressa de forma dramática. Em 2022, o Brasil vivenciou um dos momentos mais críticos em termos de fome recente: cerca de 33,1 milhões de pessoas enfrentaram insegurança alimentar grave, o que equivalia a 15,5% da população nacional (Rede PENSSAN, 2022). Esse retorno ao chamado Mapa da Fome ocorreu após o desmantelamento de políticas sociais profundas a partir do golpe de 2016, o que agravou a vulnerabilidade econômica e nutricional da população.

Já em 2023, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), o cenário se reverteu significativamente. O número de pessoas em situação de fome caiu para 8,7 milhões (4,1%), representando uma redução de 11,4 pontos percentuais – cerca de 24,4 milhões de pessoas deixaram a condição de fome. O resultado foi atribuído, em discurso do Ministro do Desenvolvimento Social, à reativação de programas como o Bolsa Família, ao aumento do salário-mínimo, à retomada da economia e a ações de segurança alimentar como as cozinhas solidárias.

Dados internacionais também reforçam essa trajetória. De acordo com o relatório SOFI (2024), publicado pela ONU, a insegurança alimentar grave caiu 85% em 2023, com 14,7 milhões de pessoas saindo dessa condição. Em relação à desnutrição crônica (subnutrição), houve recuo de 4,2% no triênio 2020-2022 para 2,8% em 2023. O gráfico a seguir apresenta a trajetória da fome no país entre 2004 e 2023, permitindo visualizar com clareza os momentos de retração e agravamento da insegurança alimentar, bem como os efeitos concretos das decisões estatais sobre a vida da população em maior vulnerabilidade social.

**Figura 2 - Trajetória da fome no Brasil**



Fonte: PNAD/IBGE (2024); Rede PENSSAN (2022). Organização: Vieira e Batista (2025).

A trajetória projetada no gráfico revela que, entre 2004 e 2013, o Brasil apresentou uma redução constante dos índices de fome, passando de 6,9% para 3,2% da população, em consonância com a consolidação de políticas públicas voltadas à segurança alimentar, como o Fome Zero, a ampliação da agricultura familiar e os programas de transferência de renda.

A partir de 2017 observa-se uma inversão dessa tendência: os índices voltam a crescer e atingem seu pico em 2022, com 15,5% da população em situação de fome, reflexo direto do desmonte das políticas sociais e da crise intensificada pela pandemia. Em 2023, os dados indicam uma inflexão positiva, com queda para 4,1% da população em fome, o que corresponde à saída de 24,4 milhões de pessoas dessa condição.

A análise desses dados, reforça que a fome não é resultado de escassez, mas expressão de desigualdades estruturais e da forma como os recursos são distribuídos e geridos politicamente. Apesar da taxa de insegurança alimentar ter caído, o IBGE (2023) através da Pnad Contínua informa que 27,6% (21,6 milhões) de domicílios brasileiros, ainda se encontram com insegurança alimentar grave, dentre esses 18,2% (ou 14,3 milhões) com insegurança alimentar leve, 5,3% (ou 4,2 milhões) com insegurança alimentar moderada e 4,1% (ou 3,2 milhões) com insegurança alimentar grave.

Desse total de domicílios com insegurança alimentar, 59,4% são chefiados por mulheres, corroborando a afirmação que os grupos mais expostos a insegurança alimentar é o de mulheres e crianças na primeira idade vivendo em vulnerabilidade social, sem receber ajuda ou apoio de familiares (Sgarbida, 2024).

Com base nesse cenário, torna-se urgente refletir sobre estratégias estruturais que possam contribuir para a manutenção e aprofundamento do processo de reversão da insegurança alimentar. É nesse ponto que a agricultura urbana ressurgue com centralidade, não apenas como alternativa de produção alimentar, mas como prática social transformadora, com capacidade de articular justiça alimentar e socioambiental, sustentabilidade e fortalecimento de vínculos comunitários.

A promulgação da Lei Federal nº 14.935/2024 marca um avanço nesse reconhecimento, ao instituir as bases para a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. Essa legislação tem por objetivo promover o direito à alimentação adequada, à sustentabilidade e à justiça socioambiental. Embora recente, representa a culminância de uma trajetória de práticas locais e saberes populares, sobretudo protagonizados por mulheres, que historicamente

ocuparam a terra nas bordas das cidades para produzir alimento, cuidar do entorno e resistir às lógicas de exclusão.

Santos et al. (2024) compreendem a agricultura urbana como uma prática que não se limita a produção de alimentos, mas se articula com a preservação de saberes tradicionais, processos de construção de autonomia, pertencimento territorial e organização comunitária. Costa (2024, p. 6) reforça que as hortas urbanas, mesmo quando pequenas, contribuem significativamente para melhorar a qualidade de vida da população pobre das cidades, fortalecem vínculos coletivos e estimulam reflexões críticas sobre as condições de existência e as dinâmicas de exclusão que atravessam a vida nas cidades.

Favoreto et al. (2024, p. 24), ao analisarem experiências de hortas comunitárias em centros urbanos, ressaltam o potencial da agricultura urbana de “desempenhar um papel importante na promoção do desenvolvimento urbano sustentável, oferecendo uma série de benefícios econômicos, sociais e ambientais e, portanto, no alcance de Objetivos do Desenvolvimento Urbano Sustentável”. Para os autores, essas práticas precisam ser compreendidas não apenas como ações pontuais, mas como parte de um sistema de políticas integradas que reconheçam o território como espaço de cuidado, aprendizagem e produção de vida.

### **3 Caminhos metodológicos**

A abordagem adotada para a elaboração desse artigo foi qualitativa, dado que tem como foco aspectos subjetivos. Como instrumento de pesquisa adotou-se uma revisão narrativa da literatura, a escolha por esse percurso metodológico se justifica pelo caráter interpretativo e pela flexibilidade metodológica que permite a articulação entre diferentes enfoques teóricos, campos disciplinares e categorias analíticas, em consonância com a abordagem qualitativa.

O levantamento dos dados secundários foi realizado por meio de buscas nas bases de dados Google Acadêmico, Periódicos CAPES e SciELO, além de fontes institucionais oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os portais do Governo Federal vinculados ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Foram utilizadas palavras-chave combinadas, como “PANCS”, “hortas urbanas”, “autonomia feminina”, “agricultura urbana”, “cidades sustentáveis” e “segurança alimentar”. A busca compreendeu produções dos últimos cinco anos (2020-2025), com a inclusão de trabalhos em português que abordassem diretamente os temas centrais da pesquisa.

Como critério de inclusão foram considerados: publicações em português; estudos publicados entre 2020 e 2025; pesquisas com foco na relação entre agricultura urbana, práticas alimentares sustentáveis e/ou protagonismo feminino; e artigos, dissertações ou teses disponíveis integralmente online. Os critérios de exclusão foram: materiais duplicados, materiais que apresentavam menções superficiais a temática e aqueles cujos objetivos não se alinharam ao recorte crítico da pesquisa.

Após a leitura exploratória e análise do conteúdo dos títulos, resumos e palavras-chave, foram selecionados trinta (30) trabalhos que compuseram o corpo da pesquisa. Dentre esses, seis (6) dissertações foram aprofundadas na seção de resultados por reunirem, de forma concreta, experiências empíricas situadas que dialogam diretamente com o objetivo do artigo, contemplando diversidade regional, protagonismo feminino e articulação entre cuidado, cultivo e resistência urbana.

A seleção dessas dissertações visou garantir a riqueza analítica, sem perder a diversidade da revisão. Os dados foram sistematizados por meio de fichamentos e organizados de acordo com os eixos temáticos relacionados à prática de cultivo, usos sociais das plantas e estratégias de resistência e cuidado.

## **4 Resultados**

### **4.1 Práticas e experiências de agricultura urbana protagonizadas por mulheres**

Com base na abordagem qualitativa e no referencial teórico que embasa este trabalho centrado na análise dialética da realidade, foram selecionadas seis dissertações que abordam experiências de agricultura urbana protagonizadas por mulheres em diferentes territórios do Brasil. A escolha dessas pesquisas não aconteceu de forma aleatória, mas seguiu critérios de pertinência temática, diversidade regional, riqueza empírica e densidade teórica. Cada dissertação oferece um olhar situado sobre práticas que articulam cuidado, resistência e saberes tradicionais em contextos urbanos diversos, possibilitando uma análise comparativa capaz de revelar tanto elementos comuns quanto singularidades locais.

Essas produções acadêmicas permitem apreender em suas contradições e potencialidades, como as mulheres têm protagonizado formas alternativas de produzir alimento, cuidar da saúde, preservar o meio ambiente e resistir à lógica excludente do capital. A experiências selecionadas abrangem cidades como Salvador/BA (Santana, 2022), Porto Alegre/RS (Ott, 2023), São Paulo/SP (Miranda, 2024), Lapa/PR (Grando, 2023), Santa Cruz de Minas/MG (Campos, 2021), possibilitando a análise de experiências em territórios

quilombolas, periferias urbanas, comunidades autogestionadas e iniciativas coletivas ligadas à agroecologia. O conjunto dessas dissertações contempla dimensões políticas, culturais, ambientais e econômicas das hortas urbanas, com ênfase no protagonismo feminino, nos saberes ancestrais, na justiça ambiental e na luta pelo direito à cidade.

No contexto da AU protagonizadas por mulheres foram escolhidas seis (6) dissertações produzidas entre 2020 e 2024, com foco em iniciativas de agricultura urbana que dialogam com práticas de resistência, cuidado e soberania alimentar, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. A diversidade regional das dissertações analisadas abrange Sul, Sudeste e Nordeste do país e permite apreender distintas formas de apropriação e ressignificação do espaço urbano por meio do cultivo, o (Quadro 1) abaixo, sintetiza os principais aspectos de cada experiência, elencando os elementos fundamentais para a leitura crítica dos resultados.

**Quadro 4 - Experiências de agricultura urbana protagonizadas por mulheres (2020-2024)**

<b>Dissertação</b>	<b>Cidade / Estado</b>	<b>Projeto / Iniciativa</b>	<b>Tipo de Experiência</b>	<b>Protagonismo Feminino</b>	<b>Resultados / Impactos</b>
Campos, 2021	Santa Cruz de Minas/MG	“Nossa Horta” – horta comunitária agroecológica	Horta urbana comunitária com apoio público	Mulheres como agentes políticas, educativas e organizadoras.	Autonomia alimentar, empoderamento, redes de apoio, justiça ambiental.
Dias, 2024	Porto Alegre/RS	Programa Kitandas da Periferia	Hortas urbanas comunitárias, feiras e redes de ativismo alimentar	Mulheres negras como articuladoras de saberes, cultura alimentar e cuidado.	Justiça alimentar, soberania alimentar, protagonismo político, ativismo periférico e valorização ancestral.
Grando, 2023	Lapa/PR	Iniciativas quilombolas locais	Agricultura orgânica comunitária, feira agroecológica.	Mulheres quilombolas como educadoras ambientais e gestoras comunitárias.	Fortalecimento cultural, geração de renda, justiça territorial.
Miranda, 2024	São Paulo/SP	Hortas mapeadas pelo Sampa+Rural	Hortas urbanas coletivas e ativismo agroecológico.	Mulheres jovens de classe média como gestoras e formadoras.	Direito à cidade, resistência ao capital, conhecimento agroecológico.
Ott, 2023	Itatinga/SP	Horta Comunitária Cheiro Verde	Horta agroecológica periurbana	Mulheres como curadoras dos	Saúde mental, autocuidado, soberania

			com fitoterapia.	saberes e da saúde comunitária	alimentar, economia solidária.
Santana, 2022	Salvador/BA	Hortas em territórios populares da cidade	Quintais produtivos e hortas autogeridas.	Mulheres como guardiãs de sementes e ativistas comunitárias	Direito à cidade, preservação cultural, melhoria ambiental e alimentar.

Organização: Vieira e Batista (2025).

As experiências analisadas aqui evidenciam que a agricultura urbana, quando protagonizada por mulheres assume contornos que superam o cultivo da terra, para se transformar em práxis de resistência, reexistência e cuidado em múltiplas dimensões. As experiências narradas nas cinco dissertações são protagonizadas por mulheres que vivem em territórios marcados pela vulnerabilidade socioambiental e pela ausência sistemática do Estado. São espaços urbanos tensionados por interesses capitalistas e pela lógica privatista de uso da terra, que passam a ser ressignificados por essas mulheres a partir de uma outra lógica: a da reprodução da vida e do bem viver.

A pesquisa de Campos (2021), na cidade de Santa Cruz de Minas/MG analisou como o Projeto Nossa Horta integra valores éticos e morais, buscando contribuir para a comunidade envolvida, promovendo a sustentabilidade e regeneração socioambiental. As participantes da horta frequentemente, fazem trocas das espécies cultivadas entre si e com consumidores, de forma não-monetária o que fomenta a economia solidária local. Essas mulheres representam um grupo que historicamente realiza tarefas essenciais de reprodução social e doméstica, cujos saberes tradicionais sobre manejo ambiental são pouco reconhecidos e valorizados. A agroecologia e a economia solidária aparecem como ferramentas importantes para a autonomia delas e para a superação das desigualdades de gênero na região (Campos, 2021, p. 72-75).

Já a experiência relatada por Miranda (2024), na capital paulista, analisa a atuação coletiva das Mulheres do Grupo de Agricultura Urbana (GAU). Nas hortas mulheres pertencentes a grupos socialmente vulneráveis, produzem alimentos frescos e de qualidade, promovendo a segurança alimentar local e a conservação da biodiversidade urbana por meio do engajamento coletivo. Como desafios a autora apresenta o pouco apoio financeiro e técnico por parte do poder público; ausência de regulamentações específicas para agricultura urbana e a ameaça constante de perda dos espaços cultivados devido à valorização imobiliária e à especulação urbana.

Em outro ponto do Sudeste, Ott (2023), na Horta Comunitária Cheiro Verde, com destaque para o papel das hortas como territórios de cuidado coletivo e suporte emocional, tendo em vista que interação e diálogo entre as mulheres promoveram a autorreflexão para que se libertassem de situações de violência doméstica, abusos, vícios e depressão.

No Paraná, a experiência quilombola investigada por Grandó (2023) revela uma agricultura comunitária que resgata práticas ancestrais e amplia a potência política das mulheres por meio da organização de feiras, oficinas e estratégias coletivas de renda. As agriculturas, nesse cenário, assumem a condução da luta por soberania alimentar e pela preservação de seus territórios, atuando como educadoras ambientais e articuladoras de processos comunitários.

O Programa Kitandas no Rio Grande do Sul, estudado por Dias (2024), representa uma ação de ativismo alimentar enraizada na ancestralidade e na cultura alimentar periférica. As trocas de sementes e os saberes mobilizados pelas mulheres envolvidas articulam alimentação, saúde, política e enfrentamento à fome. A agricultura urbana aparece, assim, como ferramenta de resistência e reconfiguração do espaço urbano a partir da lógica da vida, e não do capital.

Por fim, na Bahia, a dissertação de Santana (2022) documenta a atuação de mulheres negras em bairros populares de Salvador, destacando a agricultura urbana como prática ancestral de cuidado coletivo e reconstrução de vínculos comunitários. Em um contexto marcado pela insegurança fundiária e pelo racismo ambiental, o cultivo torna-se um gesto insurgente de permanência, memória e resistência.

Em conjunto, essas experiências revelam a centralidade das mulheres nas práticas de agricultura urbana, apontando para um movimento que vai além do combate à fome: trata-se da construção de uma outra lógica de cidade, orientada pela reciprocidade, pela sustentabilidade e pela justiça social. Nesse contexto, a agricultura urbana protagonizada por mulheres emerge como campo privilegiado para pensar a articulação entre cuidado, resistência e emancipação no cotidiano das periferias brasileiras.

#### **4.2 Contribuições das PANCs e microverdes para a sustentabilidade urbana**

Brasil (2010, p. 4) define as hortaliças não convencionais como

[...] aquelas presentes em determinadas localidades ou regiões exercendo influência na alimentação de uma população tradicional e normalmente, não estão organizadas enquanto cadeia produtiva propriamente dita, não despertando o interesse por parte de empresas de sementes, fertilizantes ou agroquímicos.

De um modo geral as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) são caracterizadas por seu alto valor nutricional e adaptabilidade aos cultivos domésticos e coletivos, o que as torna elementos-chave em iniciativas que visam promover o direito à alimentação saudável, a preservação da biodiversidade e a ressignificação do espaço urbano (Kmiecik; Lucca, 2020). A variedade biológica dessas espécies conhecidas no Brasil é de aproximadamente 3 mil. Uma biodiversidade brasileira de grande porte, porém, ainda pouco conhecida e utilizada como alimento no cotidiano (Bezerra; Brito, 2020).

Diferente das espécies convencionais que dependem de cadeias produtivas mais longas e custosas, as PANCs devido a sua “[...] rusticidade, são pouco afetadas por pragas e doenças, adequando-se facilmente a cultivos orgânicos e agroecológicos, podendo resistir em quintais, terrenos baldios, hortas comunitárias e vasos improvisados” (EMBRAPA, 2010, p. 8). Elas trazem consigo uma herança cultural muitas vezes negligenciada, mas extremamente rica, capaz de fortalecer os laços entre alimentação, território e memória. Essa dimensão simbólica é frequentemente resgatada em projetos que articulam agroecologia, educação ambiental e práticas de cuidado nos territórios urbanos populares,

Soares (2024) apresenta o caso da favela Terra Prometida no município de Rio de Janeiro/RJ, lá a agroecologia tem sido mobilizada como ferramenta de fortalecimento territorial e soberania alimentar, com destaque para o protagonismo das mulheres. As ações incluem o cultivo de quintais produtivos e hortas coletivas, oficinas de ervas medicinais, ginecologia natural e saúde da mulher negra, bem como a gestão coletiva de espaços como a Cozinha Solidária.

Ainda nessa localidade, as mulheres participam de oficinas e eventos agroecológicos, onde podem “[...] experimentar novos sabores e aprender a preparar pratos com PANCs, como chaya e ora-pro-nóbis. Esses momentos incluem degustações de alimentos feitos com esses ingredientes, ampliando o conhecimento e o consumo dessas plantas” (Soares, 2024, p. 13). Essas práticas, centradas na valorização dos saberes ancestrais e na formação política, contribuem para a construção de justiça ambiental e ampliação da autonomia alimentar. Apesar dos desafios impostos pela violência e pela precariedade ambiental no território que vivem essas mulheres têm ocupado espaços públicos, construído redes de apoio e mantido viva a prática agroecológica como expressão de resistência e cuidado coletivo.

Uma outra experiência empírica importante foi a publicada por Vieira et al. (2025), cujo objetivo foi explorar os benefícios da chaya, uma planta alimentícia de origem mexicana, e como seu cultivo e uso podem fortalecer o empoderamento feminino numa comunidade em

Juazeiro do Norte/CE. A chaya está é uma hortaliça que está relacionada ao melhoramento da saúde da mulher promovendo o bem-estar desde a juventude até a menopausa, reduzindo o risco de doenças crônicas relacionadas à má alimentação.

A pesquisa envolveu o plantio da hortaliça; estudos laboratoriais para assegurar seu consumo seguro; oficinas culinárias; ciclos de palestras educativas e atividades práticas que propiciaram aprendizagens contínuas sobre alimentação saudável, segurança alimentar, geração de renda, liderança feminina e empoderamento econômico.

Chegou-se à conclusão que o uso e cultivo dessa hortaliça não-convencional contribui para o empoderamento feminino não apenas de maneira nutricional, mas socialmente ao permitir a inclusão das mulheres em atividades produtivas, impulsionando geração de renda por meio da proposta de criação de uma startup focada no desenvolvimento de produtos alimentares à base de Chaya e outras PANCs, e também de forma educacional pois as atividades realizadas nas oficinas, palestras e troca de receitas fortalecem o conhecimento das mulheres sobre alimentação saudável e liderança comunitária, facilitando a tomada de decisão e a participação ativa na comunidade (Vieira et al., 2025, p. 214).

Na revisão sistemática realizada por Silva et al. (2022), analisando as publicações de estudos etnobotânicos sobre Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) no Brasil, pode-se aferir que até aquele ano, 56% dos estudos realizados sobre a temática são referentes a comunidades rurais e que nessas localidades o conhecimento acerca das hortaliças não-convencionais acontece pelo contato direto com ecossistemas naturais e a transmissão intergeracional. Os estudos referentes ao cultivo e utilização das PANCs em comunidades urbanas compõem 33% do conteúdo encontrado pelos pesquisadores e demonstram nessas comunidades, os conhecimentos acerca das hortaliças são herança de famílias que migraram de zonas rurais.

Em relação aos ecossistemas onde as PANCs são encontradas com mais frequência, a Mata Atlântica foi o mais relevante, correspondendo a 51% dos estudos, seguida pela Caatinga (15%) e Floresta Amazônica (12%). Essa distribuição indica que as PANC são especialmente relevantes em regiões com vegetação diversificada e ecossistemas ricos em espécies vegetais alimentícias, em especial em áreas de Mata Atlântica, destacando-se também as regiões semiáridas do Nordeste brasileiro associadas à Caatinga, onde algumas espécies de alto valor nutricional são utilizadas pelas comunidades locais (Silva et al., 2022, p. 7).

Visando promover o conhecimento e o cultivo das PANCs no Brasil, aproveitando a rica biodiversidade do país e incentivando a diversificação alimentar e agroecológica, o

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, elaborou em 2010 o Manual de Hortaliças Não-Convencionais. O Manual fornece dados como definição e importâncias das PANCs; aspectos nutricionais; cultivos e tratos culturais; características de algumas espécies e seus benefícios socioambientais. Estes últimos dizem respeito a contribuição das hortaliças para produções com menor uso de agrotóxicos e ampliação da segurança alimentar e saúde pública (Brasil, 2010).

O quadro a seguir (Quadro 5) apresenta uma síntese de algumas das principais PANCs utilizadas em contextos urbanos, considerando seus atributos nutricionais e funcionais, os usos populares registrados, a região predominante de ocorrência e o potencial de resgate dessas espécies em práticas educativas e sustentáveis.

**Quadro 5 - Hortaliças Não Convencionais**

<b>Espécie</b>	<b>Valor Nutricional / Funcional</b>	<b>Região de Ocorrência</b>	<b>Potencial de Resgate</b>
Ora-pro-nóbis	Rica em proteínas (até 25%), ferro e fibras; resistente à seca; ideal para produção urbana. Uso em refogados, sopas, farofas e sucos verdes	Sudeste (MG e SP)	Alto – planta tradicional e versátil
Inhame (Cará)	Fonte de carboidratos e fibras; depurativo, fortalece a imunidade. Uso em sopas, cozidos, purês e uso medicinal caseiro.	Nordeste e Sudeste	Alto – uso medicinal e culinário popular
Taioba	Rica em ferro, cálcio e vitamina A; folhas comestíveis após cozimento. Uso refogada.	Sudeste e Sul	Alto – segura após cocção e valorizada em hortas
Beldroega	Rica em ômega-3, minerais e antioxidantes; resistente e rasteira. Uso em saladas, sucos e refogados.	Nacional	Alto – cresce espontaneamente e muito nutritiva
Capuchinha	Flor comestível, rica em vitamina C e com ação antimicrobiana. Uso em saladas, decoração comestível e chás.	Nacional	Alto – aceita em mercados gourmet e hortas escolares
Vinagreira	Fonte de antocianinas; usada em bebidas, chás e pratos típicos. Uso em chás, sucos e pratos típicos do NO/NE	Norte e Nordeste	Alto – popular no Norte e rica em compostos funcionais
Serralha	Fonte de ferro e vitamina A; comestível após refogada ou em sopas	Nacional	Alto – muito presente em quintais e fácil cultivo
Peixinho-da-horta	Fonte de fibras; consumido frito como alternativa vegetal. Utilizada como petisco, frita empanada.	Centro-Sul	Alto – usada em agroecologia e reconhecida como PANC
Bertalha	Fonte de mucilagens e sais minerais; usada como espinafre. Uso cozida em refogados e caldos.	Norte e Nordeste	Alto – resgate em hortas urbanas e educação alimentar

<b>Espécie</b>	<b>Valor Nutricional / Funcional</b>	<b>Região de Ocorrência</b>	<b>Potencial de Resgate</b>
Caruru	Rica em cálcio e ferro; usada em pratos afro-brasileiros. Uso em refogados ou em vatapás, carurus e outras comidas típicas.	Nacional	Alto – símbolo da culinária ancestral afro-brasileira

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2010). Organização: Vieira e Batista (2025).

Ao observar as características dessas espécies, nota-se que todas apresentam elevado potencial de resgate e ampla aceitação em diferentes contextos culturais e regionais. O caruru, por exemplo, é uma planta emblemática da culinária afro-brasileira, e seu cultivo em hortas urbanas contribui para a preservação de tradições alimentares ligadas à ancestralidade e resistência cultural. Já a ora-pro-nóbis, com alto teor de proteínas e fácil manejo, é valorizada em contextos de segurança alimentar e produção agroecológica de baixo custo.

O cultivo dessas espécies, ultrapassa a dimensão agrícola, propicia uma vivência urbana mais sustentável pois reduz a dependência de cadeias agroindustriais, otimiza o uso do solo urbano ocioso, mitiga os impactos ambientais do transporte de alimentos e fomenta circuitos de economia solidária baseados em saberes tradicionais, além de ser uma potente ferramenta de educação ambiental crítica, pois permite o diálogo entre conhecimentos populares e científicos, entre práticas cotidianas e lutas por justiça socioambiental.

## 5 Considerações finais

Por meio da análise realizada ao longo deste artigo compreende-se que a agricultura urbana, especialmente quando impulsionada por mulheres, constitui uma resposta concreta e enraizada às múltiplas crises que atravessam as cidades (Favoreto et al., 2024). Destaque para a insegurança alimentar, cuja gravidade foi amplamente evidenciada nos últimos anos. Em contextos de vulnerabilidade acentuada, o cultivo de PANCs aparece como estratégia potente de resiliência urbana, articulando práticas de cuidado, autonomia econômica, soberania alimentar e fortalecimento comunitário.

Mais do que uma alternativa pontual, essas iniciativas revelam a capacidade de reorganizar os territórios a partir de uma lógica contra hegemônica, orientada pela vida, e não pelo lucro. Ao fazerem isso, as mulheres envolvidas no cultivo não apenas enfrentam a fome no cotidiano, mas também reconfiguram os sentidos do urbano, resgatando a terra como espaço de memória, resistência e criação de futuros possíveis. São ações que tensionam a lógica da cidade-mercadoria, afirmando o direito à terra, ao alimento e à dignidade.

Constata-se ainda que as mulheres envolvidas nessas iniciativas em sua maioria pertencem a grupos em situação de vulnerabilidade social econômica e territorial, é fundamental que profissionais do urbanismo, gestores públicos e instituições repensem as formas de planejar e ocupar os territórios, reconhecendo e valorizando iniciativas resilientes como respostas concretas às injustiças ambientais e às diversas opressões que marcam as periferias urbanas.

Conclui-se que as chamadas Soluções Baseadas na Natureza, quando construídas de maneira colaborativa com as comunidades e ancoradas nos princípios da Justiça Ambiental, abrem caminhos para se imaginar modelos de urbanismo equitativos e conectados à natureza. No mais, essas propostas devem ir além da sustentabilidade técnica, incorporando, também, dimensões culturais, afetivas e ancestrais dos grupos que habitam esses espaços (Costa; Sakurai, 2021).

Ainda que a literatura acadêmica sobre o tema venha crescendo, existe ainda uma certa limitação de abordagens interdisciplinares que articulem gênero, agroecologia e justiça socioambiental. Grande parte dos estudos ainda se concentra em recortes agronômicos e nutricionais, deixando à margem as dimensões políticas e epistemológicas dessas práticas. No entanto, observa-se um aumento expressivo de trabalhos apresentados em eventos científicos, o que sinaliza o amadurecimento e a expansão desse campo de pesquisa.

Este artigo contribui para esse movimento ao sistematizar experiências, tensionar categorias e visibilizar práticas que, mesmo cotidianas, têm implicações profundas na construção de cidades mais justas, sustentáveis que valorizam saberes populares. Ao valorizar essas experiências e suas protagonistas, reafirma-se a necessidade de políticas públicas integradas que reconheçam a agricultura urbana como prática estratégica de cuidado, transformação e justiça socioambiental.

### **Agradecimentos**

Agradecemos à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) pelo apoio financeiro e incentivo ao desenvolvimento da pesquisa de mestrado na Universidade Federal de Sergipe e ao Grupo de Pesquisa e Ensino em Ciências Ambientais (GPECIAMB) pelas discussões construtivas e enriquecedoras tornando o caminho da pesquisa leve e agradável.

---

## Referências

- ANDRADE, A. F. C. de. *Cidades sustentáveis e os objetivos de desenvolvimento sustentável*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.
- ANDRADE, I. de; CANZI, I. Direito à cidade: entre a produção e a apropriação social do espaço. *Revista Internacional Consinter de Direito*, Paraná, Brasil, v. 1, n. 1, p. 109–129, 2015. Disponível em: <https://revistaconsinter.com/index.php/ojs/article/view/379>. Acesso em: 9 dez. 2024.
- BARBOSA, J. R. M. *Agricultura urbana e periurbana como componente para a construção de uma Aracaju ecológica e sustentável*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.
- BEZERRA, J. A.; BRITO, M. M. de. Potencial nutricional e antioxidantes das plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e o uso na alimentação: revisão. *Investigação, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 9, n. 9, p. 1-11, ago. 2020.
- BRASIL. Governo Federal. *24,4 milhões de pessoas saem da situação de fome no Brasil em 2023*. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2024/01/24-4-milhoes-de-pessoas-saem-da-situacao-de-fome-no-brasil-em-2023>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. *Hortalças não convencionais (tradicionais)*. Brasília: MAPA/ACS, 2010. 52 p. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- CAMPOS, V. G. *O empoderamento feminino e a sustentabilidade: uma análise da agricultura urbana*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2021. Disponível em: [https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgcsd/Dissertacoes/2021/Viviane\\_Goncalves\\_Campos.pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgcsd/Dissertacoes/2021/Viviane_Goncalves_Campos.pdf). Acesso em: 12 fev. 2025.
- CASTELLARINI, F. Urban agriculture in Latin America: a green culture beyond growing and feeding. *Frontiers in Sustainable Cities*, v. 3, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/frsc.2021.792616>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- CARVALHO, R. C. B.; BIGHI, A. R.; BERILLI, A. P. C.; SOUZA, M. N. Plantas alimentícias não convencionais (PANCs): nutrição, sustentabilidade, agroecologia e recuperação de áreas degradadas. In: SOUZA, M. N. (Org.). *Tópicos em recuperação de áreas degradadas*. Vol. VIII. Mérida: Mérida Publishers, 2024. p. 288-309. Disponível em: <https://doi.org/10.69570/mp.978-65-84548-25-1.c10>.
- CORRÊA, C. J. P.; TONELLO, K. C.; NNADI, E.; ROSA, A. G. Seeding the city: history and current affairs of urban agriculture. *Ambient. Soc.*, v. 23, 2020, e00751. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20180075r1vu2020L1AO>. Acesso em: 12 dez. 2024.

COSTA, C. Desenvolvendo agricultura urbana agroecológica com mulheres periféricas. *Cadernos de Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1-6, 2024.

COSTA, B. M. D.; SAKURAI, T. A participação comunitária em projetos de soluções baseadas na natureza na cidade de São Paulo: estudo das hortas urbanas, Horta da Dona Sebastiana, Agrofavela-Refazenda e Horta Popular Criando Esperança. *Rev. Labverde*, v. 11, n. 1, p. 171-195, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-275.labverde.2021.188679>. Acesso em: 12 dez. 2024.

DEGENHART, B. La agricultura urbana: un fenómeno global. *Nueva Sociedad*, v. 262, p. 1-11, 2016.

FAO. *O estado mundial da agricultura e da alimentação*. Roma: FAO, 2011.

FAVORETO, C. J. R. et al. Agricultura urbana na perspectiva dos objetivos do desenvolvimento sustentável. *Revista Contribuiciones a las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 17, ed. 2, p. 1-30, 2024.

FOLHES, R. T. et al. Agricultura e produção do espaço urbano: reflexões para uma agenda de pesquisa. *Novos Cadernos NAEA*, v. 24, n. 2, ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/10537>. Acesso em: 11 dez. 2024.

FREITAS, G. M. *Quintais produtivos: expressões de resistência das mulheres assentadas em territórios de monocultura*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente) – Universidade de Araraquara, Araraquara, 2023.

GOLD, M. Camponês, patriota, ambientalista: discurso sobre desenvolvimento sustentável em Havana. *Bull. Lat Am. Res.*, v. 33, p. 405-418, 2014.

GONÇALVES, I. V. *Hortas comunitárias urbanas no município de Florianópolis: políticas públicas de segurança e soberania alimentar*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2024.

GRANDO, I. M. H. *Sensibilização ambiental no empoderamento de comunidades tradicionais a partir da agricultura orgânica: estratégias participativas para valorização de espaços de saberes*. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) – Universidade Positivo, Curitiba, 2023.

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DE GÊNERO: As origens das civilizações e do patriarcado. [S.l.]: Editora Contexto, 2015.

IBGE. *PNAD Contínua: Segurança alimentar 2023 – Tabela 9553*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9553>. Acesso em: 20 jul. 2025.

KMIECIK, L.; LUCCA, A. Recomendações para a valorização da biodiversidade local a partir de plantas alimentares não convencionais em hortas comunitárias urbanas. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, v. 9, p. 898-917, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.19177/rgsa.v9e02020898-917>. Acesso em: 12 dez. 2024.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

LOPANE, A. R. M. *Rumo a um mundo de sistemas alimentares urbanos?* Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2021.

MARAT-MENDES, T.; LOPES, S. S.; BORGES, J. C. Agricultura urbana: modelos de desenho urbano para um planejamento sustentável. *Compêndio de Políticas Urbanas*, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/26244>. Acesso em: 12 dez. 2024.

MÁRQUEZ, L. Agricultura urbana: o que Cuba pode nos ensinar. *ArchDaily Brasil*, 02 nov. 2012. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-78672/agricultura-urbana-o-que-cuba-pode-nos-ensinar>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MARX, K.; ENGELS, F. *Teses contra Feuerbach*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MESQUITA, A. Agricultura urbana no Brasil: desafios e perspectivas para cidades sustentáveis. In: EURO ELECS IV, 2021. *Anais...* [S.l.: s.n.], 2021.

MIRANDA, L. A. *Agricultura urbana agroecológica na cidade de São Paulo: o caso das mulheres do Grupo de Agricultura Urbana (GAU)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 15 out. 2025.

NERY, D. S. P. A produção social do espaço urbano e o direito à moradia das mulheres: uma análise interseccional das relações sociais de gênero, raça e classe na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

OTT, A. F. S. *Mulheres que alimentam cidades: ecofeminismo e agroecologização de territórios*. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2023.

PIÁ. PANCs: plantas alimentícias não convencionais. *Conexão Ambiental*, 2021. Disponível em: <http://www.conexaoambiental.pr.gov.br/Pagina/Pancs-Plantas-Alimenticias-Nao-Convencionais>. Acesso em: 18 jul. 2025.

QUINTINO, E. S.; ANDRADE, W. M. D.; PACHECO, C. S. G. R. Agroecologia: impactos e contribuições das plantas alimentícias não convencionais (PANCs) para a soberania alimentar. In: *Agroecologia: tópicos especiais em pesquisa*. Vol. 1. Editora Científica Digital, 2024. p. 33-48.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – REDE PENSSAN. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

---

SANTANA, S. B. Agricultura urbana em territórios populares da região metropolitana de Salvador: uma prática contra-hegemônica?. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2022.

SANTOS, E. L. et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*, v. 2, n. 1, jul. 2012. Disponível em: [https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1858/1/ART\\_ElinaldoSantos\\_2012.pdf](https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1858/1/ART_ElinaldoSantos_2012.pdf). Acesso em: 10 dez. 2024.

SANTOS, M. M. et al. O papel dos quintais produtivos na promoção da segurança alimentar: uma revisão sistemática de literatura. *Journal of Media Critiques Multidisciplinar*, v. 10, ed. 26, p. 1-20, 2024.

SARNO, D. C. L. D. *Elementos de direito urbanístico*. 1. ed. Barueri: Manole Ltda, 2004.

SCHMITZ, A. M. *A territorialização dos conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais: a experiência do coletivo de mulheres agricultoras do SINTRAF-FB*. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2023.

SGARBIDA, A. Insegurança alimentar atinge quase 5,5 milhões de crianças de até 4 anos. *CNN*, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/inseguranca-alimentar-atinge-quase-55-milhoes-de-criancas-de-ate-4-anos/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SILVA, A.; SILVA, A. J.; BENEVIDES, C. M. J. Revisão sistemática sobre PANC no Brasil: aspectos nutricionais e medicinais. *Scientia: Revista Científica Multidisciplinar*, v. 7, n. 1, p. 132–151, 2022. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/scientia/article/view/13034>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SOARES, J. J. Justiça ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFAS E GEÓGRAFOS, VIII, 2024, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2024. Disponível em: [https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1727709111\\_ARQUIVO\\_52b4e1aff5544a042be7e381a37f9f0d.pdf](https://www.cbg2024.agb.org.br/resources/anais/9/cbg2024/1727709111_ARQUIVO_52b4e1aff5544a042be7e381a37f9f0d.pdf). Acesso em: 16 jul. 2025.

VIEIRA, G. S. et al. Chaya e saúde: benefícios nutricionais da Chaya (*Cnidocolus aconitifolius*) na alimentação no contexto do empoderamento feminino. *Revista Ceará Científico*, Juazeiro do Norte, p. 204-218, 2024.

---

## ARTIGO 2 - SABERES POPULARES, TERRITÓRIO E CUIDADO: O CULTIVO DE ERVAS E A CONSTRUÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS

### ARTICLE 2 - POPULAR KNOWLEDGE, TERRITORY, AND CARE: THE CULTIVATION OF HERBS AND THE CONSTRUCTION OF SUSTAINABLE CITIES

Mônica dos Anjos Menezes Vieira<sup>14</sup>


 <https://orcid.org/0009-0002-4728-4867>

 <http://lattes.cnpq.br/3958854788407884>

Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil

E-mail: [monicaanjoss@gmail.com](mailto:monicaanjoss@gmail.com)

Rosana de Oliveira Santos Batista<sup>15</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-4669-2837>

 <http://lattes.cnpq.br/1059691272448145>

Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil

E-mail: [rostosgeo@academico.ufs.br](mailto:rostosgeo@academico.ufs.br)

**Resumo:** O artigo analisa de que modo o cultivo urbano de ervas medicinais pode contribuir para a construção de cidades sustentáveis, com ênfase na valorização dos saberes populares e no fortalecimento comunitário. A pesquisa adota abordagem qualitativa se baseia em levantamento bibliográfico e documental de produções científicas publicadas entre 2020 e 2025. A análise estrutura-se em três eixos: (1) as relações entre saberes tradicionais e sustentabilidade urbana; (2) a exclusão desses saberes nas políticas públicas; e (3) os riscos de sua apropriação tecnocrática. A partir de estudos de caso em diferentes regiões do Brasil, os resultados revelam que o cultivo coletivo de ervas medicinais atua como prática territorial de cuidado, promoção da saúde, geração de vínculos sociais e ressignificação do espaço urbano, contribuindo para cidades mais justas, resilientes e ambientalmente saudáveis.

**Palavras-chave:** Cultivo urbano; Saberes tradicionais; Plantas medicinais; Cuidado territorial; Sustentabilidade.

**Abstract:** This article analyzes how the urban cultivation of medicinal plants can contribute to the construction of sustainable cities, with an emphasis on the valorization of traditional knowledge and the strengthening of community ties. The research adopts a qualitative approach and is based on a bibliographic and documentary review of scientific publications from 2020 to 2025. The analysis is structured around three axes: (1) the relationship between traditional knowledge and urban sustainability; (2) the exclusion of such knowledge from public policies; and (3) the risks of its technocratic appropriation. Based on case studies from different regions of Brazil, the results reveal that the collective cultivation of medicinal plants functions as a territorial practice of care, health promotion, social bonding, and the reconfiguration of urban space, contributing to fairer, more resilient, and environmentally healthy cities.

**Keywords:** Urban cultivation; Traditional knowledge; Medicinal plants; Territorial care; Sustainability.

---

<sup>14</sup> Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestranda em Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFS). Bolsista da Fundação de Apoio em Pesquisa e Inovação (FAPITEC/SE).

<sup>15</sup> Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestre em Desenvolvimento em Meio Ambiente (PRODEMA/UFS), Doutora em Geografia (PPGEO/UFS).

## **Diálogos iniciais**

O avanço da modernização e do processo de industrialização impulsionou o movimento migratório de boa parte da população brasileira das áreas rurais para os grandes centros urbanos em busca de emprego e melhores condições de vida. Esse movimento resultou em um crescimento acelerado das cidades, com forte concentração populacional e expansão desordenada do território urbano. Como consequência, observam-se a escassez de recursos naturais, a degradação ambiental e a intensificação de desigualdades sociais, como a exclusão, a miséria e a violência (Batitucci et al., 2019).

O Censo Demográfico de 2022 confirma o Brasil como um país majoritariamente urbano, com 87,4% da população vivendo em áreas urbanizadas (IBGE, 2022). Embora a urbanização tenha sido motor de desenvolvimento econômico, ela também impôs desafios estruturais à qualidade de vida da população, sobretudo no que diz respeito à sustentabilidade ambiental e ao acesso equitativo aos espaços da cidade. A expansão urbana descontrolada tem resultado em poluição, gestão inadequada de resíduos e perda de áreas verdes, condições que afetam diretamente a saúde coletiva e o equilíbrio dos ecossistemas.

Um dos principais entraves no processo de urbanização e industrialização é apontado por Batitucci et al. (2019, p. 1):

[...] o crescimento urbano descontrolado, associado à baixa capacidade de planejamento e gestão, constitui obstáculo para a elaboração de políticas que promovam a sustentabilidade e permitam conciliar a atividade econômica com a proteção ambiental nas cidades.

Em muitos casos, novos bairros são implantados de forma acelerada e fragmentada, impulsionados pela especulação imobiliária e desprovidos de infraestrutura básica, como saneamento, áreas verdes, escolas, postos de saúde, dentre outros. Isso reforça um modelo de urbanização excludente, que não assegura o acesso universal a ambientes públicos seguros, acessíveis e sustentáveis, conforme propõe o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 11), da Agenda 2030.

O crescimento urbano desigual e desorganizado não afeta apenas o território físico, mas também ameaça práticas culturais e saberes tradicionais relacionados à biodiversidade. O Brasil possui uma enorme diversidade biológica e cultural, que abriga conhecimentos populares de cuidado e cura “[...] constituídos por diferentes contribuições, predominantemente de matriz africana, europeia e indígena. Como reflexo, tem-se uma miscigenação de interações com os elementos biológicos nativos e exóticos” (Santos; Carvalho, 2018, p. 74), criando um cenário

---

de vasto conhecimento no campo de saberes populares sobre cura e cuidado que se manifestam em práticas como o uso de plantas medicinais, transmitidas entre gerações por meio da oralidade, da convivência e do trabalho cotidiano.

Essa relação entre biodiversidade e diversidade cultural gerou um patrimônio imaterial de valor inestimável, que se manifesta nos quintais, nas conversas entre vizinhos e nas práticas de cuidado passadas de geração para geração (Xavier; Flôr, 2015). Contudo, a expansão urbana excludente atua como força destrutiva desse patrimônio ao extinguir espécies distintas de plantas e ervas medicinais e desvaloriza os modos tradicionais de vida (Santana et al., 2011).

Santos e Carvalho (2018) apontam que a destruição das áreas verdes para a construção de centros urbanos é preocupante, pois

[...] com as elevadas taxas de extinção de espécies, existe também a extinção dos saberes tradicionais, que também é um dos elementos da biodiversidade. Dentro de diversas comunidades, os mais jovens já não se interessam pelos “segredos da natureza”, como faziam os seus antepassados, e muitos deles são seduzidos pela tecnologia dos centros urbanos” (*grifo nosso*) (Santos; Carvalho, 2018, p. 73).

Nesse contexto, a construção desigual e acelerada das cidades representa não apenas uma crise ambiental, mas também uma ameaça à continuidade dos saberes populares, principalmente aqueles relacionados ao uso de ervas medicinais. Este artigo parte dessa contradição para examinar como o cultivo de ervas nos centros urbanos pode contribuir para a construção de cidades sustentáveis, ao valorizar os saberes populares e fortalecer redes comunitárias de cuidado e pertencimento<sup>16</sup>.

O corpo teórico está embasado na discussão sobre a produção desigual do espaço urbano de Harvey (1997); Corrêa (2000) e Lefebvre (1991). Nos estudos sobre agricultura urbana e cidades sustentáveis de Batitucci et al. (2019) e Costa (2024) e nas reflexões sobre saberes populares de Xavier e Flôr (2015).

Sob a luz desse referencial realizamos uma análise dividida em três eixos: o primeiro apresenta a definição e valorização dos saberes populares no contexto do ODS 11. O segundo discorre sobre os impactos do crescimento urbano desordenado e excludente sobre esses saberes. E o terceiro descreve a potencialidade do cultivo de ervas medicinais como prática de resistência e construção de cidades sustentáveis.

---

<sup>16</sup> Este artigo integra os resultados de uma pesquisa de mestrado em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFS) e tem como propósito responder a um de seus objetivos específicos.

## Saberes populares e sustentabilidade

O saber popular diferentemente do senso comum, é um conhecimento tradicional forjado na experiência cotidiana e transmitido entre gerações, principalmente por meio da oralidade, da escuta e da prática. Xavier e Flôr (2015, p. 310) explicam que esses saberes são

[...] manifestados como chás medicinais, artesanatos, mandingas, culinária, entre outros, fazem parte da prática cultural de determina do local e grupo coletivo. São conhecimentos obtidos empiricamente, a partir do “fazer”, que são transmitidos e validados de geração em geração, principalmente por meio da linguagem oral, de gestos e atitudes.

A diferenciação entre os saberes populares e o senso comum é importante para estes saberes não sejam desqualificados. Freire (2022) defende que o saber popular é construído na relação do homem<sup>17</sup> com o mundo vivido e deve ser reconhecido como uma forma legítima de conhecimento. Na mesma direção, Brandão (1986, p. 50) reforça que “[...] a educação popular é aquela que o próprio povo realiza, quando pensa o seu trabalho político, em qualquer nível ou modo em que ele seja realizado [...], e constrói o seu próprio conhecimento”. Para o autor, esses saberes constituem formas de resistência e organização política diante da hegemonia tecnocrática imposta pela ciência moderna.

Neste contexto do uso das ervas medicinais, os saberes populares se articulam com o cuidado com a saúde, a manutenção da biodiversidade e a transmissão intergeracional de práticas historicamente fundamentais para a sobrevivência de diferentes povos. Lúcio, Alves e Meira (2024, p. 135-136) destacam que

[...] os povos originários, indígenas ou não, têm uma relação diferenciada com a natureza, eles a resguardam e a preservam porque entendem que os recursos naturais não podem ser explorados como se fossem infinitos, como ocorre na sociedade capitalista moderna. Eles têm a consciência de que devem preservar o meio ambiente para o uso imediato e futuro. Sendo assim, torna-se mister o reconhecimento dos saberes ancestrais dos povos originários, para preservação e sustentabilidade do planeta.

Nesta perspectiva, os saberes populares dos povos tradicionais não se restringem à identificação das plantas, mas abrangem conhecimentos sobre ciclos naturais, tempos de colheita, formas de preparo e uso terapêutico. São formas de conhecimento que articulam

---

<sup>17</sup> A utilização da palavra “homem” em determinadas citações do texto reflete a forma original empregada pelos(as) referidos(as) autores(as). Mas esclarecemos que neste artigo o termo não é compreendido como referência exclusiva ao indivíduo do sexo masculino, mas como designação genérica da espécie humana. Optamos, sempre que possível, por uma linguagem inclusiva e não sexista, em consonância com os princípios de equidade de gênero.

técnica, ética e cuidado. Essas práticas incluem decisões conscientes sobre quais partes da planta serão utilizadas, de que modo os chás serão preparados, e quais procedimentos terapêuticos estão relacionados a cada enfermidade (Glowka; Marques; Moura, 2021).

É importante, no entanto, problematizar a forma como políticas públicas ou discursos institucionais sobre sustentabilidade “valorizam” esses saberes. Muitas vezes, essa valorização ocorre de maneira instrumental, esvaziando as dimensões políticas, territoriais e históricas que esses conhecimentos carregam. Incorporar os saberes populares como soluções complementares aos sistemas formais de saúde ou educação ambiental, sem reconhecer sua centralidade na vida das comunidades, incorre no risco de transformá-los em meros recursos a serviço de agendas tecnocráticas e normativas.

Quando esse movimento acontece em articulação com a exploração econômica da biodiversidade, assume contornos ainda mais graves, como no caso da biopirataria fenômeno que Martins e Sano (2009, p. 97) explicam como sendo o apoderamento indevido “[...] de recursos genéticos biológicos e dos conhecimentos a eles associados com o objetivo de se obter monopólio e lucro sobre tais recursos ou conhecimentos” feito por empresas, indivíduos ou instituições sem o devido consentimento ou retorno coletivo.

Nesses casos, o conhecimento tradicional é transformado em mercadoria, em contrapartida, os sujeitos históricos que os construíram e preservaram são invisibilizados, o que incorre numa violação epistemológica e política, que atinge diretamente os direitos das comunidades tradicionais e povos originários sobre seus saberes e territórios. A biopirataria é uma prática ilegal que desequilibra o uso sustentável da biodiversidade e a proteção dos direitos dos povos tradicionais. “Dessa maneira, é necessário haver uma conscientização da população do valor e da importância do meio ambiente, como também uma cobrança do Estado em exercer seu papel perante as políticas públicas” (Araújo; Rocha, 2018, p. 70-71).

Shiva (2001, p. 27) apresenta a biopirataria como uma forma de colonialismo moderno, quando os proprietários de grandes empresas por meio de patentes e leis internacionais, se apropriam da biodiversidade e dos saberes tradicionais, negando direitos e contribuindo para a anulação intelectual e cultural dos povos originários. A autora reforça a necessidade de reconhecer e valorizar múltiplos sistemas de conhecimento, destacando que o modelo científico ocidental é hegemonicamente dominante por razões culturais e econômicas e não por neutralidade, o que impede a legitimação dos conhecimentos autóctones, essenciais para a conservação da biodiversidade (Shiva, 2001, p. 30).

Nesse sentido, qualquer política que pretenda incorporar práticas tradicionais ao discurso da sustentabilidade precisa ser acompanhada de mecanismos de reconhecimento, proteção e valorização efetiva desses saberes, respeitando os direitos coletivos e os processos culturais que os sustentam.

Badke et al. (2012) observam que, com os avanços tecnológicos, sobretudo no campo das ciências da saúde, novos meios de tratamento foram introduzidos na sociedade, baseados na produção e comercialização em larga escala de medicamentos industrializados. A promessa de eficácia e cura promovida tanto por profissionais quanto por campanhas publicitárias contribuiu para a substituição progressiva das práticas tradicionais de cuidado. Nesse contexto, os saberes populares vinculados ao uso terapêutico das ervas medicinais passaram a ser marginalizados, ao mesmo tempo em que as dinâmicas urbanas e rurais se reorganizavam sob novas formas de vida e consumo.

Apesar dessa desvalorização histórica, os saberes populares não desapareceram. Pelo contrário, persistiram como práticas alternativas em muitos territórios e têm sido objeto de crescente atenção nas últimas décadas

[...] mesmo com o desenvolvimento dos fármacos sintéticos, as plantas medicinais permaneceram como forma alternativa de tratamento em várias partes do mundo, observando-se nas últimas décadas a valorização do emprego de preparações à base de plantas para fins terapêuticos (Badke et al., 2012, p. 364).

Essa permanência ganha novo fôlego diante das discussões contemporâneas sobre sustentabilidade. A Agenda 2030 da ONU, por meio do ODS 11, propõe a construção de cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis até 2030. Nesse cenário, práticas como o cultivo e o uso de ervas medicinais articuladas a saberes tradicionais emergem como respostas concretas às contradições do modelo urbano hegemônico. Trata-se de práticas que promovem saúde, cuidado com o território e preservação da biodiversidade, e que se alinham com a noção de desenvolvimento sustentável formulada no Relatório Brundtland, da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987), ao conciliarem as necessidades das gerações presentes com a garantia das condições de vida para as gerações futuras.

Quando jardins de ervas medicinais são implantados em centros urbanos a partir de práticas populares não representam apenas iniciativas pontuais de embelezamento ou cuidado. Eles constituem a continuidade de uma racionalidade ecológica e comunitária, pautada na convivência respeitosa com os ciclos da natureza e na interdependência entre seres humanos,

plantas e território, abrangendo o reconhecimento das espécies, os tempos da colheita, as formas de preparo e o vínculo afetivo e simbólico com a terra (Glowka; Marques; Moura, 2021).

Entretanto, esses saberes seguem sendo frequentemente marginalizados pela ciência hegemônica e pelo capital, justamente por se oporem à lógica da exploração da natureza como recurso. Ao promover uma relação não utilitária com o ambiente, os saberes populares desafiam as formas dominantes de produção do espaço urbano, baseadas na lógica da mercantilização e na negação do planejamento voltado à vida. São práticas que resistem à fragmentação do território e à invisibilização dos sujeitos que nele habitam.

## **2.1 O processo de Urbanização desigual das cidades: Uma reflexão acerca da ODS 11**

A forma como as cidades brasileiras se expandiram está diretamente relacionada ao processo de industrialização e a maneira como o capitalismo se desenvolveu nos centros urbanos. Harvey (2014, p. 272) diz que “[...] as leis capitalistas de valor determinam as relações sociais sob as quais trabalhamos e vivemos”, revelando como a urbanização está intrinsecamente ligada à acumulação de capital e à reprodução das desigualdades sociais.

Corrêa (1995) define o espaço urbano como um fragmento do espaço geográfico onde se concentram atividades econômicas, serviços, infraestrutura e habitação. Já para Lefebvre (1991, p. 63), a cidade “[...] não é um lugar passivo da produção ou da concentração dos capitais, mas [...] intervém diretamente na exploração de toda a sociedade”. Para o autor, o espaço não é um dado neutro, mas um campo de disputa, em que os usos sociais da terra são subordinados à lógica do valor de troca.

Nessa perspectiva, Lefebvre (1991) desenvolveu o conceito de “direito a cidade” Assim, que não significa apenas o direito de acesso ao espaço urbano, mas o direito a transformar a cidade em uma vida urbana que satisfaça necessidades sociais, culturais e políticas de seus habitantes, especialmente das classes populares, convertendo o espaço urbano em um local de vivência e uso coletivo. Esse direito implica também o reconhecimento de saberes historicamente marginalizados, como aqueles relacionados ao cuidado com o corpo, com o território e com a saúde, especialmente no contexto das periferias.

O avanço da urbanização, quando orientado pelo capital, privilegia a lógica do mercado e impõe graves impactos à biodiversidade, destruindo “farmácias vivas”<sup>18</sup> e silenciando vozes, principalmente femininas e ancestrais, que detêm a sabedoria de seu uso. Reconhecer essa dupla

---

<sup>18</sup> Termo utilizado por Souza et al. (2021) para definir os espaços urbanos ou rurais constituídos por diversas espécies de ervas medicinais, que servem para o tratamento e cuidado de diferentes doenças.

ameaça é o primeiro passo para compreender que a solução para cidades mais sustentáveis pode estar florescendo, literalmente, nas frestas e nos saberes que resistem a esse modelo de desenvolvimento.

Nesse cenário de urbanização desigual, a Agenda 2030 da ONU, através do ODS 11, deseja: “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (Brasil, 2015, p. 30), este é um importante marco para o debate sobre a construção de novos espaços urbanos, com práticas voltadas para as cidades sustentáveis como a criação de hortas urbanas, ou jardins de ervas medicinais, valorizando os saberes e práticas dos povos tradicionais.

Embora o ODS 11 apresente metas de sustentabilidade urbana fundamentais, o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para mulheres, crianças, pessoas idosas e com deficiência (meta 11.7) e a redução do impacto ambiental negativo per capita das cidades (meta 11.6), sabemos que o caminho a ser traçado é longo e que requer ações e políticas públicas que tornem estas ações possíveis (Brasil, 2015).

No caso do Brasil, se olharmos o panorama atual, é possível constatar que a questão social permanece como um dos maiores entraves para buscarmos a sustentabilidade. E a questão ambiental, que acompanha os problemas sociais vêm uma mesma esteira. Se olharmos para a cidade de São Paulo, em termos de urbanismo, quase todos os rios da cidade foram cobertos. Existem ruas acima deles, não se consegue mais ter uma imagem do que, de fato, era o território da cidade de São Paulo. Ao mesmo tempo que verifica uma série de problemas sociais, há, também, os problemas ambientais. E por incrível que pareça é a cidade mais desenvolvida da América do Sul! No entanto, que desenvolvimento é esse? Os ODS possibilitam enxergarmos o desenvolvimento de uma maneira mais sistêmica, não somente através de parâmetros econômicos como vem sendo feito ao longo de décadas, até mesmo de um século. E é o que coloca essa realidade bastante desafiadora para todos nós (Conti, 2021, p. 135).

Esse processo de urbanização acelerado no contexto brasileiro, resultou em cidades com grandes problemas de poluição, e extinção da biodiversidade. Essa dinâmica associada a especulação imobiliária materializa e exclui as áreas periféricas, favelas, e assentamentos, porém, são nesses espaços contradições e conflitos que as práticas de resistência, como o cultivo urbano de ervas, emergem como formas de contestação e de produção de um outro espaço, um espaço de uso e de cuidado que desafia a lógica da cidade capitalista (Saldanha, 2024).

Dentro de uma sociedade onde o espaço urbano é produzido visando a lógica capitalista, torna-se um grande desafio encontrar um novo modelo de desenvolvimento, o qual leve em conta não somente o crescimento econômico, mas também a conservação dos recursos naturais, ecossistemas e das espécies.

Diante desse cenário de crise do modelo convencional de sustentabilidade, cresce o reconhecimento do papel estratégico dos saberes tradicionais na conservação ambiental. Como defendem Costa et al. (2024), a relação histórica dessas populações com a natureza tem gerado contribuições relevantes para o uso sustentável dos recursos e a preservação da biodiversidade, sendo cada vez mais valorizada por estudiosos como base para práticas de manejo ambiental de longo prazo.

## **2.2 As ervas medicinais como ferramenta de luta e resistência**

Diante das contradições que atravessam o modelo de urbanização dominante e da desvalorização histórica dos saberes tradicionais, o cultivo de ervas medicinais em centros urbanos se configura como uma prática que vai além da sustentabilidade ambiental: trata-se de uma ação política que articula cuidado, memória e resistência. Essa prática incorporada à vida cotidiana na maioria das vezes por mulheres, especialmente em contextos de vulnerabilidade, reafirma a potência dos saberes populares como formas de protagonismo territorial (Almeida; Bernardo, 2024).

Costa et al. (2024) destacam que as manifestações da agricultura em áreas urbanas e metropolitanas são diversas e destacam que

Há práticas que são anteriores ao processo de urbanização, integradas a dinâmicas territoriais tradicionais (quilombos, terreiros, terras indígenas, áreas de extrativismo, comunidades rurais, pesca, grandes propriedades, etc.). Há práticas agrícolas que emergem junto com o processo de urbanização, como os quintais produtivos, os espaços coletivos de produção e os pequenos empreendimentos. Hoje, além da permanência e constante transformação dessas práticas, observam-se outras iniciativas relacionadas a diferentes dinâmicas urbanas contemporâneas, seja de luta por um lugar para viver na cidade e suas várias formas de apropriação do espaço, seja de integração/alinhamento à "economia verde" e outras formas de modernização ecológica, seja como estratégia de resistência e sobrevivência da população frente a situações de fome e desemprego, recorrentes e aprofundadas pelo avanço do neoliberalismo e suas dinâmicas econômicas e socioespaciais na cidade (Costa et al., 2024, p. 156).

Em meio à precarização da vida urbana, essas experiências representam formas de reorganização comunitária e econômica, especialmente frente aos efeitos do neoliberalismo e da retração das políticas públicas.

Segundo Ribeiro (1995), a formação do povo brasileiro e de seu território foi marcada por processos de extermínio indígena, escravização e exclusão das populações negras, mestiças e pobres, além da concentração de terras que expulsou camponeses para os centros urbanos.

Esses processos impulsionaram a mercantilização da vida, articulada à expropriação e à violência, sob a lógica do capitalismo.

Oliveira (2012) observa que esse processo culminou na perda gradual da autonomia das comunidades sobre seus próprios corpos e territórios, promovendo a transformação do cuidado em mercadoria e afastando as populações de práticas de autocuidado e cuidado compartilhado.

Desde o período colonial, a terra no Brasil tem sido voltada à produção agrícola voltada para exportação, o que consolidou um modelo excludente de desenvolvimento. Esse padrão impactou diretamente a urbanização do país, marcada por desigualdades sociais e pela subordinação das cidades a interesses corporativos, resultando em déficits estruturais e ambientais, como falta de moradia, transporte, saneamento e acesso a serviços básicos (Santos, 2009).

Nesse cenário, o cultivo de ervas em espaços urbanos, mesmo que em pequena escala, representa uma reapropriação desse saber, uma recusa à dependência do sistema farmacêutico e uma afirmação da capacidade de autocuidado e de cuidado comunitário. É uma luta pela soberania da saúde, onde o acesso ao remédio não é mediado pelo capital, mas pela relação direta com a natureza e com o conhecimento ancestral (Badke et al., 2012).

Os autores argumentam ainda que a utilização de plantas medicinais permanece como prática terapêutica significativa em diversos contextos, sobretudo nas periferias urbanas, onde o acesso ao sistema formal de cuidado com a saúde ainda é precário. O cultivo, portanto, não apenas garante o acesso a recursos naturais e conhecimentos ancestrais, mas também reposiciona as comunidades como agentes ativos de cuidado, resistência e resiliência (Badke et al., 2012).

Almeida e Bernardo (2024, p. 63) destacam que o cultivo de ervas em áreas urbanas contribui para enfrentar problemas ambientais relevantes, como o manejo da água, a drenagem do solo, a contenção de enchentes e a ampliação das reservas de água subterrânea. Isso evidencia que práticas de cuidado baseadas em saberes populares também produzem efeitos concretos na sustentabilidade ambiental do território.

Em cidades onde o verde é cada vez mais escasso e espaços públicos privatizados ou mercantilizados, a criação de hortas e jardins medicinais em terrenos baldios, canteiros ou mesmo hortas verticais nas residências, se constitui em um ato de luta e resistência pela valorização dos saberes tradicionais. Esses espaços reafirmam a centralidade da vida, da diversidade e da coletividade constituindo verdadeiros territórios de cuidado e luta (Flávio; Cichoski, 2024).

Ao se constituir como ferramenta de luta e manifestação de resistência contra as forças que buscam mercantilizar a vida e o espaço urbano o cultivo urbano de ervas medicinais se encontra de forma fidedigna alinhada ao ODS 11.

### **3 Caminhos metodológicos**

Este artigo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa. A investigação baseou-se em pesquisa bibliográfica e documental que envolveu o levantamento, leitura e sistematização de obras científicas e técnicas disponíveis em bases como SciELO, Google Acadêmico e o portal de periódicos da CAPES. Foram priorizadas produções que abordam os seguintes eixos: saberes populares, saúde e cuidado, uso de plantas medicinais, desigualdades urbanas e sustentabilidade.

A produção dos resultados parte da análise crítica de quatro dimensões centrais:

1. A relação entre saberes populares e sustentabilidade urbana, com base em artigos científicos, dissertações e relatórios institucionais que abordam o uso de ervas medicinais no contexto de práticas tradicionais de cuidado; 2. A exclusão desses saberes nas políticas urbanas e socioambientais, evidenciada em documentos oficiais e análises sobre o modelo de urbanização brasileiro; 3. A valorização instrumental e o risco de apropriação tecnocrática desses conhecimentos, identificada em discursos de políticas públicas e projetos de educação ambiental ou saúde coletiva, e 4. A análise de marcos legais e normativos que incidem sobre o uso das ervas medicinais e os saberes tradicionais, com destaque para documentos legais, diretrizes e programas institucionais voltados à saúde e ao meio ambiente, como as políticas de práticas integrativas e complementares (PICS), de segurança alimentar e fitoterapia.

A sistematização dessas fontes se apresenta nos resultados em forma de categorias analíticas, acompanhadas de trechos selecionados de estudos de caso e dados secundários disponíveis em publicações científicas recentes (2020-2025), que documentam experiências de uso de ervas medicinais em contextos urbanos.

Reconhecemos como limitação a ausência de coleta de dados empíricos originais, uma vez que a pesquisa se baseia exclusivamente em fontes secundárias. No entanto, a triangulação entre literatura científica, documentos oficiais e produções teóricas reconhecidas permite uma análise crítica consistente e atualizada do tema, garantindo relevância para o campo da Educação Ambiental, dos Estudos Urbanos e das Ciências Ambientais.

A seleção dos estudos de caso priorizou experiências brasileiras situadas em diferentes contextos socioterritoriais e que abordam de forma integrada o cultivo de ervas medicinais, a

valorização de saberes tradicionais e práticas de fortalecimento comunitário, permitindo uma análise comparativa sobre seus impactos na construção de cidades sustentáveis.

Estudos dessa natureza se justificam na medida em que mostram modelos de mobilização social em favor de um objetivo comum, além de revelar dados úteis para o poder público, caso este se engaje na proteção da área e na regulamentação de seus usos a partir dos pressupostos da sustentabilidade (Portuguez; Portuguez, 2024, p. 184).

## **4 Resultados e discussão**

### **4.1 Políticas públicas e normativas sobre saberes tradicionais: entre o reconhecimento e a apropriação**

A valorização dos saberes populares no campo da saúde passou a ser incorporada em políticas públicas brasileiras, especialmente a partir dos anos 2000, quando se intensificaram os esforços de reconhecimento institucional das práticas tradicionais de cuidado. A criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC), por meio da Portaria nº 971/GM/MS de 2006, representou um marco importante nesse processo. Essa política “visa ampliar a oferta de serviços relacionado ao modelo de atenção humanizada e centrada na integralidade do cuidado do indivíduo, com o uso de plantas medicinais e medicamentos fitoterápicos” (Morgado Junior; Guerra, 2025).

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) são abordagens terapêuticas fundamentadas em saberes tradicionais ou alternativos, com o objetivo de prevenir enfermidades e fortalecer a promoção da saúde. Essas práticas adotam uma perspectiva holística, considerando o ser humano em sua totalidade, incluindo aspectos físicos, mentais, emocionais, sociais e espirituais e podem ser aplicadas de maneira complementar ou integrada aos métodos da medicina convencional (Brasil, 2006).

De acordo com Silva, L. C. et al. (2023, p. 3), “[...] existem atualmente 9.350 estabelecimentos de saúde no país ofertando PICS nos seus sistemas de atendimento e elas são utilizadas por cerca de 5% da população brasileira, sendo mais frequente entre as mulheres e os idosos”. As PICS são populares no Nordeste do Brasil, sobretudo em localidades onde o acesso à saúde convencional é limitado.

Esse cenário se deve, em parte, à forte presença da medicina tradicional e dos saberes populares, que valorizam o uso de práticas naturais nos cuidados com a saúde. Soma-se a isso a atuação de iniciativas públicas e privadas que fomentam a difusão das PICS na região, por meio de formações, programas de incentivo, eventos e outras ações educativas. Tais esforços

vêm fortalecendo o reconhecimento e a legitimidade dessas práticas entre a população e os profissionais da área da saúde (Brasil, 2006).

Em 2006 também foi instituída a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF), por meio do Decreto nº 5.813/2006, com o objetivo de garantir à população “[...] o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional” (Gondim, 2021). Essa política incentivou a ampliação das alternativas terapêuticas no Sistema Único de Saúde ao promover o uso de plantas medicinais e fitoterápicos, valorizando o princípio da integralidade no cuidado e reconhecendo os saberes tradicionais, bem como práticas consolidadas no Brasil e outros países (Sá, 2016).

A partir da implementação dessas políticas e da incorporação da fitoterapia nos serviços públicos, houve também a implantação das Farmácias Vivas<sup>19</sup>, que são unidades farmacêuticas destinadas à produção de fitoterápicos a partir de plantas cultivadas em hortas comunitárias, geralmente instaladas no mesmo local, cujo objetivo é articular saberes tradicionais com os protocolos técnicos da produção farmacêutica (Pilz, 2025).

A Portaria nº 886, de 2010, estabeleceu que

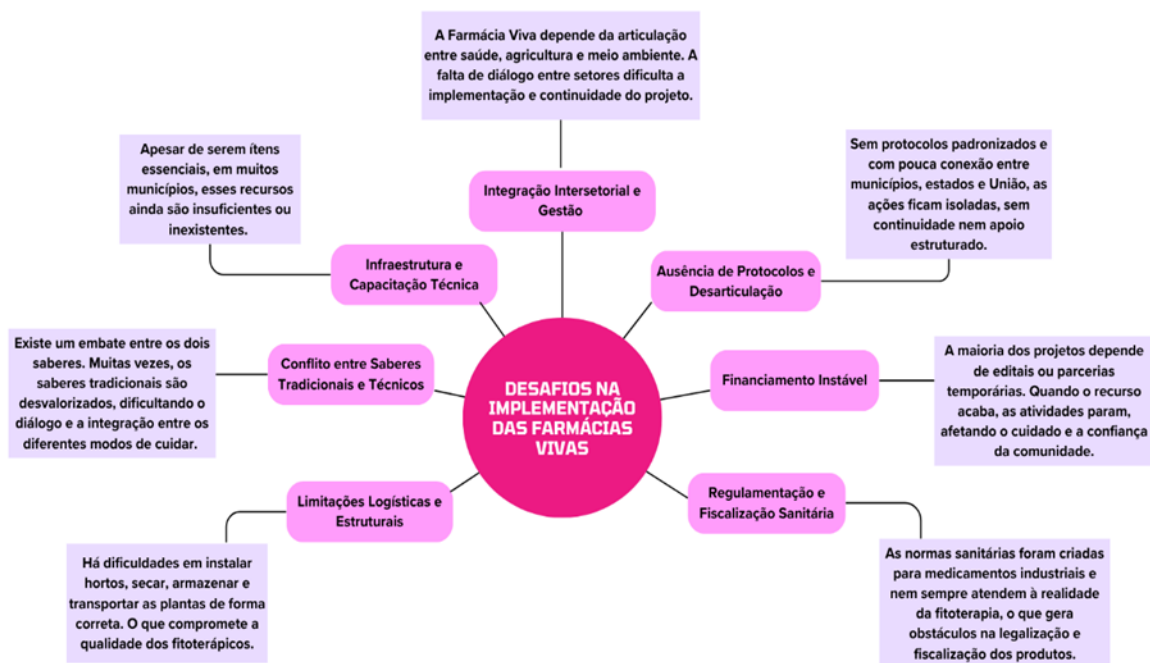
A Farmácia Viva, no contexto da Política Nacional de Assistência Farmacêutica, deverá realizar todas as etapas, desde o cultivo, a coleta, o processamento, o armazenamento de plantas medicinais, a manipulação e a dispensação de preparações magistrais e oficinais de plantas medicinais e fitoterápicos (Brasil, 2010).

Conforme apontam Lorenzi e Matos (2008), apesar do Programa farmácia Viva ter se expandido por diversos municípios brasileiros, ele reflete diferentes realidades e necessidades regionais. Cada experiência é influenciada e afetada por diversos fatores tais como os apontados no fluxograma (Figura 3) a seguir.

---

<sup>19</sup> As Farmácias Vivas foram idealizadas pelo farmacêutico e professor Francisco José de Abreu Matos, na década de 1980. Sua proposta consistia em integrar o conhecimento tradicional sobre o uso de plantas medicinais com as ciências farmacêuticas, promovendo a produção e o uso racional de medicamentos fitoterápicos nos municípios, inicialmente da região Nordeste (Pilz, 2025, p. 28).

**Figura 3** - Desafios na implementação das farmácias vivas no Brasil



Fonte: Pilz (2025). Organização: Vieira e Batista (2025).

A efetivação das Farmácias Vivas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta diversos entraves estruturais e institucionais. Entre os principais desafios, destacam-se a precariedade da infraestrutura e a escassez de capacitação técnica especializada, especialmente em municípios de pequeno porte. A ausência de protocolos padronizados e a desarticulação entre os diferentes níveis de gestão (municipal, estadual e federal) dificultam a integração plena das Farmácias Vivas às redes de atenção básica em saúde. Soma-se a isso a instabilidade do financiamento, frequentemente atrelado a editais pontuais ou parcerias temporárias, o que compromete a manutenção dos hortos, laboratórios, insumos e equipamentos necessários à produção e distribuição dos fitoterápicos.

Além das questões operacionais, há desafios normativos e epistemológicos relevantes. A legislação sanitária vigente, majoritariamente voltada à regulação de medicamentos sintéticos, carece de parâmetros específicos para a fitoterapia, criando lacunas na fiscalização e padronização dos processos. A falta de diretrizes claras compromete a segurança e eficácia dos produtos ofertados. Por fim, o embate entre o saber técnico-científico e os saberes tradicionais tensiona o campo da fitoterapia, pois a institucionalização tende a silenciar ou subalternizar os conhecimentos ancestrais e comunitários. A superação desses desafios demanda uma abordagem intersetorial, participativa e sensível à pluralidade de saberes, promovendo não

apenas a sustentabilidade técnica das Farmácias Vivas, mas também sua legitimidade cultural e social (Antonio et al., 2014).

Ainda que iniciativas como essas representem avanços no reconhecimento institucional das práticas populares, é necessário um olhar crítico sobre o risco de instrumentalização e esvaziamento político-cultural dos saberes tradicionais, reduzidos, muitas vezes, a insumos ou recursos técnicos desprovidos de sua dimensão territorial e histórica.

É nesse cenário que se destaca a atuação histórica do Movimento Popular de Saúde (MOPS), criado na década de 1970, com forte articulação entre comunidades periféricas, agentes de pastoral, profissionais da saúde e movimentos sociais. Esse movimento se forma a partir dos interesses de pessoas que compartilham um mesmo território, com organização democrática e dialógica, fundamentados em identidade coletiva, territorialidade, cidadania e autonomia. Suas ações são desenvolvidas sob a perspectiva da Educação Popular em Saúde (EPS), fomentando a construção coletiva do conhecimento por meio de uma ação dialógica, crítica e relacional entre os sujeitos envolvidos (Silva, L. C. et al., 2023).

O MOPS teve papel fundamental na construção do SUS e na formulação de políticas de base territorial que respeitassem os modos populares de cuidar. Em diversas regiões do país, o movimento se empenhou em legitimar práticas tradicionais, como o uso de ervas medicinais, o benzimento e os cuidados comunitários, questionando o modelo curativo e mercantilista da saúde e buscando construir novas práticas e formas de organização dos serviços de saúde (Mahmood; Mutaner, 2020).

Num estudo de caso a partir da atuação dos movimentos populares em saúde no estado da Paraíba, Silva, F. M. et al. (2023) concluem que esses movimentos contribuem para a construção coletiva do conhecimento e para a democratização do acesso e da participação em saúde, fortalecendo a autonomia, a cidadania e o controle social. No entanto, enfrentam desafios significativos, como fragilidades no protagonismo juvenil, desarticulação interna, escassez de engajamento político, limitado apoio institucional e governamental, desvalorização do saber popular, além do impacto negativo do cenário político ultraliberal vigente.

Nessa perspectiva, podemos observar uma tensão entre o avanço das políticas públicas voltadas à institucionalização das práticas tradicionais e os desafios enfrentados pelos movimentos sociais que historicamente lutam por seu reconhecimento. Guimarães et al. (2020) salientam que a inserção e desenvolvimento das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde no SUS enfrentam desafios justamente porque os saberes e práticas tradicionais, muitas vezes originários de matrizes africanas e indígenas, não são plenamente reconhecidos. Isso pode

reproduzir lógicas coloniais e marginalizar essas práticas. O que pode acarretar o esvaziamento dos sentidos culturais dessas práticas e reduzir a potência política dos movimentos que as sustentam.

De acordo com o Ministério da Saúde (Brasil, 2025), atualmente 8.239 estabelecimentos da atenção primária ofertam práticas integrativas e complementares em saúde, com destaque para o uso de plantas medicinais e fitoterápicos. No entanto, é preciso refletir sobre os limites dessa institucionalização, que, se não ancorada no respeito às comunidades detentoras desses saberes, pode dar lugar à biopirataria<sup>20</sup> ou à apropriação cultural mascarada de política pública (Silva; Rodrigues; Silva, 2021).

Nesse sentido, as reflexões de Marx (2011) sobre valor de uso e valor de troca ajudam a iluminar os riscos da mercantilização dos saberes tradicionais. O valor de uso das práticas com ervas medicinais vinculado ao cuidado comunitário, à ancestralidade e à convivência com o território tende a ser esvaziado quando transposto para uma lógica de valor de troca, onde o conhecimento se torna mercadoria e o cuidado é transformado em serviço padronizado. Quando esses saberes são incorporados pelas instituições sem participação das comunidades e sem reflexão crítica, correm o risco de virar apenas regras técnicas, perdendo sua história, espiritualidade e sentido político.

As observações de Wedig (2021, p. 334) contribuem na discussão a respeito da colonização e “mercantilização massiva sobre as plantas, a terra, a água e o conhecimento dos povos que foram colonizados”. A autora analisa um conflito ocorrido em agosto de 2014, no Encontro de da Região Sul de Povos e Comunidades Tradicionais, em Curitiba, PR, organizado pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA), do Desenvolvimento Social (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Na ocasião estiveram reunidos povos indígenas, quilombolas, faxinalenses, ilhéus, pescadores artesanais, cipozeiros, ciganos e benzedeiros, o objetivo do encontro era realizar uma discussão coletiva sobre questões de território e regularização fundiária, além de denunciar conflitos enfrentados, como o avanço de monoculturas, construção de obras de infraestrutura e deslocamento forçado. Os ativistas de povos e comunidades tradicionais presentes reivindicaram o reconhecimento de seus modos de existência e territórios, bem como o acesso

---

<sup>20</sup> Rammê (2012, p. 37) define biopirataria como “[...] a prática do acesso e patenteamento de recursos genéticos da biodiversidade de um determinado país e de conhecimentos tradicionais a ela associados, por empresas multinacionais e instituições científicas, sem destinar aos países de origem ou às comunidades tradicionais locais – que sempre usufruíram livremente de tais recursos e desenvolveram tais conhecimentos tradicionais – quaisquer participações nos lucros obtidos com as patentes”.

à terra e outros direitos associados. Entretanto, apesar desse foco, a discussão se desviou da questão principal para tratar da proposta de acesso industrial aos seus conhecimentos tradicionais, apresentada pelo secretário de Biodiversidade e Florestas do MMA.

Wedig (2021) tece uma análise crítica sobre a mercantilização dos conhecimentos tradicionais, e sua transformação em matérias-primas exploráveis pelas indústrias farmacêutica, cosmética e alimentícia, perdendo sua dimensão coletiva e constitutiva da vida dos povos tradicionais. A autora destaca o conflito entre o uso livre desses saberes pelas comunidades e seu controle por empresas transnacionais, que os inserem à ciência moderna para fins de propriedade intelectual e monetização.

Esse processo é validado pelo Estado por meio de legislações que instituem dispositivos regulatórios, como contratos de consentimento e repartição de benefícios, promovendo um extrativismo epistêmico que desconsidera as cosmologias tradicionais e reduz os saberes ancestrais a mercadorias (Wedig, 2021, p. 339). Além disso, a formulação dessas políticas ocorre sem consulta prévia às comunidades tradicionais nem à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), sob a justificativa de que os detentores dos saberes não entenderiam os códigos técnicos envolvidos, o que invisibiliza suas vozes e perspectivas.

Apesar da oposição dos povos ali presentes sob o argumento que “[...] conhecimento tradicional não se vende” e que o que aquelas autoridades nomeavam como “material genético” eram “suas plantas, pedras, terra e água”, o Projeto de Lei (PL) 7.735/2014 elaborado por membros do estado, das indústrias farmacêutica, de cosméticos e alimentar, além de cientistas de instituições de pesquisa, foi posteriormente transformado na Lei 13.123, de maio de 2015, que dispõe sobre “o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado à repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade” (Brasil 2015; Wedig, 2021, p. 336).

Por meio dessa lei, os conhecimentos dos povos e das comunidades tradicionais passam a ser calculados de acordo com os valores econômicos de mercado das corporações. Resultando na imposição, controle e regulação do Estado e do mercado sobre os saberes dos povos originários, e tradicionais, perpetuando a colonialidade e a deslegitimação das práticas tradicionais (Wedig, 2021, p. 341).

Catherine Walsh (2015) destaca que regulamentações como esta, promovem um novo ciclo de extração dos saberes ancestrais, convertendo-os em mercadorias dentro de uma economia do conhecimento, sem considerar ou respeitar as visões de mundo e os modos de

existência próprios dos povos e comunidades tradicionais. Fica evidente a urgência de descolonizar os modos hegemônicos de conhecimento e reconhecer os direitos desses povos e suas práticas ancestrais.

Essa lógica de mercantilização e controle institucional sobre os saberes tradicionais entra em conflito direto com os princípios de justiça social e sustentabilidade defendidos por organizações internacionais. É nesse contexto que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável aponta caminhos possíveis.

No plano internacional, a Agenda 2030 (ONU, 2015) para o Desenvolvimento Sustentável também destaca a importância da valorização da diversidade cultural e dos saberes locais para a construção de sociedades mais equitativas e resilientes. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 propõe “[...] tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, o que se expressa, entre outras metas, no compromisso de aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e fortalecer a gestão participativa dos territórios urbanos (Meta 11.3), bem como proteger o patrimônio cultural e natural, onde se inserem os saberes tradicionais das comunidades periféricas (Meta 11.4).

Já o ODS 3 ao propor “[...] assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” prevê, como diretriz central, a cobertura universal de saúde, com acesso a serviços essenciais de qualidade, incluindo medicamentos seguros e eficazes (Meta 3.8), o que dialoga diretamente com a ampliação das práticas integrativas e o uso da fitoterapia no SUS.

Nesse sentido, o reconhecimento dos saberes tradicionais na formulação e implementação de políticas públicas pode ser compreendido como estratégia fundamental para a construção de cidades sustentáveis, especialmente nas periferias urbanas, onde a medicina tradicional e o cultivo de ervas medicinais ainda desempenham um papel essencial no cuidado cotidiano (Miranda et al., 2025). Apesar dos avanços, os tensionamentos permanecem. A adoção de práticas integrativas em serviços públicos muitas vezes ignora a dimensão política e comunitária desses saberes, tratando-os como ferramentas complementares ao modelo biomédico, e não como expressões vivas de modos de vida e de resistência cultural.

Com isso, a valorização pode se transformar em apropriação, esvaziando sentidos e deslocando os sujeitos que historicamente constroem e mantêm tais práticas. É fundamental, portanto, que as políticas públicas avancem para além da regulamentação técnica dessas práticas, mas também no reconhecimento epistêmico e ético dos territórios e comunidades que

as sustentam como “[...] garantia de seu direito de existir do modo como bem quiserem”, como há décadas vêm exigindo os movimentos populares (Oliveira, 2022, p. 450).

## **4.2 Práticas comunitárias com ervas medicinais: cuidado, território e sustentabilidade urbana**

Em territórios urbanos atravessados por processos de precarização habitacional, desassistência estatal e apagamento de saberes populares, experiências como práticas coletivas de cultivo e uso de ervas medicinais através de hortas comunitárias, quintais produtivos, mutirões de plantio e oficinas de fitoterapia aparecem como formas de resistência comunitária e de construção de alternativas sustentáveis ao modelo hegemônico de cidade. Essas iniciativas se articulam com modos de viver e cuidar ancorados na ancestralidade.

Ao se contrapor à lógica da mercantilização da saúde e da privatização dos territórios, o cultivo comunitário de ervas medicinais inaugura territórios terapêuticos que transbordam a função curativa das plantas, sendo também espaços de fortalecimento de vínculos sociais, de protagonismo feminino e de reconfiguração do espaço urbano.

A seguir abordamos experiências situadas em contextos urbanos em 4 estados do Brasil mostrando que o uso popular de ervas medicinais transcende a esfera doméstica e assume contornos políticos e pedagógicos. Nessas práticas, o cuidado com a saúde se entrelaça ao cuidado com o território, e o cultivo se torna linguagem de pertencimento, resistência e transformação.

### **4.2.1 O cuidado como prática coletiva e comunitária**

Neste eixo, destacamos experiências que integram o cultivo de ervas medicinais à criação de espaços coletivos de cuidado, escuta e reconstrução de vínculos. Sacramento e Lobino (2025) destacam a experiências da implantação de Jardins Terapêuticos nos serviços de saúde do município cidade de Vitória/ES, que aconteceu em 2009, a partir da institucionalização da Política municipal de plantas medicinais e fitoterápicos no município.

As autoras destacam a participação ativa da comunidade na implantação e manutenção dos jardins, demonstrando que tais espaços vão muito além da simples função curativa das plantas medicinais. A participação comunitária foi estimulada desde a concepção do projeto, quando foi estabelecido o diálogo com os moradores locais para pactuação com os colegiados de saúde e conselhos municipais, assegurando que o processo seja construído coletivamente. “As plantas medicinais e alimentícias selecionadas são definidas de acordo com o perfil

epidemiológico da população, com o conhecimento tradicional e com bibliografia de estudos científicos que comprovam a eficácia e segurança do uso”, respeitando as singularidades culturais e sociais dos territórios envolvidos (Sacramento; Lobino, 2025, p. 10).

Ao integrar saúde, meio ambiente e educação numa abordagem transdisciplinar, o contato com os jardins terapêuticos promovem o autocuidado, a solidariedade e o bem-estar coletivo, especialmente entre mulheres em situação de vulnerabilidade. Essas práticas ganham ainda mais força quando articuladas às políticas públicas que reconhecem o uso tradicional das plantas medicinais, como a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, a Política de Promoção da Saúde e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).

Essa convergência revela o potencial dos jardins terapêuticos como estratégia de efetivação de direitos e promoção da saúde integral no âmbito do SUS, desde que sustentada por ações intersetoriais e participação social. A experiência institucional do município de Vitória/ES, por exemplo, evidencia como gestores comprometidos podem impulsionar a implementação local dessas políticas, fortalecendo práticas integrativas e o uso popular de ervas medicinais nos territórios urbanos. Ao romper com a dicotomia natureza/sociedade e articular o cuidado ao direito à cidade, os jardins terapêuticos consolidam-se como experiências inovadoras de sustentabilidade urbana e justiça ambiental.

Já Rochinha et al. (2024) relatam a experiência do “Projeto Artemisia”, desenvolvido em São Gonçalo/RJ, para promover a mobilização e formação de mulheres das comunidades locais para o cultivo agroecológico de ervas medicinais, com foco no fortalecimento de sua autonomia por meio da produção e comercialização de produtos com valor agregado. O projeto englobou 10 comunidades onde foram ministradas oficinas

[...] baseadas na proposta pedagógica teórico-prática, buscando uma troca de conhecimentos na produção de ervas medicinais. O intuito era alcançar a autonomia e o letramento social dessas mulheres através do resgate dos saberes tradicionais das ervas medicinais, uma vez que já são reconhecidas por serem as guardiãs desse conhecimento (Rochinha et al., 2024, p. 2).

As autoras concluíram que o Projeto Artemisia teve um impacto positivo significativo ao promover o empoderamento feminino e a autonomia financeira das mulheres das favelas, a geração de renda proporcionada pela venda dos produtos derivados contribuiu para o posicionamento social dessas mulheres, fortalecendo seu protagonismo na família e na comunidade. Além disso, o projeto fomentou a sensibilização ambiental, incentivando as

participantes a questionarem práticas prejudiciais, como o uso de produtos sintéticos e o descarte inadequado de embalagens, o que reforçou o empoderamento e o letramento social.

As mulheres atuaram como líderes na produção e comercialização de produtos sustentáveis, demonstrando a possibilidade de alcançar resultados efetivos logo no início das atividades comerciais. Dessa forma, o projeto evidenciou que a mobilização em torno das plantas medicinais, aliada à perspectiva agroecológica, pode gerar benefícios sociais, ambientais e econômicos, promovendo a emancipação feminina e o desenvolvimento sustentável nas comunidades atendidas (Rochinha et al., 2024).

No contexto dessas experiências, o cultivo de ervas medicinais não é apenas um meio de tratar doenças, mas um dispositivo de reconstrução comunitária e de enfrentamento às exclusões promovidas pela urbanização desigual.

Poletti et al. (2020) relatam o caso da cidade de Birigui/SP onde a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, criou em 1994 o programa de Hortas Comunitárias, fornecendo subsídios para a implantação 60 hortas comunitárias visando atender a população em situação de vulnerabilidade social. As autoras visitaram 30 das 60 hortas e observaram que os horticultores utilizam as hortas não só para produção de alimentos, mas também como “[...] uma forma de terapia, um refúgio da vida industrial e uma maneira de amenizar todo o cansaço físico e mental que a rotina nas grandes cidades possa a vir oferecer, principalmente após a aposentadoria” (Poletti et al., 2020, p. 6).

Foi constatada a presença significativa de 44 espécies de plantas medicinais e 39 espécies de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC), algumas cultivadas e outras espontâneas, mas muitas vezes tratadas como ervas daninhas por falta de conhecimento. Apesar do uso ainda expressivo de agrotóxicos em parte das hortas, o levantamento feito pelas autoras aponta para o potencial desses espaços como estratégias de soberania alimentar e promoção de saúde, ao mesmo tempo em que destaca a necessidade de maior investimento em ações educativas e políticas de incentivo ao cultivo agroecológico.

Outro estudo relevante de sucesso é a Horta Comunitária do Centro Social Urbano localizada na cidade de Juazeiro/BA no semiárido baiano. Gonçalves et al. (2020), mapearam as espécies cultivadas e vendidas na horta, onde 61% dos canteiros são de ervas medicinais, como agrião, malvão e mastruz, usadas pela população local. O cultivo dessas plantas se mistura com o de hortaliças, refletindo uma preocupação com a saúde e o consumo de produtos agroecológicos.

A horta fica no pátio da Escola Municipal Américo Tanuri, é aberta ao público e diariamente recebe a visita de “[...] cerca de 30 pessoas para comprar, circular entre os canteiros e trocar informações valiosas, tornando a horta um espaço pedagógico de produção e reprodução de conhecimentos” (Gonçalves et al., 2020, p. 3).

A iniciativa é consolidada por práticas comunitárias e apoiada por editais públicos do CNPq/MCTIC, o trabalho dos horticultores envolvidos (cinco homens e uma mulher, que vieram da agricultura familiar e estão envolvidos com esse projeto há 39 anos) “[...] fortalece as estratégias emancipadoras na promoção da saúde, frente às limitações de políticas públicas e às adversidades climáticas” (Gonçalves et al., 2020, p. 4-5). Essas práticas configuram-se como estratégias emancipadoras, importantes para a saúde pública local, principalmente diante das restrições encontradas nas políticas públicas vigentes.

Por fim, trazemos a experiência relatada por Portuguez e Portuguez (2024) em Ituiutaba/MG. Entre os anos de 2000 e 2015, a cidade passou por um expressivo crescimento demográfico, comercial, industrial e agrícola, impulsionado pela entrada do município no circuito de cidades atrativas de investimentos do capital internacional voltado à produção sucroalcooleira. Embora nos últimos dez anos esse ritmo tenha diminuído em razão de fatores como a falência de indústrias locais e os impactos da pandemia de Covid-19, a cidade manteve-se economicamente ativa, acompanhada da expansão territorial promovida pela criação de novos loteamentos e bairros.

Os autores apontam que, o processo de urbanização em Ituiutaba tem se estendido sobre áreas rurais vizinhas, fazendo com que os limites entre o campo e a cidade se tornem cada vez mais difusos. Esse avanço da malha urbana sobre regiões naturais evidencia as pressões exercidas especialmente nas zonas de transição, conhecidas como perímetro periurbano. Entre as paisagens rural e urbana, surgiram novos loteamentos implantados pelo poder público e por empresas locais.

Por “não ter dono”, “ser de todo mundo”, uma área localizada no bairro Residencial Cidade Jardim junto à mata ciliar do Córrego da Grota sofreu um processo acelerado de degradação, marcado por queimadas frequentes e pela transformação em ponto de descarte de resíduos sólidos, prática adotada inclusive pela própria Prefeitura Municipal, que utilizou parte do espaço para depositar entulhos provenientes de construções. Esse cenário mudou a partir de 2015, “[...] quando um conjunto de moradores decidiu agir e impor à área, usos de fato mais adequados e que não produziam agressões” (Portuguez; Portuguez, 2024, p. 183).

A mobilização dos moradores, resultou na recuperação ambiental da área por meio de plantios de ervas medicinais, hortaliças e árvores frutíferas, os produtos cultivados na horta visam atender às necessidades dos próprios moradores e não tem fins lucrativos. A iniciativa resultou num processo genuíno de recuperação paisagística que combinou ações comunitárias e sustentabilidade, protegendo um espaço urbano fundamental para a qualidade de vida local. Conforme salientam os autores, a ação fortaleceu o vínculo entre cultura, natureza e território, ressignificando a relação com o espaço urbano e promovendo uma ocupação sustentável e comunitária.

As experiências neste trabalho, demonstram que o cultivo comunitário de ervas medicinais constitui uma prática plural, capaz de articular cuidado com a saúde, valorização dos saberes tradicionais, protagonismo feminino, geração de renda, educação ambiental e reconfiguração do espaço urbano. Seja por meio de políticas públicas municipais, como nos casos de Birigui/SP e Vitória/ES, seja por mobilizações populares espontâneas, como em Ituiutaba/MG, ou por projetos de qualificação comunitária através de oficinas pedagógicas, como em São Gonçalo/RJ.

Essas iniciativas reforçam a potência dos territórios urbanos como espaços vivos de resistência e transformação. Ao promoverem o uso sustentável da terra, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a proteção de áreas verdes, essas práticas contribuem para a construção de cidades mais justas, resilientes e ambientalmente saudáveis, reafirmando que o cuidado com o território é também uma estratégia concreta de sustentabilidade urbana.

## **5 Considerações finais**

Ao longo deste artigo, desenvolvemos reflexões acerca das relações entre o cultivo urbano de ervas medicinais, os saberes populares e a construção de cidades sustentáveis. As reflexões apontaram que a expansão das cidades sem planejamento se constitui em espaços urbanos desiguais e conflituosos, por outro lado, as cidades, enquanto produto das relações de produção capitalistas são um espaço de profundas contradições.

As experiências analisadas neste artigo evidenciam que o cultivo urbano de ervas medicinais, quando fundamentado nos saberes tradicionais e fortalecido pela participação comunitária, configura uma estratégia potente de resistência aos processos de homogeneização urbana, exclusão social e degradação ambiental, ao mesmo tempo em que contribui para a construção de cidades mais sustentáveis, justas e integradoras. Nos diferentes contextos territoriais examinados do semiárido baiano ao interior de São Paulo, Santa Catarina e Minas

Gerais, as ervas medicinais não apenas promovem saúde e soberania alimentar, mas também reconfiguram as relações entre território, cuidado e pertencimento.

Essas práticas demonstram que a sustentabilidade urbana não se limita a soluções tecnológicas ou à gestão institucional dos espaços, mas pode e deve se ancorar na valorização de conhecimentos ancestrais, na apropriação coletiva do solo urbano e na construção de vínculos comunitários. O cultivo de ervas medicinais, nesses contextos, atua como expressão de resistência frente às desigualdades socioespaciais e como ferramenta de cuidado integral, físico, emocional e ambiental.

Ao mesmo tempo, o estudo evidenciou lacunas que merecem atenção: a fragilidade das políticas públicas que regulamentem e incentivem essas práticas de modo sustentável; a persistência do uso de agrotóxicos mesmo em hortas comunitárias; e o risco de apropriação tecnocrática de saberes tradicionais desvinculados de suas raízes culturais. Diante disso, reafirmamos a importância de estratégias que reconheçam as ervas medicinais como tecnologias sociais, capazes de articular práticas de cuidado, justiça ambiental e educação popular.

Concluimos, portanto, que o fortalecimento da agricultura urbana baseada em ervas medicinais é um caminho promissor para transformar o tecido urbano em espaço de vida digna, cuidado compartilhado e sustentabilidade enraizada na cultura dos territórios.

### **Agradecimentos**

Agradecemos à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) pelo apoio financeiro e incentivo ao desenvolvimento da pesquisa de mestrado na Universidade Federal de Sergipe e ao Grupo de Pesquisa e Ensino em Ciências Ambientais (GPECIAMB) pelas discussões construtivas e enriquecedoras tornando o caminho da pesquisa leve e agradável.

### **Referências**

ALMEIDA, F. S. de; BERNARDO, M. A. T. Raízes da agroecologia e suas convergências na Promoção da Saúde e Soberania Alimentar no Brasil. *In*: GRACIA, M. T.; BÓGUS, C. M.; COELHO, D. E. P. *Hortas comunitárias urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2024. p. 49-68.

ANTONIO, G. D.; TESSER, C. D.; MORETTI-PIRES, R. O. Fitoterapia na atenção primária à saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 541–553, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/pny48FkxdsHPPJ7dcVjCGTM/>. Acesso em: 17 jul. 2025.

ARAÚJO, L. E. B. de; ROCHA, M. C. A. da. Biodiversidade brasileira: biopirataria e a proteção dos conhecimentos tradicionais. *Revista DIREITO UFMS*, Campo Grande, MS, v. 4, n. 1, p. 57-73, jan./jun. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.21671/rdufms.v4i1.5484>.

BADKE, M. R.; BUDÓ, M. de L. D.; ALVIM, N. A. T.; ZANETTI, G. D.; HEISLER, E. V. Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais. *Revista Texto contexto enfermagem*, v. 21, n. 2, p. 363-370, Florianópolis, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072012000200014>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BATITUCCI, T. de O.; CORTINES, E.; ALMEIDA, F. S.; ALMEIDA, Â. A. de. A agricultura em ecossistemas urbanos: um passo para a sustentabilidade das cidades. *Revista Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 22, 2019. Disponível em: <https://scielo.br/j/asoc/a/rvHzr5C7ZNTYZf8H5XMMDHb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/items/fec8b409-2342-41b8-9a41-80ae2f8b0bad>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BRASIL. 2015. *Decreto lei nº 13.123, 20 maio 2015*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/113123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113123.htm).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. *Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa\\_nacional\\_plantas\\_medicinais\\_fitoterapiacos.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_nacional_plantas_medicinais_fitoterapiacos.pdf). Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC-SUS*. Brasília (DF): 2006. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>.

BRASIL. Organização das Nações Unidas. *Objetivo de Desenvolvimento Sustentável*. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org>.

COSTA, H.; ALMEIDA, D.; RODRIGUES, D.; COIMBRA, M. Territórios saudáveis e sustentáveis: agriculturas urbanas, agroecologia e a produção do espaço urbano. In: GRACIA, M. T.; BÓGUS, C. M.; COELHO, D. E. P. *Hortas comunitárias urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2024. p. 49-68.

FLÁVIO, L. C.; CICHOSKI, P. Resgate das Memórias sobre Plantas/Hortaliças Mediciniais: Experiências Vividas na Horta Comunitária Amarbem/Cimmad. *Revista Territorial*, Goiás – GO, Edição Especial – GIPAP, 2024, p. 129-152.

GLOWKA, K. K. de O.; MARQUES, S. A.; MOURA, G. S. Conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades rurais do Município de Laranjeiras do Sul, Paraná. *Revista Verde*, v. 16, n. 1, p. 48-59, 2021. DOI: 10.18378/rvads.v16i1.8423.

GONDIM, J. M. da S. *Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS e sua implementação por meio das Farmácias Vivas*. 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021. 102 f.

GONÇALVES, R. K. S.; FREITAS, H. P.; NASCIMENTO JÚNIOR, B. J. do; ALMEIDA, L. R. S.; LEITE, I. O.; MOURA, A. S. Agricultura urbana no semiárido: produção de plantas medicinais no sertão baiano. *Cadernos de Agroecologia*, São Cristóvão, Sergipe, v. 15, n. 2, 2020. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia. ISSN 2236-7934.

GUIMARÃES, M. B.; NUNES, J. A.; VELLOSO, M.; BEZERRA, A.; SOUSA, I. M. As práticas integrativas e complementares no campo da saúde: para uma descolonização dos saberes e práticas. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 29, n. 1, e190297, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/B4xk3VVgGdNcGdXdH3r4n6C/?lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2025.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão: fev. 2006.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. de A. *Plantas medicinais do Brasil: nativas e exóticas*. 2. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008.

LÚCIO, A. S.; ALVES, A. S. N.; MEIRA, J. F. P. Saberes tradicionais, saúde e sustentabilidade: uma análise das práticas integrativas e complementares. In: *Saberes tradicionais e sustentabilidade: diálogos e perspectivas*. Editora Poisson, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29327/5392371.1-9>.

MAHMOOD, Q.; MUTANER, C. State-society nexus in Brazil and Venezuela and its effect on participatory governance efforts in health and other sectors. *International Journal for Equity in Health*, Ottawa, v. 19, n. 173, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://equityhealthj.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s12939-020-01278-1.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MARTINS, M.; SANO, P. T. *Biodiversidade tropical*. São Paulo: Unesp, 2009.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

MIRANDA, E. B. de; SGUAREZI, S. B.; ALCÂNTARA, L. C. S; SAMPAIO, C. A. C. Povos originários e comunidades tradicionais e as políticas públicas no Brasil. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 7, n. 1, p. 2982-2990, 2025. DOI: <https://doi.org/10.56238/arev7n1-182>. Acesso em: 28 jul. 2025.

OLIVEIRA, A. M. de. Urbanização brasileira e marginalidade: os olhares socioeconômico e sociocultural em contraponto. *Revista FAAC*, Bauru, v. 2, n. 1, p. 55-68, abr./set. 2012.

OLIVEIRA, J. R. Das epistemologias do Sul a um novo Ethos Sulista. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 45, p. 439-454, 2022. Edição Especial. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.21.p439>. Acesso em: 30 jul. 2025.

POLETTI, A. L. C.; BADKE, M. R.; NICCHIO, P.; MUTTI, P. G. PANC e plantas medicinais no projeto Hortas Comunitárias. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 27, p. 1-10, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v27i0.8654699>. Acesso em: 30 jul. 2025.

PORTUGUEZ, C. J. F.; PORTUGUEZ, A. P. Mobilização comunitária para recuperação e uso sustentável da área de compensação socioambiental do bairro/loteamento Cidade Jardim, Ituiutaba, MG. *Destarte*, v. 13, n. 1, p. 179-204, jul. 2024. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/destarte/article/view/3199>. Acesso em: 01 ago. 2025.

RAMME, R. *Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos: conjecturas político-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica*. Caxias do Sul: EDUCS, 2012, p. 203.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHINHA, I. da S. P.; MORELLI, L. L.; GOMES, L. S.; COUTO, I. P. do; ARAUJO, L. C. da S.; ANHOLETI, M. C.; CARMO, D. de F. do. Projeto Artemísia: empoderamento feminino pelo cultivo e comercialização de ervas medicinais. *Cadernos de Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2024. Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia. ISSN 2236-7934.

SÁ, K. M. *A repercussão da política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos na formação superior em saúde no estado do Ceará entre 2006 e 2016*. Repositório Institucional UFC, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/21188>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SACRAMENTO, H. T. do; LOBINO, M. das G. F. Jardins terapêuticos e hortas urbanas: articulando saúde e ambiente no território vivido na formação de ecoeducadores a partir do Laboratório Vivo. *Revista Eletrônica Sala de Aula em Foco*, v. 14, n. 3, p. 55-68, 2025. ISSN 2316-7297.

SANTOS, M. G.; CARVALHO, A. C. B. Plantas medicinais: saberes tradicionais e o sistema de saúde. In: SANTOS, M. G.; QUINTERO, M. (Comps.). *Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. p. 72-99. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788575114858.0006>.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2009.

SILVA, L. C. R. da; RODRIGUES, G. R.; SILVA, L. A. L. da. Protocolos comunitários da sociobiodiversidade e os retrocessos da lei nº 13.123/2015 para o direito de consulta e consentimento prévio, livre e informado. In: SOUZA FILHO, C. F. M. de et al. (Orgs.).

---

*Jusdiversidade e protocolos comunitários*. Curitiba/PR: CEPEDIS, 2021. cap. 11, p. 205-224. ISBN 978-65-87022-08-6.

SILVA, L. C. da et al. Implementação da política de práticas integrativas complementares no Brasil: análise dos resultados nos últimos cinco anos. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, São Paulo/SP, v. 4, ed. 7, p. 1-18, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i7.3534. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3534>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SILVA, F. M. da; OLIVEIRA, S. R. da S.; CRUZ, P. J. S. C.; BRUTSCHER, V. J. Movimentos Sociais e Práticas Populares em Saúde: desafios contemporâneos na percepção de protagonistas paraibanos. *Emancipação*, Ponta Grossa-PR, v. 23, p. 1–21, 2023. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.23.2320855.029. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/20855>. Acesso em: 31 jul. 2025.

SHIVA, V. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUSA, L. C. C. de; SANTOS, G. D. dos; MACÊDO, J. da S.; SANTANA, L. A. Plantas medicinais, condimentos e o saber popular. *Revista Saúde e Meio Ambiente (RESMA-UFMS)*, Três Lagoas, v. 13, n. 1, p. 17-24, jul./dez. 2021. Disponível em: 12506-Texto do artigo-51946-1-10-20210909.pdf. Acesso em: 31 jul. 2025.

WALSH, C. *Saberes ancestrales y economía del conocimiento*. Seminario internacional. Capitalismo cognitivo y economía social del conocimiento. Centro Internacional de Estudios de Comunicación para América Latina, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uiFpnug8h7M&t=1714s>. Acesso em: 28 jul. 2025.

---

### ARTIGO 3 - COMPOSTAGEM: CICLO FUNDAMENTAL PARA UMA GESTÃO AMBIENTAL EFICAZ EM CONFLUÊNCIA COM A NATUREZA

#### ARTICLE 3 - COMPOSTING: A FUNDAMENTAL CYCLE FOR EFFECTIVE ENVIRONMENTAL MANAGEMENT IN HARMONY WITH NATURE

Mônica dos Anjos Menezes Vieira<sup>21</sup>


 <https://orcid.org/0009-0002-4728-4867>

 <http://lattes.cnpq.br/3958854788407884>

Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil

E-mail: [monicaanjoss@gmail.com](mailto:monicaanjoss@gmail.com)

Rosana de Oliveira Santos Batista<sup>22</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-4669-2837>

 <http://lattes.cnpq.br/1059691272448145>

Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil

E-mail: [rostosgeo@academico.ufs.br](mailto:rostosgeo@academico.ufs.br)

**Resumo:** A produção excessiva e o descarte inadequado de resíduos sólidos causam sérios danos ao meio ambiente e à saúde pública. No Brasil, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) busca uma gestão ambiental eficaz, porém, seus avanços são limitados. Este artigo explora como a compostagem pode contribuir para uma gestão ambiental sustentável e eficiente, reduzindo o impacto do descarte inadequado de resíduos orgânicos. Esta é uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, que faz uma análise de documentos legais, relatórios nacionais e estudos de caso de práticas bem-sucedidas de compostagem em comunidades. Os resultados indicam que a compostagem diminui a quantidade de resíduos sólidos em aterros, reduzindo o fornecimento de gases de efeito estufa, e melhorando a qualidade do solo, fomentando práticas agrícolas sustentáveis. Além disso, contribui para a educação ambiental, promovendo a conscientização e a participação comunitária na gestão de resíduos. Conclui-se que a compostagem não apenas alivia a pressão sobre aterros sanitários, mas também oferece benefícios ecológicos, econômicos e sociais, reforçando a necessidade de políticas públicas que incentivam essa prática.

**Palavras-chave:** Resíduos sólidos; Compostagem; Gestão Ambiental; Educação Ambiental.

**Abstract:** Excessive production and improper disposal of solid waste cause serious harm to the environment and public health. In Brazil, the National Solid Waste Policy (Law 12.305/2010) seeks effective environmental management; however, its progress remains limited. This article explores how composting can contribute to sustainable and efficient environmental management by reducing the impacts of improper organic waste disposal. This is a qualitative, bibliographic study based on the analysis of legal documents, national reports, and case studies of successful composting practices in communities. The results indicate that composting decreases the volume of solid waste sent to landfills, reduces greenhouse gas emissions, and improves soil quality, fostering sustainable agricultural practices. Furthermore, it contributes to environmental education by promoting awareness and community engagement in waste

---

<sup>21</sup> Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestranda em Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFS). Bolsista da Fundação de Apoio em Pesquisa e Inovação (FAPITEC/SE).

<sup>22</sup> Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestre em Desenvolvimento em Meio Ambiente (PRODEMA/UFS), Doutora em Geografia (PPGEO/UFS).

management. It is concluded that composting not only relieves pressure on landfills but also offers ecological, economic, and social benefits, reinforcing the need for public policies that encourage this practice.

**Keywords:** Solid waste; Composting; Environmental management; Environmental education.

### **1Diálogos iniciais**

A atual crise ecológica que desencadeia danos à saúde das populações bem como um desequilíbrio desordenado no meio ambiente está cada vez mais exposta. As formas de uso dos Serviços Ecosistêmicos (SEs), pela sociedade capitalista, tem contribuído para sua degradação, as ações antrópicas além de degradar o meio ambiente produzem alterações não apenas no meio natural, mas também no construído (Jamieson, 2010, p. 1). Sabendo que o meio ambiente abrange a junção daquele pertencente a natureza com o alterado pelo homem, logo as ações do homem interferem na natureza gerando consequências em diversos graus de intensidade que vão afetar diretamente na qualidade de vida.

Essa deterioração ambiental aumentou conforme o processo de industrialização crescia e se desenvolvia (Drew, 2002). Em vista disso na segunda metade do século XX começaram a ser mobilizadas atitudes e convenções em prol do meio ambiente e da manutenção da vida, ainda segundo Drew (2002), foi a partir de então que conceitos como desenvolvimento sustentável e sustentabilidade foram criados.

Por mais que se tenham tomado atitudes em favor da conservação ambiental a degradação travestida de ideologia progressista desgastou continuamente os recursos naturais desencadeando consequências refletidas em problemas de larga escala. É fato que o desenvolvimento industrial trouxe benefícios correlacionados a consequências catastróficas, conduzindo as questões ambientais a abranger uma série de situações com diversos graus de complexidade (Beck, 2008).

Um dos maiores problemas ambientais causado pelo homem é a enorme quantidade de resíduos produzidos e descartados de forma incorreta na natureza todos os dias, muitos deles prematuramente. O sistema capitalista e sua necessidade de avançar além dos limites da produção gera um consumo artificial em grande velocidade produzindo uma inumerável quantidade de mercadorias que já chegam as residências com prazo predeterminado de uso, esse encurtamento deliberado conduz a uma cada vez maior aceleração de produção e consumo. A questão de produzir lixo indiscriminadamente prejudica a sociedade e a economia é um problema que precisa ser analisado e praticado não apenas de forma individual, mas coletiva.

Para Brasil (2010), o gerenciamento adequado é de responsabilidade de entes governamentais e não governamentais e devem garantir a participação de todos os envolvidos nas etapas de formulação, implementação e operacionalização. Assim sendo, investimentos em práticas para o planejamento de ações que enquadrem o adequado gerenciamento dos resíduos, priorizando a não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final dos rejeitos são extremamente importantes.

Considerando a importância do tema e o quanto abrange interesses socioambientais torna-se imprescindível a reflexão e o desenvolvimento de ações que contribuam para a resolução do problema. A compostagem é uma prática simples e se apresenta como uma perspectiva sustentável capaz de reduzir grande quantidade dos resíduos orgânicos e trazer resultados em ampla escala, como ambientes mais limpos, redução no número de contaminações por doenças relacionadas ao manejo incorreto do lixo, melhoria na saúde da comunidade e produção de alimentos saudáveis através da agricultura urbana.

Partindo do questionamento “De que forma a compostagem pode contribuir para uma gestão ambiental eficaz e sustentável, promovendo um equilíbrio entre o homem e o meio ambiente?” Este estudo tem por objetivo, refletir sobre a importância de uma gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos e discutir como o processo de compostagem pode atuar como uma solução viável e sustentável para a redução do impacto ambiental causado pelo descarte de resíduos orgânicos.

Como justificativa apresenta-se a relevância ambiental e social de discutir e implementar práticas sustentáveis que contribuam para a redução dos resíduos sólidos, promovendo uma gestão ambiental que beneficia tanto a natureza quanto a sociedade. A compostagem, além de reduzir a quantidade de resíduos em aterros e lixões, contribui para a preservação do ecossistema, a educação ambiental e a melhoria da qualidade de vida nas comunidades, configurando-se como uma prática essencial para a construção de um futuro sustentável e harmonioso.

## **2 Fundamentação teórica**

Para Castro e Sousa (2016), a busca pelo conforto e por um padrão de vida economicamente superior, condicionado pelas inovações tecnológicas, amplia cada vez mais as desigualdades sociais no mundo. De um lado, se percebe muito além do que se pode medir e pesar, do outro, muito aquém do que se necessita, embora, muitas vezes, isso se apresente de forma intangível. Na percepção de Leff (2006), a nova geopolítica da globalização econômica

e do desenvolvimento sustentável, bem como as estratégias de apropriação da natureza a ela inerentes, não está mais fundada numa teoria de valor, mas numa estratégia simbólica que tem por objetivo recodificar todas as ordens do ser, em termos de valores econômicos.

Haja vista que os recursos naturais têm sido exauridos mediante ações antrópicas, preocupações com Educação e Gestão Ambiental adequadas são questões de interesse mundial e com isso a necessidade de envolver a população em ações sociais que promovam o desenvolvimento de um raciocínio crítico e consciente sobre o uso indevido dos recursos naturais e questões sustentáveis. Segundo Mothé et al. (2020, p. 49522), “É necessária uma nova mentalidade com respeito a relação de como usufruir dos recursos oferecidos pela natureza, criando abordagens construtivas de aprendizagem com o intuito de buscar equilíbrio entre o homem e o ambiente”.

Deve ser considerada a pertinência dentro contexto legislativo brasileiro a existência da preocupação pela conservação do meio ambiente e qualidade de vida da população, mesmo que de maneira formal. “Na Constituição, o Art. 225, capítulo VI - Do Meio Ambiente, inciso VI – destaca a necessidade de promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Apesar de existir no Brasil uma legislação ambiental avançada em relação a outros países, existem também uma série de fatores que tornam essas políticas ainda inábeis, a saber, a falta de aplicação e de fiscalização das premissas previstas na legislação (Cruz et al., 2020).

A produção excessiva aliada a destinação inadequada do lixo urbano ocasiona vários impactos ambientais, existe uma grande variedade de resíduos, industriais, domésticos e urbanos, em grande parte descartados de forma irregular, o mal gerenciamento desses resíduos engendra diretamente em impactos importantes, tanto ambientais quanto para a saúde da população. Diante dessa problemática foram criadas leis com a finalidade de proteger o ecossistema e cobrar dessas grandes geradoras de lixo uma postura de responsabilidade social colaborativa com o desenvolvimento sustentável, desenvolvendo condutas ecologicamente corretas (Gouveia, 2012).

Contudo, na prática, as mudanças nesse sentido foram pouco significativas, passados mais de dez anos da promulgação da lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos a PNRS houve pouco avanço nas ações previstas por essa lei, principalmente no que diz respeito a geração de lixo, o Panorama de Resíduos Sólidos 2018/2019 fornecido pela ABRELPE mostra que em uma década a produção de resíduos sólidos cresceu 11%, individualmente os brasileiros geraram 1,6% a mais de lixo, antes eram 373 kg anualmente por indivíduo e atualmente o índice

subiu para 380 kg, um dado alarmante levando em consideração que a postura dos cidadãos brasileiros tem sido proporcionalmente inversa as descobertas científicas em relação ao grave problema que é o lixo na sociedade. Quanto mais as pesquisas mostram o mal que o lixo faz e que o planeta não suporta mais tamanha degradação e quanto mais alternativas de reciclagem tem surgido, mais os brasileiros geram lixo e prejudicam o meio ambiente ao seu entorno (ABRELPE, 2021).

Ainda de acordo com ABRELPE (2022), apesar de ter acontecido uma redução na destinação inadequada de resíduos, vários lixões e aterros continuam em atividade no país afetando não só a saúde da população como também implicando diretamente em impactos ambientais, a exemplo de sua contribuição para a emissão de gases, além da contaminação do solo e das águas subterrâneas devido à presença de diversas substâncias nocivas no lixo urbano. Concebe-se que este é um problema que tende a crescer e enquadra-se como um severo problema ambiental da atualidade.

Essa problemática tem ligação direta com a sensibilização ambiental e nesse quesito uma Gestão Ambiental torna-se indispensável na formação da consciência cidadã crítica a respeito das questões ambientais colaborando para o bem-estar social, o compromisso com a vida e “[...] suprir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as próprias necessidades” (CMMAD, 1988).

A legislação ambiental brasileira, notavelmente a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), fornece um arcabouço legal para a gestão adequada dos resíduos. Novaes e Campos (2014), discutem a importância da implementação efetiva dessas leis para garantir uma gestão ambiental eficiente essencial para enfrentar esse cenário desafiador. Políticas ambientais integradas em práticas empresariais aliadas a políticas públicas são fatores fundamentais na promoção da redução, reutilização e reciclagem de resíduos sólidos.

### **3 Caminhos metodológicos**

Este artigo foi construído a partir de uma abordagem qualitativa, com foco em estudos bibliográficos e análise de casos de sucesso em práticas de compostagem e gestão ambiental. Esse método permitiu um aprofundamento nas práticas de compostagem e nas políticas de resíduos sólidos, relacionando-as ao contexto socioambiental brasileiro. O estudo também abrange o impacto das disciplinas educacionais em comunidades específicas.

A coleta de dados foi realizada através da análise documental de leis e relatórios nacionais sobre resíduos sólidos, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei

12.305/2010), e de estudos de casos práticos como o projeto “Revolução dos Baldinhos” e intervenções locais na cidade de Aracaju/SE. Foram utilizados também dados fornecidos por órgãos como a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE), relatórios do Ministério do Meio Ambiente e publicações acadêmicas.

Inicialmente, os documentos e casos selecionados foram lidos e categorizados em temas principais: sustentabilidade, compostagem, educação ambiental, gestão e legislação ambiental.

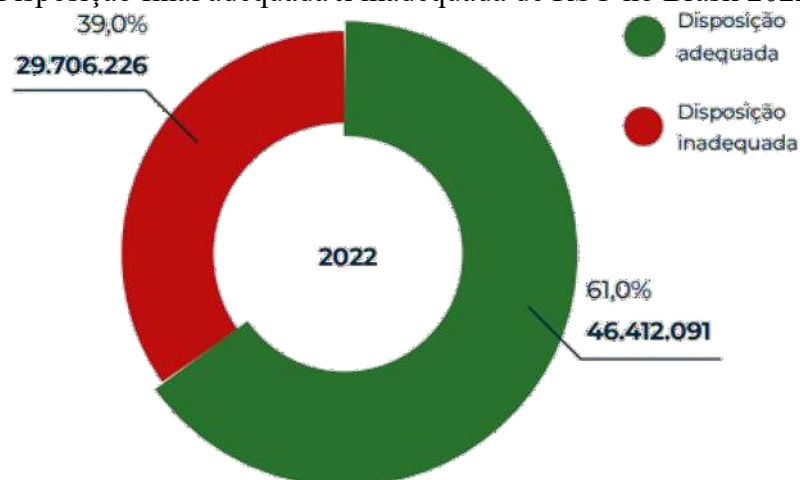
Em seguida, foi realizada uma análise interpretativa, que buscou identificar como a compostagem contribui para a gestão de resíduos e os benefícios sociais e ambientais advindos dessa prática. A comparação entre os casos estudados identificou os principais impactos positivos da compostagem, assim como os desafios para sua implementação ampla e eficaz.

#### **4 Resultados e discussão**

A ABRELPE (2021) revela que os dados apurados mostram que a geração de resíduos sólidos urbanos no país sofreu influência direta da pandemia da Covid-19 durante o ano de 2021, tendo alcançado um total de aproximadamente 82,5 milhões de toneladas geradas, ou 225.965 toneladas diárias. Com isso, cada brasileiro gerou, em média, 1,07 kg de resíduo por dia, o que se deve as novas dinâmicas sociais aderidas por conta do isolamento social, como a troca do consumo em restaurantes pelo delivery, bem como o maior tempo que as pessoas passaram em casa gerando assim uma maior quantidade de lixo doméstico.

Apesar de no ano de 2022 o país apresentar uma “curva regressiva” os números contidos no Panorama ainda são preocupantes, pois essa regressão não foi provocada por medidas de sensibilização ambiental e estratégias de gestão dos resíduos, mas, está relacionada com a retomada das atividades pós- pandemia e ao panorama socioeconômico da população (ABRELPE, 2022).

Ainda segundo ABRELPE (2022), no último ano, foram gerados mais de 81 milhões de toneladas de lixo, deste total 61% do que é recolhido vai para a destinação adequada que são os aterros sanitários, locais preparados para que os resíduos não configurem nenhum risco de poluição, e que têm autorização de órgãos ambientais para funcionar. Por outro lado, 39% do total ainda é descartado em áreas inapropriadas, a céu aberto, como aterros controlados e lixões, que nem deveriam existir mais no país há quase dez anos, segundo determinação do governo. (Figura 4). Ao invés de gerar dinheiro e emprego esses resíduos acabam descartados no meio ambiente.

**Figura 4 - Disposição final adequada x inadequada de RSU no Brasil 2022 (t/ano e %)**

Fonte: Panorama ABRELPE (2022).

Diversos estudos de caso evidenciam a eficácia de práticas de gestão ambiental compartilhada com comunidades na mitigação de resíduos sólidos. A exemplo do projeto socioambiental Revolução dos Baldinhos que assiste áreas periféricas na cidade de Florianópolis/SC. Após uma infestação de ratos na comunidade Chico Mendes, os moradores perceberam que estes eram atraídos para se alimentar com os restos de comida descartados, daí veio a compreensão de separar o lixo orgânico dos demais.

Os jovens da comunidade que estão à frente do projeto, conhecidos como agentes comunitários, são responsáveis por gerenciar o processo que vai desde a coleta à transformação dos resíduos em composto orgânico através da compostagem (Figura 5). Além de oferecer palestras para divulgar o trabalho. O adubo resultante dos resíduos orgânicos das casas, escolas e creches é entregue aos moradores e utilizado na manutenção de pequenas hortas e plantações.

Através da implementação dessa tecnologia social credenciada pela Fundação Banco do Brasil, junto a projetos de extensão aplicando metodologias indicadas por Paulo Freire, como o empoderamento social e autonomia da comunidade, foi solucionado o problema da infestação dos ratos e conseqüentemente foram reduzidos o número de doenças. As ruas seguem higienizadas e a comunidade produz alimentos saudáveis por meio da agricultura urbana. O sucesso do projeto Revolução dos Baldinhos rendeu um prêmio pela organização *World Future Council* (WFC) na Alemanha como prática agroecológica de excelência, reconhecida pela Organização das Nações Unidas por atender seus critérios de sustentabilidade para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

**Figura 5** - Revolução dos Baldinhos: agentes comunitários em ação

Fonte: Vivacqua (2012).

No estado de Sergipe, o vereador eleito na cidade Aracaju pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Camilo Daniel, protocolou no ano de 2019 na Câmara Municipal um projeto de lei que obriga estabelecimentos a fazer a separação dos resíduos orgânicos para compostagem e reciclagem. Na ocasião Camilo defendia a conservação do meio ambiente como um direito de todas as cidadãs e dos cidadãos: “Esta propositura visa fortalecer, no âmbito municipal, os direitos e garantias assegurados ao meio ambiente e à toda a sociedade, levando em consideração que o meio ambiente saudável e equilibrado é direito de todos” (Câmara Municipal de Aracaju, 2019).

O projeto de lei foi arquivado, contudo, o vereador pretende reapresentá-lo. Com o fim do prazo já prorrogado para o fim dos lixões a céu aberto em todo Brasil até 2024 os planos de resíduos elaborados pelos municípios estão mesmo que lentamente sendo colocados em prática. Trazendo para a localidade, o governo do estado de Sergipe através da Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA), em parceria com o Ministério Público de Sergipe (MPSE), tem reunido os Consórcios Públicos em Resíduos Sólidos do Estado de Sergipe para orientar e dialogar sobre a elaboração dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs) para encerramento dos lixões no estado.

Numa das reuniões no último novembro de 2023 a ADEMA apresentou minutas de dois Termos de Referência, nos quais os municípios poderão se espelhar para licenciar os PRADs e os Pátios de Compostagem, que deverão ser implantados como importantes unidades

estratégicas para diminuir a quantidade de resíduos sólidos produzidos pelos municípios e baratear os custos de transporte e destinação final dos resíduos sólidos urbanos.

Tendo em vista que hoje, cerca de 55% do lixo produzido no país é composto por resíduos orgânicos, que sofrem o soterramento nos aterros e lixões, impossibilitando sua biodegradação, a compostagem é a chave para reduzir a quantidade de lixo enviado para os lixões e aterros sanitários (Brasil, Lei Federal nº 12.305, de 2 de agosto de 2010). Pelo fato da degradação dos resíduos se tratar de um processo natural, pode ser realizada em várias escalas, da doméstica a industrial e das formas mais baratas e simples até as mais complexas (Brasil, 2010).

A compostagem é um processo biológico natural no qual materiais orgânicos são decompostos por micro-organismos, resultando em um composto rico em nutrientes chamado húmus. Este húmus pode ser utilizado como um fertilizante orgânico, fechando o ciclo de nutrientes e reduzindo a dependência de fertilizantes químicos prejudiciais ao meio ambiente. O impacto positivo da compostagem vai além da simples eliminação de resíduos, influenciando positivamente a qualidade do solo e, conseqüentemente, a produção de alimentos.

Como benefícios ambientais do processo pode-se elencar:

- **Redução de Resíduos:** A compostagem diminui a quantidade de resíduos orgânicos que vão para aterros sanitários, reduzindo assim a produção de gases de efeito estufa decorrentes da decomposição anaeróbica desses resíduos.
- **Enriquecimento do Solo:** O composto resultante da compostagem melhora a estrutura do solo, aumenta sua capacidade de retenção de água e fornece nutrientes essenciais para o crescimento das plantas.
- **Conservação da Biodiversidade:** Ao reduzir a necessidade de fertilizantes químicos, a compostagem contribui para a preservação da biodiversidade do solo, promovendo um ambiente propício para a proliferação de organismos benéficos.

Ainda nesse contexto fica evidente que a compostagem desempenha um papel determinante não apenas para uma gestão ambiental competente, mas também na promoção da educação ambiental. Nesse sentido pode-se apresentar os resultados de uma intervenção pedagógica realizada pelas autoras deste artigo no contexto de uma das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB).

Pensando numa forma de trabalhar a educação ambiental em espaços não formais a intervenção foi aplicada com o público infantil na Associação dos Moradores da Comunidade Loteamento Senhor do Bonfim, ou Barrosinho, localizada na parte sudeste do Bairro

Farolândia, zona sul da cidade de Aracaju/SE. Nessa ocasião as crianças aprenderam a fazer composteiras domésticas utilizando garrafas pet (Figura 6). Após apresentado o processo de compostagem orgânica, as crianças utilizaram os resíduos orgânicos provenientes do lanche intercalados com matéria seca para alimentar as composteiras. Ao final da ação as crianças levaram suas minis composteiras para casa ansiosas por ver o resultado da decomposição e compartilhar do aprendizado com seus responsáveis, certas de que poderiam agora dar um destino correto para os resíduos de suas residências bem como evitar o desperdício.

**Figura 6** - Intervenção pedagógica realizada com as crianças da Comunidade Loteamento Senhor do Bonfim



Fonte: Vieira e Batista (2023).

Conclui-se que enquanto ferramenta educativa, a compostagem oferece uma oportunidade valiosa para sensibilizar as pessoas sobre a importância da sustentabilidade e a interconexão entre os seres humanos e o meio ambiente, proporcionando uma compreensão tangível do ciclo de vida dos resíduos. Essa conexão direta com o processo de decomposição estimula uma mudança de mentalidade em relação ao desperdício, percebendo que o que muitas vezes é considerado lixo pode ser reutilizado de maneira benéfica para o solo e as plantas.

## 5 Encaminhamentos finais

O processo de compostagem é ecologicamente sustentável e econômico, favorece a diminuição da quantidade de resíduos coletados, evitando o descarte incorreto que incidindo

em problemas com emissões gasosas, chorume e saturação de aterros, estendendo sua vida útil. Contribui simultaneamente com a redução instantânea da proliferação de vetores de doenças.

O húmus resultante do processo, favorece o enriquecimento e estruturação do solo, elevação de nutrientes para as plantas, redução da erosão, melhoramento da drenagem da água em solos argilosos e sua retenção em solos arenosos, diminuição do uso de herbicidas e pesticidas e de queimadas. Elimina ainda a germinação de sementes de ervas daninhas e organismos patógenos, estabilizando a temperatura e os níveis de acidez do solo mantendo a saúde e resistência das plantas.

A existência de um vasto acervo bibliográfico corrobora os benefícios econômicos da adoção de composteiras em ambientes formais como os escolares e nos informais como residências e comunidades. As escolas que adotaram a prática não precisaram mais gastar com empresas terceirizadas para o descarte do material orgânico, e se beneficiam do adubo produzido na manutenção de hortas para consumo próprio.

As gestões municipais podem beneficiar-se igualmente no sentido de economizar com o reaproveitamento do material orgânico evitando gastos com tratamentos e saturação de aterros sanitários. Sua implementação é totalmente viável, pois não exige disponibilidade de grandes espaços, além de ser de baixo custo.

A compostagem emerge como uma peça fundamental no quebra-cabeça da sustentabilidade ambiental. Seu papel na gestão de resíduos orgânicos não apenas reduz a pressão sobre aterros sanitários, mas também fornece uma fonte de nutrientes para o solo, promovendo práticas agrícolas mais sustentáveis. Além dos impactos ambientais positivos, essa técnica pode gerar benefícios econômicos significativos. A criação de empregos na gestão de resíduos, a produção de adubos orgânicos de alta qualidade e a redução de custos associados à eliminação de resíduos são apenas alguns exemplos tangíveis de como a compostagem pode contribuir para as economias locais.

Reconhecer os desafios existentes na implementação do processo é fundamental para desenvolver estratégias resolutivas. Questões como a falta de infraestrutura adequada, resistência cultural e desafios logísticos devem ser abordadas com soluções inovadoras e colaborativas. Abordar esses desafios requer a integração entre governos, comunidades locais e setor privado.

Campanhas educacionais são essenciais para sensibilizar a população sobre os benefícios dessa prática. A compreensão da importância da separação de resíduos orgânicos é fundamental para o sucesso desse processo. Investimentos em infraestrutura são necessários

para a coleta seletiva e o tratamento adequado dos resíduos orgânicos. Composteiras comunitárias, instalações de compostagem em larga escala e políticas de gestão de resíduos são aspectos-chave.

E não menos importante, é imprescindível investir em políticas públicas de incentivo, como subsídios para composteiras domésticas, isenções fiscais para empresas que adotam práticas sustentáveis e regulamentações sobre gestão de resíduos, são cruciais. A compostagem não é apenas uma solução para o presente, mas uma peça-chave na construção de uma sociedade mais resiliente e adaptável às mudanças ambientais. Ao integrá-la em nossas práticas diárias, contribuimos para a construção de um futuro mais sustentável e harmonioso com a natureza.

### **Agradecimentos**

Agradecemos à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) pelo apoio financeiro e incentivo ao desenvolvimento da pesquisa de mestrado na Universidade Federal de Sergipe e ao Grupo de Pesquisa e Ensino em Ciências Ambientais (GPECIAMB) pelas discussões construtivas e enriquecedoras tornando o caminho da pesquisa leve e agradável.

### **Referências**

AGRICULTURA URBANA E A REVOLUÇÃO DOS BALDINHOS. Fundação Banco do Brasil – Transforma! Rede de Tecnologias Sociais. Certificada 2011. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/agricultura-urbana-e-a-revolucao-dos-baldinhos>. Acesso em: 18 jun. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, 2021*. São Paulo: ABRELPE, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, 2022*. São Paulo: ABRELPE, 2023.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 ago. 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 fev. 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2010.

BECK, U. *La sociedad del riesgo mundial*. Barcelona: Paidós, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Compostagem doméstica, comunitária e institucional de resíduos orgânicos: manual de orientação*. Brasília, DF: MMA, 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU. *Camilo propõe Projeto de Lei sobre a separação e reciclagem de resíduos sólidos*. Aracaju, 2019. Disponível em: <https://www.aracaju.se.leg.br/institucional/noticias/camilo-propoe-projeto-de-lei-sobre-a-separacao-e-reciclagem-de-residuos-solidos>. Acesso em: 5 dez. 2023.

CASTRO, M. S. S. A.; SOUSA, E. C. Em busca de um futuro sustentável. In: FEIJÓ, F. M. C.; MORAIS, L. A. de. *Educação, Gestão e Sustentabilidade: Série Ambiente, Tecnologia e Sociedade: Diálogos Interdisciplinares*. Mossoró: Edufersa, 2016. v. 2, cap. 20, p. 216-227.

CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CRUZ, R. R. et al. Movimento ambientalista e desenvolvimento sustentável: origens, perspectivas e influências. In: SANTOS, A. H. V. dos et al. *Saberes Ambientais: Reflexões sobre a Relação Sociedade-Natureza*. Ananindeua/PA: Itacaiúnas, 2020. cap. 4, p. 48-67.

DREW, D. *Processos interativos homem-meio ambiente*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 72. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. 143 p. ISBN 978-85-7753-409-8.

GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. *Ciência Saúde Coletiva*, v. 17, n. 6, p. 1503-1510, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600014>. Acesso em: 18 jun. 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Pessoa Jurídica. *Adema e MPSE orientam Consórcios de Resíduos Sólidos sobre os Planos de Recuperação de Áreas Degradadas para encerramento dos lixões em Sergipe*. Aracaju/SE, 13 nov. 2023. Disponível em: [https://www.se.gov.br/noticias/meio-ambiente/adema\\_e\\_mpse\\_orientam\\_consortorios\\_de\\_residuos\\_solidos\\_sobre\\_os\\_planos\\_de\\_recuperacao\\_de\\_areas\\_degradadas\\_para\\_encerramento\\_dos\\_lixoes\\_em\\_sergipe](https://www.se.gov.br/noticias/meio-ambiente/adema_e_mpse_orientam_consortorios_de_residuos_solidos_sobre_os_planos_de_recuperacao_de_areas_degradadas_para_encerramento_dos_lixoes_em_sergipe). Acesso em: 14 nov. 2023.

JAMIESON, D. *Ética e ambiente*. São Paulo: SENAC, 2010.

LEFF, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MOTA, S. *Introdução à Engenharia Ambiental*. 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2002.

MOTHÉ, G. P. B. et al. Compostagem e educação ambiental: uma ferramenta importante no tratamento de resíduos sólidos. *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, v. 6, n. 7, p. 49520-49532, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-557>. Acesso em: 5 out. 2023.

NOVAES, M. V. P.; CAMPOS, T. M. de. *Logística reversa na Política Nacional de Resíduos Sólidos: a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto*. São Paulo: Atlas, 2014.

EIXO 02: COMUNIDADES URBANAS E RESISTÊNCIA



## ARTIGO 4 - MULHERES, SABERES E RESISTÊNCIA NO CULTIVO URBANO DE ERVAS MEDICINAIS

### ARTICLE 4 - WOMEN, KNOWLEDGE, AND RESISTANCE IN THE URBAN CULTIVATION OF MEDICINAL HERBS

Mônica dos Anjos Menezes Vieira<sup>23</sup>

<https://orcid.org/0009-0002-4728-4867>

<http://lattes.cnpq.br/3958854788407884>

Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil

E-mail: [monicaanjoss@gmail.com](mailto:monicaanjoss@gmail.com)

Rosana de Oliveira Santos Batista<sup>24</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-4669-2837>

<http://lattes.cnpq.br/1059691272448145>

Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil

E-mail: [rostosgeo@academico.ufs.br](mailto:rostosgeo@academico.ufs.br)

**Resumo:** Este artigo decorre de uma investigação que busca compreender como o cultivo urbano de ervas medicinais, realizado por mulheres em contextos de vulnerabilidade social, constitui uma prática de resistência diante das desigualdades estruturais presentes nas cidades contemporâneas. O problema que motivou o estudo reside no apagamento dos saberes tradicionais e na exclusão das práticas de cuidado não hegemônicas nos espaços urbanos, especialmente nas ocupações periféricas. O objetivo central foi analisar como o cultivo de ervas medicinais fortalece a autonomia feminina, preserva saberes ancestrais e fomenta redes de apoio comunitário. A pesquisa, de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, foi realizada na Ocupação Beatriz Nascimento, em Aracaju/SE, e utilizou entrevistas semiestruturadas e observação participante como principais técnicas de coleta de dados. Foram entrevistadas nove mulheres, cujos relatos evidenciam que o cultivo é impulsionado por motivações relacionadas à saúde, identidade cultural e organização coletiva. Os resultados revelam que a prática está profundamente entrelaçada à transmissão intergeracional de saberes, ao fortalecimento de laços comunitários e à construção de alternativas à lógica urbana excludente. As participantes atribuem ao cultivo um valor simbólico e político, reconhecendo-o como estratégia de autocuidado, resistência e pertencimento. A análise se apoia em referenciais do ecofeminismo e da justiça ambiental, permitindo concluir que o cultivo de ervas medicinais ultrapassa o caráter utilitário e se configura como práxis emancipadora, contribuindo para cidades mais justas, saudáveis e sustentáveis. O estudo dialoga com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 e 11, reafirmando a centralidade das mulheres na transformação dos territórios urbanos.

**Palavras-chave:** Ervas medicinais; Resistência feminina; Saberes tradicionais; Agricultura urbana; Sustentabilidade.

**Abstract:** This article presents partial results from the dissertation entitled “*Cultivating Roots: Female Knowledge, Resistance, and Sustainability in the Urban Cultivation of Medicinal Herbs*”, which aims to identify the social, cultural, and subjective factors shaping the urban

<sup>23</sup> Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestranda em Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFS). Bolsista da Fundação de Apoio em Pesquisa e Inovação (FAPITEC/SE).

<sup>24</sup> Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestre em Desenvolvimento em Meio Ambiente (PRODEMA/UFS), Doutora em Geografia (PPGEO/UFS).

cultivation of medicinal herbs by women, understanding how this practice articulates as a form of resistance to social and environmental inequalities in cities. This qualitative and descriptive research was conducted with women living in an urban occupation in Aracaju, Sergipe, Brazil, using semi-structured interviews and participant observation as methodological tools. The results show that the cultivation of medicinal herbs is permeated by practices of cultural resistance, intergenerational transmission of ancestral knowledge, and the construction of community support networks, strengthening the sense of belonging and female autonomy. Agricultural practices, beyond rescuing ancestral knowledge, emerge as a strategy of everyday resistance against the dynamics of social and environmental exclusion characteristic of contemporary urban spaces. This study aligns with the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs) 3 and 11, linking urban agricultural practices to the promotion of health, well-being, and the construction of more inclusive and sustainable cities.

**Keywords:** Medicinal herbs; Female resistance; Traditional knowledge; Urban agriculture; Sustainability.

## **1 Introdução**

O cultivo de ervas medicinais em espaços urbanos é uma prática relevante não apenas do ponto de vista ambiental, mas também sociopolítico. Em um contexto no qual o processo de urbanização segue em expansão, muitas vezes, as custas do apagamento de saberes tradicionais, as mulheres mantêm o protagonismo na resistência cultural e promoção da sustentabilidade urbana (Damasceno; Vasconcelos; Viveiros, 2022).

O conhecimento sobre ervas medicinais, historicamente associado a práticas de cuidado e cura comunitária, adquire um caráter insurgente ao se manifestar dentro das ocupações urbanas, onde as desigualdades de gênero, raça e classe são acentuadas (Santos, L., 2024). Esse fenômeno demonstra que a agricultura urbana, além de garantir segurança alimentar e promover o bem-estar, também fortalece redes de solidariedade e pertencimento (Freitas et al., 2023).

O estudo sobre o papel das mulheres no cultivo de ervas medicinais legitima-se dentro do contexto das ocupações urbanas, onde a luta pelo direito à terra e à cidade se cruza com a resistência cotidiana de populações vulnerabilizadas. Como apontam Watanabe, Oliveira, Souza e Almeida (2015), a agricultura urbana, ao ser apropriada por coletivos femininos, transforma-se em uma ferramenta de emancipação e ressignificação dos espaços. Martins, Silva e Oliveira (2022) reconhecem que a prática agrícola conduzida por mulheres desafia o modelo de desenvolvimento urbano excludente, que frequentemente desconsidera práticas sustentáveis e conhecimentos tradicionais como parte legítima da construção das cidades.

O objetivo deste artigo é analisar<sup>25</sup> como o cultivo de ervas medicinais em áreas urbanas se insere como prática de resistência feminina e ambiental. Para isso, utiliza um referencial teórico fundamentado no ecofeminismo, na sustentabilidade urbana buscando compreender a relação entre o cultivo, a transmissão de saberes e a criação de redes de apoio. A pesquisa dialoga diretamente com estudos anteriores que abordam a relação entre mulheres e agricultura urbana (Carvalho, 2022; Chaves, 2022; Araujo, 2023; Ott, 2023), e contribui para a ampliação do debate sobre práticas sustentáveis e inclusivas nas cidades.

Ao enriquecer a discussão sobre como essas práticas contribuem para o senso de comunidade, a rede de apoio social e o bem-estar emocional das participantes, o estudo conversa diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, mais especificamente os ODS 03 e 11 (Saúde e Bem-Estar e Cidades e Comunidades Sustentáveis) respectivamente. Logo, tem o potencial de inspirar iniciativas similares em diferentes contextos urbanos, promovendo uma sociedade mais inclusiva, saudável e sustentável.

O referencial teórico explora as principais abordagens que sustentam a análise. Em seguida está descrita a metodologia utilizada, com o detalhamento das fontes e estratégias de pesquisa. A seção de resultados e discussão expõe as principais descobertas do estudo, relacionando-as às dinâmicas de resistência feminina e sustentabilidade. Por fim, as considerações finais refletem sobre a importância da agricultura urbana na promoção da autonomia feminina.

## **2 Ecofeminismo e sustentabilidade urbana**

O ecofeminismo propõe uma abordagem crítica sobre a relação entre opressão de gênero e exploração ambiental, apontando que ambas são provenientes de um sistema patriarcal e capitalista que desvaloriza tanto a natureza quanto o trabalho feminino. Segundo Mies (2022), a dominação da natureza e das mulheres são processos interligados, uma vez que a lógica do capital se sustenta na exploração desenfreada dos recursos naturais e na marginalização de saberes tradicionalmente femininos.

[a] produção geral da vida, ou produção de subsistência – realizada principalmente por meio do trabalho não assalariado de mulheres e de outros trabalhadores não assalariados, como escravizados, trabalhadores temporários e camponeses nas colônias, constitui a base permanente sobre a qual o “trabalho produtivo capitalista”

---

<sup>25</sup> Este artigo integra os resultados de uma pesquisa de mestrado em andamento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFS) e tem como propósito responder a um de seus objetivos específicos.

pode ser construído e explorado. Sem a produção de subsistência contínua de trabalhadores não assalariados (principalmente mulheres), o trabalho assalariado não seria “produtivo” (Mies, 2022, p. 115).

No contexto da agricultura urbana, essa relação se manifesta na invisibilização das mulheres enquanto agentes fundamentais na produção sustentável e na preservação da biodiversidade. O conceito de ecofeminismo dialoga diretamente com a perspectiva da justiça ambiental, uma vez que a luta pelo acesso à terra e pela preservação dos recursos naturais, andam lado a lado com a luta pelos direitos das mulheres. Destarte,

[...] as mulheres foram criando espaços de organização e resistência. Existe uma relação indissociável entre essas mulheres e a terra, a sua ancestralidade, os saberes, e, nesse sentido, sempre se mostraram mais comprometidas com o cuidado desses bens ‘comuns’ e a sua defesa. As mulheres no mundo estão na linha de frente da luta e mostrando formas de produção, consumo e organização social com bases colaborativas e comunitárias, em contraposição às relações tradicionais individualistas e concorrenciais, como destacam o feminismo comunitário e o ecofeminismo (Olivera et al., 2021, p. 8-9).

A perspectiva ecofeminista amplia a noção de justiça ambiental ao demonstrar que a destruição dos ecossistemas está diretamente conectada às desigualdades de gênero e classe. Como apontam Santos, C et al. (2024), as mulheres, especialmente aquelas em contextos periféricos, “atuam como guardiãs da cultura e da biodiversidade, transmitindo conhecimentos ancestrais sobre o uso sustentável da terra às gerações futuras”.

Esses conhecimentos são frequentemente marginalizados dentro do modelo de desenvolvimento urbano capitalista, que prioriza a privatização dos recursos naturais e “desenvolvimentos tecnológicos causadores de diversos impactos visíveis e invisíveis, principalmente, na vida das mulheres” (Santos; Venâncio Junior; Benini, 2020, p. 15). No contexto das ocupações urbanas, a resistência ecofeminista se materializa na recuperação de terrenos degradados para a produção de alimentos e ervas medicinais, reafirmando a conexão entre território, ancestralidade e práticas sustentáveis.

O ecofeminismo como práxis associado ao direito à cidade fornece elementos não somente na análise das condições presentes, mas também na construção de alternativas de resistência aos processos de exploração que ocorrem nos territórios (Chaves, 2022 p. 130). O cultivo de ervas medicinais em ocupações urbanas insere-se nessa disputa ao ressignificar o território como um espaço de resistência e cuidado comunitário. Em vez de serem tratadas como populações passivas, as mulheres dessas comunidades demonstram protagonismo ao

transformar áreas improdutivas em espaços de vida, enfrentando o modelo urbano excludente que historicamente nega seu direito à terra (Amorim; Borsatto; Milano, 2023).

Sob essa ótica, a sustentabilidade urbana não pode ser reduzida apenas a projetos de infraestrutura verde ou iniciativas estatais pontuais. O direito à cidade não deve ser entendido apenas como acesso ao espaço urbano, mas como a possibilidade de participação ativa na sua produção (Carlos, 2007). É necessário reconhecer as práticas sustentáveis que já acontecem de forma autônoma e coletiva nas comunidades, especialmente as periféricas e coordenadas em sua maioria por mulheres. A exemplo dos programas de Cozinhas Solidárias<sup>26</sup> e Hortas Coletivas inaugurados pelo MTST em 2021 (Amorim; Borsatto; Milano, 2023).

Como argumentam Campos (2021) e Pilla, Ribeiro e Camargo (2023), a agricultura urbana liderada por mulheres não se trata apenas de satisfazer as necessidades alimentares, mas envolve a ressignificação dos espaços urbanos, tornando-os mais verdes, acessíveis e coletivos. Ao cultivarem ervas medicinais, as mulheres não apenas garantem autonomia sobre sua saúde e bem-estar, mas também promovem uma reconexão com a terra, desafiando a hegemonia da urbanização excludente que limita sua atuação nesses espaços.

No contexto da Ocupação Beatriz Nascimento, as práticas de cultivo urbano de ervas medicinais pelas mulheres representam a materialização concreta dos princípios ecofeministas. Ao ocupar espaços urbanos marginalizados e destiná-los à produção de ervas medicinais, essas mulheres desafiam a lógica excludente da urbanização contemporânea e revalorizam práticas sustentáveis fundamentadas em saberes ancestrais. O cultivo, assim, configura-se não apenas como uma ação de cuidado ambiental, mas como um ato político de resistência frente às desigualdades sociais e ambientais que marcam a configuração das cidades. Dessa forma, o ecofeminismo emerge não apenas como uma categoria analítica, mas como uma prática cotidiana que articula a defesa da vida, da natureza e dos direitos sociais nos territórios urbanos periféricos.

## **2.1 Saberes tradicionais e cuidado comunitário**

O conhecimento sobre ervas medicinais é um patrimônio cultural transmitido por gerações, basilar das práticas de cuidado comunitário. Esse saber, guardado pelas mulheres, tem suas raízes nas tradições ancestrais, em sua maioria advinda das culturas indígenas e

---

<sup>26</sup> Localizadas em centros urbanos, periferias e hiperperiferias de diversas cidades brasileiras, as Cozinhas Solidárias do MTST contabilizavam, em junho de 2023, 45 unidades em 14 estados. Sua função é oferecer diária e gratuitamente almoços para famílias de baixa renda e pessoas em situação de rua, sustentadas por doação de alimentos e campanha online para arrecadação de recursos (Cozinha Solidária, 2022).

africanas, que resistiram ao longo do tempo, mesmo diante da marginalização promovida pelo modelo hegemônico de ciência e medicina (Gonzalez, 2020). A autora atribui a preservação dessa ancestralidade em especial às mulheres negras quando afirma: “[...] graças a ela os valores que apontam para a nossa ancestralidade e a nossa identidade foram mantidos” (Gonzalez, 2020, p. 178).

Contudo, esse saber sobre ervas medicinais em sua essência feminino, foi historicamente marginalizado em função de estruturas patriarcais e coloniais. Federici (2017) reflete acerca da intolerância aos saberes tradicionais que as mulheres consideradas bruxas e parteiras exerciam, a autora explica que houve uma perseguição histórica às mulheres curandeiras e parteiras no intuito de deslegitimar seus saberes e reforçar o controle patriarcal sobre seus corpos e práticas. Dessa forma, “[...] com a perseguição à curandeira popular as mulheres foram expropriadas de um patrimônio de saber empírico, relativo a ervas e remédios curativos, que haviam acumulado e transmitido de geração a geração” (Federici, 2017, p. 364).

O apagamento dos saberes tradicionais, faz parte de uma lógica colonial que privilegia o saber eurocêntrico em detrimento das práticas ancestrais. Analisando o nascimento da medicina, Foucault (1979) argumenta que a medicina social não surgiu de uma transição simples entre uma medicina tradicional para uma coletiva, mas, como uma adaptação complexa às necessidades e influências da sociedade capitalista em desenvolvimento, especialmente nos séculos XVIII e XIX. Assim, enquanto a medicina científica ocidental se consolidou como principal referência no cuidado da saúde, os saberes ancestrais sobre práticas de cura seguiram tratados como crenças populares sem base científica (Foucault, 1979, p. 85).

A desvalorização desses saberes também pode ser compreendida a partir do conceito de campo social de Bourdieu (1989), esse conceito demonstra como as relações de poder estruturam o reconhecimento e a legitimidade dos diferentes tipos de conhecimento. Para o sociólogo francês, o campo cultural é um espaço de disputa em que diferentes agentes lutam pela imposição de valores e pela legitimação dos capitais – sejam eles culturais, sociais ou simbólicos. Nesse sentido, os saberes tradicionais, historicamente associados às práticas femininas de cuidado e ao cultivo de ervas medicinais, tendem a ser desvalorizados quando confrontados com a hegemonia de um capital cultural eurocêntrico, que privilegia formas de conhecimento institucionalizado.

Associado a esse processo de exclusão, é relevante considerar a lógica da indústria cultural, estruturada por Adorno e Horkheimer (1985). De acordo com os autores, o mercado impõe uma forma de padronização que transforma produtos culturais em mercadorias. Essa

dinâmica resulta na marginalização dos saberes tradicionais, uma vez que a lógica do mercado favorece a reprodução de conteúdos que se adequem aos padrões de consumo, em detrimento da diversidade e da riqueza dos conhecimentos populares.

A análise integrada dessas perspectivas, confirma que a marginalização dos saberes tradicionais relacionados ao cultivo de ervas medicinais em contextos urbanos não ocorre apenas na esfera agrária, mas se insere em uma estrutura de poder que atravessa os campos culturais e simbólicos da cidade. Assim, ao se dedicarem a essa prática agrícola, transmitem seus saberes de geração a geração e constroem redes de apoio comunitário, as mulheres se colocam numa posição de enfrentamento à lógica da indústria cultural, que deslegitima saberes que não se enquadram nos parâmetros do mercado dominante e reafirmam o valor de um saber historicamente invisibilizado.

O cultivo e utilização de ervas medicinais em ambientes urbanos, além de fortalecer o pertencimento comunitário, está diretamente ligada ao resgate da memória coletiva. Como apontam Carvalho e Lima (2020), mulheres mais velhas desempenham um papel central nesse processo, compartilhando seus conhecimentos sobre o uso das plantas medicinais para diferentes finalidades, como alívio de dores, tratamentos de enfermidades e fortalecimento do sistema imunológico. Essa transmissão intergeracional<sup>27</sup> é essencial para garantir a continuidade desses saberes, que muitas vezes são ignorados ou subjugados pelo sistema médico oficial, mas que permanecem vivos nas práticas cotidianas de cuidado e cura.

Como argumentam Silva e Alvarenga (2019), essas práticas possibilitam que mulheres periféricas e racializadas reafirmem sua conexão com a natureza e com seus ancestrais, resgatando um conhecimento que lhes foi historicamente negado. O acesso ao saber tradicional, portanto, não apenas contribui para a saúde comunitária, mas também é um instrumento de resistência contra a colonização do conhecimento, que desqualificou práticas indígenas e africanas em favor de um modelo biomédico euro centrado.

Outro aspecto fundamental da transmissão intergeracional do conhecimento sobre ervas medicinais é seu impacto na autonomia feminina. De acordo com Almeida e Martins (2021), quando as mulheres aprendem a identificar, cultivar e utilizar plantas medicinais, elas passam a depender menos de produtos farmacêuticos, muitas vezes inacessíveis ou caros. Essa autonomia se reflete não apenas na esfera individual, mas também na coletiva, pois fortalece

---

<sup>27</sup> O conceito de transmissão intergeracional compreende a travessia de uma geração à seguinte de legados, rituais e tradições, a qual pode ser consciente ou inconsciente (Lisboa; Féres-Carneiro; Jablonski, 2007, p. 52).

laços comunitários e promove a economia solidária, com a troca de mudas, receitas e experiências entre diferentes gerações de mulheres.

Por fim, a preservação desses saberes enfrenta desafios significativos, principalmente devido à urbanização acelerada e à falta de reconhecimento oficial dessas práticas. Como evidenciado por Campos (2021), a ausência de políticas públicas voltadas para a valorização do conhecimento tradicional coloca em risco a continuidade dessas práticas, tornando essencial a implementação de iniciativas que garantam espaços para o cultivo e o ensino sobre ervas medicinais. A resistência dessas mulheres, portanto, não se dá apenas no ato de plantar e utilizar as ervas, mas também na luta pela legitimação de seus conhecimentos como parte fundamental da cultura e da saúde coletiva.

## **2.2 Redes de apoio social e pertencimento**

A prática da agricultura urbana, especialmente quando liderada por mulheres, vai além da produção de alimentos e ervas medicinais. Ela se constitui como um espaço de construção de redes de apoio social, incluem interações com familiares, amigos, vizinhos e outros na comunidade fortalecendo os laços entre as participantes e criando um senso de pertencimento à comunidade (Garcia; Bógus; Coelho, 2024).

Além do apoio emocional, as redes formadas a partir de atividades de cultivo também possuem um papel econômico e político. Em algumas comunidades, “[...] os excedentes produzidos nas hortas são comercializados o que garante as mulheres um meio de ter uma emancipação financeira” (Pilla; Ribeiro; Camargo, 2023, p. 78). Esse processo de autogestão reflete um modelo alternativo de organização econômica, a economia solidária, baseada na colaboração e no compartilhamento, desafiando a lógica capitalista de mercado que frequentemente exclui as minorias, como mulheres negras e periféricas (Singer, 2002).

Outro fator importante das redes de apoio criadas nas hortas comunitárias é a possibilidade de reivindicação de direitos. Quando mulheres se organizam em coletivos, elas conseguem pressionar o poder público por políticas que garantam a permanência das hortas em espaços urbanos, evitando que sejam removidas por interesses imobiliários. A coletividade, portanto, não apenas fortalece laços interpessoais, mas também se torna uma ferramenta de mobilização social, garantindo que essas práticas sejam reconhecidas e protegidas pelo Estado (Damasceno; Vasconcelos; Viveiros, 2024).

A importância dessas redes vai além do espaço físico das hortas, estendendo-se para outros aspectos da vida comunitária. Muitas vezes, as relações estabelecidas nesses espaços

resultam em novas formas de organização social, como grupos de consumo consciente, bancos de sementes comunitários e projetos de educação ambiental. Dessa forma, o cultivo de ervas medicinais se insere em um contexto mais amplo de luta pelo direito à cidade, promovendo a sustentabilidade e a equidade social (Chierrito-Arruda et al., 2024).

### 3 Metodologia

O presente artigo é de natureza qualitativa, descritiva e exploratório, e foi desenvolvida em diferentes momentos, conforme fluxograma abaixo (Figura 7).

**Figura 7 -** Percurso metodológico para a construção do artigo



Elaboração: Vieira e Batista (2025).

Conforme fluxograma 1, a coleta de dados inicial consistiu na busca criteriosa em bases científicas como: SciELO, Google Acadêmico, Scopus e Web os Science, após a catalogação, foram feitas leituras e fichamentos de livros, teses, dissertações e artigos sobre a temática proposta, consolidado a fundamentação teórica. A aplicação da parte prática ocorreu com visita in lócus para realização das entrevistas semiestruturadas<sup>28</sup> com as mulheres residentes na Ocupação Beatriz Nascimento, cujo objetivo era compreender se o cultivo das ervas medicinais naquela ocupação tinha potencial significativo de contribuição para a autonomia daquelas mulheres, e para a preservação de saberes tradicionais e para construção de redes de apoio social.

Foram entrevistadas nove (9) mulheres, com idades variando entre 18 e 70 anos. As entrevistas ocorreram em um sábado, coincidentemente, dia em que as mulheres estavam envolvidas em um mutirão de limpeza na ocupação. Nos mutirões os ocupantes limpam o

<sup>28</sup> As pesquisadoras receberam a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer consubstanciado n° 7.447.372, para a aplicação das entrevistas.

terreno, retiram ervas daninhas, organizam os barracos, retiram entulhos, etc. Importante salientar que a maioria do público que participa dos mutirões é feminino, nesse dia especificamente, algumas mulheres que também praticam o cultivo medicinal não estiveram presentes por conta de compromissos pessoais, outras estavam viajando.<sup>29</sup>

A realização das entrevistas nesse dia específico permitiu capturar a dinâmica social e a interação entre as mulheres envolvidas no processo, bem como seu engajamento em atividades coletivas.

A técnica de entrevista semiestruturada utilizada, permite flexibilidade para ajustar as perguntas conforme as respostas das participantes, garantindo uma maior profundidade nas discussões (Manzini, 2004). As entrevistas foram conduzidas com um roteiro prévio de perguntas que se referem aos interesses centrais da pesquisa, incluindo temas como a autonomia feminina, cultivo e utilização de ervas medicinais, preservação de saberes tradicionais e redes de apoio.

Objetivando registrar com precisão as falas das participantes foram feitas gravações de áudio e vídeo como instrumentos de coleta de dados. Para Gil (2008, p. 119), “[...] a gravação eletrônica é o melhor modo de preservar o conteúdo da entrevista”. O uso adequado das gravações de áudio e vídeo consegue capturar aspectos que não poderiam ser captados de outras formas, tais como, “[...] expressões corporais, faciais e verbais utilizadas em situações cotidianas”. Outro benefício da gravação audiovisual possibilita que o pesquisador revise o campo quantas vezes precisar (Garcez; Duarte; Eisenberg, 2011, p. 253). Posteriormente as falas passaram por transcrição e análise, no intuito de identificar padrões de respostas que se relacionassem aos tópicos centrais da pesquisa já elencados anteriormente.

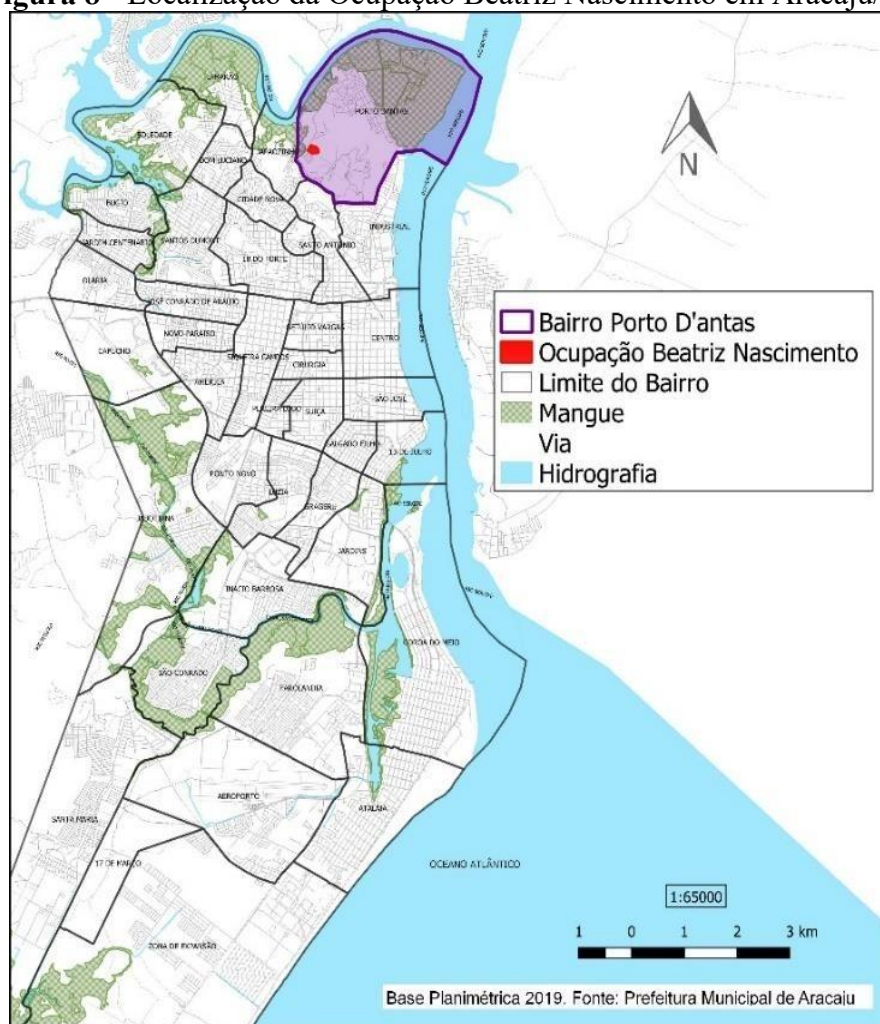
Durante a visita à Ocupação Beatriz Nascimento, foi realizada a observação participante artificial que, conforme Gil (2008, p. 103), “[...] acontece quando o observador se integra ao grupo com o objetivo de realizar uma investigação”. Essa técnica permitiu uma compreensão aprofundada do contexto social e das práticas culturais e coletivas das mulheres envolvidas com o cultivo de ervas medicinais. A observação colabora na contextualização das falas das entrevistadas, complementando as informações fornecidas e oferecendo uma visão ampla da interação social dentro da ocupação (Soares; Fonseca, 2019).

---

<sup>29</sup> Um fato a ser levado em consideração sobre a quantidade de mulheres participantes da entrevista, além das que moram na Ocupação e não estavam presentes no dia, é que já existe uma autorização para a construção do condomínio residencial Beatriz Nascimento, de forma que o terreno precisa estar livre pois, a obra pode ser iniciada a qualquer momento, então, boa parte das famílias já saíram da ocupação.

A Figura 8 apresenta a localização da Ocupação Beatriz Nascimento, situada no bairro Porto D'Antas, município de Aracaju, Sergipe. A delimitação do bairro e a indicação da área da ocupação estão evidenciadas, permitindo uma visualização espacial do território onde foi desenvolvida a pesquisa de campo.

**Figura 8 - Localização da Ocupação Beatriz Nascimento em Aracaju/SE**



Fonte: Prefeitura Municipal de Aracaju – SEPLOG (2019). Organização: Vieira e Batista (2025).

A imagem ilustra a inserção espacial da Ocupação Beatriz Nascimento, destacando sua proximidade com áreas de mangue e regiões hidrográficas, características geográficas que influenciam as práticas de cultivo e o cotidiano das moradoras. A localização periférica e a precariedade da ocupação reforçam os desafios enfrentados pelas mulheres no cultivo de ervas medicinais, ao mesmo tempo em que evidenciam a resiliência e a capacidade de ressignificação dos espaços urbanos excludentes. A visualização do território permite compreender a relação

entre o espaço físico e as práticas de resistência e cuidado desenvolvidas pelas participantes da pesquisa.

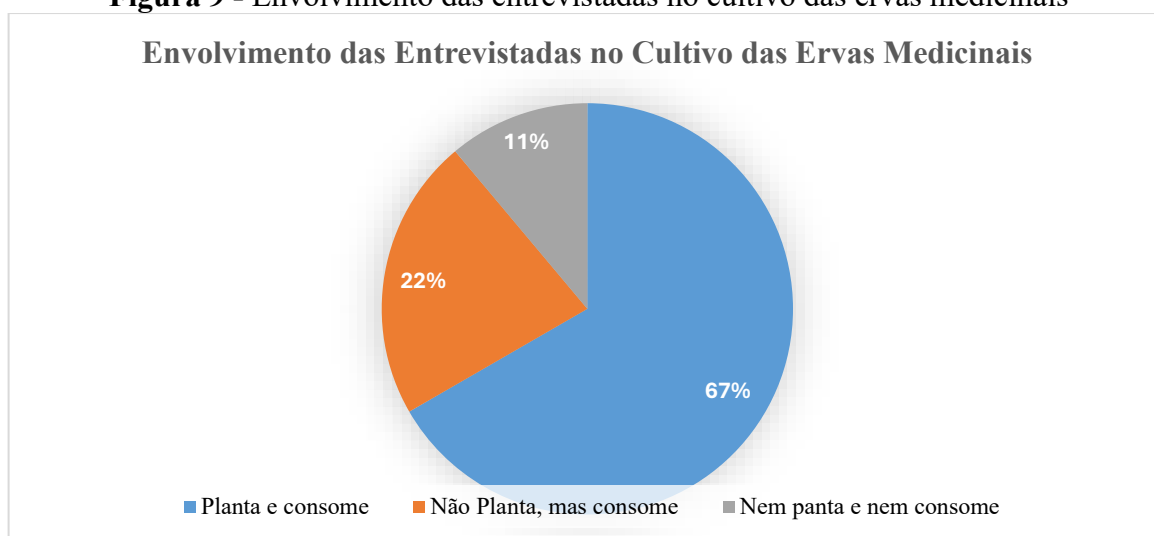
#### 4 Resultados e discussão

Os resultados serão apresentados e discutidos em quatro subtópicos principais: Autonomia Feminina e Práticas de Cuidado, que aborda como o cultivo de ervas medicinais fortalece o papel ativo das mulheres na comunidade e reafirma o protagonismo feminino na manutenção da saúde; Preservação de Saberes Tradicionais, que consiste na análise da transmissão intergeracional de saberes tradicionais pela qual as entrevistadas foram atravessadas e como este conhecimento é importante na construção de alternativas de saúde e no fortalecimento das identidades culturais das mulheres envolvidas. Finalizando com o tópico Redes de Apoio Social, que evidencia as conexões construídas pelas mulheres da ocupação e como estas garantem suporte emocional coletivo.

##### 4.1 Autonomia feminina e práticas de cuidado

Das nove mulheres que participaram da entrevista, 67% demonstraram um envolvimento significativo na prática do cultivo, não apenas como uma tarefa doméstica, mas também como uma forma de *autonomia* (Gráfico 1).

**Figura 9 - Envolvimento das entrevistadas no cultivo das ervas medicinais**



Fonte: Elaboração própria (2025).

O gráfico ilustra como as entrevistadas preservam de forma significativa os saberes tradicionais que receberam ao longo da vida, por intermédio do cultivo das ervas medicinais. De

acordo com os relatos, o cultivo de ervas como mastruz; capim-santo; boldo, cidreira; quebra-pedra, entre outras, é uma atividade que permite às mulheres o autocuidado, principalmente em relação a saúde física. Conforme destacado na fala da entrevistada 9:

*Olha gente, pelo tanto tomar a água do chá de quebra-pedra, o rasteiro, como eu sempre digo, semana trasada eu fui fazer um ultrassom urinária. E graças a Deus o meu rim não tinha mais pedra. (Entrevistada 9).*

O depoimento da entrevistada evidencia a utilização das ervas medicinais para o autocuidado aliado ao tratamento de problemas de saúde. A entrevistada 3 salienta em sua fala diversos momentos em que fez uso das ervas medicinais para combater dores de cabeça, dor nas costas, dores musculares e que sempre surtiu efeito.

Enquanto Argenta et al. (2011) afirma que consumir ervas in natura ou em forma de chá pode provocar problemas a saúde relacionados ao sistema cardiovascular entre outros. Slomp Junior e Sacramento (2012, p. 54) afirmam que o

[...] uso de fitoterápicos com finalidade profilática, paliativa e terapêutica já seria reconhecido oficialmente pela OMS desde a Alma-Ata, quando a organização multilateral recomenda pela primeira vez aos países membros que identificassem e valorizassem as práticas tradicionais em saúde em seus territórios.

É importante frisar, que a Organização Mundial de Saúde, apresenta uma valorização dos aspectos tradicionais do uso das ervas medicinais como medicamentos fitoterápicos na atenção primária da saúde. Neste contexto, as plantas formam

[...] um rico arsenal de produtos químicos, orgânicos e inorgânicos, com diferentes potenciais para exploração pelo homem. Muitas vezes são utilizadas como terapia complementar a tratamentos instituídos, por influência de práticas milenares ou por indicação de familiares/pessoas próximas ao longo de gerações (Pedrosa et al., 2021, p. 2).

Ainda de acordo com Schmitz (2023, p. 31),

[...] a OMS incentiva a institucionalização da medicina tradicional (pautada nos conhecimentos tradicionais) em paralelo à medicina alopática. Desta forma, contraditoriamente, valoriza-se os conhecimentos tradicionais das populações, ao mesmo tempo em que há o apoderamento destes pelas práticas de saúde consideradas modernas, assim como ocorre na utilização dos princípios ativos das plantas medicinais pela indústria farmacêutica.

Ainda que haja essa apropriação capitalista dos saberes tradicionais transformando-os em mercadoria, ainda são as comunidades que têm um vínculo estreito de conservação da natureza, prezando os saberes tradicionais acerca da diversidade de espécies, das propriedades curativas associadas as ervas medicinais e a conservação desses saberes, perpetuando a sua existência, geração a geração.

Questionada sobre “*Por quais motivos a senhora começou a cultivar ervas medicinais?*”, a Entrevistada 2, respondeu que a prática foi iniciada em decorrência de problemas de saúde.

*Bom, começou no momento que eu tive um problema com a barriga, né? E aí eu tinha que emagrecer. E aí eu disse, meu Deus, o que é que eu posso fazer? O que eu posso fazer? Aí eu comecei a plantar e conservar as ervas medicinais, ... o chá é bom isso e tal. Aí eu comecei a tomar chá e tal. E eu me senti muito melhor até agora. Estou ótima. Hoje eu tenho um problema de diabetes. Eu não tomo muito remédio de diabetes. Eu não! tomo mais chá. Eu prefiro mais chá. (Entrevistada 2).*

Ao enfrentar questões relacionadas ao bem-estar físico, a entrevistada buscou nas ervas medicinais uma alternativa natural de cuidado. Essa motivação evidencia uma conexão direta entre o cultivo e o autocuidado, demonstrando como as mulheres utilizam os recursos fitoterápicos na promoção a saúde que, por sua vez influencia em sua autonomia.

Segundo Federici (2013), o trabalho de cuidado feminino, que muitas vezes é desvalorizado e invisibilizado, é uma peça essencial na reprodução da vida e na organização da sociedade. A autora afirma que qualquer trabalho realizado pela mulher para além dos afazeres domésticos é considerado uma extensão destes. Nesta perspectiva, o cultivo de ervas medicinais pode ser visto, então, como uma extensão de prática de cuidado, mas, com um caráter ainda mais radical, pois envolve a recuperação da autonomia sobre os próprios corpos e sobre as práticas de saúde.

Ao cultivar suas próprias ervas medicinais, as mulheres que residem em comunidades periféricas, estão tomando as rédeas de sua saúde e, muitas vezes, revertendo o processo de medicalização imposto pelo sistema de saúde tradicional, que frequentemente desconsidera os saberes populares.

Os dados coletados na visita in loco, revelam que o cultivo de ervas medicinais e aromáticas desempenha um papel essencial no fortalecimento da autonomia feminina e nas práticas de cuidado dentro da comunidade. As mulheres entrevistadas destacaram que o ato de cultivar plantas fortalece sua autoestima e senso de pertencimento. Conforme apontado por Freire (1996), a autonomia é um processo de emancipação que permite aos indivíduos

assumirem o controle de suas vidas e decisões. Nesse contexto, o cultivo de ervas emerge como uma prática que empodera as mulheres, permitindo-lhes assumir um papel ativo na gestão de recursos e na tomada de decisões comunitárias.

A prática do cultivo fortalece o protagonismo feminino em seus próprios espaços, além de permitir que se conectem mais diretamente com o cuidado, seja com a própria saúde ou com o bem-estar coletivo. Destarte, o cultivo de ervas medicinais, como mencionado pelas entrevistadas, possui um valor simbólico de resistência e independência. A autossuficiência gerada pelo cultivo variado de ervas medicinais traz uma dimensão importante ao papel das mulheres em suas comunidades (Quadro 6).

**Quadro 6 - Ervas cultivadas pelas participantes da pesquisa**

Ervas/Plantas	Plantio	Uso Principal
Pimenta	Sim	Alimentação e Medicinal
Quebra Pedra	Sim	Problemas renais
Mastruz	Sim	Gripe
Capim Santo	Sim	Calmante e dores intestinais
Citronela	Sim	Repelente para mosquitos
Cidreira	Sim	Calmante
Sambacaitá	Sim	Antiinflamatório, cicatrizante e antisséptico.

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo (2025).

O quadro apresenta as principais ervas cultivadas pelas mulheres da BENA, e a correspondente utilização atribuída a cada uma delas. Foi observada a existência de outras ervas na ocupação, mas estas não foram mencionadas pelas participantes na entrevista.

#### 4.2 Preservação de saberes tradicionais

Quando perguntadas: “*Você acha que essa prática contribui para preservar os saberes tradicionais de vocês ou culturais?*”, 67% das entrevistadas responderam que sim. Esse número corresponde a todas as participantes da entrevista que cultivam algum tipo de erva medicinal, suas respostas ratificam que o cultivo das ervas contribui para a preservação dos saberes tradicionais e culturais passados de geração em geração, conforme destacado na fala das entrevistadas 3 e 7:

*Sim. Porque essa questão de, olha, essa planta é boa para isso, essa é boa para aquilo, é uma tradição. São tradições que a gente vem aprendendo ao longo dos anos, com a família, que já vem... (Entrevistada 3).*

*Porque eu já vim de pequena. Eu já trabalhava na roça. Para saber o que era o remédio que meu pai tinha ali. Tudo isso. Então isso eu fui me acostumando. Foi aprimorando também, né? Hoje as pessoas perguntam, isso aqui serve para quê? Eu digo, isso aí serve para isso. Leve, é bom, eu digo, leve e vai fazer bem. (Entrevistada 7).*

Os relatos demonstram que para além do cuidado com a saúde e reprodução de conhecimentos tradicionais o cultivo das ervas medicinais existem na ocupação como, uma forma de afirmação a identidade e raízes culturais. Corroborando Cunha (1992), quando este afirma que os saberes tradicionais são fundamentais para a identidade cultural e devem ser preservados, especialmente em face da luta pelo direito à cidade.

A tradição pode ser entendida como “[...] sendo aquilo que persiste do passado no presente, presente em que ela continua agindo e sendo aceita pelos que a recebem e que, por sua vez, continuarão a transmiti-la ao longo das gerações” (Santos, 2008, p. 4). Nesta perspectiva, as entrevistadas revelaram em seus diálogos uma forte relação entre o cultivo de ervas medicinais e a preservação de saberes que lhes foram repassados por familiares. 20% das entrevistadas participaram ativamente de práticas de cultivo da família desde a infância.

*A minha avó... minha avó planta no quintal. Tinha de tudo um pouco. E eu ajudava, quando era criança. Minha família mora aqui no Bugio (bairro da cidade de Aracaju/SE). Minha avó plantava muito pé de... Tanto sabacaitá, era remédio, várias coisas. Como pé de manga, tudo, né? Aí depois, quando minha avó morreu, faleceu. Minha família destruiu tudo. Tinha goiaba. Tinha vários pés de plantas na casa dela, tinha um monte. E o pé de manga. Chega era aquela manga de espada, manga boa. (Entrevistada 6).*

*Essa pergunta todas já responderam. Porque já vem dos nossos antepassados, né? Da minha parte, veio, do meu avô materno, né? Que ele gostava de cultivar banana, alho, citronela. Então, já vem dos nossos parentes, né? (Entrevistada 8).*

Os depoimentos das entrevistadas 6 e 8 demonstram a identificação cultural a partir da construção de memórias. Os saberes aprendidos com os familiares foram conservados e enriquecidos ao longo do tempo, de modo que as entrevistadas continuam praticando o cultivo ao longo de suas trajetórias. Dessa forma, a preservação desses saberes é essencial para o fortalecimento da identidade cultural dessas mulheres, e conseqüentemente das comunidades que elas fazem parte.

Furtado et al. (2014) apontam que as práticas culturais como o cultivo de ervas podem ser interpretadas como formas de resistência contra a homogeneização cultural imposta pelas grandes cidades e pelas culturas globais, principalmente das grandes empresas de medicamentos.

A resistência cultural associada a preservação de saberes tradicionais acontecendo dentro dos espaços urbanos, não apenas se opõe às dinâmicas de gentrificação e homogeneização cultural, como também propõe um modelo alternativo de apropriação da cidade, fundamentado no cuidado coletivo e na valorização dos saberes ancestrais (Sartori, 2021). Para a autora a mercantilização do espaço urbano tende a excluir práticas que não se encaixam na lógica do consumo, de modo que o cultivo urbano, especialmente de ervas medicinais e outras práticas constituem uma forma de insurgência contra essa estrutura.

Nesse contexto, as mulheres que cultivam ervas nas ocupações urbanas ressignificam os espaços urbanos ao incorporarem práticas culturais que valorizam a diversidade e a resistência. Mulheres em especial mulheres desempenharam um papel central na construção de comunidades de resistência, enfrentando não apenas a exclusão urbana, mas também as estruturas patriarcais que desvalorizam seus saberes:

Historicamente, as mulheres negras foram totalmente engajadas na construção de comunidades de resistência. [...] As mulheres negras contemporâneas em busca de autopercepção podem renovar nosso comprometimento na construção de comunidades de resistência levando esse legado adiante. (hooks, 2023, p. 184).

A partir dessa perspectiva, o cultivo e o uso de ervas medicinais dentro dos espaços urbanos não se limitam a uma prática de bem-estar individual, mas assumem um caráter coletivo e político. A preservação desses saberes não é apenas um retorno às raízes culturais, mas também um ato de resistência ativa contra as múltiplas formas de opressão que marginalizam esses conhecimentos. Dessa maneira, o cultivo de ervas medicinais em ocupações urbanas não é apenas uma prática de sobrevivência, mas também um ato político que desafia a lógica neoliberal da cidade e fortalece redes de apoio que garantem o bem-estar coletivo (Tonucci Filho; Magalhães, 2017).

### **4.3 Redes de apoio social**

As redes de apoio social formadas em torno do cultivo das ervas medicinais na BENA são um instrumento importante no fortalecimento dos laços comunitários. Foi observado que todas as mulheres envolvidas com essa atividade se ajudam. Cada uma das entrevistadas fazem o cultivo das ervas de suas preferências em caráter individual, na frente de seus barracos, mas, cuidam também de um pequeno espaço na ocupação, destinado a alguns cultivos coletivos. Esse espaço é cuidado e tem sua manutenção feita coletivamente por todas as mulheres envolvidas com o cultivo.

Durante a entrevista, a entrevistada 9, destacou que pessoas da comunidade vizinha muitas vezes chegam pedindo algum tipo de erva para fazer um chá para determinado problema de saúde. As entrevistadas relataram que a troca de conhecimentos e a colaboração mútua são aspectos essenciais para a realização, e sucesso do cultivo das ervas.

O Quadro 7 mostra os benefícios do cultivo coletivo relatados pelas entrevistadas, tanto para a troca de conhecimento, quanto para o apoio emocional, como também para a realização de projetos.

**Quadro 7- Benefícios do cultivo coletivo de ervas medicinais**

<b>Benefício</b>	<b>Frequência de Menção</b>
Troca de Conhecimentos	80%
Apoio Emocional	70%

Fonte: Dados coletados em trabalho de campo (2025).

O Quadro 7 apresenta os benefícios do cultivo das ervas medicinais, destacados pelas participantes da entrevista do BENA, as informações coletadas na entrevista revelam que além do aspecto prático do cultivo das ervas, essa atividade proporciona importantes vantagens, tais como a troca de conhecimento evidenciado na fala de 80% das entrevistadas, já 70% alegam que o cultivo de ervas, além de ser uma prática de cuidado com a saúde física, também se configura como uma prática de cuidado emocional. A entrevistada 9, destacada como benefícios do cultivo das ervas medicinais o fortalecimento da autonomia feminina, por intermédio da participação em atividades solidárias.

*Porque eu achei, eu descobri que eu tinha muito direito que eu não sabia, entendeu? Tive direito de entrar na faculdade, mesmo para dar palestra, que eu nunca ia imaginar. Tive direito de entrar na faculdade, para ter um dia de ir para cozinha, fazer doce, fazer salgado, uma cozinha só nossa. Eu nunca ia imaginar que teve todo mundo lá, e nos tratou muito bem, tratou muito bem, e não tratou a gente de vagabundo, como um dia a gente já foi tratado como bicho, né? E lá não, a gente foi abraçado, foi beijado, a gente passou o dia todo, foi um dia maravilhoso, entendeu? (Entrevistada 9).*

A fala da entrevistada 9 reforça como o cultivo das ervas medicinais se torna, não apenas um meio de autocuidado, mas também, a valorização dos saberes tradicionais e do fortalecimento da autoestima e autonomia feminina. A prática do cultivo das ervas, muitas vezes associada a uma tradição de cuidado e resistência, contribui para o reconhecimento das mulheres dentro de sua comunidade e em espaços mais amplos, como a participação em eventos educacionais. Assim, o cultivo de ervas não apenas promove o bem-estar físico e psicológico,

mas também se torna uma porta de entrada para novos direitos e o reconhecimento do valor das mulheres, contrariando a marginalização que muitas delas enfrentaram no passado.

## **5 Considerações finais**

O cultivo de ervas medicinais, realizado pelas mulheres da Ocupação Beatriz Nascimento, caracteriza-se como um ato de resistência que transcende a esfera do cuidado individual e adquire caráter político, cultural e comunitário. A análise deste fenômeno evidencia que, para além de uma prática voltada à promoção da saúde, o cultivo de ervas medicinais atua como um mecanismo de preservação de saberes ancestrais, fortalecimento de redes de solidariedade e enfrentamento das desigualdades estruturais que perpassam as vidas dessas mulheres.

Os resultados da pesquisa demonstram que essas práticas contribuem significativamente para a autonomia feminina, possibilitando não apenas um maior controle sobre o próprio bem-estar, mas também a criação de espaços de apoio e pertencimento dentro da ocupação. A transmissão intergeracional de conhecimentos sobre as ervas medicinais reafirma a importância do reconhecimento dos saberes tradicionais, frequentemente marginalizados pelo discurso hegemônico capitalista. Esse processo desafia a lógica da urbanização excludente e se insere no escopo das lutas pelo direito à cidade, evidenciando o cultivo comunitário enquanto instrumento de resistência contra a mercantilização da vida e dos territórios populares.

Ao articular o ecofeminismo com a sustentabilidade urbana, este estudo reforça que a relação das mulheres com a terra e com os modos de produção alternativos não se restringe a uma demanda ambientalista, mas se associa a uma reivindicação por justiça social e dignidade. O envolvimento dessas mulheres no cultivo de ervas não apenas desafia as estruturas patriarcais e capitalistas que historicamente desvalorizam seus saberes, mas também aponta para caminhos possíveis na construção de cidades mais inclusivas e sustentáveis.

Diante do exposto, reafirma-se a necessidade de políticas públicas que reconheçam e incentivem práticas de agricultura urbana voltadas à autonomia comunitária, ao fortalecimento das redes de apoio e à valorização dos conhecimentos tradicionais. A luta dessas mulheres não se limita à ocupação de um espaço físico, mas ressignifica o próprio conceito de território, transformando-o em um lugar de resistência, cuidado e partilha. Assim, o cultivo de ervas medicinais se inscreve como uma prática de luta por direitos, identidade e permanência, reafirmando a centralidade das mulheres na construção de formas alternativas de existir e resistir na cidade.

## Agradecimentos

A pesquisa que deu origem a este artigo foi desenvolvida com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE), por meio da concessão de bolsa de estudo.

## Referências

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AMORIM, P.; BORSATTO, R. S.; MILANO, G. B. Agricultura urbana como instrumento de luta do MTST: um estudo preliminar. *Anais do GT 10 - Movimentos sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo*, 2023.
- ARGENTA, S. C.; ARGENTA, L. C.; GIACOMELLI, S. R.; CEZAROTTO, V. S. Plantas medicinais: cultura popular versus ciência. *Revista Eletrônica de Extensão da URI*, v. 7, n. 12, p. 51-60, maio 2011. Disponível em: <https://www.ufpb.br/nepfh/contents/documentos/artigos/fitoterapia/plantas-medicinais-cultural-popular-versus-ciencia.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- CAMPOS, V. G. *O empoderamento feminino e a sustentabilidade: uma análise da agricultura urbana*. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2021. Disponível em: [https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgcsd/Dissertacoes/2021/Viviane\\_Goncalves\\_Campos.pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgcsd/Dissertacoes/2021/Viviane_Goncalves_Campos.pdf). Acesso em: 12 fev. 2025.
- CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CHAVES, L. S. *Ecofeminismo e direito à cidade: as mulheres da agricultura urbana na Grande Florianópolis*. 2022. 175 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Paraná, Florianópolis, 2022. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC\\_074585144ee750249508da86b81d1624#details](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_074585144ee750249508da86b81d1624#details). Acesso em: 11 mar. 2025.
- CHIERRITO-ARRUDA, E. et al. Afetividade pessoa-ambiente nas hortas comunitárias: promoção da saúde e da sustentabilidade. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 141, e8732, abr.-jun. 2024. DOI: 10.1590/2358-289820241418732P.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

- FEDERICI, S. *O patriarcado do salário*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: DITTLER, F. (Org.). *Microfísica do poder*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 79-97.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. São Paulo: Zahar, 2020.
- HOOKS, B. *Irmãs do inhamé: mulheres negras e autorrecuperação*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Edições Moraes, 1968.
- LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Centauro, 2011.
- MIES, M. *Patriarcado e acumulação global: mulheres na reestruturação da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- PEDROSO, R. dos S. et al. Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, 2021. Disponível em: <https://scielo.br/j/physis/a/kwsS5zBL84b5w9LrMrCjy5d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- SANTOS, C. J. P. dos; SOUZA, L. R. G.; COSTA, R. C.; PAIXÃO, S. C. S.; RODRIGUES, K. B. M.; PROTÁZIO, J. G.; MOTA, R. M.; FARIAS, S. R. A.; BAIA, J. G. S. Mulheres de luta: narrativas das quebradeiras de coco babaçu de Pedrinhas - MA em intersecções com o clube de mães. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, Portugal, v. 16, n. 13, p. 01-29, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n13-029>.
- SANTOS, V. P.; VENÂNCIO JUNIOR, D.; BENINI, É. A. “Nós ainda existimos”: testemunhos (d)e resistências de mulheres camponesas e indígenas do Cerrado. *Élisée - Revista de Geografia da UEG*, v. 9, n. 2, e922015, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/07/comissao-debate-resultados-de-plano-agropecuario-do-matopiba>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- SEPLOG. Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS*. Aracaju, 2011.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOARES, S. de J.; FONSECA, V. M. da. Pesquisa científica: uma abordagem sobre a complementaridade do método qualitativo. *Quaestio*, Sorocaba, SP, v. 21, n. 3, p. 865-881, set./dez. 2019. DOI: 10.22483/2177-5796.2019v21n3p865-881. Acesso em: 11 mar. 2025.

SOUZA, R. ‘Mais verde e menos cinza’: mulheres enfrentam adversidades no cultivo de agroflorestas e hortas urbanas no RJ. *Brasil de Fato*, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/15/mais-verde-e-menos-cinza-mulheres-enfrentam-adversidades-no-cultivo-de-agroflorestas-e-hortas-urbanas-no-rj>. Acesso em: 16 fev. 2025.

WATANABE, H. A. W. et al. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 730-743, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/H8sp5CgPgsJ6gf6nqtMwv9G/>. Acesso em: 16 fev. 2025.

## ARTIGO 5 - NUTRIR PARA FLORESCEM: EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA COM CRIANÇAS DA COMUNIDADE BARROSINHO EM ARACAJU/SE

ARTICLE 5 - NOURISH TO FLOURISH: CRITICAL ENVIRONMENTAL EDUCATION WITH CHILDREN FROM THE BARROSINHO COMMUNITY IN ARACAJU, BRAZIL

Mônica dos Anjos Menezes Vieira<sup>30</sup>


 <https://orcid.org/0009-0002-4728-4867>

 <http://lattes.cnpq.br/3958854788407884>

Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil

E-mail: [monicaanjoss@gmail.com](mailto:monicaanjoss@gmail.com)

Rosana de Oliveira Santos Batista<sup>31</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-4669-2837>

 <http://lattes.cnpq.br/1059691272448145>

Universidade Federal de Sergipe, SE, Brasil

E-mail: [rostosgeo@academico.ufs.br](mailto:rostosgeo@academico.ufs.br)

**Resumo:** O presente artigo apresenta o relato de uma intervenção pedagógica desenvolvida com crianças da comunidade de pesca artesanal urbana Barrosinho, em Aracaju/SE. A ação integrou a disciplina Planejamento de Projetos em Educação Ambiental (PROFCIAMB) e teve como objetivo articular práticas de educação ambiental crítica com os conceitos de segurança alimentar e compostagem. A metodologia envolveu atividades lúdicas, rodas de conversa, expressão gráfica e confecção de composteiras com materiais reutilizáveis. Os resultados demonstraram o protagonismo infantil na construção de saberes ecológicos e na leitura crítica do território. A discussão evidenciou o potencial da educação ambiental em espaços não formais como ferramenta de transformação social e formação cidadã. Conclui-se que experiências como esta favorecem o pertencimento e o cuidado coletivo, e devem ser ampliadas como estratégia educativa voltada à sustentabilidade e à justiça ambiental.

**Palavras-chave:** Intervenção pedagógica; Educação ambiental; Compostagem; Segurança alimentar; Educação não formal.

**Abstract:** This article presents a report on a pedagogical intervention carried out with children from the Barrosinho urban artisanal fishing community in Aracaju, Brazil. The initiative was part of the course *Planning Environmental Education Projects* (PROFCIAMB) and aimed to integrate critical environmental education practices with the concepts of food security and composting. The methodology included playful activities, dialogue circles, graphic expression, and the construction of compost bins using reusable materials. The results demonstrated the children's protagonism in building ecological knowledge and developing a critical understanding of their territory. The discussion highlighted the potential of environmental education in non-formal spaces as a tool for social transformation and civic formation. It is concluded that experiences such as this one foster a sense of belonging and collective care and should be expanded as educational strategies aimed at sustainability and environmental justice.

---

<sup>30</sup> Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestranda em Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB/UFS). Bolsista da Fundação de Apoio em Pesquisa e Inovação (FAPITEC/SE).

<sup>31</sup> Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Mestre em Desenvolvimento em Meio Ambiente (PRODEMA/UFS), Doutora em Geografia (PPGEO/UFS).

**Keywords:** Pedagogical intervention; Environmental education; Composting; Food security; Non-formal education.

## 1 Diálogos iniciais

A alimentação é mais do que uma necessidade: é um termômetro das desigualdades que moldam quem come, como come – e o que lhe falta. Mais da metade da população mundial sofre nesse sentido, seja pela má distribuição de recursos ou por falta de informação, o que desencadeia a chamada “fome oculta”, aquela causada pela baixa ingestão de nutrientes de qualidade. O cerne do problema vai além da questão da distribuição desigual de alimentos, focar apenas nesse ponto não é suficiente, é preciso dar atenção a todo o ciclo de produção da sobrevivência para que este viabilize um desenvolvimento social, ambiental e econômico incluyente e sustentável (Rodríguez; Zaneti; Laranjeira, 2012).

Dados da FAO (2024) indicam que 21,1 milhões de brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar grave entre 2021 e 2023, agravada por crises econômicas, mudanças climáticas e conflitos. Como indicam Batista et al. (2024), esses dados representam uma ruptura com as conquistas do Programa Fome Zero (PFZ), que entre 2003 e 2014 contribuiu para retirar o país do Mapa da Fome por meio de ações integradas de combate à pobreza, geração de renda, fortalecimento da agricultura familiar e ampliação do acesso ao alimento. Embora estejam sendo tomadas atitudes por parte do governo federal para reverter esse quadro, a população brasileira ainda vive uma epidemia de doenças crônicas provenientes de maus hábitos alimentares, necessitando urgentemente de medidas práticas de prevenção, adotadas desde a infância.

Barbosa et al. (2024) salientam que uma alimentação inadequada durante a infância pode comprometer a saúde na vida adulta, o que evidencia a importância da educação nutricional desde os primeiros anos de vida. É essencial orientar crianças e suas famílias sobre a adoção de uma dieta equilibrada – rica em frutas, vegetais, grãos integrais, proteínas magras e gorduras saudáveis – e sobre os riscos associados ao consumo excessivo de alimentos processados, açúcares e gorduras saturadas. Garantir o acesso a alimentos nutritivos e ao conhecimento necessário para escolhas alimentares conscientes é fundamental para o desenvolvimento saudável e a prevenção de doenças ao longo da vida (Bégin et al., 2017).

“A alimentação está relacionada a praticamente todos os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que dependem, portanto, de uma mudança radical em nosso sistema alimentar para serem atingidos” (Ribeiro; Jaime; Ventura, 2017, p. 194). Esse cenário evidencia a urgência de práticas educativas que articulem consumo consciente, sustentabilidade e justiça social. Nesse

contexto, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável – e 12 – Consumo e Produção Responsáveis – ganham centralidade na formação cidadã desde a infância.

Pensando numa forma de trabalhar a educação ambiental em espaços não formais, as autoras desenvolveram uma intervenção pedagógica aplicada com o público infantil da Comunidade Loteamento Senhor do Bonfim, ou Barrosinho, localizada na parte sudeste do Bairro Farolândia, zona sul da cidade de Aracaju/SE. A comunidade acima citada recebe ajuda financeira de apoiadores que idealizaram o projeto nomeado “Prevenção do Amanhã” no intuito de que oferecer apoio pedagógico para as crianças da comunidade no contraturno escolar. Além de contribuir na formação dos pequenos cidadãos o projeto serve ainda como apoio para as famílias que carecem de rede apoio com os filhos enquanto os pais trabalham, evitando que eles fiquem desacompanhados em casa ou na rua.

A intervenção pedagógica intitulada “Nutrir para Florescer” realizada no dia 21 de Junho de 2023, apresenta-se como um recorte da pesquisa de mestrado (em andamento) de uma das autoras, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB). Em sua aplicação a intervenção abordou a importância da educação alimentar, segurança alimentar e nutricional e destinação de resíduos aliada a reciclagem. Visou-se reunir teoria e prática de forma lúdica e agradável, ao despertar a curiosidade para hábitos simples mas que fomentam a saúde e melhoria da qualidade de vida.

É fato a relevância da educação ambiental enquanto processo transformador, a partir dela habilidades e conhecimentos são construídos, conseqüentemente levando a mudança de hábitos antes prejudiciais para ações voltadas a conservação do meio ambiente afim de que as pessoas tenham uma boa qualidade de vida, além de potencializar a prática social e a ética ambiental. Para Diniz e Ahlert (2021, p. 3), o papel da educação ambiental “[...] é de suma importância para a formação ética das crianças e adolescentes, com a formatação de valores e comportamentos para uma verdadeira mudança de paradigma”.

A conscientização ambiental provoca a sensibilização do indivíduo de modo a fazê-lo repensar suas ações atentando-se a problemáticas sociais e pensando em formas de viver que estabeleçam uma boa relação com a natureza. Apontando a construção de valores sociais, conhecimentos, capacidades, costumes e confiabilidades direcionadas à preservação e à conservação ambiental, e sua sustentabilidade, a Educação Ambiental tem sido vista como uma possibilidade de transformação ativa da realidade e das condições da qualidade de vida, por meio da sensibilização advinda da prática social reflexiva (Dantas, 2017, p. 28).

Dentro do contexto de transformação da realidade social, a perspectiva da intervenção a que remete este artigo foi contribuir diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Onu no sentido de sensibilizar o público alvo a adoção de práticas que corroboram com os ODS. Tal qual, desvelar para a comunidade a responsabilidade pelo que é consumido e descartado visando diminuir o desperdício de alimentos e reduzir significativamente a geração de resíduos por meio da redução, reciclagem e reuso.

## **2 Educação Ambiental e Espaços Não Formais**

A educação ambiental (EA) em espaços não formais revela-se uma ferramenta potente de formação cidadã e emancipatória, principalmente quando direcionada a grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Conforme estabelece a Lei nº 9.795, de 1999, a Educação Ambiental é um processo permanente que deve estar integrado a todos os níveis e modalidades de ensino, estendendo-se também às práticas sociais cotidianas (Brasil, 1999).

A educação ambiental, conforme sistematizado por Sauvé (2005), pode ser compreendida a partir de uma diversidade de correntes, que abrangem desde abordagens naturalistas até perspectivas críticas e transformadoras. Entre essas, destaca-se a corrente crítica, por seu compromisso com a análise das dinâmicas sociais que estão na base das problemáticas ambientais, apontando para a necessidade de mudanças estruturais e a valoriza o da justiça social como parte do enfrentamento das crises socioambientais.

Nesse sentido, autores como Loureiro, Guimarães e Layrargues propõem uma categoriza o mais sint tica das correntes da educa o ambiental em dois grandes eixos: a educa o ambiental conservadora, que tende a reproduzir a ordem vigente sem questionar as rela oes de poder, e a educa o ambiental transformadora, voltada   emancipa o dos sujeitos e   constru o de alternativas coletivas para uma sociedade mais justa e sustentável. Essa perspectiva ampliada permite compreender a educa o ambiental não apenas como prática pedagógica, mas como campo de disputas teóricas e políticas, fundamental para a forma o cidadã e para a transforma o das realidades socioambientais (Carvalho; Fernandes; Lopes, 2016).

Em contextos marcados por vulnerabilidade social, a Educa o Ambiental assume uma dimensão ampliada ao ultrapassar a simples sensibiliza o ecológica e atuar como ferramenta de fortalecimento da cidadania, da identidade coletiva e da resistência popular. Sob uma perspectiva crítica, compreende-se que os conflitos ambientais são determinados por dinâmicas sociais e historicamente situados, sendo impossível enfrentá-los sem transformar as rela oes

humanas que os sustentam (Loureiro, 2012). Essa concepção articula a educação à construção de sujeitos políticos capazes de intervir nos territórios em que vivem, promovendo práticas democráticas e solidárias.

De acordo com Saviani (2005, p. 141-142), “[...] a prática tem primado sobre a teoria, na medida em que é originante. [...] A prática, para desenvolver-se e produzir suas consequências, necessita da teoria e precisa ser por ela iluminada”, o que evidencia a centralidade do engajamento crítico na formação humana. Nesse sentido, a Educação Ambiental Crítica rompe com modelos tecnicistas e comportamentais ao propor a análise das estruturas que originam a crise socioambiental, articulando o conhecimento à ação transformadora (Sauvé, 2005). Tal abordagem, ao ser inserida em espaços de educação não formal e territórios populares, estabelece diálogo com pedagogias libertadoras e epistemologias do Sul. Como afirmam Loureiro et al. (2009, p. 89):

A abordagem dos conteúdos programáticos ou dos conhecimentos a serem construídos requer considerarmos, como importante recurso pedagógico, a realidade vivenciada por educadores e educandos em seus locais de estudo, moradia e trabalho, destacando-se a diversidade cultural e a exclusão social que caracterizam a sociedade.

Essa valorização da realidade vivida como ponto de partida da prática educativa aproxima a Educação Ambiental de uma proposta emancipadora, voltada à transformação das relações entre sujeitos, territórios e natureza (Freire, 1996; Dussel, 2000).

Com base nessas discussões, reafirma-se que a Educação Ambiental crítica, aplicada em espaços não formais, contribui diretamente para a formação de sujeitos conscientes de sua realidade e capazes de intervir sobre ela. Ao valorizar os saberes locais, promover a reflexão coletiva e estimular a participação ativa, essa abordagem se mostra especialmente relevante em territórios vulnerabilizados, onde o acesso a direitos, o reconhecimento de identidades e a construção de alternativas são parte da luta cotidiana.

Nesse horizonte, torna-se essencial contextualizar o espaço em que se desenvolveu a intervenção pedagógica, a fim de evidenciar como as potencialidades e desafios do território dialogam com os princípios da Educação Ambiental crítica aqui apresentados.

## **2.1 A comunidade Barrosinho e o contexto da intervenção**

A comunidade Barrosinho está situada no Loteamento Senhor do Bonfim, no bairro Farolândia, zona sul da capital Aracaju (SE), e teve origem em uma ocupação social estabelecida sobre um terreno antes ocioso. Há cerca de duas décadas, seus moradores vêm

resistindo e, por meio de mobilizações coletivas, conquistando o acesso a serviços essenciais como abastecimento de água, energia elétrica, pavimentação de vias, rede de esgoto e transporte público (Marques; Bastos; Batista, 2020).

Trata-se de uma região habitada em sua maioria por famílias de baixa renda e apresenta um histórico de precariedade em infraestrutura urbana e acesso a políticas públicas. A comunidade tem raízes em grupos tradicionais de pesca artesanal, atividade que, durante anos, foi a principal fonte de sustento das famílias. No entanto, com o avanço da urbanização e o processo de verticalização do bairro, intensificado a partir de 2003, grande parte do território pesqueiro foi suprimida. Esse cenário levou ao abandono da atividade tradicional e à inserção dos moradores em formas de trabalho urbano precarizado, como empregos no comércio, na construção civil, em fábricas e no trabalho doméstico (França; Rezende, 2014).

De acordo com Moteka (2021), a educação não formal exerce papel fundamental na construção da cidadania e da identidade, especialmente em comunidades em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, oficinas pedagógicas voltadas à reciclagem, compostagem e cultivo de hortas comunitárias configuram-se como estratégias educativas potentes, pois favorecem o protagonismo, a autonomia e o engajamento dos participantes com os desafios de seu território, ao mesmo tempo em que promovem ações coletivas e reflexivas com impacto direto na realidade socioambiental.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo apresentar o relato de uma intervenção pedagógica realizada no contexto da disciplina Planejamento de Projetos em Educação Ambiental, componente curricular do Mestrado Profissional em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais (PROFCIAMB). A proposta foi desenvolvida junto à comunidade Barrosinho, considerando suas especificidades territoriais e demandas socioambientais, e estruturou-se a partir de princípios da Educação Ambiental crítica. A seguir, são descritos os procedimentos metodológicos adotados na elaboração e execução da atividade.

### **3 Metodologia da intervenção pedagógica**

A intervenção foi estruturada com base em metodologias ativas, nas quais os participantes aprendem de forma autônoma, participativa e situada, a partir da reflexão sobre situações reais e da realização de tarefas que estimulam a iniciativa, o debate e o pensamento crítico. No primeiro momento, foi realizada uma roda de conversa com exibição de um vídeo, apoiado por recurso visual. Em seguida, desenvolveram-se atividades lúdicas, como um quiz no formato verdadeiro ou falso, desenhos como recurso expressivo e de simplificação da

realidade, além da confecção de mini composteiras com materiais acessíveis. Os recursos utilizados incluíram computador, caixa de som, garrafas PET e resíduos orgânicos de frutas. A sequência metodológica da intervenção está sistematizada no Quadro 8, no qual constam as etapas da atividade, os materiais empregados e os objetivos educacionais relacionados a cada momento.

**Quadro 8** - Sequência metodológica da intervenção pedagógica “Nutrir para Florescer”

<b>Etapas</b>	<b>Atividade Principal</b>	<b>Recursos Utilizados</b>	<b>Objetivo Educacional</b>
Roda de conversa com exibição de vídeo.	Apresentação, debate sobre alimentação e saúde	Computador, caixa de som, vídeo educativo	Estabelecer o diálogo inicial, estimular a escuta e o compartilhamento de saberes prévios. Sensibilizar sobre SAN de forma lúdica e acessível
Quiz	Verdadeiro ou falso com base no vídeo	Comunicação oral	Verificar compreensão e engajar cognitivamente
Atividade de desenho	Representar mudanças desejadas na comunidade	Papel A4, lápis e lápis de cor.	Trabalhar imaginação e crítica social
Lanche e coleta de resíduos	Separação de cascas e sementes de frutas e amendoim	Frutas	Estimular o reaproveitamento e a consciência sobre resíduos
Oficina de compostagem	Confecção das minicomposteiras com garrafa PET	Garrafas PET, resíduos orgânicos de frutas e folhas secas.	Compreensão prática do ciclo de compostagem e sustentabilidade

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

A estrutura apresentada no Quadro 8 evidencia o caráter dinâmico e participativo da proposta, em consonância com os princípios das metodologias ativas. Além da sequência metodológica, a oficina exigiu planejamento no uso de materiais didáticos simples, acessíveis e sustentáveis. Para isso, foram selecionados itens que refletissem os princípios da reutilização, do reaproveitamento de resíduos e do envolvimento das crianças com recursos do cotidiano. A Tabela 1 a seguir apresenta os tipos de materiais utilizados na prática de compostagem, com exemplos concretos e a justificativa pedagógica de sua escolha.

**Tabela 1-** Materiais utilizados na oficina de Compostagem

<b>Tipo de Material</b>	<b>Exemplo</b>	<b>Origem / Justificativa do uso</b>
Orgânico	Cascas de frutas, sementes	Reaproveitamento do lanche
Seco	Folhas secas	Fornecidas pela responsável da atividade

Tipo de Material	Exemplo	Origem / Justificativa do uso
Reciclável	Garrafas PET	Materiais trazidos pelas crianças
Equipamento de apoio	Tesouras, estilete (com supervisão)	Necessários para montagem da composteira

Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

A partir da definição e preparo dos materiais listados, foi possível dar início às atividades planejadas. A sequência a seguir descreve detalhadamente cada etapa da intervenção pedagógica, ressaltando os momentos de interação, as estratégias adotadas e as reações observadas entre as crianças participantes.

Participaram da ação quatorze (14) crianças com idades entre 7 e 10 anos, a atividade foi iniciada com a formação de uma roda de conversa seguida das apresentações da responsável pela ação, discente do PROFCIAMB, e de cada um dos participantes pelo nome e idade, em seguida foram feitos questionamentos sobre o que gostavam de comer, se sabiam o que era alimentação saudável e se achavam que se alimentavam de forma saudável, a partir das respostas positivas elas foram incentivadas a explicar o que entendiam por alimentação saudável.

No momento seguinte foi abordado o conceito de segurança alimentar e nutricional, onde apenas um dos presentes relatou já ter ouvido a expressão em algum momento mas não sabia dizer do que se tratava. A partir daí a proponente da intervenção explicou que Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Quando perguntado se achavam que na sua comunidade todas as famílias tinha acesso a esse direito, a resposta foi majoritariamente negativa o que revela sua consciência sobre realidade desigual vivida por suas famílias.

O diálogo seguiu ressaltando que embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimento do mundo, uma parcela significativa da população não tem acesso aos alimentos básicos necessários para a vida cotidiana e que situações de insegurança alimentar e nutricional podem ser detectadas a partir de diferentes tipos de problemas como: fome, obesidade, doenças associadas à má alimentação (doenças do coração, pressão alta, diabetes, osteoporose), o consumo de alimentos de qualidade duvidosa ou prejudicial a saúde, alimentos com preços abusivos e a imposição de padrões alimentares que não respeitam a diversidade cultural.

Para fixar o conteúdo de forma lúdica foi apresentado o vídeo *Direito à alimentação: Por um futuro sem fome!* O vídeo pertence ao canal da Rede Sans (Rede de defesa e promoção da alimentação saudável, adequada e solidária) no youtube e foi produzido em comemoração

ao Dia Mundial da Alimentação. Após a exibição do vídeo foi realizado um quiz, jogo de verdadeiro ou falso para avaliar a assimilação do conteúdo, o retorno foi positivo visto que as crianças acertaram as dez questões propostas.

Em seguida foi conduzida uma outra atividade onde os participantes deveriam representar em forma de desenho ou escrita algo que gostariam de mudar na comunidade caso tivessem poder para isso (Figura 10).

**Figura 10** - Crianças durante atividade de expressão gráfica na oficina “Nutrir para Florescer”

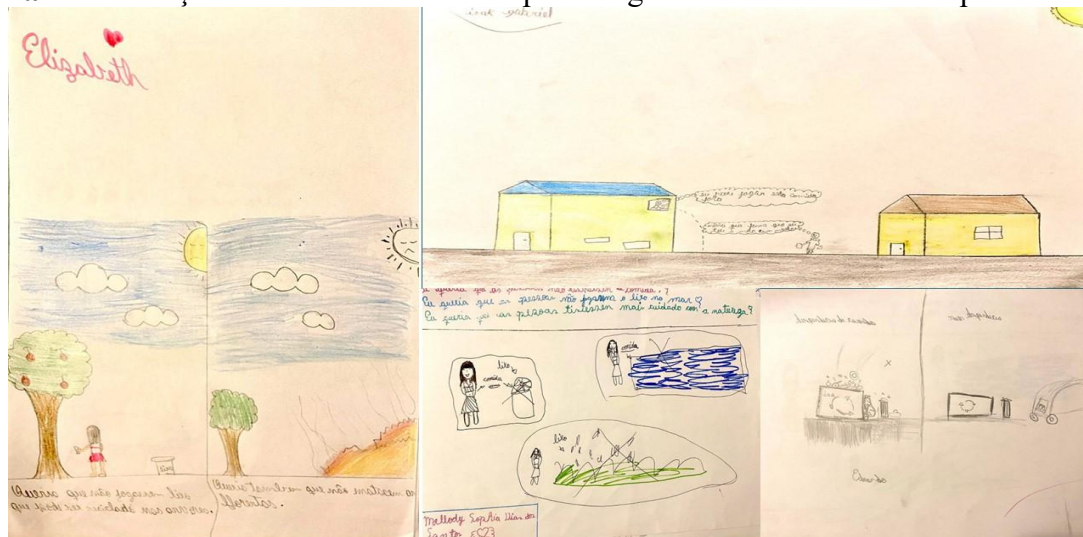


Fonte: Vieira e Batista (2023).

Nessa etapa de desenho as crianças representaram suas ideias sobre mudanças desejadas na comunidade, as crianças menores ficaram um pouco dispersas conversando e fizeram a representação em desenho de árvores frutíferas que gostariam de plantar, enquanto as crianças maiores conseguiram expressar seu descontentamento principalmente com o desperdício de alimentos, e a poluição causada pelo lixo jogado de forma inapropriada na natureza. Os desenhos produzidos pelas crianças revelam representações simbólicas que ultrapassam a mera reprodução dos conteúdos trabalhados durante a oficina.

É possível perceber a emergência de um pensamento ambiental sensível, ainda em construção, mas já articulado a elementos como lixo, cuidado, natureza e futuro. Algumas produções destacam a oposição entre ambientes degradados e paisagens ideais, representando lixeiras, árvores frutíferas, casas organizadas e personagens que refletem sobre as consequências de suas ações (Figura 11).

**Figura 11** - Crianças durante atividade de expressão gráfica na oficina “Nutrir para Florescer”



Fonte: Vieira e Batista (2023).

Essas manifestações dialogam com a perspectiva de Sauvé (2005), ao evidenciar que a educa o ambiental, mesmo em contextos não formais, pode favorecer o desenvolvimento de valores e atitudes voltadas   sustentabilidade e   justiça ambiental.

Ao se expressarem sobre o que gostariam de mudar na comunidade, as crianças exercitaram uma forma de planejamento territorial afetivo. Esse gesto remete   concep o de “direito   cidade” formulada por Lefebvre (2001), entende-se então que o direito   cidade não deve se restringir aos adultos, sendo fundamental que contemple as crianças, assegurando a elas o acesso a espaços urbanos que favoreçam sua segurança, inclusão e pleno desenvolvimento (Silva; Mello; Bastos, 2024). O ambiente da oficina se constituiu, assim, como um território educativo, onde a rela o com o lugar se traduziu em desenhos, palavras e gestos de cuidado.

Após a confec o dos desenhos foi feita uma pausa para lanche a base de frutas e amendoim, foram dadas instru es para que não fossem descartadas as cascas e sementes das frutas bem como as cascas do amendoim porque esses itens seriam utilizados na próxima atividade. As crianças foram avisadas previamente que para aquele dia deveriam levar consigo garrafas pets de refrigerentes.

Subsequentemente, foi explanado que aquelas cascas e restos das frutas consumidas poderiam ser reaproveitados para um procedimento conhecido como compostagem utilizando as garrafas pets que elas levaram. Foi feita a apresenta o de como funciona o processo biológico de reciclagem do lixo orgânico, no qual microorganismos trabalham para transformar m teria de origem vegetal como cascas de frutas, legumes, ovos, etc em adubo natural

riquíssimo em nutrientes e sais minerais que pode nutrir jardins, hortas e quaisquer plantas contribuindo para o seu desenvolvimento e em contrapartida ajudar a diminuir o descarte de lixo no meio ambiente e evitar o uso de fertilizantes químicos.

Diante da novidade apresentada todos se demonstraram animados e dispostos a confeccionar sua própria composteira, o que foi feito com o auxílio de um adulto responsável pois é necessária a utilização de objetos cortantes para adaptação das garrafas plásticas. Conforme as composteiras ficavam prontas eram adicionadas intercaladamente a elas uma parte de matéria seca (folhas secas disponibilizadas pela discente responsável) e outra parte de material orgânico visualizando na prática como o processo deve ser realizado. Ao final, as crianças levaram suas minis composteiras pra casa, na expectativa do resultado da transformação da matéria, que leva aproximadamente de 30 a 45 dias para ficar pronto (Figura 12).

**Figura 12** - Oficina de compostagem com garrafas pets



Fonte: Vieira e Batista (2023).

A vivência demonstrou o engajamento das crianças e reforçou a importância de práticas que aliem teoria e ação. As experiências despertaram curiosidade, pertencimento e senso de responsabilidade ambiental. Como aponta Freire (1996), é na prática dialógica e concreta que o sujeito se reconhece como agente transformador de sua realidade.

A prática da compostagem pode ser compreendida como um gesto de resistência ao modelo linear e descartável da indústria alimentar. Segundo Altieri (2004), a agroecologia propõe um redirecionamento profundo na lógica da produção agrícola, baseado na reciclagem

de nutrientes, na conservação dos recursos naturais e na integração entre conhecimento tradicional e princípios ecológicos. Trata-se de um movimento que não apenas fecha os ciclos ecológicos, mas também propõe uma nova relação entre sociedade e natureza, onde “[...] a preservação da biodiversidade e a participação das comunidades locais se tornam elementos centrais para a sustentabilidade” (Altieri, 2009, p. 25).

Assim, transformar resíduos orgânicos em adubo deixa de ser uma simples ação técnica e assume o caráter de uma escolha política: devolver à terra aquilo que dela veio é também um modo de restaurar vínculos e sentidos. Porto-Gonçalves (2008) reforça essa leitura ao destacar que práticas territoriais cotidianas, enraizadas na vida comunitária, são formas de disputar sentidos contra a homogeneização imposta pela lógica dominante do urbano. Para ele, “[...] território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria”, instituído por sujeitos sociais que afirmam, por meio dele, sua existência e resistência (Porto-Gonçalves, 2006, p. 42). Nessa perspectiva, a compostagem, enquanto ação concreta e situada, constitui uma prática que articula cuidado com o ambiente, valorização de saberes locais e emancipação frente ao consumo massificado e descartável.

A compreensão da compostagem a partir da ótica da Educação Ambiental crítica e do olhar agroecológico permite colocar em evidência que processos simples do cotidiano podem carregar em si múltiplas dimensões, éticas, políticas e pedagógicas. Com isso, reafirma-se que a educação ambiental, quando aliada a práticas concretas e enraizadas na realidade local, tem o potencial transformador para percepções, relações sociais e formas de habitar o mundo. A seguir, apresentamos algumas reflexões finais sobre os aprendizados construídos ao longo da intervenção e seus desdobramentos para a prática educativa.

#### **4 Considerações finais**

A intervenção pedagógica “Nutrir para Florescer” permitiu articular conceitos de educação ambiental, segurança alimentar e sustentabilidade ao cotidiano das crianças, reafirmando o potencial educativo dos espaços não formais. As atividades integraram diferentes linguagens e mobilizaram saberes diversos, promovendo reflexões e ações concretas. O protagonismo infantil, quando respeitado, mostra-se um caminho fértil para a construção de práticas socioambientais transformadoras.

Para alcançar os objetivos propostos, uma das estratégias iniciais foi incentivar as crianças a partirem de seus conhecimentos prévios sobre alimentação. Como destaca Freire (2022b, p. 62), esse reconhecimento demonstra respeito à dignidade dos educandos ao

“reconhecer a importância dos conhecimentos de experiência feitos com que eles chegam”. Valorizar a autonomia dos sujeitos é garantir o direito a uma aprendizagem socialmente comprometida (Freire, 2022c).

A apresentação de conceitos como alimentação saudável e soberania alimentar, por meio de metodologias participativas, favoreceu a assimilação do conteúdo e despertou o interesse por práticas acessíveis, como a compostagem. Além de reduzir o descarte de resíduos orgânicos e o risco de contaminações, a técnica fornece adubo rico em nutrientes para o cultivo de hortas e estimula uma atitude mais comprometida com o cuidado ambiental. Embora pontual, a intervenção gerou efeitos perceptíveis na forma como as crianças passaram a nomear e interagir com elementos do território. Ao problematizarem o lixo e aprenderem a transformá-lo, exerceram não apenas uma prática ecológica, mas também um modo de habitar o mundo mais consciente.

A experiência demonstra que práticas de educação ambiental crítica, mesmo quando pontuais, podem despertar o senso de pertencimento e cuidado nas infâncias urbanas. Ao serem estimuladas a expressar suas leituras sobre o território, as crianças se tornam produtoras de sentido, estabelecendo pontes entre o saber vivido e o conhecimento compartilhado. Como aponta Loureiro (2012), é nesse entrelaçamento que a educação ambiental se torna prática coletiva e emancipatória, afirmando o direito ao território, à dignidade e à participação.

Sob a perspectiva da educação ambiental crítica, ações pedagógicas com temáticas socioambientais contribuem para o desenvolvimento de competências que ultrapassam os limites da sala de aula. Como afirmam Loureiro et al. (2003), tarefas educativas fundamentadas no diálogo e na participação ativa fomentam a consciência crítica e fortalecem tanto as dimensões individuais quanto coletivas da formação humana.

Nesse sentido, atividades em espaços não formais revelam-se fundamentais como complemento à educação escolar. Por sua natureza dinâmica e integradora, favorecem a socialização, o pensamento crítico e a construção coletiva de valores. Conforme Freire (2022a), a educação deve “criar possibilidades para a produção ou construção do conhecimento”, indo além da simples transferência de conteúdo. Assim, desenvolvem-se habilidades e competências frequentemente negligenciadas pelo ensino tradicional.

Ainda que não se possa afirmar que a intervenção tenha produzido mudanças duradouras nas práticas alimentares e no aproveitamento de resíduos, foi possível lançar uma semente que para florescer dependerá do cultivo contínuo. Como desdobramento, propõe-se a ampliação dessa experiência para outras comunidades urbanas com características semelhantes,

fortalecendo redes locais de educação ambiental crítica e práticas sustentáveis. A inserção das universidades como articuladoras de ações com escolas públicas e coletivos comunitários expande os horizontes da formação cidadã e aproxima saberes acadêmicos e populares. Recomenda-se, ainda, o registro sistemático dessas vivências como forma de consolidar metodologias e alimentar bancos de práticas replicáveis.

### Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) pelo apoio financeiro e incentivo ao desenvolvimento da pesquisa de mestrado na Universidade Federal de Sergipe. Ao Grupo de Pesquisa e Ensino em Ciências Ambientais (GPECIAMB). Por fim, agradecemos a comunidade Loteamento Senhor do Bonfim escolar que nos recebeu para a realização da ação pedagógica.

### Referências

ALTIERI, M. A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BARBOSA, B. S. C. M. F. et al. Prevenção de doenças crônicas transmissíveis na infância através da alimentação. *Periódicos Brasil: Pesquisa Científica*, v. 3, n. 2, p. 804-815, ago. 2024. DOI: 10.36557/pbpc.v3i2.121. Disponível em: <https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/121>. Acesso em: 05 maio 2025.

BATISTA, R. de O. S.; SHIMADA, S. de O.; dos SANTOS, L. V.; SANTOS, A. T. dos. Segurança alimentar e nutricional nos sistemas agroalimentares sustentável. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 15, n. 10, p. 12047-12071, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55905/cuadv15n10-108>.

BÉGIN, F.; AGUAYO, V. M. *First foods: Why improving young children's diets matter*. *Maternal and Child Nutrition*, v. 13, 15 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 25 maio 2025.

CARVALHO, H. F.; FERNANDES, N. B. G.; LOPES, A. F. Educação ambiental: uma abordagem das correntes de Sauvé. In: *Anais do 5º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade*, 21 a 23 jun. 2016, Três Rios. [S. l.]: [s. n.], 2016. p. 412-416.

CARVALHO, I. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Gaia, 2004.

DINIZ, A. M.; AHLERT, A. Educação ambiental na prática docente na educação básica. *Revista Sergipana de Educação Ambiental*, v. 8, n. 1, p. 1-21, 30 jun. 2021.

DUSSEL, E. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. *O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo 2023: urbanização, sistemas agroalimentares e dietas saudáveis no contexto de transformações urbanas*. Roma: FAO, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/sofi/2023/pt>. Acesso em: 24 maio 2025.

FREIRE, P. *Pedagogia da liberdade: ética, autonomia e cidadania*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 72. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. 143 p. ISBN 978-85-7753-409-8.

FRANÇA, S. A.; REZENDE, V. F. F. Produção do espaço urbano e novos eixos imobiliários Aracaju-SE, Brasil: mercado e estado. In: *Simpósio de la Asociación Internacional de Planificación Urbana y Ambiente (UP 11)*. La Plata, 2014. p. 890–900. ISBN 978-950-34-1133-9.

GADOTTI, M. *Educação e sustentabilidade: um novo paradigma para a educação*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2000.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LOUREIRO, C. F. B. et al. (Orgs.). *Cidadania e meio ambiente*. Construindo os recursos do amanhã, v. 1. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003.

LOUREIRO, C. F. B. et al. Contribuições da teoria marxista para a educação ambiental crítica. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 29, n. 77, p. 81-97, jan./abr. 2009.

LOUREIRO, C. F. B. *Educação ambiental crítica: trajetória e fundamentos*. São Paulo: Cortez, 2012.

MARQUES, F. M. E.; BASTOS, B. N. N.; BATISTA, R. O. S. A contradição capital-trabalho na pesca artesanal: o avanço do capital imobiliário sobre o território da comunidade Farolândia. In: *V Encontro Nacional e XI Fórum Estado, Capital, Trabalho: A Ciências Humanas e 'Miséria da razão'*, 2020, São Cristóvão. ANAIS V ENGPECT, 2020. Disponível em: <https://engpect.wordpress.com/anais-v-engpect/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

MOTEKA, F. R. C. *A educação não formal como instrumento de fortalecimento da cidadania e identidade*. Guarapuava: Centro Universitário Guairacá, 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *Geographia*, Niterói, v. 10, n. 20, p. 37-52, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13521>. Acesso em: 20 maio 2025.

RIBEIRO, H.; JAIME, P. C.; VENTURA, D. Alimentação e sustentabilidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 185-198, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142017.31890016>.

RODRIGUES, L. P. F.; ZANETI, I. C. B. B.; LARANJEIRA, N. P. Sustentabilidade, segurança alimentar e gestão ambiental para a promoção da saúde e qualidade de vida. *Participação*, n. 19, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/23389>. Acesso em: 1º jul. 2023.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. de M. (Orgs.). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 16–41.

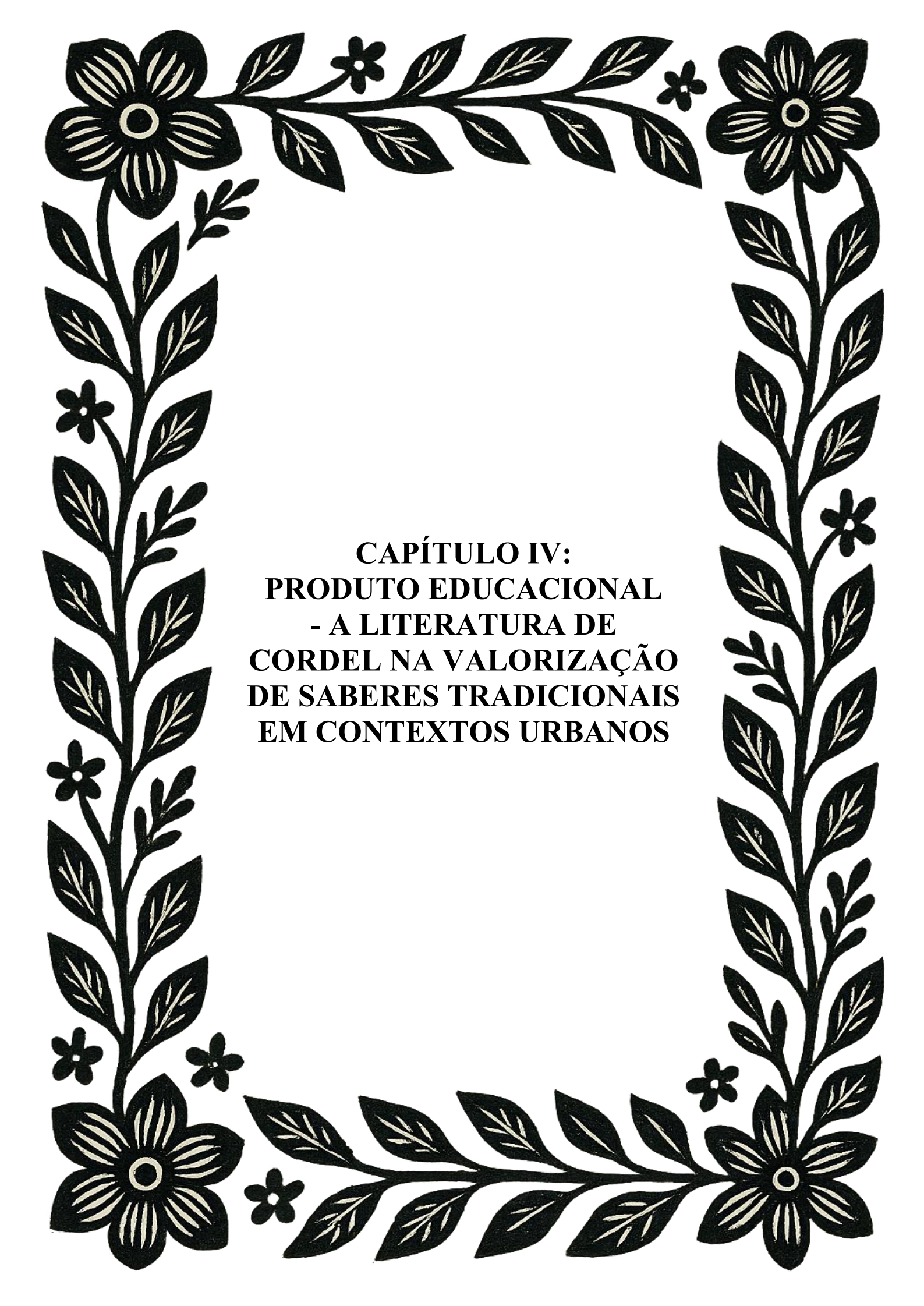
SANTOS, L. M. A. Alimentação e desenvolvimento infantil. *Revista Ciência & Saúde*, v. 6, n. 1, 2005.

SAVIANI, D. *A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2005.

SILVA, D. R. da; MELLO, S. C. B. de; BASTOS, A. F. da S. Direito da criança à cidade: reconstrução teórica e aplicação em contextos urbanos diversificados. *Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 16, e20230113, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.016.e20230113>.

As experiências, reflexões e aprendizados sistematizados nos cinco artigos que compõem este capítulo representam os frutos colhidos ao longo de uma jornada de enraizamento, escuta e elaboração crítica. Cada texto lança sementes de resistência e cuidado, evidenciando como práticas aparentemente simples como o cultivo de ervas, a compostagem ou o ato de partilhar saberes, são, na verdade, expressões complexas de disputa por território, saúde e dignidade.

A partir desses frutos, propomos estender os “galhos” da pesquisa para além dos muros da universidade, tocando outras vidas e territórios. Nesse espírito foi construído o produto técnico-educacional, apresentado no capítulo seguinte, como forma de devolver à comunidade o conhecimento partilhado e cultivado ao longo desta caminhada.



**CAPÍTULO IV:  
PRODUTO EDUCACIONAL  
- A LITERATURA DE  
CORDEL NA VALORIZAÇÃO  
DE SABERES TRADICIONAIS  
EM CONTEXTOS URBANOS**

## **GALHOS**

Os galhos são as extensões vivas da árvore, responsáveis por ampliar seu alcance, sustentando folhas e flores que captam a luz e realizam a troca com o ambiente. Eles partem do tronco, mas se projetam para além dele, criando conexões e ampliando a vitalidade da árvore. Nesta dissertação, os galhos representam as ramificações criativas e aplicadas da pesquisa, produtos que, inspirados pelas raízes teóricas e pelo tronco metodológico, florescem como instrumentos de sensibilização social e educativa.

O Livro de Cordéis “Entre o saber e o plantar, a cidade florescerá”, materializa essa etapa: ele transforma o conhecimento sistematizado na pesquisa em narrativas poéticas e pedagógicas, capazes de dialogar com diferentes públicos, especialmente estudantes da educação básica. Essa produção não apenas divulga os resultados, mas também semeia reflexões críticas sobre cuidado, sustentabilidade e resistência, promovendo uma educação comprometida com a realidade concreta e com a valorização dos saberes populares.

---

## PRODUTO EDUCACIONAL - Livro de Cordéis: Entre o saber e o plantar, a cidade florescerá

Neste capítulo apresentamos o produto técnico-educacional desta dissertação: o Livro de Cordéis *Entre o saber e o plantar, a cidade florescerá*, concebido como material de apoio pedagógico e cultural voltado à valorização e à sistematização dos saberes e experiências relacionados ao cultivo urbano de ervas medicinais por mulheres.

A elaboração do produto atende ao objetivo específico desta pesquisa de “desenvolver um produto técnico-educacional que sistematize os saberes e experiências relacionados ao cultivo urbano de ervas medicinais por mulheres, com o intuito de fomentar reflexões críticas sobre cuidado, sustentabilidade e resistência no contexto urbano”.

A escolha pelo formato de livro de cordéis nesta pesquisa não se deve apenas ao seu potencial pedagógico e comunicativo, mas também à dimensão pessoal desta autora enquanto escritora. Embora não seja cordelista, minha produção autoral frequentemente se constrói em versos e rimas, e a aproximação com o cordel representa a convergência entre minha identidade de escritora e os objetivos desta pesquisa. Trata-se de uma escolha que concilia a investigação acadêmica e a prática pedagógica com a valorização de uma forma de expressão que carrega, em sua métrica e estética, a força da cultura nordestina.

O cordel teve origem europeia, com destaque para a Península Ibérica, sobretudo Portugal e chegou ao Brasil gradualmente, por meio das tradições orais introduzidas durante o período colonial, no nordeste brasileiro encontrou solo fértil para se reinventar e adquirir identidade própria sendo posteriormente reinventado como a chamada Literatura de Folheto Nordestina. Atualmente, constitui-se como expressão literária vinculada à oralidade popular e amplamente reconhecida como manifestação cultural característica do Nordeste brasileiro, tendo sido ressignificado, passando a dialogar com o cotidiano, as lutas, as memórias e as práticas do povo, preservando saberes e fortalecendo vínculos comunitários (Silva, 2022).

Considerando a literatura como uma prática social e reconhecendo as dificuldades que muitos estudantes enfrentam para desenvolver uma leitura proficiente, entendemos que é papel do educador buscar estratégias para minimizar essa limitação (Souza, 2022). Nesse sentido, propomos atividades que integrem a pluralidade cultural do Brasil à diversidade linguística presente em nosso sistema oral e literário, pois acreditamos ser fundamental levar a literatura de cordel para a sala de aula não apenas como recurso para abordar outras disciplinas, mas

também por seu valor estético, caráter lúdico, relevância social e demais traços característicos dessa expressão da cultura popular (Pinheiro, 2008).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, reconhece a importância da inclusão da cultura popular no processo educativo brasileiro. Em seu artigo 1º, define a educação como um conjunto de processos formativos que ocorrem em diversos contextos, incluindo as manifestações culturais.

De forma alinhada, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece, no âmbito do campo de atuação artístico-literário, “[...] o contato com as manifestações artísticas e produções culturais em geral, e com a arte literária em especial, e oferecer as condições para que eles [crianças, adolescentes e jovens] possam compreendê-las e fruí-las de maneira significativa e, gradativamente, crítica” (Brasil, 2018, p. 156).

Silva (2022) salienta que a Literatura de Cordel, por utilizar uma linguagem acessível, pode atuar como mediadora na socialização de saberes, permitindo que os estudantes se reconheçam em situações presentes em seu cotidiano ou em outras experiências do dia a dia, favorecendo um ambiente que promova a interação entre a escola e a vida, além de estimular a leitura e a escrita.

Neste trabalho, a literatura de cordel é abordada não somente como um elemento da cultura popular, mas também como um recurso capaz de provocar reflexões e facilitar o processo educativo. A educação popular, por sua vez, caracteriza-se por reconhecer e valorizar os saberes e a autonomia dos indivíduos, promovendo o diálogo e a participação ativa na construção do conhecimento, de modo a favorecer uma aprendizagem significativa que questione a realidade e busque, de forma coletiva, caminhos para sua superação (Oliveira et al., 2015).

Assim, considerando a importância de proporcionar aos estudantes o contato com produções culturais, a diversidade cultural e linguística, bem como com diferentes gêneros textuais, propomos o trabalho com a literatura de cordel. Visto que essa manifestação tradicional da cultura popular nordestina tem se afirmado como uma relevante ferramenta pedagógica nas escolas brasileiras, por constituir um gênero discursivo que “[...] apresenta uma linguagem simples, acessível, escrita relativamente curta e que dialoga de forma constante com a realidade” (Teixeira, 2020, p. 10), além de possibilitar “[...] uma abordagem lúdica e poética, com capacidade de despertar grande fascínio e engajamento entre os leitores” (Santos, 2024, p. 2).

## **A literatura de cordel no contexto educacional: potencialidades e possibilidades pedagógicas**

Conforme salienta Chaves (2024, p. 3), a literatura de cordel é uma “[...] forma de expressão cultural, que se caracteriza pela sua oralidade, rimas e temas variados e pode ser utilizada para promover a leitura, a escrita e a apreciação literária entre os estudantes”. A riqueza cultural do cordel ultrapassa o simples conteúdo de suas narrativas. Com textos estruturados em rimas e ritmos que criam uma sonoridade poética singular, a literatura de cordel constitui uma forma de arte capaz de dialogar com outras linguagens artístico-culturais, permitindo a construção de diferentes imagens e estimulando a reflexão sobre múltiplos aspectos da vida cotidiana (Silva, 2022).

Silva e Costa (2021, p. 6) afirmam que a poesia na sociedade em que somos inseridos desperta o lado humano das pessoas tão questionado atualmente. A poesia exerce um papel fundamental ao transmitir as realidades mais complexas por meio de uma linguagem repleta de sensações e emoções, buscando alcançar públicos pertencentes às mais diversas camadas sociais. Para Pinheiro e Lúcio (2012, p. 17), “[...] no Brasil cordel é sinônimo de poesia popular em verso. As histórias de batalhas, amores, sofrimentos, crimes, fatos políticos e sociais do país e do mundo”.

Entretanto, o trabalho com a poesia nesse contexto deve estar vinculado a um debate abrangente, que não se limite apenas aos elementos de composição textual ou aos sentimentos expressos, mas que também priorize a discussão de temas relacionados ao cotidiano dos leitores.

Pinheiro (2018, p. 14-15) chama a atenção dos docentes para a função social da poesia, segundo ele: “É evidente que vale apenas trabalhar a poesia na sala de aula. Mas não qualquer poesia, nem de qualquer modo. Carecemos de critérios estéticos para escolha das obras ou para a organização de antologia”. Nesse sentido, Freire (2022) enfatiza a importância de um processo educativo problematizador que parte da realidade concreta, ele defende que a educação deve permitir aos educandos uma leitura crítica do seu mundo vivido, possibilitando a compreensão dialética da realidade para que possam agir de modo transformador sobre ela.

Ainda para Freire (2022, p. 77-78), “[...] educador e educandos, cointencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento”. Esse caminho pedagógico é fundamentado na problematização da realidade, quando os sujeitos, educador e educandos em diálogo, refletem juntos sobre suas experiências, desvelando as contradições e

promovendo a conscientização crítica. Assim, a educação torna-se um instrumento de humanização e libertação, desconstruindo a dominação e abrindo espaço para a práxis da liberdade, que transforma tanto o mundo quanto os próprios sujeitos.

Na perspectiva de uma educação dialógica e transformadora, é possível compreender a literatura de cordel como um recurso que dialoga com essa proposta, ao promover a aproximação dos estudantes com expressões culturais que estimulam a reflexão crítica e a sensibilidade estética.

Lima (2021) aponta que a literatura de cordel representa um valioso ponto de acesso ao universo literário, favorecendo o desenvolvimento da criatividade e da sensibilidade estética dos estudantes. Dessa forma, sua presença no contexto escolar pode oferecer aos educandos uma vivência rica e envolvente.

Como indicam Silva e Estevão (2025, p. 3), “[...] o cordel, com sua estrutura poética e narrativa envolvente, facilita o desenvolvimento de habilidades linguísticas, contribuindo para o aprimoramento da oralidade e da compreensão”. Esse potencial formativo conecta-se à noção de oralitura proposta por Leda Martins (2003), na qual a palavra escrita e dita atua como guardiã da memória e da identidade. Para Silva (2022, p. 16),

Nas “oralituras” cordelizadas podemos encontrar produções com fatos históricos e de ficção, estórias de heroísmo, contos e romances, causos, mitos, fatos ou acontecimentos de diversas narrativas e até servia antigamente como veículo de transmissão de notícias. Um universo de possibilidades, é uma arte geradora de outras artes, que dialoga com várias formas de expressão dos conteúdos artístico-culturais como os cordéis e poemas recitados, cantados, as canções, as emboladas de côco, as pelejas, os aboios, as poesias improvisadas.

Além de seu mérito como expressão literária, a literatura de cordel apresenta um potencial pedagógico que pode ser aproveitado em diferentes áreas do conhecimento. Almeida (2023) destaca que a literatura de cordel pode ser incorporada a projetos interdisciplinares, possibilitando que os estudantes estabeleçam conexões entre diferentes áreas do conhecimento.

Ainda segundo Ferreira (2020), a inserção da literatura de cordel no currículo escolar contribui para o fortalecimento da identidade cultural dos estudantes, ao criar um espaço de valorização das tradições e dos saberes locais. Assim, os professores podem recorrer a essa manifestação literária para construir um ambiente escolar que reconheça e celebre a diversidade cultural, incentivando a autoafirmação e o sentimento de pertencimento entre os alunos.

Essa perspectiva torna o processo de aprendizagem mais dinâmico e contribui para o desenvolvimento de competências como a análise crítica e a síntese de informações,

fundamentais para a formação integral do aluno. Além disso, o cordel se configura como um recurso para promover uma educação mais holística e para valorizar a cultura local e a identidade regional dos estudantes (Chaves, 2024).

### Metodologia de elaboração do produto

A construção do produto técnico-educacional foi orientada pela compreensão de que a literatura de cordel, no contexto desta pesquisa, não se limita a transmitir informações, mas atua como meio de integração entre saberes populares e conhecimentos acadêmicos. Assim, o processo metodológico buscou articular a forma e o conteúdo de cada cordel de modo a promover diálogo e reflexão crítica sobre cuidado, sustentabilidade e resistência.

Cada texto foi concebido para valorizar a cultura popular nordestina e sua dimensão pedagógica, preservando a estética tradicional do cordel e integrando-a aos temas centrais da pesquisa. A elaboração seguiu um percurso que uniu pesquisa documental e bibliográfica, criação literária autoral e planejamento didático, com vistas a produzir material aplicável no contexto escolar, capaz de estimular a participação ativa dos educandos e a construção coletiva do conhecimento. O Quadro 9 a seguir apresenta as etapas seguidas na produção do produto.

**Quadro 9 - Etapas da construção do produto técnico-educacional**

<b>Etapas</b>	<b>Descrição</b>
1. Definição do formato e escopo do produto.	Escolha da literatura de cordel como formato central, por seu valor cultural, acessibilidade e potencial pedagógico. Definição de que o livro conteria 10 cordéis, sendo 5 voltados ao Ensino Fundamental II e 5 ao Ensino Médio, todos acompanhados de plano de oficina pedagógica ao final de cada cordel. As oficinas, apresentam um objetivo de aprendizagem e de fixação do conteúdo abordado, garantindo que a experiência literária se articule diretamente com o processo de construção do conhecimento.
2. Seleção dos temas centrais.	Identificação dos eixos temáticos a partir dos resultados e discussões da dissertação, contemplando cuidado, sustentabilidade, resistência, categorias geográficas (território e lugar), PANCs, compostagem e práticas de cultivo urbano protagonizadas por mulheres.
3. Pesquisa e fundamentação teórica.	Levantamento de referências bibliográficas que dialogassem com os temas abordados, incluindo autores como Paulo Freire, Leda Martins, Demerval Saviani e Carlos Frederico Loureiro.
4. Criação dos textos em cordel.	Produção autoral de cada cordel, com cerca de 20 a 25 estrofes de 6 versos cada, preservando a métrica e o ritmo tradicionais, mas adaptando a linguagem para contemplar conceitos e reflexões da pesquisa.
5. Planejamento pedagógico.	Elaboração de um plano de oficina pedagógica para cada cordel, estruturado como sequência didática de três aulas de 50 minutos cada, integrando metodologias participativas e abordagem interdisciplinar.
6. Revisão e adequação final.	Revisão textual e pedagógica, assegurando clareza, coerência, acessibilidade e adequação às diretrizes da BNCC e à LDBEN.

---

<b>Etapa</b>	<b>Descrição</b>
7. Diagramação e ilustração.	Preparação gráfica do livro com margens e formatação próprias de cordel, inserção de xilogravuras inspiradas no estilo tradicional.

Fonte: Vieira e Batista (2025).

Após a apresentação das etapas gerais de elaboração do livro, detalhamos como cada cordel foi concebido no que diz respeito à sua organização interna e aplicação prática. Assim, a seguir, é apresentada a estrutura metodológica dos cordéis, para cada título foram definidos: Contexto Narrativo; Conceitos trabalhados; Objetivo específico e Contribuição Pedagógica.

Os cordéis foram divididos em dois blocos, conforme o público-alvo: cinco voltados ao Ensino Fundamental II e cinco ao Ensino Médio. Cada um apresenta uma narrativa ancorada em contextos socioculturais relacionados ao cultivo de ervas medicinais, PANCs, compostagem e práticas de cuidado, sempre articulados a conceitos-chave da geografia e de áreas correlatas. Cada cordel é acompanhado de: Texto integral em sextilhas; quadro-síntese conceitual e uma sequência didática de oficina, pronta para aplicação no modelo de 3 aulas semanais de 50 minutos cada, com objetivos, materiais, etapas, socialização e avaliação.

Assim, a seguir, apresentamos (Quadros 10 e 11) a estrutura metodológica de cada cordel, na qual se descrevem os elementos que compõem tanto a narrativa quanto o plano pedagógico que a acompanha, assegurando a integração entre conteúdo literário e proposta educativa.

Quadro 10 - Estrutura metodológica dos cordéis

PARTE 1 - ENSINO FUNDAMENTAL II				
Título / Categoria	Contexto	Conceitos	Objetivo Específico	Contribuição Pedagógica
Maria e a horta no quintal de concreto.	Maria é uma menina muito esperta que mobiliza a vizinhança para criar uma horta no corredor do prédio, enfrentando resistência e organizando gestão coletiva.	Território; valor de uso × valor de troca; função social do espaço.	Contribuir para a reflexão crítica sobre o uso coletivo e sustentável dos espaços urbanos, sistematizando experiências de cultivo comunitário como prática de resistência e cuidado.	Mapeamento de espaços escolares/comunitários e compreensão do território como construção social.
O Cheiro do meu Lugar.	Uma narradora relembra memórias afetivas de infância associadas ao quintal com ervas, demonstrando identidade e pertencimento.	Lugar; memória; identidade cultural	Valorizar saberes e memórias relacionadas ao cultivo de ervas como forma de fortalecer vínculos afetivos e culturais no espaço urbano.	Mural sensorial (cheiros, cores, texturas) e uso de memórias para compreender o conceito de lugar.
A Feira das Mãos que curam.	Mulheres organizam banca de ervas na feira local; superam entraves burocráticos e legitimam a experiência.	Economia solidária; soberania alimentar	Refletir sobre economia solidária e autonomia feminina no cultivo e comercialização de ervas medicinais na cidade.	Simulação de feira escolar; práticas de troca; cálculo de preço justo e impacto social.
A Rezadeira do Beco	Uma rezadeira é chamada para cuidar de uma criança; sofre preconceito, mas tem seu papel reconhecido.	Patrimônio cultural imaterial; diversidade de práticas de cuidado	Promover respeito às práticas culturais de cuidado e discutir seu papel na preservação de identidades comunitárias.	Dramatização e debate sobre patrimônio cultural imaterial.

PARTE 2 - ENSINO MÉDIO				
Título / Categoria	Contexto	Conceitos	Objetivo Específico	Contribuição pedagógica
Até que enfim, aquele lote virou jardim!	Um terreno baldio é recuperado por um mutirão, enfrentando ameaça de despejo e debate sobre função social da terra.	Função social da terra; comum urbano; saúde mental	Refletir sobre apropriação coletiva de espaços ociosos e seu potencial socioambiental no fortalecimento comunitário.	Estudo de casos e mapeamento de terrenos subutilizados.
As histórias que semeavam ou as sementes que contavam histórias?	Uma bisavó guarda sementes raras; neta organiza casa de sementes e promove trocas intergeracionais.	Transmissão intergeracional; soberania de sementes	Promover preservação e troca de sementes como prática de soberania alimentar e fortalecimento de identidades.	Criação de banco de sementes escolar/comunitário.
O remédio da vó Amara.	Uma avó prepara remédio caseiro; diálogo com a medicina oficial garante uso seguro das ervas.	Diálogo entre saber tradicional e científico; uso seguro de plantas medicinais	Fomentar integração entre saber popular e conhecimento científico para uso seguro de plantas medicinais.	Comparação entre receitas populares e dados científicos (farmacopeias).
Como é que pode, um território ser de panela e de pote?	Uma cozinha comunitária se torna espaço de produção de temperos, conservas e oleatos, com compostagem comunitária para gestão dos resíduos orgânicos.	Território vivido; economia do cuidado; compostagem comunitária	Articular práticas culinárias e gestão de resíduos como estratégias de sustentabilidade e cuidado coletivo.	Oficina de produção artesanal e compostagem comunitária.
Cuidado é resistência com ajuda da ciência.	A crise ambiental no bairro mobiliza redes de cuidado; hortas e chás que sustentam ações de resiliência climática.	Justiça climática urbana; redes de apoio	Promover reflexão sobre cuidado comunitário e adaptação às mudanças climáticas no espaço urbano.	Elaboração participativa de plano comunitário de cuidado.

Fonte: Vieira e Batista (2025).

**Quadro 11 - Estrutura metodológica das oficinas**

Etapa	Tempo	Objetivos	Atividades	Materiais-base	Avaliação Formativa
Aula 1 – Leitura, sensibilização e problematização.	50 min	Introduzir o gênero cordel, promover leitura e estimular reflexão inicial.	Acolhida e contextualização histórica/cultural (5 min) - Leitura expressiva do cordel (15 min) - Roda de conversa sobre conflito, personagens, cenário e conceitos-chave (15 min) - Síntese conceitual guiada e proposição da tarefa-pontes (15 min)	Cópias do cordel; cartolina; caderno; lápis; caneta.	Participação na leitura e debate; identificação de conceitos; contribuição nas discussões.
Aula 2 – Oficina prática	50 min	Desenvolver atividade prática relacionada ao conteúdo do cordel.	Retomada dos conceitos e apresentação da proposta (5 min) - Execução da atividade (35 min) - Registro parcial da prática (10 min)	A escolher, de acordo com o cordel trabalhado.	Envolvimento na execução; registro adequado da prática; aplicação dos conceitos trabalhados.
Aula 3 – Socialização e avaliação	50 min	Socializar resultados e consolidar a aprendizagem.	Finalização e preparação para apresentação (10 min) - Apresentação dos grupos e relação com conceitos geográficos (25 min) - Avaliação formativa, síntese coletiva e fechamento (15 min)	Produtos da atividade prática; registros feitos pelos grupos.	Clareza na apresentação; articulação teoria-prática; autoavaliação; participação no fechamento.
Adequações por nível		Fundamental II: foco em alfabetização científica, linguagem acessível, práticas simples.	Ensino Médio: foco em aprofundamento conceitual, análise crítica e justificativas técnicas.		

Fonte: Vieira e Batista (2025).

Salientamos que a descrição detalhada de cada oficina, incluindo as atividades propostas e os materiais-base, está inserida no livro, após a finalização dos cordéis.

O percurso metodológico descrito neste capítulo foi construído para que a elaboração do produto técnico-educacional dialogasse de forma direta com os fundamentos teóricos que sustentam a pesquisa. A escolha da literatura de cordel como formato central, a definição temática de cada narrativa e a construção de protocolos didáticos ajustados às realidades do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio respondem à necessidade de um material que seja culturalmente significativo, pedagogicamente aplicável e socialmente relevante.

As ilustrações que compõem o livro de cordéis foram produzidas digitalmente com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial generativa, a partir de descrições textuais (prompts) elaboradas pela autora. Essa escolha metodológica teve como propósito ampliar as possibilidades de representação visual e dialogar com a estética das xilogravuras tradicionais, preservando o caráter artesanal e simbólico das imagens que acompanham cada narrativa.

Todas as ilustrações passaram por um processo de curadoria e edição manual, de modo a assegurar coerência com o conteúdo poético e o contexto sociocultural das histórias apresentadas, evitando estereótipos e garantindo o respeito à diversidade e à integridade das representações femininas. O uso da inteligência artificial, portanto, integra-se ao processo criativo do produto como ferramenta de mediação estética, sem substituir a autoria humana, mas potencializando a materialização imagética das ideias e sentimentos que atravessam a obra.

Mais do que um conjunto de procedimentos, essa metodologia expressa uma postura investigativa comprometida com a valorização dos saberes populares, com a promoção de aprendizagens contextualizadas e com a criação de espaços de diálogo crítico entre escola e comunidade.

### **Articulação com a pesquisa e potencial educativo**

A elaboração do produto técnico-educacional, estruturado a partir da literatura de cordel, encontra respaldo direto na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani (2008), ao considerar a cultura popular como ponto de partida para o trabalho pedagógico, pois expressa as experiências e interesses dos estudantes e das classes populares. Essa abordagem valoriza o saber espontâneo e prático, reconhecendo sua origem e contexto social.

Nessa perspectiva, os cordéis desta proposta configuram-se como instrumentos de valorização dos saberes locais, que, ao serem integrados ao currículo, ampliam as possibilidades de construção de um conhecimento crítico e emancipador. Ao conjugar forma e conteúdo, cada cordel traduz o entrelaçamento entre saberes populares e acadêmicos, operando como espaço de diálogo e reflexão sobre temas centrais da pesquisa: cuidado, sustentabilidade e resistência

e assegurando que esses elementos sejam vivenciados de maneira contextualizada e significativa pelos estudantes.

Tal escolha metodológica reafirma o potencial da cultura popular, especialmente da nordestinidade presente no cordel, para atrair, sensibilizar e engajar, favorecendo a aprendizagem e a fixação de conceitos de forma prazerosa e duradoura (Silva; Costa, 2021).

Assim, mais do que uma opção estética ou cultural, trata-se de uma estratégia pedagógica que integra o reconhecimento das identidades locais à socialização do conhecimento científico, estimulando a formação de leitores críticos e engajados. Ao articular-se diretamente com a problemática investigada nesta pesquisa, o produto reafirma seu potencial como ferramenta de mediação entre experiência vivida e saber sistematizado, contribuindo para a formação integral dos estudantes e para o fortalecimento de práticas educativas críticas e transformadoras.

Esperamos que a utilização deste material sirva como estímulo para a construção de vínculos significativos entre escola e comunidade, fortalecendo o protagonismo discente e incentivando o pensamento crítico. Nossa expectativa é que os cordéis, acompanhados das oficinas, despertem o interesse pela preservação dos saberes tradicionais, ao mesmo tempo que favoreçam a compreensão de conceitos geográficos e socioambientais. Almejamos ainda, que o produto seja adaptado e reproduzido em diferentes contextos escolares, contribuindo para a consolidação de práticas pedagógicas contextualizadas e comprometidas com a transformação social.

Por fim, este produto representa a síntese prática das reflexões e referenciais teóricos discutidos ao longo da pesquisa, integrando saberes populares e conhecimento científico e transformando-os em experiências de aprendizagem críticas, socialmente comprometidas e de aplicabilidade imediata. Sua estrutura metodológica confere-lhe caráter versátil e replicável, potencializando seu alcance e impacto, ao mesmo tempo em que reforça o diálogo entre escola e comunidade e fortalece vínculos identitários no processo educativo.



**SEMENTES:  
PARA NÃO TERMINAR**

## **SEMENTES**

Assim como toda árvore que, ao alcançar sua maturidade, oferece frutos repletos de sementes, esta pesquisa chega às considerações finais com o propósito de lançar ao mundo os germes do conhecimento construído. As sementes aqui apresentadas carregam, em sua forma e essência, os diálogos, reflexões e descobertas cultivados ao longo do percurso. São sementes de saberes populares e acadêmicos, de práticas pedagógicas e de resistência, que se espalham com a expectativa de germinar em novos territórios sejam eles salas de aula, comunidades ou futuras investigações científicas. Ao apresentá-las, reafirmamos que o ciclo não se encerra: ele se renova, convidando outros a plantar, cuidar e fazer florescer as ideias e ações que brotaram deste trabalho.

## **PARA NÃO TERMINAR**

Ao longo desta dissertação, buscamos compreender de quais maneiras as práticas de cultivo de ervas medicinais e alimentares protagonizadas por mulheres em territórios urbanos podem ser compreendidas como formas de resistência, cuidado e uma reinvenção do habitar as cidades.

Em sua concepção inicial, a pesquisa previa uma continuidade empírica mais ampla. No entanto, dificuldades de conciliação de agendas com a comunidade envolvida, por razões que merecem respeito e compreensão tornaram inviável seguir por esse caminho como previsto inicialmente.

Ainda assim, a etapa empírica realizada foi profundamente enriquecedora. O contato com as mulheres da Ocupação Beatriz Nascimento, em Aracaju/SE, por meio de entrevistas e visitas técnicas, proporcionou um encontro potente com saberes, histórias e experiências inspiradoras de cuidado e resistência. Ouvi-las foi um exercício de escuta comprometida e afetiva, que reafirmou o sentido político e ético desta investigação.

Embora breve, essa experiência não foi em vão: dela nasceu o artigo “Mulheres, Saberes e Resistência no Cultivo Urbano de Ervas Medicinais”, que constitui um dos frutos mais significativos desta dissertação. Ao mesmo tempo, a reconfiguração do caminho metodológico permitiu aprofundar o olhar teórico e ampliar a análise para além de um único território, dialogando com múltiplas experiências sistematizadas em outras pesquisas. Foi, portanto, uma

travessia metodológica que não nega seus limites, mas reconhece os caminhos abertos e os aprendizados semeados.

Construímos assim, uma tessitura crítica que articula saberes populares, ecofeminismo, saúde, agricultura urbana e território, sob a ótica de uma epistemologia comprometida com a justiça social e ambiental. Os artigos que compõem esta dissertação examinam diferentes dimensões das práticas de cultivo e cuidado: da soberania alimentar à pedagogia ambiental, da produção coletiva de saberes à ressignificação do espaço urbano. Cada texto reflete uma faceta do processo investigativo e traduz, em linguagem acadêmica, os sentidos e potências de práticas tradicionalmente desvalorizadas.

De forma integrada, os cinco artigos expressam a unidade teórico-metodológica e o percurso de amadurecimento da pesquisa. Cada um contribui, de maneira singular, para o alcance do objetivo geral: compreender o cultivo urbano de ervas medicinais e aromáticas protagonizado por mulheres como prática de resistência, cuidado e sustentabilidade. Os artigos teóricos fundamentam a reflexão sobre os saberes populares e o ecofeminismo, articulando-os à crítica urbana e à educação ambiental; os artigos empíricos traduzem tais fundamentos em experiências concretas, revelando o protagonismo feminino na construção de alternativas socioambientais. Juntos, formam um mosaico coerente de análises e práticas que confirmam o potencial emancipador do cultivo urbano, tanto como gesto político quanto como estratégia de reconstrução comunitária.

Um dos compromissos centrais desta pesquisadora foi cultivar uma escrita científica clara, acessível e sensível, que pudesse ser lida por educadoras, agricultoras, militantes, estudantes e demais sujeitos interessados nas temáticas abordadas. Esse esforço não se dá por mera escolha estilística, mas por convicção ética e política. Como nos ensina Paulo Freire, comunicar é um ato de generosidade e de escuta, e a linguagem nunca é neutra, ela inclui ou exclui, aproxima ou afasta.

Ao optar por não utilizar uma escrita fechada e termos excessivamente técnicos ou rebuscados de difícil compreensão e escolher uma comunicação aberta e mais dialógica, buscamos contribuir para a democratização do conhecimento, rompendo com os muros simbólicos que muitas vezes isolam a produção acadêmica de quem deveria poder se reconhecer nela. A clareza, neste contexto, não é simplificação, mas afirmação de compromisso com uma ciência mais horizontal, comprometida com a transformação social e com os saberes que emergem do chão e das margens. Nesse sentido, escolhemos ser ponte e não um muro.

A estrutura da dissertação foi inspirada na imagem simbólica de uma árvore, elemento vivo, resiliente e ancestral. Cada parte dessa árvore – “raízes”, “solo”, “tronco”, “frutos”, “galhos” e “sementes” – não representa apenas uma divisão metodológica, mas um modo de pensar o conhecimento como um organismo vivo, que se nutre da terra e da história, floresce no presente e projeta seus frutos no porvir.

Optar por essa metáfora foi também afirmar que os saberes aqui reunidos não brotam apenas do rigor acadêmico, mas da escuta, do corpo, da vivência e da ancestralidade, lembrando que a linguagem acadêmica pode carregar beleza e sensibilidade, sem perder seu rigor. Os tons poéticos que atravessam a escrita, por sua vez, não são ornamentais, mas expressam um desejo de tornar o saber mais próximo da vida cotidiana, mais envolvente e acolhedor para quem lê. Afinal, escrever também é plantar, e aqui, a cada palavra, buscamos semear um modo de pensar que valoriza o cuidado, a escuta e a esperança.

Este trabalho é importante porque afirma que pensar a cidade passa também pelo ouvir das vozes que nela ressoam fora dos centros de decisão. É importante porque desestabiliza a ideia de que apenas o saber técnico e institucionalizado tem valor na construção de cidades sustentáveis, e afirma que práticas invisibilizadas, como o cultivo de ervas, o cuidado cotidiano, a transmissão oral de saberes, também constroem território e produzem conhecimento.

Ao longo da pesquisa, evidenciamos que os saberes cultivados pelas mulheres sobre ervas, cura, cultivo, cuidado e vida, não se inscrevem apenas em livros, artigos ou documentos, mas se manifestam, sobretudo, na fala compartilhada, na escuta atenta, nas práticas cotidianas e nos gestos aprendidos entre gerações. Por isso, o produto educacional construído assume a forma de um livro de cordéis, como instrumento de valorização da oralidade enquanto forma legítima de conhecimento.

O cordel, expressão profundamente enraizada na cultura popular nordestina, carrega a potência da palavra falada, ritmada, contada em praça pública ou em rodas de conversa, e faz ecoar os saberes muitas vezes não alcançados. Escolher o cordel é também reafirmar que a linguagem do popular, poética, crítica, inventiva, tem lugar na universidade e deve ser reconhecida como parte constitutiva da produção de conhecimento.

Ao trazer à cena as mulheres como protagonistas do cultivo e da resistência, a pesquisa contribui para ampliar os referenciais sobre sustentabilidade urbana, inserindo o cuidado como categoria política e os saberes tradicionais como tecnologias vivas. Em um contexto em que o cuidado é frequentemente naturalizado como atributo feminino e, portanto, desvalorizado, reconhecê-lo como prática intencional e coletiva é também um gesto de resistência e

reapropriação. Num cenário em que o modelo de desenvolvimento urbano se baseia na negação da diversidade cultural e ecológica, reconhecer a legitimidade de formas alternativas de produzir alimento, saúde e vida é uma escolha teórica, ética e política.

Ainda há muito trabalho a ser feito. Esta pesquisa não esgota os debates que propõe, ela abre caminhos e se inscreve como parte de um movimento mais amplo de questionamento e reconstrução dos modos de pensar e viver a cidade. Os resultados aqui apresentados apontam para a necessidade de fortalecer a articulação entre práticas de cultivo urbano e políticas públicas efetivas, que reconheçam e apoiem essas iniciativas nos territórios. Aponta também para a importância de aprofundar o diálogo entre as epistemologias feministas do Sul Global e as múltiplas expressões da agricultura urbana, valorizando o cuidado como potência transformadora. Por fim, revela o quanto é urgente ampliar o reconhecimento, nos espaços acadêmicos e institucionais, das pesquisas que se enraízam na oralidade, na prática e no território, afirmando-as como formas legítimas e fundamentais de produção de conhecimento.

Por fim, desejamos que esta dissertação possa florescer para além de si. Que sirva como base para ações pedagógicas, intervenções comunitárias, construção de políticas públicas e novas pesquisas. Que as sementes aqui lançadas possam germinar em outras mãos e territórios, nos quintais, nos livros, nas salas de aula, nas cozinhas, nas hortas, nas redes de mulheres que, ao cultivarem a terra, cultivam também a possibilidade de um outro mundo.

## REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. do A.; BEZERRA, G. das N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 160 p.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- AGRICULTURA URBANA E A REVOLUÇÃO DOS BALDINHOS. Fundação Banco do Brasil – Transforma! Rede de Tecnologias Sociais. Certificada 2011. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/agricultura-urbana-e-a-revolucao-dos-baldinhos>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- ALMEIDA, F. S. de; BERNARDO, M. A. T. Raízes da agroecologia e suas convergências na Promoção da Saúde e Soberania Alimentar no Brasil. In: GRACIA, M. T.; BÓGUS, C. M.; COELHO, D. E. P. *Hortas comunitárias urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2024. p. 49-68.
- ALTIERI, M. A. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 5. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- AMORIM, P.; BORSATTO, R. S.; MILANO, G. B. Agricultura urbana como instrumento de luta do MTST: um estudo preliminar. In: *Anais do GT 10 - Movimentos sociais e disputas territoriais e ambientais no Brasil contemporâneo*, 2023.
- ANDRADE, A. F. C. de. *Cidades sustentáveis e os objetivos de desenvolvimento sustentável*. Orientador: R. R. de Souza. 2022. 80 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE, 2022.
- ANDRADE, I. de; CANZI, I. Direito à Cidade: Entre a Produção e a Apropriação Social do Espaço. *Revista Internacional Consinter de Direito*, Paraná, Brasil, v. 1, n. 1, p. 109–129, 2015. DOI: 10.19135/revista.consinter.00001.06. Disponível em: <https://revistaconsinter.com/index.php/ojs/article/view/379>. Acesso em: 9 dez. 2024.
- ANGELIN, R. Mulheres, Ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Itajaí: Estamos preparados? *Rev. Eletr. Direito e Política*. UNIVALI, v.9, n.3, p. 1569-1597, 2014.
- ANTONIO, G. D.; TESSER, C. D.; MORETTI-PIRES, R. O. Fitoterapia na atenção primária à saúde. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 48, n. 3, p. 541–553, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/pny48FkxdsHPPJ7dcVjCGTM/>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- ARAUJO, C. B. *Práxis, vida cotidiana e mundo dos homens*. 2020. 93 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, Maceió, 2021.

ARAÚJO, L. E. B. de; ROCHA, M. C. A. da. Biodiversidade brasileira: biopirataria e a proteção dos conhecimentos tradicionais. *Revista DIREITO UFMS*, Campo Grande, MS, v. 4, n. 1, p. 57-73, jan./jun. 2018.

ARGENTA, S. C.; ARGENTA, L. C.; GIACOMELLI, S. R.; CEZAROTTO, V. S. Plantas medicinais: cultura popular versus ciência. *Revista Eletrônica de Extensão da URI*, v. 7, n. 12, p. 51-60, maio 2011. Disponível em: <https://www.ufpb.br/nepfh/contents/documentos/artigos/fitoterapia/plantas-medicinais-cultural-popular-versus-ciencia.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

ARO, D. T.; FERRANTE, V. L. S. B. Mulheres Assentadas: da Invisibilidade ao Protagonismo. *Retratos de Assentamentos*, v. 16, n. 1, p. 199-226, 2013. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2013.v16i1.135. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/135>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil*, 2021. São Paulo: ABRELPE, 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil*, 2022. São Paulo: ABRELPE, 2023.

AZEVEDO, M. C. *Um Estudo sobre Educação popular: usos e conhecimentos sobre plantas medicinais por mulheres de Petrópolis-RJ*. 2023. 78 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

BADKE, M. R.; BUDÓ, M. L. D.; ALVIM, N. A. T.; ZANETTI, G. D.; HEISLER, E. V. Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais. *Revista Texto Contexto Enfermagem*, v. 21, n. 2, p. 363-370, 2012. DOI: 10.1590/S0104-07072012000200014. Acesso em: 25 jul. 2025.

BANDEIRA, L.; MELO, H. P. *Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>. Acesso em: 10 jun. 2025.

BARBOSA, B. S. C. M. F. et al. Prevenção de doenças crônicas transmissíveis na infância através da alimentação. *Periódicos Brasil: Pesquisa Científica*, v. 3, n. 2, p. 804–815, ago. 2024. Disponível em: <https://periodicosbrasil.emnuvens.com.br/revista/article/view/121>. Acesso em: 05 maio 2025.

BARBOSA, J. R. M. *Agricultura urbana e periurbana como componente para a construção de uma Aracaju ecológica e sustentável*. Orientadora: N. D. dos Santos. 2021. 134 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE, 2021.

BATISTA, R. de O. S.; SHIMADA, S. de O.; SANTOS, L. V.; SANTOS, A. T. Segurança alimentar e nutricional nos sistemas agroalimentares sustentável. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 15, n. 10, p. 12047–12071, 2023.

BATITUCCI, T. de O.; CORTINES, E.; ALMEIDA, F. S.; ALMEIDA, Â. A. de A agricultura em ecossistemas urbanos: um passo para a sustentabilidade das cidades. *Revista Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 22, 2019. Disponível em: <https://scielo.br/j/asoc/a/rvHzzr5C7ZNTYZf8H5XMMDHb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BECK, U. *La sociedad del riesgo mundial*. Barcelona: Paidós, 2008.

BELTRÁN, E. P. Ecofeminismo. In: SOLÓN, P. (Org.). *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismos, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. São Paulo: Elefante, 2019.

BEZERRA, J. A.; BRITO, M. M. de. Potencial nutricional e antioxidantes das Plantas alimentícias não convencionais (PANCs) e o uso na alimentação: revisão. *Investigação, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 9, n. 9, p. 1-11, ago. 2020.

BOTELHO, D.; NASCIMENTO, W. F. Educação e religiosidades afro-brasileiras: a experiências dos candomblés. *Revista Participação*, n. 19, 2011.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Disponível em: <https://acervo.paulofreire.org/items/fec8b409-2342-41b8-9a41-80ae2f8b0bad>. Acesso em: 25 jul. 2025.

BÉGIN, F.; AGUAYO, V. M. First foods: why improving young children’s diets matter. *Maternal and Child Nutrition*, [s. l.], v. 13, 15 out. 2017.

BRESSAN, É. L.; BRZEZINSKI, I. Materialismo histórico-dialético e a transformação da realidade. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, n. 61, p. 1–20, abr./jun. 2022. DOI: [inserir DOI se disponível]. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. *Decreto-lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113123.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113123.htm). Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Governo Federal. *24,4 milhões de pessoas saem da situação de fome no Brasil em 2023*. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2024/01/24-4-milhoes-de-pessoas-saem-da-situacao-de-fome-no-brasil-em-2023>. Acesso em: 20 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 25 maio 2025.

- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. *Hortalças não convencionais (tradicionais)*. Brasília: MAPA/ACS, 2010. 52 p. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS – PNPIC-SUS*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006. (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpic.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. *Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos*. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa\\_nacional\\_plantas\\_medicinais\\_fitoterapiacos.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/programa_nacional_plantas_medicinais_fitoterapiacos.pdf). Acesso em: 20 jul. 2025.
- BRASIL. Organização das Nações Unidas. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Trad. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio). Última edição em 13 out. 2015.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Compostagem doméstica, comunitária e institucional de resíduos orgânicos*: manual de orientação. Brasília, DF: MMA, 2017.
- CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU. *Camilo propõe Projeto de Lei sobre a separação e reciclagem de resíduos sólidos*. 2019. Disponível em: <https://www.aracaju.se.leg.br/institucional/noticias/camilo-propoe-projeto-de-lei-sobre-a-separacao-e-reciclagem-de-residuos-solidos>. Acesso em: 5 dez. 2023.
- CAMPOS, V. G. *O empoderamento feminino e a sustentabilidade: uma análise da agricultura urbana*. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2021. Disponível em: [https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgcsd/Dissertacoes/2021/Viviane\\_Goncalves\\_Campos.pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/ppgcsd/Dissertacoes/2021/Viviane_Goncalves_Campos.pdf). Acesso em: 12 fev. 2025.
- CARLOS, A. F. A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARVALHO, H. F.; FERNANDES, N. B. G.; LOPES, A. F. Educação ambiental: uma abordagem das correntes de Sauvé. In: *Anais do 5º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade*, 21-23 jun. 2016, Três Rios. [S. l.]: [s. n.], 2016. p. 412-416.
- CARVALHO, I. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2001.
- CARVALHO, M. C. S. *Mulheres no mercado de trabalho: o que há de novo e o que se repete*. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros, 2014.

- CARVALHO, R. C. B.; BIGHI, A. R.; GABRIEL BERILLI, A. P. C.; SOUZA, M. N. Plantas alimentícias não convencionais (PANCs): nutrição, sustentabilidade, agroecologia e recuperação de áreas degradadas. In: SOUZA, M. N. (Org.). *Tópicos em recuperação de áreas degradadas*. v. VIII. Mérida: Mérida Publishers, 2024. p. 288-309. DOI: 10.69570/mp.978-65-84548-25-1.c10.
- CASTELLARINI, F. Urban agriculture in Latin America: a green culture beyond growing and feeding. *Frontiers in Sustainable Cities*, v. 3, 2022. DOI: 10.3389/frsc.2021.792616. Acesso em: 12 dez. 2024.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. *Gênero e meio ambiente*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- CASTRO, M. S. S. A.; SOUSA, E. C. Em busca de um futuro sustentável. In: FEIJÓ, F. M. C.; MORAIS, L. A. (Org.). *Educação, gestão e sustentabilidade: série ambiente, tecnologia e sociedade: diálogos interdisciplinares*. Mossoró: Edufersa, 2016. v. 2, cap. 20, p. 216-227.
- CHASSOT, A. Fazendo educação em ciências em um curso de Pedagogia com inclusão de saberes populares no currículo. *Química Nova na Escola*, São Paulo, n. 27, p. 9-12, fev. 2008.
- CHAVES, L. S. *Ecofeminismo e direito à cidade: as mulheres da agricultura urbana na Grande Florianópolis*. 2022. 175 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Acesso em: 11 mar. 2025.
- CHEVALLEY, K. C.; GUIMARÃES, P. B. V. Constitucionalismo brasileiro e natureza em crise: ecofeminismo para evitar o fim do mundo? *Cadernos de Direito Actual*, [s. l.], n. 25, p. 361–383, 2024. Acesso em: 25 jan. 2025.
- CHIERRITO-ARRUDA, E. et al. Afetividade pessoa-ambiente nas hortas comunitárias: promoção da saúde e da sustentabilidade. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 141, e8732, abr.–jun. 2024. DOI: 10.1590/2358-289820241418732P.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- COLLINS, P. H. Intersectionality’s definitional dilemmas. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, n. 41, p. 1-20, 2015.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. Trad. Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CORRÊA, C. J. P.; TONELLO, K. C.; NNADI, E.; ROSA, A. G. Seeding the city: history and current affairs of urban agriculture. *Ambiente & Sociedade*, v. 23, 2020. e00751. DOI: 10.1590/1809-4422asoc20180075r1vu2020L1AO. Acesso em: 12 dez. 2024.
- COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: COSTA, A. A. A.; BRUSCHINI, C. (Orgs.). *Olhares feministas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2006. p. 51–82. ISBN 85-86915-05-3.

- COSTA, B. M.; SAKURAI, T. A participação comunitária em projetos de soluções baseadas na natureza na cidade de São Paulo: estudo das hortas urbanas Horta da Dona Sebastiana, Agrofavela Refazenda e Horta Popular Criando Esperança. *Revista LABVERDE*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 171–195, 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-275.labverde.2021.188679.
- COSTA, C. Desenvolvendo agricultura urbana agroecológica com mulheres periféricas. *Cadernos de Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1–6, 2024. (Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2024).
- COSTA, D. T. M. *Exportações baianas nos séculos XIX e XX: um estudo das consequências econômicas*. 2016. 97 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2016.
- COSTA, H.; ALMEIDA, D.; RODRIGUES, D.; COIMBRA, M. Territórios saudáveis e sustentáveis: agriculturas urbanas, agroecologia e a produção do espaço urbano. In: GRACIA, M. T.; BÓGUS, C. M.; COELHO, D. E. P. (Org.). *Hortas comunitárias urbanas: promovendo a saúde e a segurança alimentar e nutricional nas cidades*. São Paulo: Instituto de Saúde, 2024. p. 49–68.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, n. 1, art. 8, 1989.
- CRUZ, R. R. et al. Movimento ambientalista e desenvolvimento sustentável: origens, perspectivas e influências. In: SANTOS, A. H. V. et al. *Saberes ambientais: reflexões sobre a relação sociedade-natureza*. Ananindeua, PA: Itacaiúnas, 2020. cap. 4, p. 48–67.
- CUSICANQUI, S. R. Ch'ixinakax utxiwa: uma reflexão sobre práticas e discursos descolonizadores. Trad. A. L. Braga; L. Z. Zalis. São Paulo: N-1 Edições, 2021. *Polifonia*, Cuiabá, v. 29, n. 53, p. 178–183, 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/14866>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEGENHART, B. La agricultura urbana: un fenómeno global. *Nueva Sociedad*, v. 262, p. 1–11, 2016.
- DEL PRIORE, M.; BASSANEZI, C. B. (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Unesp, 2007.
- DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. São Paulo: Gaia, 2004.
- DIAS, M. B. *Justiça e democracia ressignificadas pela ancestralidade: o ativismo alimentar no programa Kitandas em periferias de Porto Alegre*. 2024. 174 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

- DINIZ, A. M.; AHLERT, A. Educação ambiental na prática docente na educação básica. *Revista Sergipana de Educação Ambiental*, v. 8, n. 1, p. 1–21, 30 jun. 2021.
- DREW, D. *Processos interativos homem-meio ambiente*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- DUARTE, R. C. P. *O ecofeminismo e a luta pela igualdade de gênero: uma análise à luz da teoria bidimensional da justiça*. 2015. 104 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2015.
- DUSSEL, E. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In: LIMA DUARTE, C.; ROSADO NUNES, I. (Org.). *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26–47. ISBN 978-65-992547-0-3.
- FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. *O estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo 2023: urbanização, sistemas agroalimentares e dietas saudáveis no contexto de transformações urbanas*. Roma: FAO, 2023.
- FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. *O Estado Mundial de la Agricultura y la Alimentación*. Roma: FAO, 2011. Parte I.
- FAVORETO, C. J. R. et al. Agricultura urbana na perspectiva dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 17, ed. 2, p. 1–30, 2024.
- FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.
- FEDERICI, S. *O patriarcado do salário*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.
- FERREIRA, N. B. P. A arte e a formação humana: implicações para o ensino de literatura. In: MARTINS, L. M.; DUARTE, N. (Orgs.). *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 121–138.
- FLÁVIO, L. C.; CICHOSKI, P. Resgate das memórias sobre plantas/hortaliças medicinais: experiências vividas na Horta Comunitária Amarbem/Cimmad. *Revista Territorial*, Goiás, Edição Especial – GIPAP, 2024, p. 129–152.
- FOLHES, R. T. et al. Agricultura e produção do espaço urbano: reflexões para uma agenda de pesquisa. *Novos Cadernos NAEA*, [s. l.], v. 24, n. 2, ago. 2021. ISSN 2179-7536.

- FREITAS, G. M. *Quintais produtivos: expressões de resistência das mulheres assentadas em territórios de monocultura*. 2023. 77 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente) – Universidade de Araraquara, Araraquara, 2023.
- FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: DITTLER, F. (Org.). *Microfísica do poder*. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 79–97.
- FRANÇA, S. A.; REZENDE, V. L. F. Produção do espaço urbano e novos eixos imobiliários Aracaju-SE, Brasil: mercado e estado. In: *Simpósio de la Asociación Internacional de Planificación Urbana y Ambiente (UP 11)*. La Plata, 2014. ISBN 978-950-34-1133-9. p. 890–900.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia da liberdade: ética, autonomia e cidadania*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 72. ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. 143 p. ISBN 978-85-7753-409-8.
- FREITAS, A. V. L. *O espaço doméstico dos quintais e a conservação de plantas medicinais na comunidade de São João da Várzea, Mossoró-RN*. 2014. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró-RN, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/tede/188/1/AnaVLF\\_TESE.pdf](https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/tede/188/1/AnaVLF_TESE.pdf). Acesso em: 8 jul. 2025.
- GADOTTI, M. *Educação e sustentabilidade: um novo paradigma para a educação*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2000.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GLOWKA, K. K. O.; MARQUES, S. A.; MOURA, G. S. Conhecimento popular sobre plantas medicinais em comunidades rurais do município de Laranjeiras do Sul, Paraná. *Revista Verde*, v. 16, n. 1, p. 48–59, 2021. DOI: 10.18378/rvads.v16i1.8423.
- GOHN, M. G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27–38, jan./mar. 2006.
- GOLD, M. Camponês, patriota, ambientalista: discurso sobre desenvolvimento sustentável em Havana. *Bulletin of Latin American Research*, v. 33, p. 405–418, 2014.
- GONDIM, J. M. da S. *Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS e sua implementação por meio das Farmácias Vivas*. 2021. Dissertação (Mestrado em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste) – Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2021. 102 f.

- GONZALEZ, L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. São Paulo: Zahar, 2020.
- GONÇALVES, I. V. *Hortas comunitárias urbanas no município de Florianópolis: políticas públicas de segurança e soberania alimentar*. 2024. 114 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2024.
- GONÇALVES, R. K. S.; FREITAS, H. R.; JÚNIOR, B. J. N.; ALMEIDA, L. R. S.; LEITE, I. O.; MOURA, A. S. Agricultura urbana no semiárido: produção de plantas medicinais no sertão baiano. *Cadernos de Agroecologia*, São Cristóvão, Sergipe, v. 15, n. 2, 2020. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia. ISSN 2236-7934.
- GOUVEIA, N. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2012, v. 17, n. 6, p. 1503–1510. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000600014>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Pessoa Jurídica. *Adema e MPSE orientam consórcios de resíduos sólidos sobre os planos de recuperação de áreas degradadas para encerramento dos lixões em Sergipe*. Aracaju/SE, 13 nov. 2023. Disponível em: [https://www.se.gov.br/noticias/meio-ambiente/adema\\_e\\_mpse\\_orientam\\_consorcios\\_de\\_residuos\\_solidos\\_sobre\\_os\\_planos\\_de\\_recuperacao\\_de\\_areas\\_degradadas\\_para\\_encerramento\\_dos\\_lixoes\\_em\\_sergipe](https://www.se.gov.br/noticias/meio-ambiente/adema_e_mpse_orientam_consorcios_de_residuos_solidos_sobre_os_planos_de_recuperacao_de_areas_degradadas_para_encerramento_dos_lixoes_em_sergipe). Acesso em: 14 nov. 2023.
- GRANDO, I. M. H. *Sensibilização ambiental no empoderamento de comunidades tradicionais a partir da agricultura orgânica: estratégias participativas para valorização de espaços de saberes*. 2023. 170 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) – Universidade Positivo, Curitiba, 2023.
- GREGORI, J. de. Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, v. 30, n. 2, p. 47–68, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/download/776/677>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- GUIMARÃES, M. B.; NUNES, J. A.; VELLOSO, M.; BEZERRA, A.; SOUSA, I. M. As práticas integrativas e complementares no campo da saúde: para uma descolonização dos saberes e práticas. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 29, n. 1, e190297, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/B4xk3VVgGdNcGdXdH3r4n6C/?lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- HABITAÇÃO de Interesse Social – PLHIS. Aracaju, 2011.
- HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. *GEOgraphia*, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75–90, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/43100/24532/144946>. Acesso em: 08 jul. 2025.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HENRIQUE, W. *O direito à natureza na cidade*. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p. ISBN 978-85-232-0615-4.

HIRATA, H. et al. Divisão–relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. *Em Aberto*, v. 15, n. 65, 1995.

HISTÓRIA das relações de gênero: as origens das civilizações e do patriarcado. [S. l.]: Editora Contexto, 22 maio 2015.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *PNAD Contínua: Segurança alimentar 2023 – Tabela 9553: Pessoas em domicílios particulares permanentes, em situação de segurança alimentar e insegurança alimentar, segundo o sexo da pessoa de referência, com distribuição percentual e coeficiente de variação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9553>. Acesso em: 20 jul. 2025.

HOOKS, B. *Irmãs do inhamo: mulheres negras e autorrecuperação*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

JACOBI, P. R.; EMPINOTTI, V.; TOLEDO, R. F. de. Gênero e meio ambiente. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1-4, jan./mar. 2015.

JAMIESON, D. *Ética e Ambiente*. São Paulo: SENAC, 2010.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003. p. 55-63.

KLEIN, C.; KUHNEN, A.; OLEKSZECHEN, N. Mover-se na cidade: implicações afetivo-corpo-espaciais em ciclistas e frequentadores de praça pública. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 141-160, 2017.

KMIECIK, L.; LUCCA, A. Recomendações para a valorização da biodiversidade local a partir de plantas alimentares não convencionais em hortas comunitárias urbanas. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, v. 9, p. 898-917, 2020.

KOSÍK, K. *Dialética do concreto*. Trad. C. Neves e A. Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. D. B. Pereira e S. Martins. Paris: Éditions Anthropos, 2000. Primeira versão: fev. 2006.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Edições Moraes, 1968.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, E. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

LEFF, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEMES, M. A.; FERRAZ, J. M. G.; YAVORSKI, R. Plantas espontâneas medicinais em quintais periurbanos. In: PACHECO, C. S. G. R.; SANTOS, R. P. *Agroecologia: Produção e Sustentabilidade em Pesquisa*. Vol. 2. [S. l.]: Editora Científica Digital, 2022. v. 2, cap. 13, p. 165-178. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/220910351>. Acesso em: 8 jul. 2025.

LIMA, D. F. de. *Cuidados populares em saúde: uso das ervas e de rezas em Santa Cruz/RN*. 2021. 70 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva – Facisa) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

LOPANE, A. R. M. *Rumo a um mundo de sistemas alimentares urbanos?* 2021. 124 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2021.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. de A. *Plantas medicinais do Brasil: nativas e exóticas*. 2. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008.

LOUREIRO, C. F. B. et al. (Orgs.). *Cidadania e meio ambiente*. Construindo os recursos do amanhã. V. 1. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 2003.

LOUREIRO, C. F. B. et al. Contribuições da teoria marxista para a educação ambiental crítica. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 29, n. 77, p. 81–97, jan./abr. 2009.

LOUREIRO, C. F. B. *Educação ambiental crítica: trajetória e fundamentos*. São Paulo: Cortez, 2012.

LÚCIO, A. S.; ALVES, A. S. N.; MEIRA, J. F. P. Saberes tradicionais, saúde e sustentabilidade: uma análise das práticas integrativas e complementares. In: *Saberes tradicionais e sustentabilidade: diálogos e perspectivas*. [s. l.]: Editora Poisson, 2023.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução de R. Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 304 p.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital*. São Paulo: Centauro, 2011.

MAHMOOD, Q.; MUTANER, C. State-society nexus in Brazil and Venezuela and its effect on participatory governance efforts in health and other sectors. *International Journal for Equity in Health*, Ottawa, v. 19, n. 173, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://equityhealthj.biomedcentral.com/track/pdf/10.1186/s12939-020-01278-1.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

MARAT-MENDES, T.; LOPES, S. S.; BORGES, J. C. Agricultura urbana: modelos de desenho urbano para um planejamento sustentável. *Compêndio de Políticas Urbanas*, 2021. p. 1-16. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/26244>. Acesso em: 8 jul. 2025.

MARQUES, F. M. E.; BASTOS, B. N. N.; BATISTA, R. O. S. A contradição capital-trabalho na pesca artesanal: o avanço do capital imobiliário sobre o território da comunidade Farolândia. In: V ENCONTRO NACIONAL e XI FÓRUM ESTADO, CAPITAL, TRABALHO: A CIÊNCIAS HUMANAS E 'MISÉRIA DA RAZÃO', 2020, São Cristóvão. *Anais...* 2020. Disponível em: <https://engpect.wordpress.com/anais-v-engpect/>. Acesso em: 22 jan. 2025.

MÁRQUEZ, L. Agricultura urbana: o que Cuba pode nos ensinar. *ArchDaily Brasil*, 02 nov. 2012. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-78672/agricultura-urbana-o-que-cuba-pode-nos-ensinar>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MARTINS, M.; SANO, P. T. *Biodiversidade tropical*. São Paulo: Unesp, 2009.

MARTINS, M. S.; MOITA, J. F. G. S. Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para o debate. In: *VI Semana de História do Pontal, V Encontro de Ensino de História*, 2018. Disponível em: [https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mireile\\_silva\\_martins.pdf](https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/mireile_silva_martins.pdf). Acesso em: 8 jul. 2025.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. 853 p.

MARX, K.; ENGELS, F. *Teses contra Feuerbach*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MESQUITA, A. Agricultura urbana no Brasil: desafios e perspectivas para cidades sustentáveis. In: EURO ELECS, IV., 2021. *Anais do IV Euro Elecs*. [S. l.: s. n.], 2021.

MESQUITA, M. C. G. D.; GONÇALVES, D. C. A contribuição do materialismo histórico-dialético na análise das políticas públicas de permanência nas universidades federais do Brasil. *Revista de Educação*, Goiânia, v. 27, p. 164-175, 2024. Acesso em: 18 jun. 2025.

MIES, M. *Patriarcado e acumulação global: mulheres na reestruturação da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

MIES, M. *Patriarcado e acumulação global: mulheres na reestruturação da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

- MINAYO, M. C. de S. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MIRANDA, E. B. de; SGUAREZI, S. B.; ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. Povos originários e comunidades tradicionais e as políticas públicas no Brasil. *Revista Aracê*, São José dos Pinhais, v. 7, n. 1, p. 2982-2990, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/arev7n1-182>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- MIRANDA, L. A. *Agricultura urbana agroecológica na cidade de São Paulo: o caso das Mulheres do Grupo de Agricultura Urbana (GAU)*. 2024. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2024.
- MONTEIRO, D. *Por uma pedagogia da oralitura: memória, ancestralidade e resistência nas experiências de mulheres negras educadoras*. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-A4RKW9>. Acesso em: 8 jul. 2025.
- MOTA, S. *Introdução à Engenharia Ambiental*. 3. ed. Rio de Janeiro: ABES, 2002.
- MOTEKA, F. R. C. *A educação não formal como instrumento de fortalecimento da cidadania e identidade*. Guarapuava: Centro Universitário Guairacá, 2021.
- MOTHÉ, G. P. B. et al. Compostagem e educação ambiental: uma ferramenta importante no tratamento de resíduos sólido. *Revista Brasileira de Desenvolvimento*, v. 6, n. 7, p. 49520–49532, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-557>. Acesso em: 5 out. 2023.
- MUTTI, G. de S. L.; KLUBER, T. E. Formato Multipaper nos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu brasileiros das áreas de Educação e Ensino: um panorama. In: *V Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos*, Foz do Iguaçu, 2018.
- NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 15 out. 2025.
- NERY, D. S. P. *A produção social do espaço urbano e o direito à moradia das mulheres: uma análise interseccional das relações sociais de gênero, raça e classe na cidade do Rio de Janeiro*. 2020. 231 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.
- NOVAES, M. V. P.; CAMPOS, T. M. de. *Logística reversa na Política Nacional de Resíduos Sólidos: a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto*. São Paulo: Atlas, 2014.
- OLIVEIRA, A. M. de. Urbanização brasileira e marginalidade: os olhares socioeconômico e sociocultural em contraponto. *Revista FAAC*, Bauru, v. 2, n. 1, p. 55-68, abr./set. 2012.
- OLIVEIRA, J. R. Das epistemologias do Sul a um novo Ethos Sulista. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 45, p. 439-454, 2022. Edição Especial. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.21.p439>. Acesso em: 30 jul. 2025.

OLIVEIRA, M. G. P.; LUSTOSA, M. C.; GRAÇA, L. A dimensão de gênero no Big Push para a sustentabilidade no Brasil: as mulheres no contexto da transformação social e ecológica da economia brasileira. *Documentos de Projetos (LC/TS.2021/6; LC/BRS/TS.2021/1)*, Santiago e São Paulo, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2021.

ONÇAY, S. T. V.; FAGUNDES, J. R. Povos indígenas e os princípios da ancestralidade. In: IGNÁCIO, Z. M. et al. *Educação popular e saúde: o cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais na cultura indígena Kaingang*. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2020. cap. 1, p. 18-25. ISBN 978-65-87180-03-8.

OTT, A. F. S. *Mulheres que alimentam cidades: ecofeminismo e agroecologização de territórios*. 2023. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2023.

PACHECO, E. M.; DIAS, M. T. G. A luta das mulheres por políticas sociais: avanços e retrocesso. *Revista INDB de Serviços Sociais*, São Paulo, 2023, n. 202, p. 263-283.

PEDROSO, R. S. et al. Plantas medicinais: uma abordagem sobre o uso seguro e racional. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, 2021. Disponível em: <https://scielo.br/j/physis/a/kwsS5zBL84b5w9LrMrCjy5d/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2025.

PINTO, H. V.-C. O papel da mulher no século XXI. *Cadernos Jurídicos*, São Paulo, ano 15, n. 38, p. 11-20, 2014.

PIÁ. *Pancs: Plantas Alimentícias Não Convencionais*. Conexão Ambiental, Paraná Inteligência Artificial, 2021. Disponível em: <http://www.conexaoambiental.pr.gov.br/Pagina/Pancs-Plantas-Alimenticias-Nao-Convencionais>. Acesso em: 18 jul. 2025.

POLETTI, A. L. C.; BADKE, M. R.; NICCHIO, P.; MUTTI, P. G. PANC e plantas medicinais no projeto Hortas Comunitárias. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 27, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/san.v27i0.8654699>. Acesso em: 30 jul. 2025.

PORTO-GONÇALVES, C. W. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. *Geographia*, Niterói, v. 10, n. 20, p. 37-52, 2008.

PORTUGUEZ, C. J. F.; PORTUGUEZ, A. P. Mobilização comunitária para recuperação e uso sustentável da área de compensação socioambiental do bairro/loteamento Cidade Jardim, Ituiutaba, MG. *Destarte*, v. 13, n. 1, p. 179-204, jul. 2024. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/destarte/article/view/3199>. Acesso em: 01 ago. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. rev. e ampl. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

- QUINTINO, E. S.; ANDRADE, W. M. D.; PACHECO, C. S. G. R. Agroecologia: impactos e contribuições das plantas alimentícias não convencionais (PANCS) para a soberania alimentar. *Agroecologia: tópicos especiais em pesquisa - volume 1*, v. 1, pp. 33-48. Editora Científica Digital, 2024.
- RAGO, M. Relações de gênero e classe operária no Brasil, 1890-1930. *Olhares feministas*, p. 219-237, 2007.
- REDE BRAS. PESQ. SOBER. SEGUR. ALIM. NUTR. – REDE PENSSAN. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 20 jul. 2025.
- RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, 2021*. São Paulo: ABRELPE, 2022.
- RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, 2022*. São Paulo: ABRELPE, 2023.
- RIBEIRO, H.; JAIME, P. C.; VENTURA, D. Alimentação e sustentabilidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 185–198, 2017.
- ROCHINHA, I. S. P.; MORELLI, L. L.; GOMES, L. S.; COUTO, I. P.; ARAUJO, L. C.; ANHOLETI, M. C.; CARMO, D. F. Projeto Artemísia: empoderamento feminino pelo cultivo e comercialização de ervas medicinais. *Cadernos de Agroecologia*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2024.
- RODRIGUES, L. P. F.; ZANETI, I. C. B. B.; LARANJEIRA, N. P. Sustentabilidade, Segurança Alimentar e Gestão Ambiental para a Promoção da Saúde e Qualidade de Vida. *Participação*, [S. l.], n. 19, 2012.
- SÁ, K. *A repercussão da política nacional de plantas medicinais e fitoterápicos na formação superior em saúde no estado do Ceará entre 2006 e 2016*. 2016. 215f. – Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza (CE), 2016.
- SACRAMENTO, H. T.; LOBINO, M. G. F. Jardins terapêuticos e hortas urbanas: articulando saúde e ambiente no território vivido na formação de ecoeducadores a partir do Laboratório Vivo. *Revista Eletrônica Sala de Aula em Foco*, v. 14, n. 3, p. 55-68, 2025.
- SAFFIOTI, H. I. B. *Trabalho Feminino e Capitalismo*. Trabalho apresentado no IX Congress of Ethnological and Anthropological Sciences, Chicago, 1973.
- SANTANA, S. B. *Agricultura urbana em territórios populares da região metropolitana de Salvador: Uma prática contra-hegemônica?* 2022. 99 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2022.

- SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- SANTOS, C. J. P.; SOUZA, L. R. G.; COSTA, R. C.; PAIXÃO, S. C. S.; RODRIGUES, K. B. M.; PROTÁZIO, J. G.; MOTA, R. M.; FARIAS, S. R. A.; BAIA, J. G. S. Mulheres de luta: narrativas das quebradeiras de coco babaçu de Pedrinhas - MA em intersecções com o clube de mães. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, Portugal, v. 16, n. 13, p. 01-29, 2024.
- SANTOS, E. L. (Et. al). Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *DRd – Desenvolvimento Regional em debate*, Ano 2, n. 1, jul. 2012.
- SANTOS, L. M. A alimentação e o desenvolvimento infantil. *Revista Ciência & Saúde*, v. 6, n. 1, 2005.
- SANTOS, M. G.; CARVALHO, A. C. B. Plantas medicinais: saberes tradicionais e o sistema de saúde. In: SANTOS, M. G.; QUINTERO, M. (Comps.). *Saberes tradicionais e locais: reflexões etnobiológicas* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018. p. 72-99.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da USP, 2006.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2009.
- SANTOS, M. M. et al. O papel dos quintais produtivos na promoção da segurança alimentar: uma revisão sistemática de literatura. *Journal of Media Critiques Multidisciplinar*, Brasil, ano 2024, v. 10, ed. 26, p. 1-20.
- SANTOS, V. P.; VENÂNCIO JR., D.; BENINI, É. A. “Nós ainda existimos”: testemunhos (d)e resistências de mulheres camponesas e indígenas do Cerrado. *Élisée - Revista de Geografia da UEG*, v. 9, n. 2, e922015, jul./dez. 2020.
- SARMENTO, D. P. G.; BANKHARDT, F. A. Cidades inclusivas para as mulheres: da história das mulheres às transformações no espaço da cidade. *Revista Nodo*, 2020, p. 86-102.
- SARNO, D. C. L. *Elementos de Direito Urbanístico*. 1. ed. Barueri, SP: Manole, 2004.
- SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. de M. (Orgs.). *Educação ambiental: pesquisa e desafios*. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 16-41.
- SAVIANI, D. *A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2005.
- SCHMITZ, A. M. *A territorialização dos conhecimentos tradicionais sobre plantas medicinais: A experiência do coletivo de mulheres agricultoras do SINTRAF-FB*. 2023. 287 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2023.

- SCHNORRENBERGER, N. Ecofeminismo latino-americano e o feminismo comunitário: pontos convergentes? In: *Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião*, São Leopoldo, v. 1, p. 575-590, 2021.
- SEPLOG. Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS*. Aracaju, 2011.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 24. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2014.
- SGARBIDA, A. Insegurança alimentar atinge quase 5,5 milhões de crianças de até 4 anos. *CNN*, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/inseguranca-alimentar-atinge-quase-55-milhoes-de-criancas-de-ate-4-anos/>. Acesso em: 15 jul. 2025.
- SHIVA, V.; MIES, M. *Ecofeminismo*. 1. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.
- SHIVA, V. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SILVA, A.; SILVA, A. J.; BENEVIDES, C. M. J. Revisão sistemática sobre PANC no Brasil: aspectos nutricionais e medicinais. *Scientia: Revista Científica Multidisciplinar*, v. 7, n. 1, p. 132–151, 2022.
- SILVA, F. M.; OLIVEIRA, S. R. da S.; CRUZ, P. J. S. C.; BRUTSCHER, V. J. Movimentos sociais e práticas populares em saúde: desafios contemporâneos na percepção de protagonistas paraibanos. *Emancipação*, v. 23, p. 1–21, 2023.
- SILVA, D. A. da. *A sabedoria que vem da terra: diálogos entre mulheres, plantas medicinais e o ensino de Ciências da Natureza*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza) – Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 2019.
- SILVA, D. R. da; MELLO, S. C. B.; BASTOS, A. F. da S. Direito da criança à cidade: reconstrução teórica e aplicação em contextos urbanos diversificados. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 16, e20230113, 2024.
- SILVA, I. O. da. *Etnobotânica em territórios quilombolas no Brasil: uma revisão*. Orientador: M. C. Ribeiro. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ecologia) – UNESP, Rio Claro, 2021.
- SILVA, L. C. R. da; RODRIGUES, G. R.; SILVA, L. A. L. da. Protocolos comunitários da sociobiodiversidade e os retrocessos da lei nº 13.123/2015 para o direito de consulta e consentimento prévio, livre e informado. In: SOUZA FILHO, C. F. M. de et al. (Orgs.). *JUS DIVERSIDADE E PROTOCOLOS COMUNITÁRIOS*. Curitiba/PR: CEPEDIS, 2021, cap. 11, p. 205-224.
- SILVA, L. C. da et al. Implementação da política de práticas integrativas complementares no Brasil: análise dos resultados nos últimos cinco anos. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, v. 4, ed. 7, p. 1-18, 2023.

- SILVA, L. C. da; LIMA, F. de; MARCHI, S. M.; MALTA, A. do M. M.; RODRIGUES, J. E.; SILVA, S. M. A. da; SOUZA, N. M. de; SILVA, E. G.; VASCONCELOS, J. L. de A.; CARVALHO, T. M. de. Implementação da política de práticas integrativas complementares no Brasil: análise dos resultados nos últimos cinco anos. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, v. 4, n. 7, p. 1-18, 2023.
- SILVA, M. A. M. da. *Educação ambiental para a cidadania e a construção de valores morais: diálogos entre pesquisa e intervenção*. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2015.
- SILVA, S. H. C. da; ASSIS, M. A. de; BOCHNER, R.; MIRANDA, M. G. de; GARRIDO, R. G.; AVELAR, K. E. S. Plantas medicinais: tradições e saberes de mulheres de uma comunidade urbana do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. *Revista Espacios*, v. 35, ed. 4, p. 12-26, 2014.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SOARES, J. de J. Justiça ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFAS E GEÓGRAFOS, VIII., 2024, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2024.
- SOARES, S. M. *Etnobotânica e plantas medicinais: foco no trabalho das mulheres*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia em Agroecologia) – IFRN, Ipanguaçu, 2023.
- SOARES, S. de J.; FONSECA, V. M. da. Pesquisa científica: uma abordagem sobre a complementaridade do método qualitativo. *Quaestio*, v. 21, n. 3, p. 865-881, set./dez. 2019.
- SOUSA, L. C. C. de; SANTOS, G. D. dos; MACÊDO, J. da S.; SANTANA, L. A. Plantas medicinais, condimentos e o saber popular. *Revista Saúde e Meio Ambiente (RESMA-UFMS)*, v.13, n.1, p.17-24, jul./dez. 2021.
- SOUSA, M. L. O. *Dinâmica regional do mercado de trabalho formal feminino no Brasil: uma análise para o período de 2011 a 2021*. Salvador: UNIFACS, 2024. 113 f.
- SOUZA, R. 'Mais verde e menos cinza': mulheres enfrentam adversidades no cultivo de agroflorestas e hortas urbanas no RJ. Brasil de Fato, 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/15/mais-verde-e-menos-cinza-mulheres-enfrentam-adversidades-no-cultivo-de-agroflorestas-e-hortas-urbanas-no-rj>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- VIEIRA, A. F. B. *Jornalismo e a duração dos processos civilizadores: análise da adequação comportamental e da formação de uma segunda natureza em Monte Alegre - PR (1942-1964)*. Orientador: M. A. de F. Júnior. 2020. 219 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3174>. Acesso em: 18 jun. 2025.
- VIEIRA, G. S. et al. Chaya e saúde: benefícios nutricionais da Chaya (*Cnidocolus aconitifolius*) na alimentação no contexto do empoderamento feminino. *Revista Ceará*

*Científico*, Juazeiro do Norte, Secretaria da Educação do Estado do Ceará – SEDUC, p. 204-218, 2024.

WALSH, C. *Saberes ancestrales y economía del conocimiento*. Seminario internacional. Capitalismo cognitivo y economía social del conocimiento. Centro Internacional de Estudios de Comunicación para America Latina, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uiFpnug8h7M&t=1714s>. Acesso em: 28 jul. 2025.

WALSH, C. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento outros a partir da diferença colonial. *Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)*, v. 5, n. 1, p. 13-34, 2019.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO  
EM REDE NACIONAL PARA O  
ENSINO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS**



**Mônica dos A. M. Vieira  
Rosana de O. S. Batista**

**“Entre o saber e o  
plantar, a cidade  
florescerá”  
- Livro de Cordéis -**



**São Cristóvão  
2025**

**Mônica dos A. M. Vieira  
Rosana de O. S. Batista**

***“Entre o saber e o  
plantar, a cidade  
florescerá”.***

**Produto técnico educacional  
apresentado ao Programa de  
Pós-Graduação em Rede  
Nacional para Ensino das  
Ciências Ambientais  
(PROFCIAMB/UFS) como  
requisito para a obtenção do  
título de Mestra em Ciências  
Ambientais.**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rosana  
de Oliveira Santos Batista**

**São Cristóvão**

**2025**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Vieira, Mônica dos Anjos Menezes.

V658e “Entre o saber e o plantar, a cidade florescerá”: livro de cordéis / Mônica dos Anjos Menezes Vieira, Rosana de Oliveira dos Santos Batista. – São Cristóvão, SE, 2025.  
80 f.; il.

Produto Técnico Educacional (mestrado em Rede Nacional para o Ensino das Ciências Ambientais) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Agricultura urbana. 2. Plantas medicinais. 3. Ensino médio. 4. Sustentabilidade. Batista, Rosana de Oliveira dos Santos, orient. II. Título.

CDU 633.88

## FICHA TÉCNICA

**Título: Entre o saber e o plantar, a cidade florescerá.**

**Autoras: Mônica dos Anjos Menezes Vieira;  
Rosana de Oliveira Santos Batista**

**Arte e Diagramação: Mônica dos Anjos  
Menezes Vieira**

**Tipo de Material: Produto Técnico Educacional**

**Formato Digital: PDF**

**Nível Escolar: Ensino Fundamental II e Ensino  
Médio**

**Público-alvo: Geral**

**Origem Institucional:**



**Apoio Financeiro:**



**Entre o saber e o plantar, a cidade florescerá. © 2025 por  
Mônica dos Anjos Menezes Vieira está licenciado sob CC BY-NC-  
SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>**

# **APRESENTAÇÃO**



Este livro nasce do encontro entre a poesia popular e a educação crítica. Inspirado na força e no ritmo do cordel, apresenta-se como um recurso pedagógico que aproxima o conhecimento escolar da vida cotidiana, valorizando saberes tradicionais e problematizando questões urgentes do nosso tempo.

As histórias aqui narradas, escritas em sextilhas, conversam com temas como o cultivo de ervas medicinais, práticas integrativas e complementares em saúde, justiça climática, sustentabilidade urbana e redes de cuidado. Cada cordel é acompanhado de uma proposta de oficina, cuidadosamente elaborada para o trabalho em sala de aula, articulando conceitos, metodologias participativas e atividades que estimulam o protagonismo estudantil.

O livro está dividido em duas partes: a primeira voltada para turmas do Ensino Fundamental II, com linguagem mais acessível e lúdica; a segunda dedicada ao Ensino Médio, com textos e atividades que aprofundam as análises e ampliam as conexões com temas sociais, culturais e ambientais.

A escolha pelo cordel não é apenas estética, mas política e pedagógica. Ao trazer para a escola uma forma de expressão popular historicamente ligada à oralidade e à memória coletiva, reafirma-se a importância de reconhecer a cultura como território de disputa e resistência.

Importa destacar que os planos e propostas de oficinas apresentados nesta obra constituem **sugestões**, servindo como ponto de partida para práticas criativas e contextualizadas. Cada educadora e educador tem plena autonomia para adaptá-los às especificidades de sua turma, aos recursos disponíveis e à realidade sociocultural dos estudantes.

Assim, esta obra convida educadoras e educadores a se apropriarem dessas narrativas e propostas de oficinas como sementes para novas práticas pedagógicas, cultivando nos estudantes a sensibilidade, a criticidade e a capacidade de agir em seus territórios.

Atenciosamente,

As autoras.



## **SUMÁRIO**

<b>CORDÉIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>6</b>
Maria e a horta no quintal de concreto	7
O cheiro do meu lugar	15
A feira das mãos que curam	22
A rezadeira do beco	29
A janela que virou jardim	36
<b>CORDÉIS PARA O ENSINO MÉDIO</b>	<b>43</b>
Até que enfim, aquele lote virou jardim!	44
As histórias que semeavam ou as sementes que histórias contavam?	51
O remédio da vó Amara	58
Como é que pode, um território ser de panela e de pote?	65
Cuidado é resistência com ajuda da ciência	73
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>80</b>

# **CORDÉIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL II**

Esta parte do livro reúne cordéis e propostas de oficinas pensadas especialmente para turmas do Ensino Fundamental II.

A linguagem é acessível e lúdica, incentivando a participação ativa dos estudantes e aproximando conceitos escolares de situações do cotidiano<sup>1</sup>.

Os textos abordam temas como saberes tradicionais, uso de ervas medicinais, sustentabilidade e cuidado com o território, sempre de forma dialogada e sensível.

Cada cordel é acompanhado de atividades que favorecem a reflexão crítica, o trabalho coletivo e o protagonismo juvenil, permitindo que a aprendizagem ocorra de maneira criativa e significativa.

---

<sup>1</sup> As ilustrações que compõem este livro foram produzidas com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial generativa, sob curadoria e revisão das autoras.

***MARIA E A HORTA  
NO  
QUINTAL DE CONCRETO***



No prédio onde eu morava  
Tudo era cinza e fechado,  
Não tinha verde nas ruas,  
Nem canto arborizado,  
Ali a vida parecia  
sem cor e o verde foi cortado.



Um dia minha vizinha  
Comentou lá na calçada:  
“Se a gente plantar ervinha  
A vida fica ajeitada”,  
E logo a ideia cresceu  
Na conversa animada.

Maria, sempre atenta  
A conselho e bom trato,  
Começou a catar pote,  
Resto de pau e de prato,  
Sonhando em fazer uma horta  
No corredor ao invés de mato.

Mas cedo veio o aviso  
Do síndico mal-humorado:  
“Isso aqui não é quintal  
Nem jardim autorizado,  
Lugar de vaso é dentro de casa,  
Esse corredor é sagrado”.

Maria respirou fundo  
Para não se aborrecer:  
“Se o é espaço coletivo  
Todos podemos fazer  
Algo pra ser cuidado  
E também pra florescer”.





Chamou as vizinhas e os  
amigos  
Pro assunto debater,  
Falou do uso das ervas  
Pra dor, febre e bem viver,  
E que vida aquele prédio,  
eles tinham que devolver.

Juntaram garrafa PET,  
Terra boa e muita mão,  
Capim-santo, boldo e hortelã  
E até muda de limão,  
Com muito trabalho e partilha  
Reformaram até o chão.

O síndico, era um homem bravo,  
Mandou tudo desmontar:  
“Isso aqui não é permitido,  
Eu posso até multar”,  
Mas Maria firme disse:  
“Nós não vamos recuar”.

Marcaram uma assembleia  
Pra decisão coletiva,  
Debateram sobre o uso  
E a função construtiva  
De um espaço que parado  
Perde a força criativa.

Dona Filó comentou  
Que em sua infância querida  
O quintal era partilha  
De alimento e de vida,  
E que a horta ajudava



A curar qualquer ferida.

Seu Cícero lembrou do tempo  
De seu sítio abandonado,  
Que a cidade lhe tomou  
Com asfalto e mercado,  
E viu no vaso pequeno  
Um pedaço resgatado.



No fim, com voto apertado  
O projeto foi aceito,  
Três meses pra testar  
E fazer tudo direito,  
Cuidando do corredor  
Com respeito e com jeito.



Logo as crianças chegavam  
Querendo plantar também,  
Cada um trouxe uma muda  
E olhava com desdém  
Pra quem passasse apressado  
Sem olhar pra aquele bem.

A horta ganhou sorriso,  
Virou ponto de encontro,  
Enquanto regavam juntas  
Iam contando algum conto,  
E o concreto antes frio  
Virou verde pronto.

Boldo pra dor de barriga,  
Cidreira pro coração,  
Hortelã pra fazer chá  
E aliviar a respiração,  
O capim-santo perfumava



E ainda era decoração.  
O síndico, desconfiado,  
Ia olhar de vez em quando,  
E acabou se rendendo  
Ao aroma perfumado:  
“Eu até ajudo, sim,  
Se for tudo organizado”.



Maria abriu caderno  
Pra registrar a tarefa,  
Quem regava, quem colhia,  
Quem plantava na véspera,  
Mostrando que o território  
Pede ordem e gente esperta.

Descobriram que o espaço  
Pode ter muitos sentidos:  
Não é só chão de passagem  
Nem lugar desprotegido,  
É também chão de cuidado  
Por quem nele é envolvido.

Assim, do simples vaso  
Brota um saber mais profundo:  
Que o território é da gente  
Quando o uso é fecundo,  
E que cuidar coletivamente  
Transforma qualquer mundo.



Hoje o prédio tem aroma  
De erva e de alegria,  
O corredor é jardim  
Onde o povo se alia  
Pra plantar vida e saúde  
Em tempos de correria.



## SUGESTÃO DE ATIVIDADE PARA SALA DE AULA

**Tema central:** Uso coletivo e sustentável dos espaços urbanos como prática de resistência e cuidado.

**Conceitos-chave:** Território; valor de uso × valor de troca; função social do espaço.

**Produto de aprendizagem:** Mapeamento de espaços escolares/comunitários e compreensão do território como construção social.

### Aula 1 - Leitura, sensibilização e problematização (50 min)

#### Objetivos:

- Introduzir o gênero cordel e seu contexto.
- Estimular leitura e interpretação crítica.
- Identificar conceitos geográficos: território, função social, valor de uso x valor de troca.

#### Atividades:

- Acolhida e introdução – (5 min)
- Leitura expressiva do cordel – (15 min)
- Roda de conversa: personagens, conflitos, soluções – (15 min)
- Síntese guiada no quadro (15 min)

**Materiais:** Cópias do cordel; Quadro; Pincel atômico/giz; Caderno

**Avaliação:** Participação nas discussões; Registro no caderno.

## **Aula 2 – Oficina prática (50 min)**

### **Objetivos:**

- Relacionar o conteúdo do cordel a situações reais.
- Desenvolver mapeamento participativo de áreas para uso coletivo sustentável.

### **Atividades:**

- Retomada do conteúdo – (5' min)
- Explicação da atividade – (5' min)
- Execução em grupos: identificação de espaços e elaboração de mapa – (40 min)

### **Materiais:**

Papel kraft/cartolina; Lápis; Régua; Canetinhas ou giz de cera.

**Avaliação:** Clareza e detalhamento no mapa-  
Coerência das sugestões de uso

## **Aula 3 - Socialização e avaliação (50 min)**

### **Objetivos:**

- Socializar resultados do mapeamento participativo.
- Consolidar conceitos: território e função social do espaço.

### **Atividades:**

- Finalização dos mapas – (10 min)
- Apresentação dos grupos – (25 min)
- Síntese coletiva e avaliação final – (15 min)

### **Materiais:**

Mapas produzidos na aula anterior; Quadro; Pincel atômico.

**Avaliação:** Participação nas apresentações; Articulação teoria-prática; Clareza na comunicação.

## ***O CHEIRO DO MEU LUGAR***



Eu cresci num quintal pequeno,  
De chão batido e molhado,  
Onde o vento trazia o cheiro  
De um alecrim bem plantado,  
E cada aroma me conta  
O que já foi meu passado.

Minha avó, com mãos certas,  
Tirava o mato e regava,  
Fazia chá de erva-doce  
Quando a tosse me pegava,  
E dizia que o remédio  
Era o amor que ela me dava.



Havia hortelã rasteira  
Pertinho de uma roseira,  
E o manjericão crescia  
Do lado da pimenteira,  
Guardando no seu perfume  
A vida da casa inteira.

No canto, um pé de limão,  
Com fruta verde brilhando,  
E o capim-santo no chão  
Sempre ao vento balançando,  
Fazia a casa cheirar  
Antes do sol ir abaixando.



De noite a chuva caía  
Batendo no teto de zinco,  
O cheiro das plantas subia  
Junto ao frio bem mansinho,  
E mainha me oferecia  
Um chá doce e quentinho.



Cada cheiro me levava  
Pra um tempo de alegria,  
Onde o quintal era o mundo  
E a vida tinha harmonia,  
Até dor se transformava  
Em força pra mais um dia.

Mas o bairro foi mudando,  
Veio asfalto e construção,  
Os quintais foram encolhendo  
Pra dar lugar ao portão,  
Levando o verde embora  
Sem pedir permissão.

O cheiro bom das ervas  
Ficou preso na lembrança,  
Como quem perde um pedaço  
Do que tinha na infância,  
Mas no peito, resistia  
Aquela mesma esperança.

Decidi plantar de novo,  
Mesmo em vaso, na janela,  
Hortelã, boldo e canela,  
Pimenta e arruda bela,  
Pra que o cheiro voltasse  
A ser parte da novela.

Vizinhos vinham curiosos  
Perguntar sobre o cultivo,  
E logo um canto da rua  
Ganhou espaço coletivo,  
Trazendo de volta o verde  
Num abraço criativo.



A rua ganhou conversa,  
A vida ganhou sabor,  
E até quem não tinha espaço  
Quis plantar com muito amor,  
Sentindo que a resistência  
Também tem cheiro e cor.

Hoje, quando o vento passa,  
Traz memória e novidade,  
Mistura cheiro da infância  
Com a força da cidade,  
E o lugar é todo meu  
Na raiz da identidade.



Porque o cheiro das ervas  
Vai além do cultivar,  
É memória que floresce  
Quando o povo faz cuidar,  
E o espaço se transforma  
Em um novo lar no ar.

Quem planta sabe que o chão  
Guarda histórias pra contar,  
E que cuidar do aroma  
É um jeito de preservar  
A cultura e a vida  
Que não podem se apagar.



E assim o meu quintal novo  
Tem raiz de tradição,  
Cheiro bom e resistente  
Que embala o coração,  
E me ensina que lugar  
É memória em ação.

## SUGESTÃO DE ATIVIDADE PARA SALA DE AULA

**Tema central:** Memórias olfativas e identidade cultural para compreender o conceito de **lugar** e fortalecer vínculos no espaço urbano.  
**Conceitos-chave:** lugar; memória; identidade cultural.

**Produto de aprendizagem:** **Mural sensorial** (cheiros, cores, texturas) com registros reflexivos dos estudantes.

### **Aula 1 - Leitura, sensibilização e problematização (50 min)**

#### **Objetivos:**

- Introduzir o gênero cordel e contextualizar memórias afetivas ligadas ao espaço.
- Interpretar o texto identificando elementos de memória e identidade cultural.
- Compreender o conceito geográfico de “lugar”.

#### **Atividades:**

- Acolhida e conversa sobre cheiros e memórias. (5 min)
- Leitura expressiva do cordel. (15 min)
- Roda de conversa sobre lembranças e identidades que os cheiros despertam. (15 min)
- Síntese conceitual: o que é “lugar” na Geografia. (15 min)

**Materiais:** Cópias do cordel; Quadro; Pincel atômico/giz; Caderno; amostras pequenas de ervas como hortelã, alecrim, capim-santo,

**Aula 1 - Leitura, sensibilização e problematização (50 min)**

erva-doce; etiqueta (pode ser saquinhos de chá).

**Avaliação:** Participação nas discussões; Compreensão do conteúdo.

**Aula 2 – Oficina prática (50 min)****Objetivos:**

- Relacionar a memória olfativa à compreensão de “lugar”.
- Construir um mural sensorial coletivo.

**Atividades:**

- Retomada do conceito. (5 min)
- Apresentação do mural e distribuição de tarefas. (5 min)
- Produção do mural por grupos. (40 min)

**Materiais:** Cartolina; tesouras sem ponta; cola branca/fita crepe; canetas e marcadores; ervas frescas ou secas (hortelã, alecrim, capim-santo, erva-doce, canela em pau, cascas de limão/laranja); prendedores/clipes; etiquetas.

**Avaliação:** Participação nas discussões; Registro no caderno.

**Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)****Objetivos:**

- Apresentar o mural sensorial.
- Relacionar memórias e identidade cultural ao conceito de “lugar”.
- Identificar conceitos geográficos: território, função social, valor de uso x valor de troca.

**Atividades:**

- Acabamento do mural. (10 min)

### **Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

- Apresentação dos grupos e comentários. (25 min)
- Síntese coletiva e autoavaliação. (15 min)

**Materiais:** Mural produzido; fita adesiva/pregadores para fixação; post-its para feedback; rubrica de apresentação (impressa); celular/câmera para registro fotográfico do cordel.

**Avaliação:** Clareza na apresentação; compreensão do conteúdo.

## ***A FEIRA DAS MÃOS QUE CURAM***



Na feira da minha cidade  
Tem banca que é tradição,  
Cheiro bom de folha e flor  
Misturado à animação,  
É o canto das mulheres  
Que cultivam com paixão.



Dona Zefa, com seu lenço,  
Vende arruda e manjericão,  
Fala manso, conta caso,  
Ensina a fazer pirão,  
E despacha pra cozinha  
O tempero do feijão.

Tem capim-santo cortado,  
Alecrim e hortelã,  
Erva-doce pra criança,  
Pra tosse, um bom limão,  
E um saquinho de guiné  
Que espanta mau-olhado e aflição.

Mas pra estar ali na banca  
Não foi simples de chegar,  
A prefeitura exigia  
Um papel pra liberar,  
E quem não tinha o registro  
Não podia trabalhar.



Muita gente desistia,  
Achando difícil demais,  
Mas o grupo resolveu  
Que juntas iam ser mais,  
Pra enfrentar a burocracia  
E conquistar seus ideais.

Fizeram reunião cheia,  
Com café e caderno aberto,

Anotaram documentos,  
Pensaram no caminho certo,  
E buscaram na cidade  
Quem desse suporte perto.



Vieram estudantes,  
Professores, vizinhança,  
Ofereceram pesquisa,  
Trocando saber e esperança,  
Mostrando que a economia  
Se faz também com confiança.

A feira foi se firmando  
Com produto de verdade,  
Sem veneno, sem mentira,  
Com cuidado e qualidade,  
Valorizando a cultura  
E a força da comunidade.



Hoje o povo reconhece  
As mãos que curam e fazem,  
O trabalho coletivo  
E a tradição que abraça,  
Transformando simples erva  
Em remédio que enlaça.

Quem passa leva um saquinho  
Mas também leva um conselho,  
Aprende a usar direito  
Pra não perder o apreço,  
E entende que a sabedoria

É um tesouro sem preço.

Na banca não se negocia  
Só o valor em moeda,  
Mas o valor da história  
E a memória que enreda,  
Cada folha é resistência  
Que no quintal se envereda.



Assim, de mão em mão,  
Vai circulando a fartura,  
E cada erva vendida  
É mais que simples mistura,  
É a prova que a cidade  
Também pode ser cura.

A feira segue cantando,  
Entre barraca e sorriso,  
Mostrando que economia  
É cuidar de quem precisa,  
E que curar é plantar  
O que o povo valoriza.

E quem leva um punhado  
Leva junto um pedaço  
Da luta que fez brotar  
Entre calçada e terraço,  
Uma rede que alimenta  
E sustenta cada passo.

Por isso, na banca viva,  
Se vende mais que tempero,  
Se vende história e futuro,  
Se vende o que é verdadeiro,  
E se planta o bem comum  
Naquele terreno inteiro.



## **SUGESTÃO DE ATIVIDADE PARA SALA DE AULA**

**Tema central:** Economia solidária e autonomia feminina no cultivo e comercialização de ervas medicinais.

**Conceitos-chave:** economia solidária; soberania alimentar; saberes tradicionais

**Produto de aprendizagem:** Simulação de feira escolar, com práticas de troca, cálculo de preço justo e reflexão sobre impacto social.

### **Aula 1 - Leitura, sensibilização e problematização (50 min)**

#### **Objetivos:**

- Introduzir o gênero cordel no contexto de economia solidária.
- Interpretar o texto identificando barreiras, soluções e impactos da feira.
- Compreender conceitos de economia solidária e soberania alimentar.

#### **Atividades:**

- Acolhida e breve conversa sobre as feiras locais. (5 min)
- Leitura expressiva do cordel. (15 min)
- Roda de conversa: obstáculos enfrentados pelas personagens, soluções encontradas, importância cultural. (15 min)
- Síntese conceitual guiada. (15 min)

**Materiais:** Cópias do cordel; Quadro; Pincel atômico/giz; Caderno; fotos impressas ou projetadas de feiras locais; vídeo curto (opcional) sobre economia solidária; ervas aromáticas secas ou frescas para ambientar.

**Aula 1 - Leitura, sensibilização e problematização (50 min)**

**Avaliação:** Participação nas discussões; capacidade de identificar conceitos no texto; compreensão do conteúdo.

**Aula 2 – Oficina prática (50 min)**

**Objetivos:**

- Simular uma feira escolar com produtos simbólicos.
- Vivenciar práticas de economia solidária (troca, preço justo, organização coletiva).

**Atividades:**

- Retomada do conceito. (5 min)
- Apresentação da proposta da simulação. (5 min)
- Organização de bancas por grupos. (35 min)
- Registro parcial da atividade no caderno. (5 min)

**Materiais:** carteiras para bancas; etiquetas de preço; blocos de papel e canetas; objetos/ervas simuladas (podem ser sachês de papel com nomes de ervas); calculadoras simples; tabela de “custos” impressa para cálculo de preço justo; crachás para vendedores.

**Avaliação:** Criatividade na apresentação da banca; coerência na definição de preços; participação ativa.

**Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

**Objetivos:**

- Apresentar as bancas simuladas.

### **Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

- Refletir sobre os aprendizados relacionados à economia solidária.

#### **Atividades:**

- Ajustes finais nas bancas. (10 min)
- Visitação entre grupos e negociação simbólica. (25 min)
- Síntese coletiva: o que aprendemos sobre organização, preço justo e impacto social. (15 min)

**Materiais:** Bancas montadas; fichas para anotações de observações.

**Avaliação:** Criatividade na apresentação da banca; compreensão do conteúdo; Participação ativa.

## ***A REZADEIRA DO BECO***



No beco da rua de cima  
Tem casa de porta azul,  
Onde mora Dona Helena,  
Mulher firme como um tronco,  
Que conhece reza e erva  
Pra sarar dor e acalmar o sufoco.

Com lenço preso na testa  
E olhar manso de acolher,  
Ela escuta quem procura  
E começa a benzer,  
Soprando baixinho as preces  
Pra mal nenhum mais crescer.



No quintal, arruda e guiné,  
Alecrim, manjeriçã,  
Erva-doce, hortelã e canela  
E um lindo pé de limão,  
Tudo usado com cuidado  
No saber de geração.



Um dia, na vizinhança,  
Um menino adoeceu,  
A mãe chamou Dona Helena,  
Que logo apareceu,  
Trazendo na mão um ramo  
Que no quintal floresceu.

Fez cruz na testa do moço,  
Passou ramo devagar,  
Rezou pro Santo protetor  
Pra força do menino voltar,  
Oferecendo um chá quente  
Pra febre logo baixar.

Porém, teve quem zombasse,  
Chamando aquilo engano,  
Dizendo que “reza e erva

É atraso e desengano”,  
E que o certo era chamar  
Logo o doutor do plano.

Dona Helena não se ofende,  
Sabe que cada saber  
Tem seu tempo e seu caminho,  
E podem se compreender,  
Basta respeito e cuidado  
Pra saúde fortalecer.

Chamaram então o doutor  
Pra ver o menino à tarde,  
Ele elogiou a calma  
E a coragem da comadre,  
Disse que o chá e a reza  
Faziam parte da tarde.



Foi assim que no beco  
O respeito floresceu,  
Com o médico e a rezadeira  
Cuidando do que nasceu,  
E o menino, já melhor,  
Logo na rua correu.

Hoje quem passa conhece  
O valor de respeitar  
As mãos que curam com fé  
E sabem também escutar,  
Preservando a tradição

Que o povo sabe guardar.



Cada erva no quintal  
É memória de um saber,  
Que resiste ao preconceito  
E insiste em sobreviver,  
Pois cultura é como planta:  
Precisa de água pra crescer.

No beco, a porta azul  
Continua a receber  
Quem precisa de consolo  
E de um jeito de viver,  
Misturando fé e ciência  
Pra saúde fortalecer.

E assim a rezadeira  
Segue firme no lugar,  
Mostrando que a cidade  
Também pode abrigar  
O saber tradicional  
Que não pode se apagar.

Pois cada reza bem dita  
Traz consigo um pedaço  
Da história e resistência  
Que se guarda no abraço,  
E transforma o preconceito  
Num respeito passo a passo.



Quem aprende essa lição  
Leva sempre no caminho  
Que cuidar é resistir  
E nunca andar sozinho,  
Valorizando o saber  
Que floresce no vizinho.

## SUGESTÃO DE ATIVIDADE PARA SALA DE AULA

**Tema central:** Patrimônio cultural imaterial e diversidade de práticas de cuidado.

**Conceitos-chave:** patrimônio cultural imaterial; práticas tradicionais de saúde; respeito à diversidade cultural.

**Produto de aprendizagem:** Dramatização e debate sobre práticas de cuidado e preservação de saberes tradicionais.

### Aula 1 - Leitura, sensibilização e problematização (50 min)

#### Objetivos:

- Introduzir o gênero cordel e a temática do patrimônio cultural imaterial.
- Interpretar o texto identificando elementos de respeito e preconceito nas práticas de cuidado.
- Reconhecer a diversidade cultural como parte da saúde coletiva.

#### Atividades:

- Acolhida e breve conversa sobre saberes de cura presentes na comunidade. (5 min)
- Leitura expressiva do cordel – (15 min)
- Roda de conversa: experiências pessoais ou familiares com práticas tradicionais. (15 min)
- Síntese conceitual sobre patrimônio cultural imaterial. (15 min)

**Materiais:** Cópias do cordel; quadro; pincel atômico/giz; caderno; imagens impressas ou projetadas de rezadeiras, benzedadeiras e plantas medicinais; amostras de ervas (opcional).

**Aula 1 - Leitura, sensibilização e problematização (50 min)**

**Avaliação:** Participação nas discussões; qualidade das contribuições; registro no caderno.

**Aula 2 – Oficina prática (50 min)**

**Objetivos:**

- Vivenciar por meio de dramatização situações que envolvem práticas de cuidado tradicionais.
- Desenvolver empatia e compreensão do diálogo entre saber popular e científico.

**Atividades:**

- Retomada dos conceitos. (5 min)
- Organização dos grupos e escolha de cenas. (5 min)
- Ensaios e preparação de falas. (35 min)
- Registro das falas principais no caderno. (5 min)

**Materiais:** Roteiros de dramatização; objetos simbólicos (lenço, galho de arruda, xícara, jaleco); espaço para encenação; papel e canetas para anotações.

**Avaliação:** Engajamento no ensaio; coerência da cena com os conceitos; respeito à representação cultural.

**Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

**Objetivos:**

- Apresentar dramatizações para a turma.
- Refletir coletivamente sobre preconceito, respeito e valorização dos saberes tradicionais.

**Atividades:**

### **Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

- Apresentações dos grupos. (30 min)
- Debate coletivo: integração entre saber popular e ciência. (15 min)
- Autoavaliação e fechamento. (5 min)

**Materiais:** Espaço para apresentação; objetos cênicos; post-its para feedback; quadro e pincel atômico.

**Avaliação:** Clareza na comunicação; articulação teoria-prática; participação no debate.

## ***A JANELA QUE VIROU JARDIM***



No alto de um grande prédio  
Aonde o sol pouco chegava,  
Morava o menino João curioso  
Que a vida sempre inventava,  
E na beira da janela  
Seu quintal improvisava.



Leu sobre as tais PANCs  
Que o povo pouco conhece,  
Plantas cheias de sabor  
Que a fome muitas vezes esquece,  
E decidiu experimentar  
Pra ver se a ideia cresce.

Começou com ora-pro-nóbis  
E um pouco de capuchinha,  
Fez vasinho de garrafa,  
Terra leve e mão vizinha,  
Sonhando que a colheita  
Logo iria pra cozinha.



Mas a luz era pouca ali,  
E a água, às vezes demais,  
Alguns brotos não vingavam,  
Outros murchavam sem sinais,  
E João foi anotando  
Os acertos e os “jamais”.

Pesquisou melhor o jeito  
De plantar em microlote,  
Aprendeu que cada espécie  
Tem seu tempo e seu aporte,  
E que higiene no cultivo  
É tão vital quanto a sorte.

Comprou suporte de ferro  
Pra prender no parapeito,  
Fez mistura de composto  
Com cuidado e muito jeito,  
E assim na pequena horta  
Foi surtindo algum efeito.

A vizinhança olhava  
Com sorriso e curiosidade,  
E João, de prontidão,  
Aproveitou a oportunidade  
Pra falar de segurança  
E de comer com qualidade.



Marcou oficina no terraço  
Pra ensinar o plantio curto,  
Falou de luz e rega,  
De adubo leve e enxuto,  
E que a PANC é alimento  
De valor absoluto.

Cada vizinho plantou  
Numa caixa reciclada,  
Moringa, taioba e beldroega  
Pra salada preparada,  
E aprenderam que no pouco  
Cabe vida bem cuidada.

No fim, fizeram a festa  
Com salada colorida,  
Misturando temperinhos

E a colheita repartida,  
Provando que inovação  
É plantar pra dar mais vida.

Hoje a janela de João  
É jardim pra toda a rua,  
E cada broto que cresce  
Abre espaço e continua  
Mostrando que a cidade  
Pode ter planta na rua.



Quem passa leva o exemplo  
Pra varanda ou parapeito,  
Sabendo que cultivar  
Não é luxo nem defeito,  
Mas caminho de esperança  
Que se faz com mais respeito.

E o diário de cultivo  
Que João sempre mantém  
Mostra ciclos de sete dias  
Pra que todos aprendam bem,  
A plantar, colher e cuidar  
Do que o mundo lhes convém.

Assim a janela simples  
Virou campo de saber,  
Onde o verde se renova  
E convida a aprender  
Que até no espaço mínimo  
Cabe o sonho de viver.



## SUGESTÃO DE ATIVIDADE PARA SALA DE AULA

**Tema central:** Inovação e agricultura urbana em pequenos espaços.

**Conceitos-chave:** inovação acessível; segurança alimentar; microlotes urbanos.

**Produto de aprendizagem:** Diário de cultivo (7–14 dias) por turma, registrando ciclos de plantio, cuidados e colheita de PANCs.

### Aula 1 - Leitura, sensibilização e problematização (50 min)

#### Objetivos:

- Introduzir o gênero cordel e o conceito de agricultura urbana em pequenos espaços.
- Apresentar as PANCs e seus benefícios nutricionais.
- Relacionar inovação e segurança alimentar.

#### Atividades:

- Acolhida e conversa sobre cultivo em apartamentos/varandas. (5 min)
- Leitura expressiva do cordel – (15 min)
- Debate: desafios e soluções para plantar em microlotes. (15 min)
- Apresentação das PANCs e suas características. (15 min)

**Materiais:** Cópias do cordel; quadro; pincel atômico/giz; caderno; imagens impressas ou projetadas de PANCs; pequenas amostras (opcional: taioba, ora-pro-nóbis, beldroega).

**Avaliação:** Participação nas discussões; qualidade dos registros; identificação de conceitos-chave.

**Aula 1 - Leitura, sensibilização e problematização (50 min)**

**Aula 2 – Oficina prática (50 min)**

**Objetivos:**

- Ensinar técnicas de plantio de PANCs em pequenos recipientes.
- Iniciar diário de cultivo por grupo.

**Atividades:**

- Retomada das ideias principais. (5 min)
- Demonstração do plantio em recipientes pequenos. (5 min)
- Montagem dos vasos pelos grupos. (35 min)
- Anotação inicial no diário de cultivo. (5 min)

**Materiais:** Recipientes recicláveis (garrafas PET, caixas Tetra Pak); terra adubada; mudas ou sementes de PANCs; luvas descartáveis (se necessário); regadores ou borrifadores; etiquetas para identificação das plantas; caderno ou fichas para diário de cultivo.

**Avaliação:** Preparo adequado do recipiente; aplicação correta das técnicas; início organizado do diário.

**Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

**Objetivos:**

- Compartilhar avanços do plantio e experiências iniciais.
- Planejar acompanhamento do diário de cultivo (7–14 dias).

**Atividades:**

- Apresentação dos vasos prontos e primeiros registros. (15 min)
- Troca de dicas e soluções para possíveis problemas (15 min)

### **Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

- Síntese coletiva: importância da inovação acessível e da segurança alimentar. (15 min)
- Fechamento e orientações para acompanhamento em casa. (5 min)

**Materiais:** Vasos montados; diários de cultivo; quadro e pincel atômico; ficha de acompanhamento impressa para cada grupo.

**Avaliação:** Clareza na apresentação; coerência das soluções discutidas; organização do plano de acompanhamento.

# **CORDÉIS PARA O ENSINO MÉDIO**

Nesta seção, os cordéis e oficinas foram elaborados para dialogar com o Ensino Médio, propondo reflexões mais aprofundadas e conexões amplas entre conteúdos escolares e temas sociais, culturais e ambientais.

A linguagem, ainda poética e envolvente, estimula a análise crítica e o debate, explorando conceitos de forma mais complexa e interdisciplinar.

Cada texto é acompanhado de propostas pedagógicas que favorecem a pesquisa, a argumentação e a compreensão das relações entre saberes populares e conhecimentos científicos, incentivando o engajamento dos estudantes na transformação de seus territórios.

***ATE QUE ENFIM,  
AQUELE LOTE  
VIROU JARDIM!***





No bairro, tinha um lote vazio

Servia só de entulho,  
Lixo, resto de reforma,  
Ferrugem, madeira e bagulho,  
Era terra esquecida,  
Sem cuidado nem orgulho.

Um dia, no fim da tarde,  
O povo ali se encontrou,  
Debatendo que a cidade  
Não é só de quem comprou,  
Mas também de quem cuida  
E no espaço se instalou.

Falavam da função social  
Que a terra deve cumprir,  
De servir ao bem comum,  
De acolher e de florir,  
De não ficar abandonada  
Para depois vir a ruir.

Alguém lembrou que o território  
É mais que linha no chão,  
É disputa, é convivência,  
É história e relação,  
E que o uso coletivo  
Fortalece a população.



Marcaram então mutirão,

Com pá, enxada e coragem,  
E o que antes era ruína  
Virou nova paisagem,  
Com canteiros e caminhos  
Desenhando a abordagem.



Plantaram milho e tomate,  
Couve, pimenta e manjeriço,  
Flores pra trazer abelhas,  
Hortelã pra infusão,  
E cercaram com madeira  
Reciclada do portão.

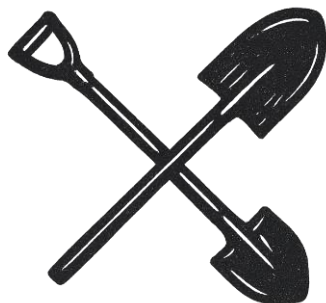
Não tardou pra chegar carta  
De despejo e de embargo,  
Dizendo que o proprietário  
Vinha cobrar o seu cargo,  
E que uso sem contrato  
Era abuso muito largo.



A comunidade se uniu,  
Procurou assessoria,  
Foi estudar a legislação,  
Ver o que ela garantia,  
E descobriu que o direito  
Também se semeia um dia.

Argumentaram que o lote  
Cumpria função social,  
Que a horta alimentava  
E promovia o bem real,  
E que o comum urbano  
É patrimônio vital.

Vieram estudantes juntos,  
Pesquisando o caso ali,  
Documentando o processo  
Pra quem lá não pudesse ir



Que lutar por território  
É lutar pra resistir.

O dono, vendo o empenho,  
Aceitou negociar,  
E cedeu por um período  
O terreno pra plantar,  
Com contrato coletivo  
Pra todos assinar.

Hoje o lote é jardim  
E também é sala aberta,  
Onde a escola vem estudar  
O que a vida desconcerta,  
E onde o cuidado ensina  
Que a união é descoberta.

Ali se colhe alimento,  
Mas também cidadania,  
Se planta a fé no direito  
E no que a terra confia,  
Se colhe fruto e respeito  
Na mesma travessia.



Assim, no chão conquistado,  
Brota mais que couve e flor,  
Brota um território vivo  
Que se defende com amor,  
E que ensina que a cidade  
Também é do agricultor.



Quem passa e vê o jardim  
Não imagina o começo,  
Mas sabe que é resistência  
E que guarda o endereço  
De um povo que semeou  
Seu direito e seu acesso.

## SUGESTÃO DE ATIVIDADE PARA SALA DE AULA

**Tema central:** Função social da terra e uso coletivo como prática de resistência socioambiental.

**Conceitos-chave:** território; função social da terra; comum urbano; saúde mental.

**Produto de aprendizagem:** Estudo de casos e mapeamento de terrenos subutilizados na comunidade com propostas de uso coletivo.

### Aula 1 - Leitura, sensibilização e problematização (50 min)

#### Objetivos:

- Introduzir o cordel como recurso de análise crítica.
- Compreender o conceito de território e função social da terra.
- Discutir casos reais de terrenos ociosos.

#### Atividades:

- Acolhida e contextualização sobre função social da terra. (5 min)
- Leitura expressiva do cordel – (15 min)
- Debate: território, disputa e uso coletivo. (15 min)
- Síntese conceitual e introdução a tarefas-pontes. (15 min)

**Materiais:** Cópias do cordel; quadro; pincel atômico/giz; caderno; imagens e recortes de notícias sobre terrenos abandonados; mapa do bairro.

**Avaliação:** Participação no debate; identificação de conceitos; qualidade dos registros.

## **Aula 2 – Oficina prática (50 min)**

### **Objetivos:**

- Aplicar os conceitos de território e função social da terra em um mapeamento local.
- Levantar dados sobre terrenos subutilizados.

### **Atividades:**

- Retomada dos conceitos. (5 min)
- Organização de grupos e definição de áreas para observação. (5 min)
- Mapeamento no entorno da escola. (25 min)
- Registro das observações e proposta de uso. (5 min)

**Materiais:** Mapas impressos ou digitais do bairro; canetas e lápis; canetinhas coloridas.

**Avaliação:** Clareza no mapeamento; coerência nas propostas de uso; organização dos registros.

## **Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

### **Objetivos:**

- Apresentar propostas de uso coletivo para terrenos subutilizados.
- Relacionar com políticas públicas e direitos urbanos.

### **Atividades:**

- Preparação das apresentações. (10 min)
- Exposição dos grupos. (25 min)
- Síntese coletiva e debate sobre viabilidade das propostas. (15 min)

**Materiais:** Produtos do mapeamento; quadro; pincel atômico/giz.

**Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

**Avaliação:** Clareza nas apresentações;  
Capacidade de articular teoria e prática;  
Participação no debate.

***AS HISTÓRIAS QUE  
SEMEAVAM OU AS  
SEMENTES QUE  
HISTÓRIAS  
CONTAVAM?***





Na casa da minha vó,  
O tempo parecia andar  
No compasso da colheita,  
Do plantar e do guardar,  
E cada canto da horta  
Era um pedaço de lugar.

Num pote de vidro velho,  
Guardava, com devoção,  
Sementes de milho roxo,  
De feijão e de melão,  
Dizendo que cada grão  
É memória e tradição.

Falava que o “lugar” vive  
Nas histórias que se contam,  
Na lembrança de um quintal,  
Nas raízes que despontam,  
E que a terra reconhece  
Os pés que nela aprontam.

Eu, criança, só escutava,  
Achando aquilo bonito,  
Mas sem saber que a semente  
Era um arquivo escrito  
Com saber de muitas gerações  
E futuro ali descrito.

Quando cresci, percebi  
Que nem toda terra é livre,  
Que o comércio e a patente  
Muitas sementes proíbe,  
E que o que antes era comum  
Hoje só tem quem adquire.



Foi então que, com coragem,  
Começamos a juntar  
As sementes que sobravam  
Nos quintais do nosso lar,  
Pra criar uma “casa”  
Onde pudessem se encontrar.

Vieram netos, vieram filhos,  
Cada um com seu pacote,  
De tomate, quiabo, pimenta,  
De moringa, de chicote,  
E até de grão esquecido  
Que já não se acha em lote.



A casa de sementes virou  
Ponto certo de reunião,  
Onde se troca e se aprende  
Com história e com razão,  
E onde o “lugar” se constrói  
Na partilha e na ação.

Porque lugar não é só  
Um pedaço de chão fixo,  
É a teia de memórias  
Que o tempo nos assegura,  
É a voz de quem semeia  
E de quem garante a cura.

Hoje eu guardo o pote antigo  
De voinha no quintal,  
E nele deposito sonhos  
De fartura, isso é vital,  
Pra que a próxima geração  
Não perca esse ritual.

Assim, as sementes falam,  
Mesmo sem ter língua ou som,



E contam histórias vivas  
Onde o saber é dom,  
Plantar é também lembrar  
De quem fomos e quem nos formou.

No fim, aprendi com ela  
Que guardar é resistir,  
E que lugar é semente  
Que precisa prosseguir,  
Pra que a vida floresça  
E a gente siga a sorrir.



## SUGESTÃO DE ATIVIDADE PARA SALA DE AULA

**Tema central:** Memória, identidade e soberania de sementes.

**Conceitos-chave:** lugar; transmissão intergeracional; soberania alimentar; preservação de saberes tradicionais.

**Produto de aprendizagem:** Criação de um banco de sementes escolar/comunitário com registro das origens e histórias associadas.

### **Aula 1 - Leitura, sensibilização e problematização (50 min)**

#### **Objetivos:**

- Discutir o conceito de lugar associado à memória e à identidade cultural.
- Analisar a importância das sementes como patrimônio cultural.

#### **Atividades:**

- Acolhida e conversa sobre sementes guardadas em família. (5 min)
- Leitura expressiva do cordel – (15 min)
- Debate: como sementes e memórias constroem o lugar. (15 min)
- Introdução à proposta do banco de sementes. (15 min)

**Materiais:** Cópias do cordel; quadro; pincel atômico/giz; caderno; imagens e exemplos reais de sementes guardadas.

**Avaliação:** Participação no debate; identificação de conceitos; qualidade dos registros.

## **Aula 2 – Oficina prática (50 min)**

### **Objetivos:**

- Organizar o início de um banco de sementes escolar/comunitário.
- Registrar as histórias associadas a cada espécie.

### **Atividades:**

- Retomada das ideias principais. (5 min)
- Separação das sementes trazidas pelos alunos. (10 min)
- Catalogação: nome popular, nome científico, origem, uso, história. (30 min)
- Registro fotográfico das sementes e embalagens. (5 min)

**Materiais:** Sementes variadas trazidas pela turma; potes ou envelopes de papel; etiquetas; canetas; câmera ou celular para registro; fichas de catalogação.

**Avaliação:** Organização e clareza nas fichas; engajamento no processo; precisão nas informações.

## **Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

### **Objetivos:**

- Apresentar o banco de sementes.
- Refletir sobre preservação e soberania alimentar.

### **Atividades:**

- Organização final das sementes e fichas. (10 min)
- Apresentação do material para a turma ou comunidade. (25 min)
- Síntese coletiva e avaliação do processo. (15 min)

**Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

**Materiais:** Banco de sementes montado; fichas e potes organizados; quadro; pincel atômico/giz.

**Avaliação:** Clareza nas apresentações; relação entre prática e conceitos; participação no fechamento.

# ***O REMEDIO DA VÓ AMARA***



No quintal de vó Amara  
O verde sempre reinava,  
Erva-doce, camomila,  
Lavanda que perfumava,  
E cada planta ali tinha  
Um saber que ela guardava.



Quando alguém chegava fraco  
Ou com febre persistente,  
Ela logo preparava  
Um chá forte e envolvente,  
Misturando fé e ciência  
No cuidado ao paciente.

Dizia: “a planta ajuda,  
Mas é bom não descuidar,  
Se a dor não for embora,  
O médico deve olhar,  
Pra saber se o que a gente usa  
E se é seguro de tomar”.



Anotava num caderno  
As receitas que aprendia,  
E ao lado registrava  
O que a ciência dizia,  
Pra não deixar que o costume  
Virasse só fantasia.

Certa vez, no fim de tarde,  
Veio o vizinho apressado,  
Com tosse e dor no peito,

O corpo todo cansado,  
E pediu que a vó fizesse  
Um remédio bem cuidado.

Ela ferveu capim-santo,  
Com limão e mel dourado,  
E avisou: “tome o chá quente,  
Mas procure um resultado  
Com exame e consulta,  
Pra não ser mal interpretado”.

Veio então sua neta Ana  
Com trabalho escolar,  
Querendo entrevistar  
E também catalogar  
As ervas do quintal  
E seu modo de usar.



Chamaram o doutor Marcos  
Pra visitar a avó,  
E juntos foram falando  
De acerto e de equidade,  
E como a tradição  
Enfrenta dificuldade.

O médico explicou calmo  
Sobre dose e precaução,  
E a avó mostrou na prática  
Como usar cada infusão,  
Aliando o saber popular  
Ao estudo e à formação.



Descobriram que a união  
Desses dois tipos de saber  
Traz mais força e segurança  
Pra quem vai se socorrer,  
E mantém viva a cultura  
Que não pode se perder.

Fizeram uma cartilha  
Com desenho e orientação,  
Pra ensinar sobre as ervas  
E seu uso com atenção,  
Distribuindo pros vizinhos,  
E pra escola porque não?



Cada página mostrava  
Nome popular e ciência,  
E um alerta necessário  
Pra quem busca eficiência,  
Pois o cuidado começa  
Com informação e consciência.

Hoje o quintal de vó Amara  
É espaço de aprendizado,  
Onde ciência e tradição  
Convivem lado a lado,  
Cuidando da saúde  
E do saber preservado.



E a neta segue aprendendo  
Que não existe fronteira  
Quando o saber se encontra  
Na cozinha ou na feira,  
E a planta vira ponte  
Pra uma jornada inteira.

Assim, do chá à receita,  
Do quintal à medicina,  
Segue o fio que sustenta  
A memória cristalina,  
E o cuidado se renova  
Na cultura que ilumina.

## **SUGESTÃO DE ATIVIDADE PARA SALA DE AULA**

**Tema central:** Integração entre saber tradicional e conhecimento científico no uso de plantas medicinais.

**Conceitos-chave:** diálogo entre saber popular e científico; uso seguro de plantas medicinais; saúde preventiva.

**Produto de aprendizagem:** Comparação entre receitas populares e dados científicos (farmacopeias) para elaboração de um guia seguro de uso de ervas.

### **Aula 1 - Leitura, sensibilização e problematização (50 min)**

#### **Objetivos:**

- Discutir o conceito de lugar associado à memória e à identidade cultural.
- Analisar a importância das sementes como patrimônio cultural.

#### **Atividades:**

- Acolhida e conversa sobre sementes guardadas em família. (5 min)
- Leitura expressiva do cordel – (15 min)
- Debate: como sementes e memórias constroem o lugar. (15 min)
- Introdução à proposta do banco de sementes. (15 min)

**Materiais:** Cópias do cordel; quadro; pincel atômico/giz; caderno; imagens e exemplos reais de sementes guardadas.

**Avaliação:** Participação no debate; identificação de conceitos; qualidade dos registros.

## **Aula 2 – Oficina prática (50 min)**

### **Objetivos:**

- Organizar o início de um banco de sementes escolar/comunitário.
- Registrar as histórias associadas a cada espécie.

### **Atividades:**

- Retomada das ideias principais. (5 min)
- Separação das sementes trazidas pelos alunos. (10 min)
- Catalogação: nome popular, nome científico, origem, uso, história. (30 min)
- Registro fotográfico das sementes e embalagens. (5 min)

**Materiais:** Sementes variadas trazidas pela turma; potes ou envelopes de papel; etiquetas; canetas; câmera ou celular para registro; fichas de catalogação.

**Avaliação:** Organização e clareza nas fichas; engajamento no processo; precisão nas informações.

## **Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

### **Objetivos:**

- Apresentar o banco de sementes.
- Refletir sobre preservação e soberania alimentar.

### **Atividades:**

- Organização final das sementes e fichas. (10 min)
- Apresentação do material para a turma ou comunidade. (25 min)
- Síntese coletiva e avaliação do processo. (15 min)

**Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

**Materiais:** Banco de sementes montado; fichas e potes organizados; quadro; pincel atômico/giz.

**Avaliação:** Clareza nas apresentações; relação entre prática e conceitos; participação no fechamento.

**COMO É QUE PODE,  
UM TERRITÓRIO SER  
DE PANELA E DE  
POTE?**



No centro de um velho bairro  
Havia um salão comprido,  
Onde o povo se encontrava  
Pra cozinhar reunido,  
Misturando aroma e riso  
Num trabalho repartido.

As panelas borbulhavam  
Com tempero e extrato,  
Enquanto alguém triturava  
Folha verde no prato,  
E o cheiro se misturava  
Ao som de canto e relato.



Ali não se vendia luxo,  
Nem havia competição,  
Era o território vivido  
Com cuidado e união,  
Onde cada mão presente  
Tinha a sua função.

O pote grande guardava  
Conserva feita na hora,  
E o vidro sobre a prateleira  
Mostrava cor que enamora,  
De pimenta e de ervas secas  
Pra levar pra quem mora fora.

No canto, um monte de cascas  
Vinha direto da pia,  
Mas ninguém jogava fora  
O que a horta nutria,  
Pois tudo virava adubo  
Pra vida ganhar valia.



O composto era cuidado  
Como se fosse tesouro,  
Misturado com paciência  
E coberto como ouro,  
Pra que o solo recebesse  
O alimento mais duradouro.

Entre o mexer da panela  
E o revolver da composteira,  
Falavam de economia  
Que não é só financeira,  
Mas de tempo, afeto e vida  
Numa partilha inteira.

Dona Lúcia, que sabia  
Das receitas ancestrais,  
Ensinava a juventude  
A cuidar dos vegetais,  
Mostrando que o território  
É mais que ruas e quintais.

Era lugar de memória,  
De troca e reconhecimento,  
Onde o cheiro de tempero  
Era quase um monumento,  
E o som do riso virava  
Parte do planejamento.



Chegavam novos vizinhos  
Com curiosidade aberta,  
E logo aprendiam o jeito  
De manter a cozinha certa,  
Com cuidado no preparo  
E a composteira coberta.



Cada pote que saía  
Levava mais que alimento,  
Levava também a prova  
De um comum em movimento,  
E a certeza de que o afeto  
É parte do sustento.

O território se expandia  
Com laços e confiança,  
Pois quem cuida junto planta  
Uma horta de esperança,  
Que resiste ao descuido  
E à pressa que não descansa.

Assim, panela e composteira  
Viraram símbolo do bairro,  
Mostrando que a resistência  
Não se mede em atalho,  
Mas no passo lento e firme  
De quem cultiva o trabalho.



E quem visita esse espaço  
Sai levando na lembrança  
O aroma, a força e o gesto  
Que a vida toda balança,  
E aprende que o cuidado  
Também é segurança.

Por isso, panela e pote  
São mais que utensílio à mão,  
São bandeira de um povo  
Que cozinha com paixão,  
E transforma território  
Em casa e em proteção.



## **SUGESTÃO DE ATIVIDADE PARA SALA DE AULA**

**Tema central:** Território vivido, economia do cuidado e compostagem comunitária.

**Conceitos-chave:** território vivido; economia do cuidado; sustentabilidade urbana; compostagem comunitária.

**Produto de aprendizagem:** Oficina de produção artesanal (temperos, conservas ou extratos) integrada à criação de uma composteira comunitária.

### **Aula 1 - Leitura, sensibilização e problematização (50 min)**

#### **Objetivos:**

- Discutir o conceito de território vivido e economia do cuidado.
- Relacionar práticas culinárias com sustentabilidade e gestão de resíduos.

#### **Atividades:**

- Acolhida e contextualização. (5 min)
- Leitura expressiva do cordel. (15 min)
- Debate: território como espaço de cuidado e produção. (15 min)
- Apresentação da proposta prática. (15 min)

**Materiais:** Cópias do cordel; quadro; pincel atômico/giz; caderno; cadernos; imagens de cozinhas comunitárias e composteiras.

**Avaliação:** Participação no debate; clareza na identificação de conceitos.

### **Aula 2 – Oficina prática (50 min)**

#### **Objetivos:**

### **Aula 2 – Oficina prática (50 min)**

- Produzir coletivamente um produto artesanal (tempero, conserva ou extrato).
- Iniciar construção de composteira comunitária.

#### **Atividades:**

- Retomada dos conceitos. (5 min)
- Divisão dos grupos (produção e compostagem). (5 min)
- Execução das atividades. (35 min)
- Registro dos processos no caderno. (5 min)

**Materiais:** Utensílios de cozinha (facas, tábuas, potes de vidro, colheres de pau); ingredientes naturais (ervas, azeite, sal, vinagre); material para composteira (baldes ou garrafas PET grandes, terra, resíduos orgânicos, furadeira manual).

**Avaliação:** Qualidade e organização do produto; engajamento no trabalho coletivo; registro completo.

### **Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

#### **Objetivos:**

- Apresentar o banco de sementes.
- Refletir sobre preservação e soberania alimentar.

#### **Atividades:**

- Organização final das sementes e fichas. (10 min)
- Apresentação do material para a turma ou comunidade. (25 min)
- Síntese coletiva e avaliação do processo. (15 min)

**Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

**Materiais:** Banco de sementes montado; fichas e potes organizados; quadro; pincel atômico/giz.

**Avaliação:** Clareza nas apresentações; relação entre prática e conceitos; participação no fechamento.

***CUIDADO E  
RESISTÊNCIA  
COM AJUDA DA  
CIÊNCIA***



Num bairro quente e sem verde  
O calor já sufocava,  
A chuva vinha de golpe  
E a rua se alagava,  
Quem vivia ali sentia  
Que algo ruim se agravava.



As casas de telha fraca  
Esquentavam no verão,  
E no inverno a correnteza  
Trazia lama e arrastão,  
Deixando o povo sem sono  
E sem paz no coração.

Mas um grupo decidiu  
Que não ia só esperar,  
Começou com uma horta  
Na praça pra transformar,  
E chamou gente de fora  
Pra junto colaborar.

Vieram técnicos e mestres,  
Com saber ambiental,  
E se sentaram com o povo  
Pra pensar no ideal,  
Unindo a força da rua  
Ao estudo institucional.



Plantar árvore na esquina,  
Fazer canteiro suspenso,  
Criar rota de escoamento  
Com mutirão intenso,  
E no lugar do lixão  
Um jardim amplo e imenso.

Também nasceu um viveiro  
Pra muda e erva crescer,  
E ensinaram compostagem  
Pra quem quisesse aprender,  
Pois a ciência se soma  
Ao ato de proteger.



O cuidado se espalhava  
Nas rodas de formação,  
Falando de clima e risco,  
De direito e proteção,  
De como o saber coletivo  
Pode mudar a questão.

As mulheres do bairro logo  
Puxaram a coordenação,  
Fazendo chá, colhendo folha,  
Cuidando da plantação,  
E garantindo alimento  
Pra toda a população.

Os jovens iam mapeando  
As áreas mais vulneráveis,  
Pra mostrar na prefeitura  
Que mudanças são viáveis,  
E que políticas públicas  
São urgentes e estáveis.

Quando veio nova enchente,  
O estrago foi bem menor,  
Pois a praça absorveu  
A água que era pior,  
E a horta virou refúgio  
Pra quem sentia temor.

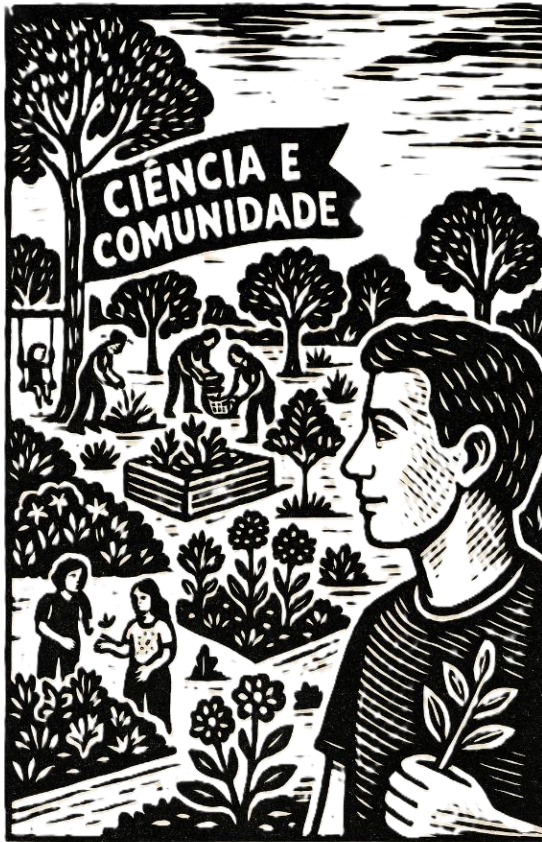


O trabalho foi crescendo  
Com apoio de outras redes,  
Chegou doação de lona,  
De ferramenta e de espaços,  
E o bairro se fortalece  
Quando a parceria é laço.

Hoje o cuidado é bandeira,  
É ciência e é união,  
É olhar pro clima e agir  
Com clareza e precisão,  
Transformando cada esquina  
Em foco de proteção.

O bairro agora respira  
Entre flores e canteiros,  
E segue como exemplo  
Pra outros parceiros,  
De que cuidar é lutar  
Com passos verdadeiros.

Quem chega logo percebe  
Que a mudança é evidente  
Que ciência e comunidade  
São força inteligente  
E que cuidar do planeta  
Começa aqui com a gente.



## **SUGESTÃO DE ATIVIDADE PARA SALA DE AULA**

**Tema central:** Justiça climática urbana e redes de cuidado comunitário.

**Conceitos-chave:** justiça climática; adaptação às mudanças climáticas; redes de apoio; agricultura urbana.

**Produto de aprendizagem:** Elaboração participativa de um plano comunitário de cuidado e resiliência climática.

### **Aula 1 - Leitura, sensibilização e problematização (50 min)**

#### **Objetivos:**

- Introduzir o conceito de justiça climática urbana.
- Relacionar mudanças climáticas e vulnerabilidade social.
- Discutir o papel das redes comunitárias.

#### **Atividades:**

- Acolhida e contextualização. (5 min)
- Leitura expressiva do cordel. (15 min)
- Debate: exemplos de impactos e soluções locais. (15 min)
- Apresentação da proposta de plano comunitário. (15 min)

**Materiais:** Cópias do cordel; quadro; pincel atômico/giz; caderno; imagens ou vídeos curtos sobre justiça climática.

**Avaliação:** Participação no debate; clareza na identificação de conceitos.

## **Aula 2 – Oficina prática (50 min)**

### **Objetivos:**

- Levantar riscos e recursos do bairro.
- Propor ações de adaptação e cuidado comunitário.

### **Atividades:**

- Retomada das ideias principais. (5 min)
- Mapeamento participativo dos riscos climáticos e pontos fortes do bairro. (20 min)
- Definição de ações prioritárias. (20 min)
- Registro inicial do plano. (5 min)

**Materiais:** Mapas do bairro; papel kraft ou cartolina; canetas coloridas; post-its; régua; fita adesiva.

**Avaliação:** Qualidade do mapeamento; pertinência das propostas; engajamento no grupo.

## **Aula 3 – Socialização e Avaliação (50 min)**

### **Objetivos:**

- Apresentar e discutir o plano comunitário.
- Relacionar com políticas públicas e movimentos sociais.

### **Atividades:**

- Preparação das apresentações. (10 min)
- Exposição das propostas. (25 min)
- Síntese coletiva e avaliação final. (15 min)

**Materiais:** Plano elaborado; quadro e pincel atômico; projetor multimídia (opcional).

**Avaliação:** Clareza na apresentação; articulação prática–teoria; participação no fechamento.

# **CONCLUSÃO**

Chegando ao fim destas páginas, resta a certeza de que a educação, quando se enraíza na cultura e no território, floresce com mais força. Os cordéis e oficinas reunidos aqui demonstram que é possível, e necessário, articular o ensino formal com os saberes populares, criando pontes entre a sala de aula e o mundo que a cerca.

Mais do que transmitir conteúdos, este livro propõe experiências que despertam o olhar crítico e o senso de pertencimento. Ao trabalhar com temas como cuidado, resistência, sustentabilidade e justiça social, promove-se uma aprendizagem que ultrapassa o espaço escolar e se inscreve na vida comunitária.

Cada cordel é, ao mesmo tempo, uma narrativa e um convite. Uma narrativa que preserva e reinventa tradições, e um convite para que professores e estudantes criem, recriem e adaptem essas histórias às suas realidades. Afinal, o conhecimento ganha vida quando se torna diálogo e prática.

Que estas páginas inspirem outros encontros entre a arte e a educação, outras redes de cuidado e resistência, e que, como nas hortas que resistem ao concreto, o saber aqui cultivado se espalhe, se multiplique e siga produzindo frutos.

Com Carinho,

As autoras.